



Ministério da Defesa Nacional

Anuário Estatístico da Defesa Nacional



2007

**Anuário Estatístico
da Defesa Nacional
2007**

Edição: Ministério da Defesa Nacional

Direcção: Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional

Coordenação: Divisão de Estatística e Análise Financeira

Arranjo Gráfico: Costa Valença

Impressão:

Tiragem: 500 ex.

Ano:

Depósito legal: 86886/ 95

ISSN: 0874-3312

Internet: www.mdn.gov.pt

MDN, Lisboa, Portugal, 2007 * Reprodução autorizada, excepto para fins comerciais, com indicação da fonte bibliográfica



Índice Geral

NOTA INTRODUTÓRIA	5
SINAIS CONVENCIONAIS	6
1 ORÇAMENTO	7
2 MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO	27
3 FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS	41
4 RELAÇÕES BILATERAIS DE DEFESA E COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR	57
5 RECURSOS HUMANOS	77
6 INFRA-ESTRUTURAS	117
7 ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS DE DEFESA	146
8 SISTEMA DE FORÇAS	172
9 APOIO SOCIAL	193
10 ACTIVIDADE INSPECTIVA	201
SIGLAS	209
ÍNDICE	223

Nota Introdutória

O Anuário Estatístico da Defesa Nacional constitui um repositório de dados da Defesa, cuja recolha é efectuada pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas, Ramos das Forças Armadas, Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional, Inspeção-Geral da Defesa Nacional, Instituto de Acção Social das Forças Armadas e Polícia Judiciária Militar.

A informação estatística da presente edição é reportada ao ano de 2007, embora em áreas específicas como o *orçamento, recursos humanos, imobiliário, bens e tecnologias militares e actividade inspectiva*, sejam apresentados dados de anos anteriores, através dos quais é possível avaliar a respectiva evolução no passado recente.

Esta edição de 2007 apresenta duas grandes novidades relativamente às que a precederam, uma em termos de forma outra a nível de conteúdo. No plano formal as alterações são notórias, a começar na capa e acabando nos textos a duas colunas, tendo-se procurado com o modelo gráfico adoptado conferir ao Anuário um ar de modernidade, tornando-o simultaneamente uma publicação mais leve e apelativa. Em termos de conteúdo, a

presente edição conta com um novo capítulo – Forças Nacionais Destacadas (FND). A inclusão no Anuário de um capítulo sobre FND, determinada por despacho de 15 de Janeiro de 2008, de S. Ex^a. o Ministro da Defesa Nacional, decorre da evolução que tem vindo a ocorrer na área da Defesa Nacional e da consequente necessidade de tal evolução ser acompanhada da disponibilização dos respectivos dados, de modo a ir ao encontro das necessidades de informação da sociedade civil. Com efeito, ao disponibilizar uma informação mais ampla sobre o emprego de forças militares, o Anuário vê reforçado o seu papel de informar o público em geral sobre uma actividade que é considerada nuclear no universo da Defesa Nacional.

Por fim, nunca é demais salientar que o trabalho apresentado é produto do empenho e dedicação de diversas entidades, organismos e pessoas, aos quais se agradece o seu precioso contributo. Dos utilizadores esperam-se críticas e sugestões que ajudem a melhorar a qualidade da publicação, tornando-a num instrumento de crescente utilidade para todos os que necessitam de estabelecer contacto com o sector da Defesa Nacional.

Sinais Convencionais

- ☐ ... Dado confidencial
- ☐ - Resultado nulo
- ☒ x Dado não disponível
- ☐ " Estimativa
- ☐ * Dado rectificado
- ☐ 0 Dado inferior a metade da unidade utilizada
- ☐ Dado incompleto

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.

The background of the page is a grayscale image of several Euro banknotes scattered across the surface. The notes are of various denominations, with the number '5' and the word 'EURO' being prominent. The European Union flag is also visible on some of the notes. The overall effect is a textured, financial-themed background.

Orçamento

Nota Explicativa

As estatísticas do Orçamento inscritas neste capítulo têm como suporte de informação preferencial a Conta Geral do Estado (CGE).

É de referir que:

- a nível global, foi utilizada a informação publicada através do Orçamento do Estado (OE) para os referidos anos;
- a nível específico da Defesa Nacional, foram utilizados os dados disponíveis na Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SG/MDN), tendo os mesmos sido directamente fornecidos pelas entidades envolvidas, no que respeita ao PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) e à LPM (Lei de Programação Militar); os restantes elementos são já definitivos, pois foram recolhidos após a publicação da CGE, inclusive de 2007.

Para concretizar a transformação dos valores nominais (preços correntes) em valores reais (preços constantes) optou-se pela utilização do índice de preços implícito no produto interno bruto (PIB) como deflacionador, considerando o ano de referência 2001.

A informação macroeconómica, nomeadamente os dados sobre PIB, população e índice de preços implícito no PIB, foram recolhidos junto do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), do Ministério das Finanças e da Administração Pública, do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística.

Saliente-se, a propósito, que os indicadores macroeconómicos surgem alterados (desde 2001), por comparação com as edições anteriores, em virtude de os mesmos terem sido rectificados pelo DPP, conforme informação recente.

Importa referir que os valores apurados neste capítulo, até ao ano de 2002, não incluem os montantes referentes a “Contas de ordem” e “Despesas com compensação em receita” (DCCR).

A partir de 2003, a estrutura dos mapas do Orçamento do Estado surge alterada com a entrada em vigor da nova Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto), pelo que os montantes referentes ao OE são respeitantes aos serviços integrados, aí se incluindo as DCCR; foram, no entanto, retiradas as verbas relativas a activos financeiros e a passivos financeiros por se considerar que não se referem a elementos do próprio ano.

Por último, convém explicitar como foram trabalhados os dados referentes às despesas da Defesa, por natureza. Assim, e de acordo com o classificador das despesas públicas, distinguiram-se três principais agrupamentos de despesa:

- *Pessoal*, que se identifica com o grupo “Despesas com o pessoal”;
- *Operação e manutenção*, que se identifica com os grupos “Aquisição de bens e serviços correntes”, “Transferências correntes” e “Outras despesas correntes”;
- *Despesas de capital*, que se identifica com o grupo com a mesma designação do citado classificador.

Importa alertar para o facto de os montantes despendidos com a alimentação e o fardamento do efectivo militar, de acordo com o actual classificador das despesas públicas (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, e aplicável a partir de 2003), assim como no classificador anterior, em vigor desde 1989, serem incorporados no agrupamento “Aquisição de bens e serviços correntes”, pelo que neste estudo procedeu-se à sua inclusão no grupo “Operação e manutenção”. Contudo, no âmbito das Forças Armadas, as citadas despesas, que atingem montantes significativos, deveriam, pela sua natureza, ser efectivamente entendidas como despesas com o pessoal.

De acordo com o novo classificador, a rubrica “07.01.14

– Investimentos militares” compreende não só as construções e as obras de engenharia que as administrações militares realizam, como por exemplo os quartéis, os campos

de tiro, os aeródromos, as estradas e as pontes militares, mas também as grandes reparações a efectuar naquelas estruturas e ainda o armamento e os equipamentos principais utilizados pelas Forças Armadas. Até 2002, este tipo de encargos estava incluído no agrupamento "Aquisição de bens e serviços correntes", através das rubricas "Construções militares" e "Material militar".

É dado tratamento autónomo à componente PIDDAC, pela sua especificidade, bem como às LPM, por serem, no seu conjunto, os principais pólos de investimento efectuado no âmbito do Ministério da Defesa Nacional, no período em análise.

Convém referir que em relação às LPM, assim como ao PIDDAC, os valores apurados não são coincidentes com os publicados na CGE, uma vez que nesta os valores não correspondem ao executado, mas sim aos saques efectuados; desta forma, os valores correspondem ao apuramento efectuado na SG/MDN.

No ano de 2006, o PIDDAC apresenta uma execução global de cerca de 20%, em resultado das cativações impostas pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro (aprova o Orçamento do Estado para 2006), pelo Decreto-Lei n.º 50-A/2006, de 10 de Março (estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2006) e ainda da Circular n.º 1328, Série A, de 31 de Agosto de 2006, da Direcção-Geral do Orçamento (a partir do dia 1 de Setembro, foram congelados os pedidos de libertação de créditos referentes às dotações do Cap. 50 - Investimentos do Plano, cujos compromissos não tivessem sido registados até ao dia 31 de Agosto). Esta decisão inviabilizou a concretização de projectos num valor global de 3,2 M€. Caso este procedimento não se tivesse verificado, a taxa de execução poderia ter atingido cerca de 35%.

No ano de 2007, a taxa de execução anual do PIDDAC rondou os 82%, sendo de salientar a verba correspondente ao PIDDAC da Marinha que, entre outros, compreende investimentos que irão dotar este Ramo com Navios de Patrulha Oceânica e Navios de Combate à Poluição.

Integradas no esforço de Defesa e Segurança Nacional, as Forças Armadas precisam de se reequipar e actualizar,

para fazerem face aos actuais riscos de ameaça à paz e à soberania, ameaças múltiplas e complexas aos Estados e aos povos.

A Lei de Programação Militar incorpora e desenvolve a programação do investimento público nas Forças Armadas relativo a forças, equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento e infra-estruturas com impacto directo na modernização e na operacionalização do Sistema de Forças Nacional (SFN), concretizado através das respectivas medidas (capacidades).

Todas as medidas inscritas na LPM são as que se consideram necessárias à consecução dos objectivos das forças nacionais, aprovados no âmbito do ciclo bienal de planeamento de forças, tendo em conta a programação financeira dos custos adstritos à respectiva realização.

Considera-se plano de forças, o plano de médio e longo prazo destinado a concretizar o SFN e o dispositivo aprovado em consequência do Conceito Estratégico Militar e das Missões das Forças Armadas.

Assim, a LPM constitui um instrumento para conjugar os recursos financeiros disponíveis com a edificação da componente operacional do SFN, procedendo aos ajustamentos adequados e conciliando os compromissos assumidos com as prioridades para a manutenção e o desenvolvimento das capacidades, numa óptica de continuidade que contribua decisivamente para a estabilidade e previsibilidade das opções fundamentais em matéria de reequipamento das Forças Armadas portuguesas.

Neste contexto, a LPM contempla três sexénios, em correspondência com o Planeamento Estratégico de Armamento e Equipamentos de Defesa de Longo Prazo (18 anos), e é ordinariamente revista nos anos pares. Nas revisões da LPM pode-se, caso os objectivos de força nacionais o aconselhem, proceder ao cancelamento e alteração de programas inscritos, afectar os respectivos saldos a outros projectos, bem como inscrever novos projectos, encontrando-se instituído o mecanismo de transição dos saldos verificados nas medidas.

No ano 2007, a LPM que vigorou foi a decorrente da Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto, que tem como pa-

râmetros de referência a racionalização do emprego dos meios existentes ou a adquirir e a gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis, traduzidos, entre outros, nos seguintes instrumentos:

1. Reforço da tendência de centralização no Ministério da Defesa Nacional (MDN) dos projectos de reequipamento, concretizando-se esta linha de acção na atribuição aos Órgãos e Serviços Centrais do MDN da responsabilidade pela gestão de um conjunto significativo de projectos de aquisição;
2. Reforço do investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) de Defesa, em alinhamento com as orientações subjacentes à Estratégia de Lisboa e ao Plano Tecnológico, criando instrumentos e mecanismos institucionais de racionalização do investimento;
3. Adopção de uma política de alienações de equipamento militar que seja considerado em excesso face ao conceito adoptado de constituição de núcleos de forças tecnologicamente actualizados, de dimensão equilibrada e harmoniosamente integrados no SFN;
4. Desenvolvimento dos núcleos de forças dos Ramos, em harmonia com o princípio do funcionamento operativo conjunto do SFN, ancorando-os nas capacidades de comando e con-

trol, de transporte estratégico e de projecção de forças;

5. Criação de instrumentos de gestão técnica e operacional que permitam racionalidade económica na manutenção e emprego de equipamentos tecnicamente complexos e de utilização dispendiosa.

No âmbito financeiro, a Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto, tem em consideração as implicações da decisão do EUROSTAT sobre o tratamento dos equipamentos militares nas contas nacionais, com incidência no défice público, nos anos de entrega dos equipamentos.

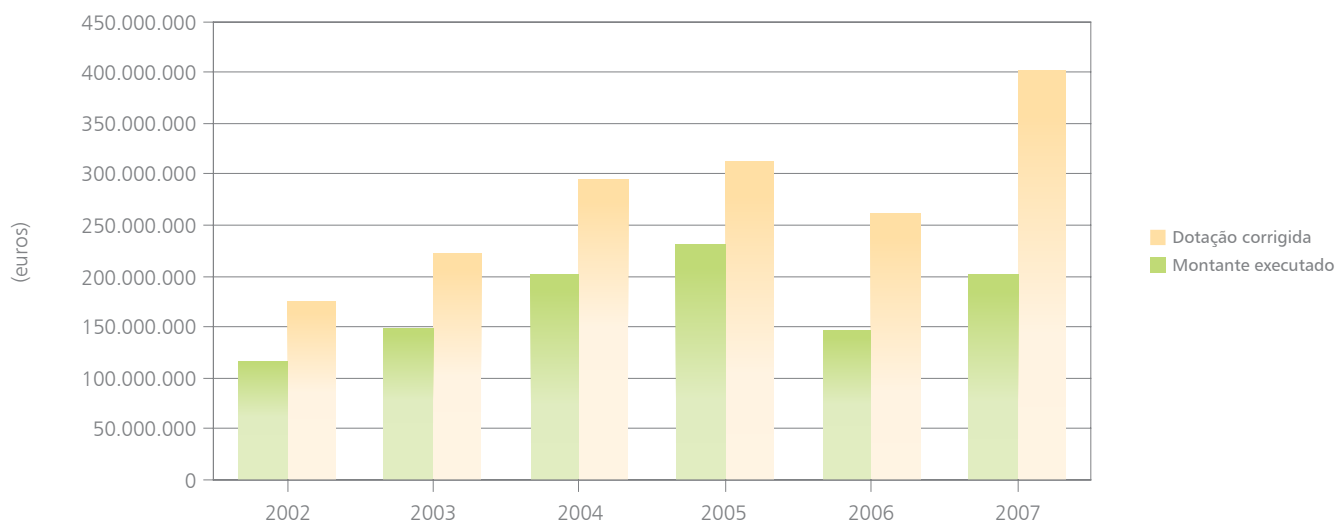
No que respeita aos prazos de revisão, a Lei Orgânica supracitada estabelece, à semelhança da anterior, que a LPM deve ser revista ordinariamente nos anos pares. No entanto, é estabelecido, como norma transitória, que a próxima revisão ocorra no ano de 2009, a fim de produzir os seus efeitos a partir de 2010.

O total de investimento (com alienações) da presente Lei é de 5.450,697 milhões de euros (M€) em 24 anos (2006-2029), repartido da seguinte forma: primeiro sexénio (2006-2011) 2.119,193 M€; segundo sexénio (2012-2017) 2.203,031 M€; terceiro sexénio (2018-2023) 960,313 M€; quarto sexénio (2024-2029) 168,160 M€.

Em 2007, a execução orçamental, atingiu um grau de realização de 50,17%. No quadro e gráfico a seguir expostos, apresenta-se uma comparação dos períodos homólogos, referentes aos anos de 2002 a 2007.

(euros)

Ano	Dotação efectiva	Montante executado	Grau de realização
2007	401.887.828	201.612.372	50,17%
2006	262.124.176	147.016.113	56,09%
2005	311.281.915	230.997.827	74,21%
2004	294.997.518	200.443.826	67,95%
2003	222.668.482	149.423.703	67,11%
2002	174.639.466	116.381.761	66,64%



Considerando a transição dos saldos de 2006, as dotações iniciais inscritas no Orçamento do Estado de 2007, deduzidas da cativação legalmente prevista e adicionadas das descativações autorizadas e alterações orçamentais ocorridas, a dotação corrigida foi de 401.887.828 €. Des-

ta dotação, até 31 de Dezembro de 2007, foi executado o montante de 201.612.372 €, a que corresponde uma taxa de execução de 50,17 %.

O quadro e gráfico a seguir apresentados reflectem a execução orçamental referente ao ano de 2007:

(euros)

Capítulos	Saldo 2006	Orçamento 2007			Guias de Reposição	Dotação Corrigida	Execução		Saldo
		Inicial	Cativação	Alt Orç. (+/-)			Montante	%	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(1+2-3+/-4+5)	(7)	(8)=(7)/(6)	(9)=(6)-(7)
OSC/MDN	16.778.043	86.340.000	28.846	3.008.174	1.208	106.098.579	69.415.398	65,43	36.683.181
EMGFA	293.272	14.187.000	3.574.800	940.622		11.846.094	6.410.712	54,12	5.435.382
Marinha	50.889.096	55.854.000	10.991.600			95.751.496	35.456.254	37,03	60.295.242
Exército	20.859.085	56.643.000	3.619.492	28.850.901		102.733.493	17.571.236	17,10	85.162.257
Força Aérea	26.288.566	98.616.000	39.446.400			85.458.166	72.758.772	85,14	12.699.394
TOTAL	115.108.061	311.640.000	57.661.138	32.799.697	1.208	401.887.828	201.612.372	50,17	200.275.456



Em termos globais, nos anos em análise, poder-se-á dizer que os recursos utilizados pela Defesa têm vindo a aumentar progressivamente, a preços correntes, com excepção do ano de 2006, onde se verifica uma descida de cerca de 10,5%. Apesar de em 2007 se ter verificado uma subida, o seu montante ainda não atingiu os níveis de 2005.

Se nos debruçarmos sobre os mapas relativos a preços constantes, verifica-se uma oscilação, existindo uma regressão no ano de 2006 (ocorreu uma grande diminuição, tendo-se regressado aos valores de 2002/2003). O ano de 2007, a preços constantes, mantém-se também a níveis de 2002/2003.

O valor de execução da Lei de Programação Militar (LPM), assim como as missões internacionais, têm vindo a influenciar os dados apresentados.

A manutenção da aplicação do *Regulamento de incentivos à prestação de serviço militar nos regimes de contrato e de voluntariado* (Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro), a que se refere a nova Lei do Serviço Militar (Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro), e o novo sistema retributivo de alguns postos da classe de sargentos (Decreto-Lei n.º 207/2002, de 17 de Outubro), também com implicações no sistema retributivo das praças, são a justificação do acréscimo de despesas ve-

rificado em 2002, por comparação com 2001, no que respeita ao agrupamento de *Pessoal*.

No que concerne às despesas de *Operação e manutenção*, vinha-se verificando uma tendência para o decréscimo, salientando-se a grande redução registada em 2001, fruto das medidas de contenção orçamental que vigoraram neste período. Em 2002, verificou-se um regresso ao patamar anterior.

Para além das *Despesas de capital*, a componente *Investimento* evoluiu de acordo com os financiamentos da LPM, uma vez que, em termos comparativos, o peso do PIDDAC não é significativo.

Em 2004, são de realçar os encargos com as Missões Humanitárias e de Paz, assim como com as Forças Nacionais Destacadas (FND) e, ainda, no agrupamento de *Pessoal*, os encargos com a saúde.

Em 2005, através do orçamento rectificativo, conseguiu-se regularizar situações de anos anteriores, entre as quais sobressaem os encargos com a saúde e as FND.

A integração dos sistemas de saúde (ADMA, ADME e ADMFA) num único sistema (ADM), a partir de 2006, bem como a sua transição em termos de encargos dos Ramos para a SG/MDN, justificam o elevado acréscimo em Despesas de Pessoal dos OSC, assim como a redu-

ção consequente neste agrupamento nos orçamentos dos Ramos.

No ano de 2007, a nível de despesas de funcionamento há uma ligeira redução, sobretudo em Pessoal, a qual resultou em benefício de *Operação e manutenção*. De salientar ainda as despesas de Investimento, onde se cons-

tata um grande aumento, fruto das componentes PIDDAC e LPM.

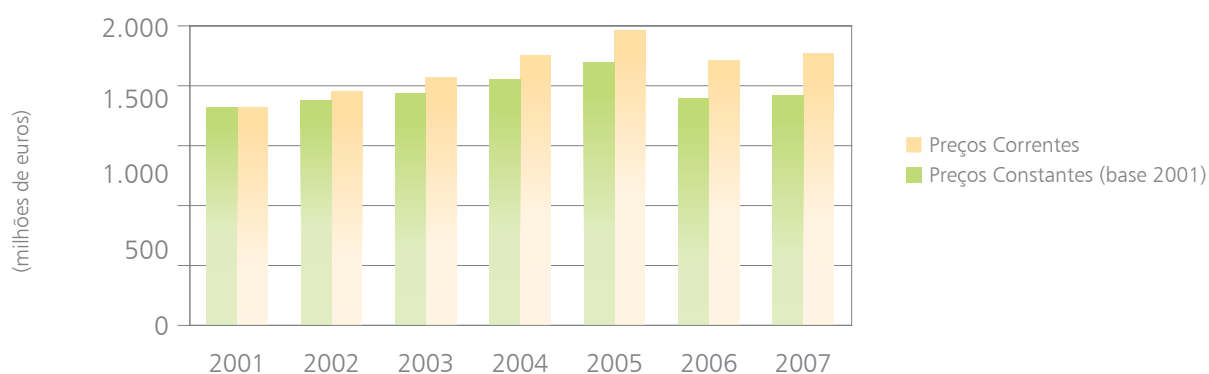
Relativamente à estrutura do ODN (orçamento da Defesa Nacional), constata-se que a componente *Pessoal* continua a absorver a maior parte dos recursos financeiros postos à disposição da Defesa.

1.1 – DESPESAS DA DEFESA A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Preços Correntes	Preços Constantes (base 2001)
2007	1.818,3	1.527,4
Dados retrospectivos		
2006	1.756,2	1.519,4
2005	1.962,0	1.743,3
2004	1.800,8	1.640,1
2003	1.647,1	1.536,1
2002	1.552,6	1.494,3
2001	1.448,1	1.448,1

Despesas da Defesa a Preços Correntes e Constantes



1.2 – VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DA DEFESA

(%)

Ano	Variação Anual
2007/2006	3,54%
Dados retrospectivos	
2006/2005	-10,49%
2005/2004	8,95%
2004/2003	9,33%
2003/2002	6,09%
2002/2001	7,22%

1.3 – DESPESAS DA DEFESA, DESPESAS PÚBLICAS E PIB, A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Preços Correntes			Preços Constantes		
	Despesas da Defesa	Despesas Públicas	PIB	Despesas da Defesa	Despesas Públicas	PIB
2007	1.818,3	45.650,2	162.919,0	1.527,4	38.345,6	136.850,1
Dados retrospectivos						
2006	1.756,2	45.353,5	155.279,0	1.519,4	39.239,3	134.344,7
2005	1.962,0	41.410,5	149.124,0	1.743,3	36.795,3	132.503,8
2004	1.800,8	39.243,0	144.128,0	1.640,1	35.741,0	131.266,3
2003	1.647,1	39.132,1	138.582,0	1.536,1	36.495,4	129.244,4
2002	1.552,6	45.980,3	135.434,0	1.494,3	44.254,4	130.350,3
2001	1.448,1	44.736,2	129.308,0	1.448,1	44.736,2	129.308,0

FONTES: Conta Geral do Estado 2001/2007, Relatório Anual 2007 do Banco de Portugal e Departamento de Prospectiva e Planeamento.

Despesas Públicas e PIB a Preços Correntes

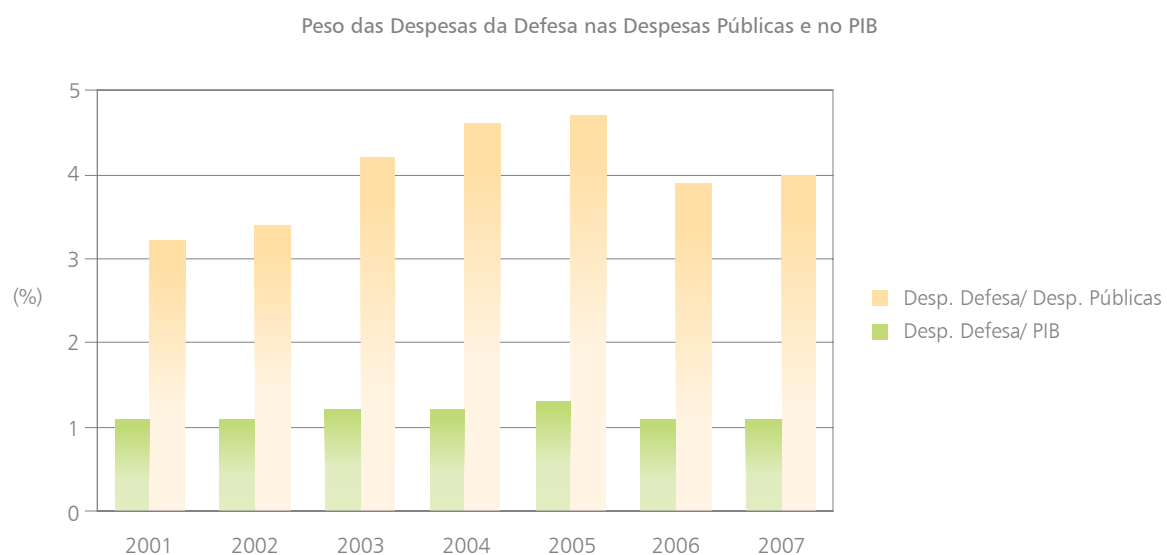


1.4 – PESO DAS DESPESAS DA DEFESA NAS DESPESAS PÚBLICAS E NO PIB

(%)

Ano	Despesas da Defesa/ Despesas Públicas	Despesas da Defesa/PIB
2007	4,0	1,1
Dados retrospectivos		
2006	3,9	1,1
2005	4,7	1,3
2004	4,6	1,2
2003	4,2	1,2
2002	3,4	1,1
2001	3,2	1,1

FONTES: Conta Geral do Estado 2001/2007, Relatório Anual 2007 do Banco de Portugal e Departamento de Prospectiva e Planeamento.



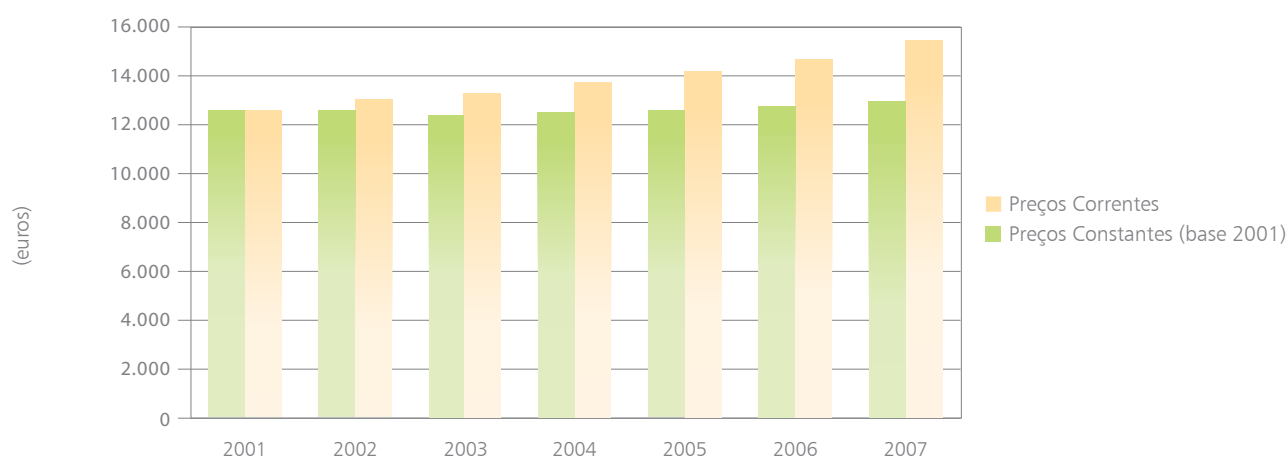
1.5 – PIB POR HABITANTE E DESPESAS DA DEFESA POR HABITANTE A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(euros)

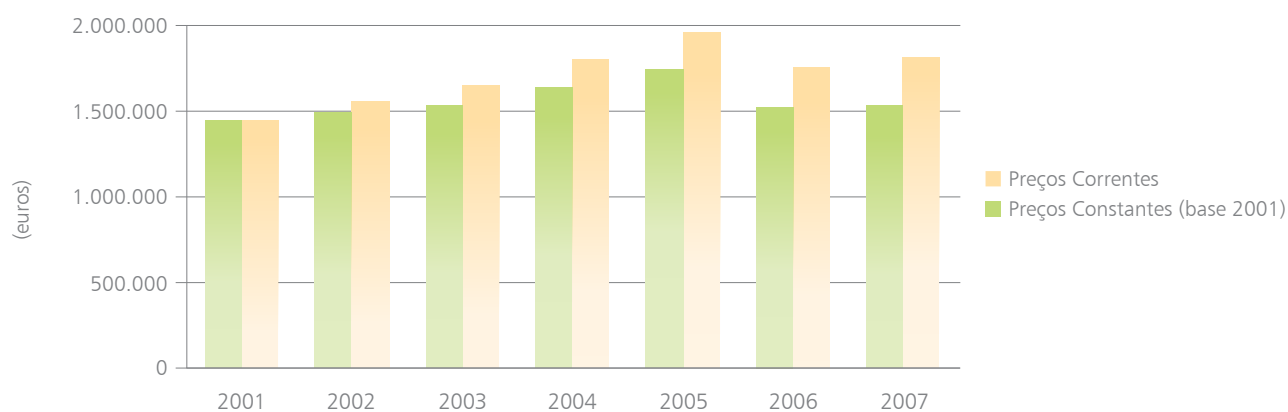
Ano	Preços Correntes		Preços Constantes	
	Despesas da Defesa/ Habitante	PIB/Habitante	Despesas da Defesa/ Habitante	PIB/Habitante
2007	171,3	15.343,7	143,8	12.888,5
wDados retrospectivos				
2006	165,7	14.650,3	143,4	12.675,2
2005	185,6	14.108,2	164,9	12.535,8
2004	171,0	13.688,7	155,8	12.467,1
2003	157,2	13.229,8	146,6	12.338,4
2002	149,2	13.012,5	143,6	12.524,1
2001	140,2	12.518,9	140,2	12.518,9

FONTES: Conta Geral do Estado 2001/2007, Relatório Anual 2007 do Banco de Portugal, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Estatísticas Demográficas Janeiro 2007.

PIB por Habitante



Despesas da Defesa por Habitante



1.6 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - DESPESAS GLOBAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

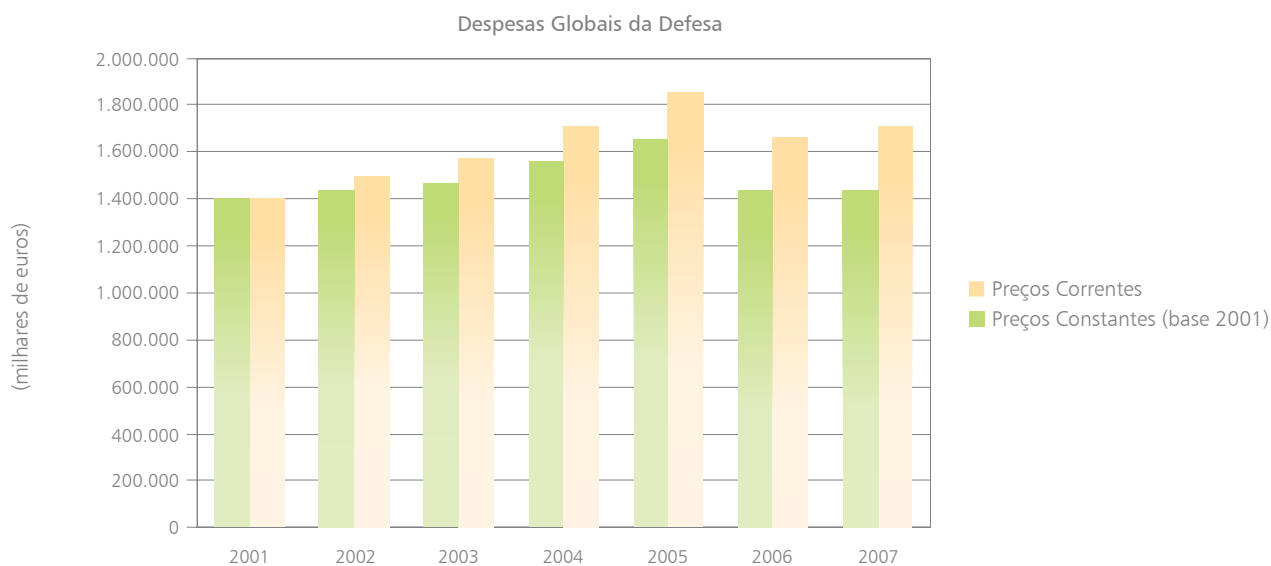
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2007	1.184.966,6	363.482,6	27.925,1	201.612,4	40.357,2	1.818.343,9
Dados retrospectivos						
2006	1.209.342,2	349.531,4	4.469,6	147.016,1	45.814,9	1.756.174,2
2005	1.235.281,5	357.845,8	97.893,6	230.997,8	39.963,6	1.961.982,3
2004	1.198.862,9	344.099,3	10.550,6	200.443,8	46.831,0	1.800.787,6
2003	1.100.673,3	303.974,6	18.698,1	149.423,7	74.352,2	1.647.121,9
2002	1.105.086,2	295.410,0	16.185,1	116.381,8	19.542,9	1.552.606,0
2001	1.023.975,5	242.690,1	18.219,6	152.628,4	10.556,3	1.448.069,9

FONTE: Conta Geral do Estado 2001/2007.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2007	995.358,1	305.321,2	23.456,8	169.352,0	33.899,6	1.527.387,7
Dados retrospectivos						
2006	1.046.308,4	302.410,4	3.867,0	127.196,6	39.638,5	1.519.420,9
2005	1.097.607,0	317.963,2	86.983,2	205.252,7	35.509,4	1.743.315,5
2004	1.091.878,5	313.392,4	9.609,1	182.556,6	42.651,9	1.640.088,5
2003	1.026.510,0	283.492,8	17.438,2	139.355,5	69.342,4	1.536.138,9
2002	1.063.605,6	284.321,5	15.577,5	112.013,2	18.809,4	1.494.327,2
2001	1.023.975,5	242.690,1	18.219,6	152.628,4	10.556,3	1.448.069,9

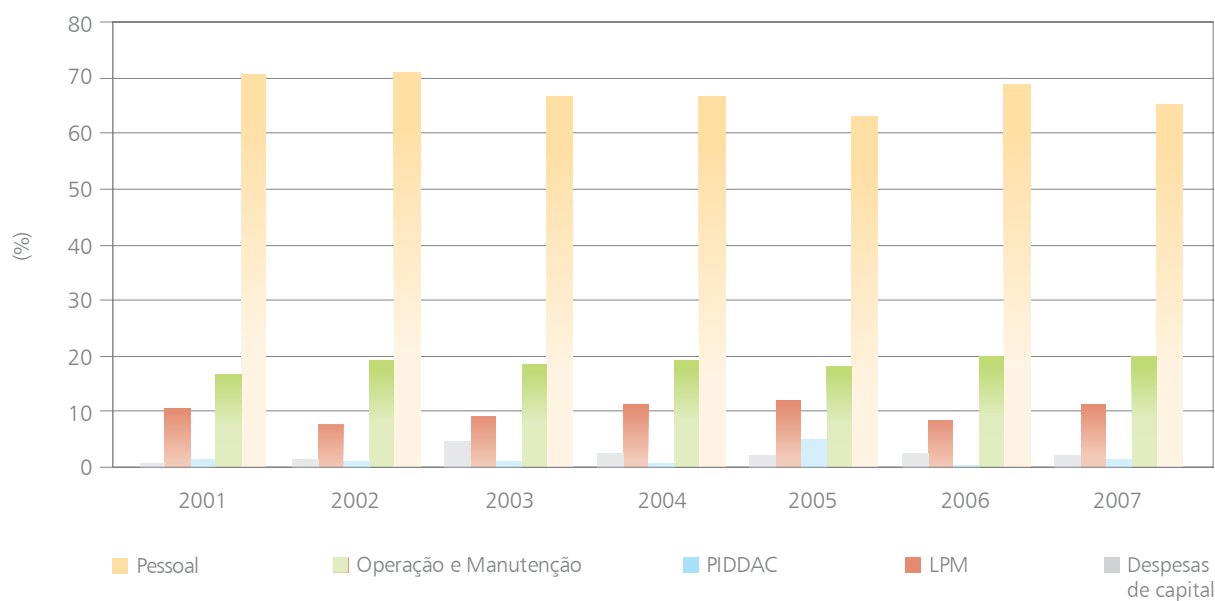


1.6 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - DESPESAS GLOBAIS (Continuação)

EM PORCENTAGEM

(%)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2007	65,2	20,0	1,5	11,1	2,2	100,0
Dados retrospectivos						
2006	68,9	19,9	0,3	8,4	2,5	100,0
2005	63,0	18,2	5,0	11,8	2,0	100,0
2004	66,6	19,1	0,6	11,1	2,6	100,0
2003	66,8	18,5	1,1	9,1	4,5	100,0
2002	71,2	19,0	1,0	7,5	1,3	100,0
2001	70,7	16,8	1,3	10,5	0,7	100,0



1.7 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - SERVIÇOS CENTRAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

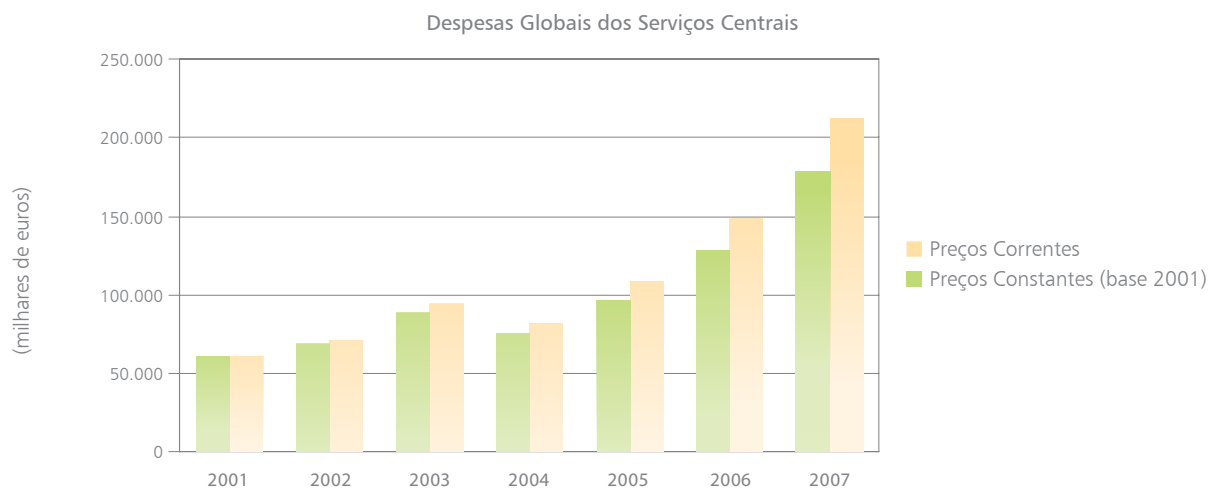
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2007	80.024,2	49.332,4	443,6	69.415,4	13.393,0	212.608,6
Dados retrospectivos						
2006	72.294,1	37.099,9	257,6	25.250,7	13.940,6	148.842,9
2005	17.966,3	30.040,2	34.293,5	17.171,6	8.906,0	108.377,6
2004	17.334,1	31.185,3	312,7	18.467,6	14.892,1	82.191,8
2003	16.098,5	29.366,8	241,7	11.066,2	37.599,5	94.372,7
2002	15.883,5	27.692,1	0,0	7.809,5	19.378,6	70.763,7
2001	16.528,2	31.409,8	637,1	2.305,0	10.165,3	61.045,4

FONTE: Conta Geral do Estado 2001/2007.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2007	67.219,4	41.438,6	372,6	58.308,1	11.250,0	178.588,7
Dados retrospectivos						
2006	62.548,0	32.098,4	222,8	21.846,6	12.061,2	128.777,0
2005	15.963,9	26.692,2	30.471,4	15.257,8	7.913,4	96.298,7
2004	15.787,3	28.402,3	284,8	16.819,6	13.563,1	74.857,1
2003	15.013,8	27.388,0	225,4	10.320,6	35.066,0	88.013,8
2002	15.287,3	26.652,6	0,0	7.516,4	18.651,2	68.107,6
2001	16.528,2	31.409,8	637,1	2.305,0	10.165,3	61.045,4



1.8 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - EMGFA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

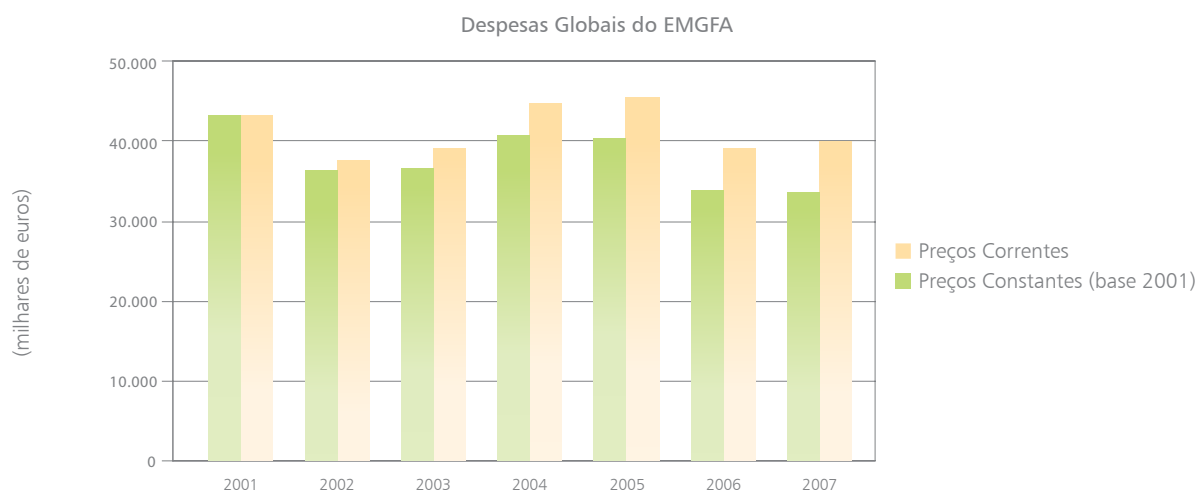
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2007	26.643,0	6.494,1	0,0	6.410,7	687,0	40.234,8
Dados retrospectivos						
2006	25.230,2	6.717,4	0,0	6.467,0	789,5	39.204,1
2005	25.683,3	6.444,3	0,0	12.843,8	709,3	45.680,7
2004	24.285,3	7.602,8	0,0	12.150,6	948,6	44.987,3
2003	24.120,6	6.179,7	0,0	8.227,0	814,9	39.342,2
2002	26.796,5	6.038,8	0,0	5.034,0	0,0	37.869,3
2001	29.153,3	6.589,3	0,0	7.735,9	0,0	43.478,5

FONTE: Conta Geral do Estado 2001/2007.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2007	22.379,8	5.455,0	0,0	5.384,9	577,1	33.796,8
Dados retrospectivos						
2006	21.828,9	5.811,8	0,0	5.595,1	683,0	33.918,8
2005	22.820,9	5.726,1	0,0	11.412,3	630,3	40.589,6
2004	22.118,2	6.924,3	0,0	11.066,3	863,9	40.972,7
2003	22.495,3	5.763,3	0,0	7.672,7	760,0	36.691,3
2002	25.790,7	5.812,1	0,0	4.845,0	0,0	36.447,8
2001	29.153,3	6.589,3	0,0	7.735,9	0,0	43.478,5



1.9 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - MARINHA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2007	316.498,4	101.680,9	22.968,3	35.456,3	6.498,8	483.102,7
Dados retrospectivos						
2006	335.416,2	101.877,1	2.065,5	26.417,6	9.783,7	475.560,1
2005	348.853,4	107.935,1	59.008,8	59.556,9	6.180,7	581.534,9
2004	328.700,4	96.045,6	5.519,7	60.045,8	4.626,4	494.937,9
2003	318.751,3	88.973,7	11.956,9	31.765,2	5.218,2	456.665,3
2002	310.956,1	79.228,1	11.451,3	22.597,4	164,3	424.397,2
2001	288.655,2	67.379,2	4.613,8	53.042,2	391,0	414.081,4

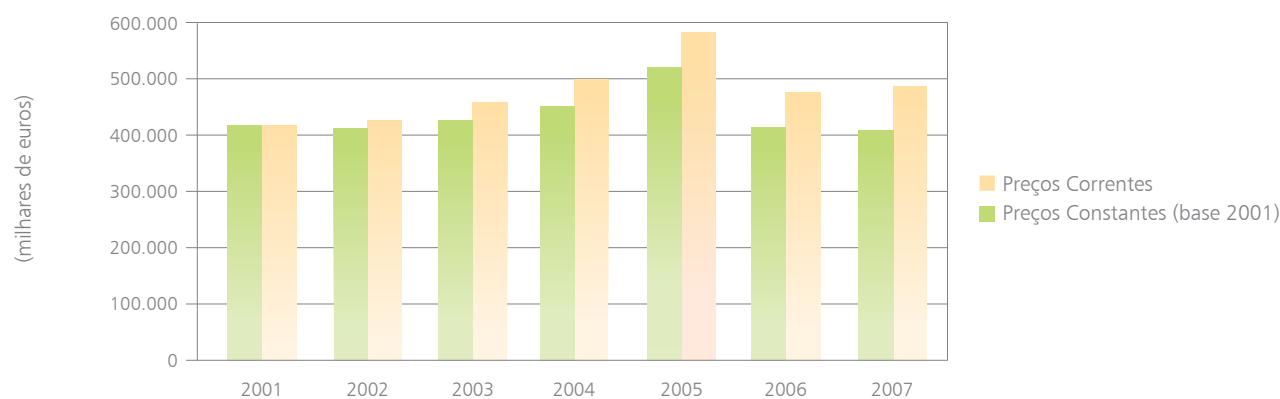
FONTE: Conta Geral do Estado 2001/2007.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2007	265.855,0	85.410,8	19.293,1	29.782,8	5.458,9	405.800,6
Dados retrospectivos						
2006	290.198,1	88.142,8	1.787,0	22.856,2	8.464,8	411.448,9
2005	309.973,0	95.905,5	52.432,1	52.919,2	5.491,8	516.721,6
2004	299.367,7	87.474,6	5.027,1	54.687,4	4.213,5	450.770,3
2003	297.273,8	82.978,6	11.151,3	29.624,9	4.866,6	425.895,2
2002	299.284,0	76.254,2	11.021,4	21.749,2	158,1	408.466,9
2001	288.655,2	67.379,2	4.613,8	53.042,2	391,0	414.081,4

Despesas Globais da Marinha



1.10 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - EXÉRCITO

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

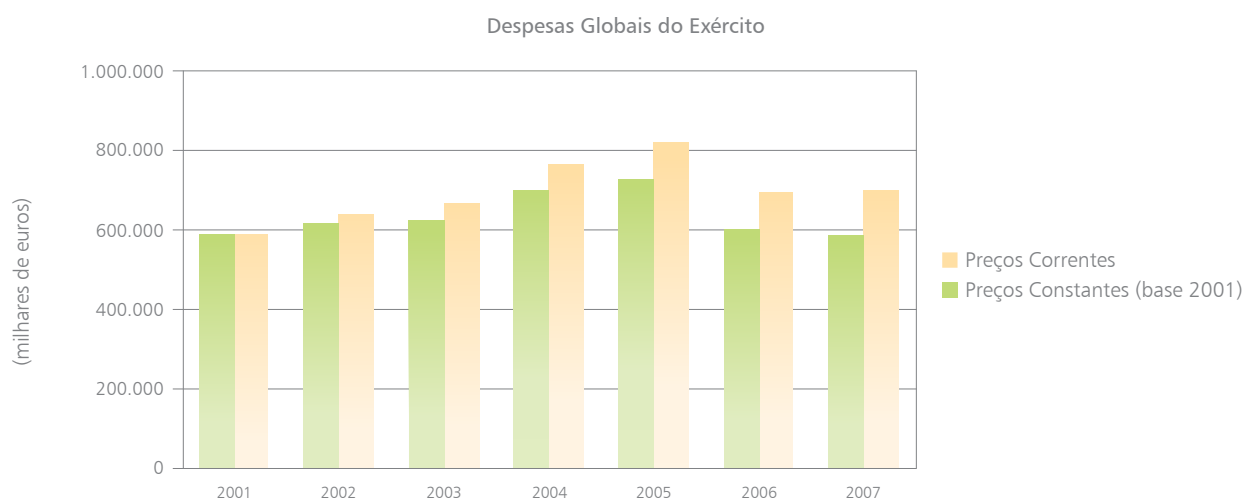
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2007	550.014,1	108.231,6	1.830,9	17.571,2	10.389,0	688.037,8
Dados retrospectivos						
2006	561.562,2	108.663,8	1.768,8	9.473,8	9.232,2	690.700,8
2005	614.154,0	104.510,8	2.317,3	90.703,0	8.894,2	820.579,3
2004	604.881,1	116.562,6	2.433,6	36.374,6	12.733,2	772.985,1
2003	523.425,5	96.093,3	3.506,9	25.467,3	10.412,0	658.905,0
2002	546.275,4	86.051,7	1.656,5	15.792,2	0,0	649.775,8
2001	492.606,5	66.567,4	6.484,4	22.060,3	0,0	587.718,6

FONTE: Conta Geral do Estado 2001/2007.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2007	462.005,4	90.913,3	1.537,9	14.759,6	8.727,4	577.943,6
Dados retrospectivos						
2006	485.856,9	94.014,6	1.530,4	8.196,6	7.987,6	597.586,1
2005	545.705,3	92.862,8	2.059,1	80.594,0	7.902,9	729.124,1
2004	550.902,6	106.160,8	2.216,4	33.128,6	11.596,9	704.005,3
2003	488.157,1	89.618,6	3.270,6	23.751,3	9.710,4	614.508,0
2002	525.770,4	82.821,7	1.594,3	15.199,5	0,0	625.385,9
2001	492.606,5	66.567,4	6.484,4	22.060,3	0,0	587.718,6



1.11 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - FORÇA AÉREA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

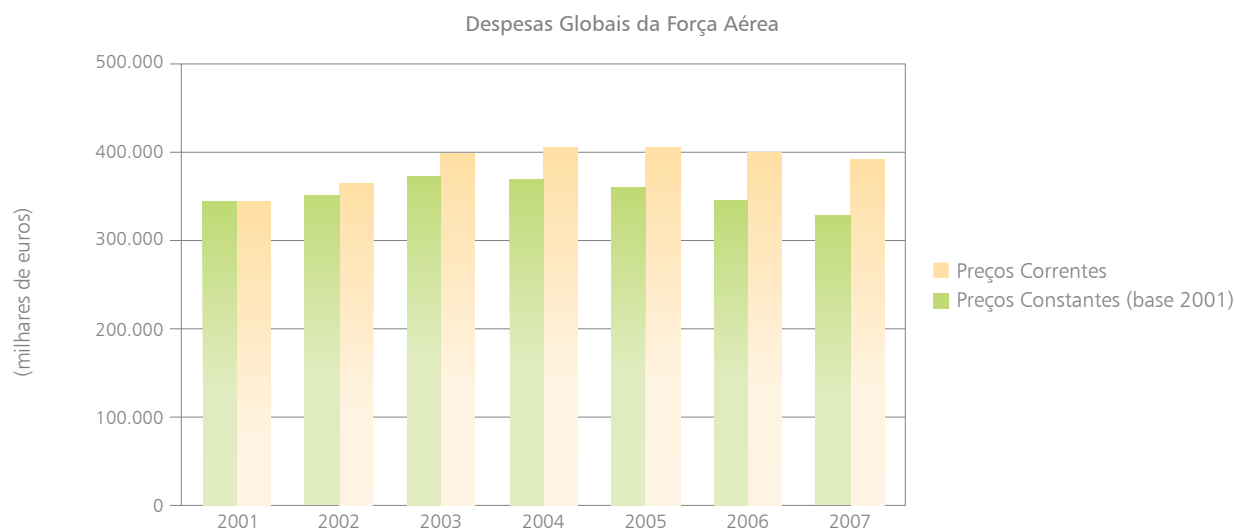
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2007	211.786,9	97.743,6	2.682,3	72.758,8	9.388,5	394.360,1
Dados retrospectivos						
2006	214.839,6	95.173,2	377,7	79.407,1	12.068,9	401.866,5
2005	228.624,5	108.915,5	2.274,1	50.722,5	15.273,2	405.809,8
2004	223.662,0	92.703,0	2.284,6	73.405,1	13.630,8	405.685,5
2003	218.277,5	83.361,1	2.992,6	72.897,9	20.307,7	397.836,8
2002	205.174,7	96.399,3	3.077,3	65.148,6	0,0	369.799,9
2001	197.032,3	70.744,4	6.484,4	67.485,1	0,0	341.746,2

FONTE: Conta Geral do Estado 2001/2007.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2007	177.898,5	82.103,5	2.253,1	61.116,5	7.886,2	331.257,8
Dados retrospectivos						
2006	185.876,6	82.342,7	326,8	68.702,1	10.441,9	347.690,1
2005	203.143,9	96.776,6	2.020,6	45.069,3	13.571,0	360.581,4
2004	203.702,8	84.430,4	2.080,8	66.854,6	12.414,4	369.483,0
2003	203.570,0	77.744,3	2.790,9	67.986,0	18.939,4	371.030,6
2002	197.473,2	92.780,9	2.961,8	62.703,2	0,0	355.919,1
2001	197.032,3	70.744,4	6.484,4	67.485,1	0,0	341.746,2



1.12 – DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN

A PREÇOS CORRENTES

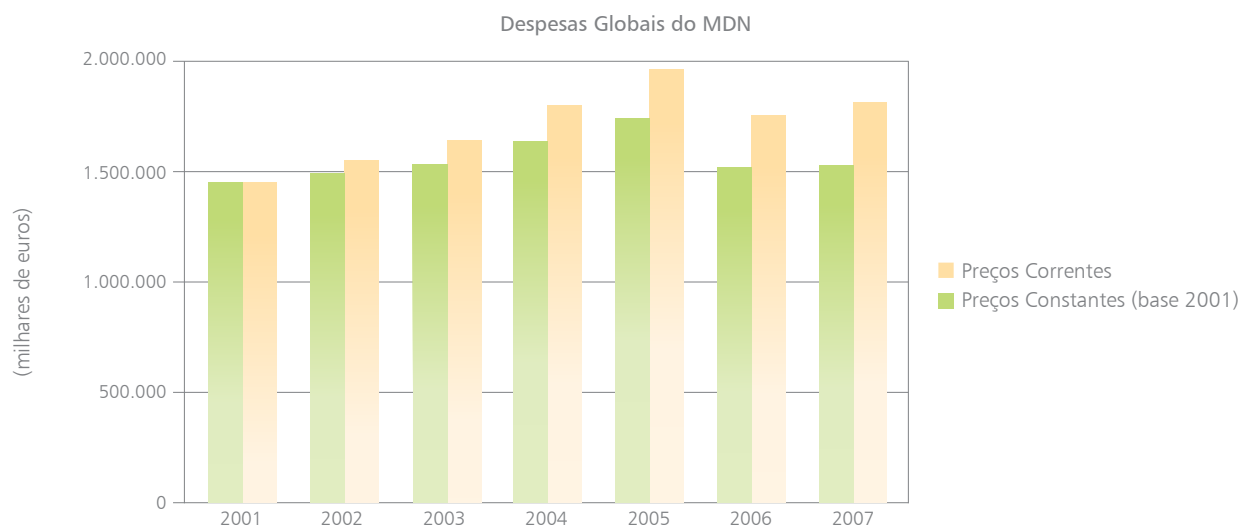
(milhares de euros)

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2007	212.608,6	40.234,8	483.102,7	688.037,7	394.360,1	1.818.343,9
Dados retrospectivos						
2006	148.842,8	39.204,0	475.560,1	690.700,8	401.866,5	1.756.174,2
2005	108.377,6	45.680,8	581.534,8	820.579,2	405.809,7	1.961.982,1
2004	82.191,8	44.987,3	494.937,8	772.985,1	405.685,6	1.800.787,6
2003	94.372,7	39.342,2	456.665,2	658.905,1	397.836,8	1.647.122,0
2002	70.763,8	37.869,3	424.397,1	649.775,9	369.800,0	1.552.606,1
2001	61.045,3	43.478,5	414.081,4	587.718,5	341.746,2	1.448.069,9

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2007	178.588,7	33.796,8	405.800,6	577.943,7	331.257,9	1.527.387,7
Dados retrospectivos						
2006	128.777,0	33.918,9	411.448,9	597.586,1	347.690,0	1.519.420,9
2005	96.298,7	40.589,6	516.721,6	729.124,1	360.581,4	1.743.315,4
2004	74.857,1	40.972,7	450.770,4	704.005,3	369.482,9	1.640.088,4
2003	88.013,9	36.691,3	425.895,2	614.508,1	371.030,6	1.536.139,1
2002	68.107,6	36.447,8	408.466,9	625.385,8	355.919,1	1.494.327,2
2001	61.045,3	43.478,5	414.081,4	587.718,5	341.746,2	1.448.069,9

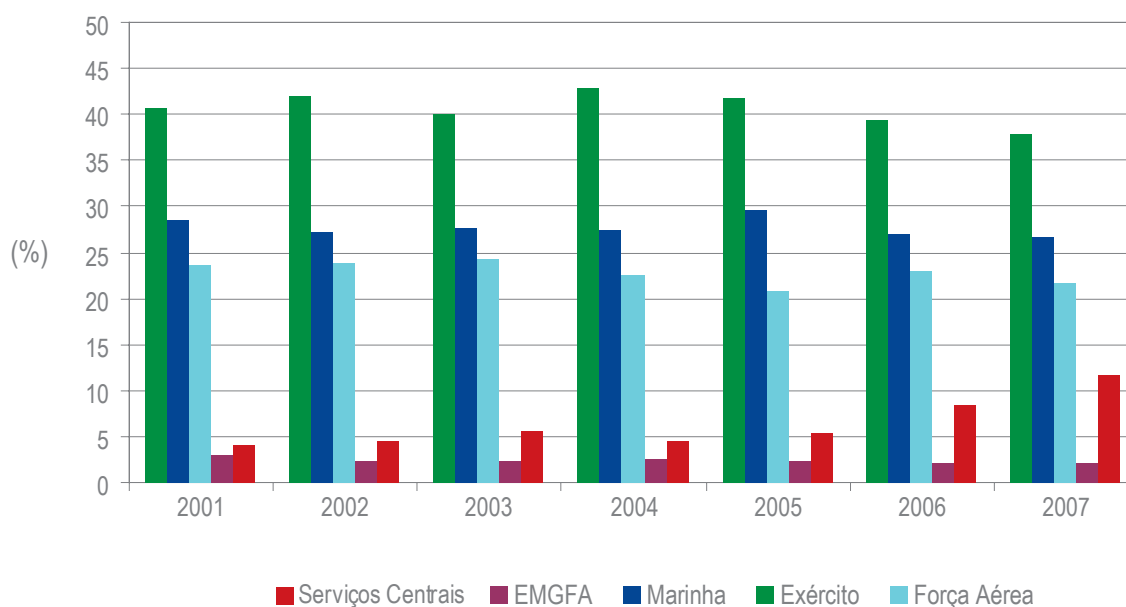


1.12 – DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN (Continuação)

EM PERCENTAGEM

(%)

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2007	11,7	2,2	26,6	37,8	21,7	100,0
Dados retrospectivos						
2006	8,5	2,2	27,1	39,3	22,9	100,0
2005	5,5	2,3	29,7	41,8	20,7	100,0
2004	4,6	2,5	27,5	42,9	22,5	100,0
2003	5,7	2,4	27,7	40,0	24,2	100,0
2002	4,6	2,4	27,3	41,9	23,8	100,0
2001	4,2	3,0	28,6	40,6	23,6	100,0





Missões de Interesse Público



Nota Explicativa

As Missões de Interesse Público inserem-se numa nova postura das Forças Armadas, pretendendo-se que estas alcancem uma maior visibilidade dentro da sociedade, em especial com o impacto decorrente do desempenho das missões relacionadas com a protecção civil, o desenvolvimento sustentado em ambiente saudável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

É neste contexto que as Forças Armadas colocam ao serviço do país e também da comunidade internacional os seus meios humanos e materiais e, ainda, o seu acumulado conhecimento, exercendo importantes missões nos espaços marítimo, terrestre e aéreo.

O resultado dessa actividade encontra-se resumido em quadros próprios, onde se assinalam as áreas de missão que competem a cada um dos Ramos das Forças Armadas e os elementos orgânicos que têm a responsabilidade primária de as assegurar, bem como os meios utilizados e respectivos encargos financeiros.

MARINHA

A Marinha vem colocando ao serviço do país, e também da comunidade internacional, a sua vocação, os seus recursos e, ainda, o seu conhecimento acumulado dos assuntos do mar, para exercer, nos espaços marítimos, importantes tarefas no âmbito das Missões de Interesse Público.

O reconhecimento dessas capacidades tem conduzido a que, nos termos da lei, a Marinha colabore em tarefas relacionadas com a satisfação dos interesses públicos e a melhoria da qualidade de vida das populações e exerça acções no âmbito das missões de interesse geral a cargo do Estado.

Para a garantia do exercício da autoridade do Estado e do serviço de busca e salvamento marítimo, incluindo a colaboração com o serviço de busca e salvamento aéreo, foi mantido o Dispositivo Normal Padrão, tendo as unidades navais concorrido com 3.527 dias de missão,

21.129 horas de navegação, o que corresponde a 9,7 navios permanentemente com missão atribuída. Neste âmbito, o quadro 2.1 representa os valores correspondentes em horas de missão distribuídos pelas áreas do Continente, Açores e Madeira denotando-se valores próximos dos verificados em 2006. Todos estes meios assumem elevada prontidão para acções no âmbito da salvaguarda da vida humana.

Assim, no ano a que se reporta este anuário, como acções mais significativas realizadas pela Marinha no âmbito do Interesse Público apontam-se as seguintes:

- Colaboração com a Polícia Judiciária no combate a actividades ilícitas, através da disponibilização de meios navais, de fuzileiros e de facilidades de monitorização através do Centro de Operações do Comando Naval. Concretizaram-se, durante o ano de 2007, um total de 5 operações, tendo-se no total, em operações desclassificadas, procedido à apreensão de 1,5 TON de cocaína e 3 TON de haxixe;
- Participação da corveta N.R.P. “Jacinto Cândido” na operação “Hera II – 2nd Stage” na área do Senegal, no âmbito do projecto de controlo de imigração ilegal FRONTEX da União Europeia.
- Promoção da investigação científica no mar, contribuindo para o conhecimento oceanográfico do litoral e da zona económica exclusiva (ZEE), designadamente nas áreas da Física, da Geologia, da Química e da poluição, quer com meios próprios, quer em colaboração com outras instituições nacionais e estrangeiras. A actividade dos navios do Agrupamento de Navios Hidrográficos encontra-se reflectida no quadro 2.1 e merecem particular realce os levantamentos para a definição das Q-Routes dos portos de Faro, Portimão e Aveiro, no âmbito da elaboração do Volume X do AMP 11 (*Minewarfare pilot*). A actividade dos navios do Agrupamento de Navios Hidrográficos apresentou um acréscimo relativamente

- a 2006, fruto da continuação do empenhamento no levantamento associado ao estudo sobre o eventual alargamento da Plataforma Continental, em articulação com o Instituto Hidrográfico e com o Grupo de Estrutura da Missão Plataforma Continental, missão à qual foi dada prioridade;
- Colaboração nas medidas de segurança implementadas por ocasião de visitas de navios estrangeiros a portos nacionais, através do acompanhamento com unidades navais durante as entradas e saídas de barras, e vistorias, controlo de acesso a áreas molhadas por unidades navais, de fuzileiros e de mergulhadores;
 - Colaboração com a Autoridade Nacional de Protecção Civil: o Comando do Corpo de Fuzileiros manteve durante o Inverno a prontidão dos meios atribuídos ao Plano Tejo (plano de prevenção de cheias);
 - Divulgação da missão da Marinha e das Forças Armadas, quer através de acções de presença naval em várias localidades ribeirinhas, principalmente por ocasião de festividades locais, quer através da concessão de facilidades a escolas e agremiações culturais para a realização de várias visitas a navios, a organismos sedeados na Base Naval de Lisboa e à Base e Escola de Fuzileiros;
 - Realização de 2.677 acções de fiscalização no Continente, Açores e Madeira, contrariando a tendência de descida desde 2004 com uma tendência crescente do esforço de fiscalização da pesca, constatou-se uma diminuição do número de embarcações legais e um aumento das presumíveis infractoras. A grande maioria das acções de fiscalização teve lugar na área do Continente (2.555 – 92,5%). Nos Açores foram levadas a cabo 62 acções de fiscalização (2,3%) e na Madeira 136 (5,3%);
 - Activação em permanência, durante 24 horas por dia, todos os dias do ano, dos 2 Centros de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo (Lisboa e Ponta Delgada), o Sub-Centro do Funchal e um dispositivo naval composto por um mínimo de 2 corvetas, 2 patrulhas e 5 lanchas de fiscalização;
 - Cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado Português nas áreas de responsabilidade nacional de Busca e Salvamento Marítimo, tendo sido realizadas 1.267 acções de Busca e Salvamento (SAR). 908 destas acções ocorreram na *Search and Rescue Region* (SRR) Lisboa e 359 na SRR Santa Maria. Decorrente destas acções, foram salvas 1.067 pessoas, havendo a registar um número de 33 desaparecidos e 147 mortos;
 - Exercício da autoridade do Estado, através de acções de vistoria, desembarço e fiscalização de embarcações, de policiamento da actividade marítima nas zonas ribeirinhas e de fiscalização do cumprimento das regras de navegação. Esta última actividade foi efectuada por meios do Comando Naval no âmbito das suas atribuições no Sistema de Autoridade Marítima;
 - Estes meios, com a colaboração das Estações Radio-navais e de outros organismos da Marinha e da Força Aérea, foram responsáveis por várias acções de salvamento e evacuação médica, em consequência da solicitação de pedidos de assistência ou da recepção de sinais de emergência;
 - Vigilância e controlo do tráfego marítimo ao longo das costas de Portugal e dos arquipélagos dos Açores e Madeira, em verificação da soberania do Estado nas águas territoriais, da segurança da navegação em geral e do cumprimento dos Esquemas de Separação de Tráfego em particular;
 - Apoio a várias entidades policiais, militarizadas e civis, nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, quer na concessão de facilidades de transporte de pessoas e bens entre ilhas, quer no apoio a actividades de carácter cultural e científico;
 - Colaboração da Banda da Armada com diversas entidades civis, nomeadamente autarquias locais, em várias zonas do país, em acções de carácter cultural e recreativo, através da realização de concertos e actuações que contribuíram para reforçar a boa imagem da Marinha entre as populações.

No apuramento das despesas no âmbito do Comando Naval, foram imputados às diferentes actividades os custos com suplemento de embarque, alimentação, combustíveis e manutenção, sendo estes últimos calculados com base no custo médio de manutenção por dia de utilização operacional dos navios empenhados.

No que respeita aos órgãos regionais e locais da Direcção-Geral da Autoridade Marítima (5 Departamentos Marítimos, 28 Capitánias e 16 Delegações Marítimas), foi seguido o critério de se considerar um serviço de 7 horas por dia, durante 251 dias do ano, e em serviço permanente de 24 horas sobre 24 horas, durante 365 dias do ano, os 5 Comandos Regionais e 28 Comandos Locais da Polícia Marítima que constituem a estrutura operacional da Autoridade Marítima Nacional.

No âmbito da Segurança Marítima, foi seguido o crité-

rio de se considerar em serviço permanente de 24 horas sobre 24 horas, durante 365 dias do ano, as 30 estações Salva-Vidas e os 55 Faróis.

No âmbito do Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos, tomou-se como critério a laboração de 7 horas por dia, durante 251 dias no ano.

Por fim, no que diz respeito aos restantes organismos, o número total de horas de missão foi calculado tomando-se como base o horário normal de funcionamento dos serviços (7 horas/dia) durante o número de dias úteis verificado durante o ano de 2007, o que significa que não foram levadas em linha de conta, quer as horas de missão imputáveis às embarcações atribuídas, quer a disponibilidade para garantia de execução de acções não planeadas, a qual é permanentemente assegurada, não só naqueles órgãos como também no Comando Naval, pelo pessoal de serviço.

ELEMENTOS ORGÂNICOS, MEIOS AFECTOS E DESPESAS POR ÁREA DE MISSÃO

2.1 – MARINHA

(euros)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Autoridade Marítima	DGAM	74 (a)		2.000				
		Departamentos Marítimos/ Capitánias 451	Viaturas 160 Embarcações 130 Tx/Rx 389	2.000	25.170.691,79	12.840.546,73	1.990.821,46	40.002.059,98
		461		8.760				
Segurança Marítima	IH	7	Computadores 7	4.648	77.950,00	3.580,00		81.530,00
	DGAM	DF (Sede) 97	Faróis/Farolins 479 Bóias e balizas 318 Sinais sonoros 28 Viaturas 12	1.800	1.875.843,00	3.766.329,00	605.915,00	6.248.087,00
		Faróis 103	Embarcações 4 Estações DGPS 4	7.530				
		ISN (Sede) 55	Estações S/V 30 Embarcações S/V 43 Viaturas 13	2.200	3.369.945,00	2.033.390,00	960.634,00	6.363.969,00
		Salva-Vidas 77	Auto porta-cabos 9	8.760				
Preservação do Meio Marítimo	DGAM - Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos	22	UAM 2 Botes pneumáticos 2 Lanchas semi-rígidas 1 Viaturas 7 Viaturas tipo TIR 2 Porta-máquinas 1 Tractores 2 Retrosescavadoras 1 Gruas móveis 1 Auto-gruas 1 Monta-cargas 4 Recuperadores 26 Barreiras 6.200 m Enroladores 19 Bombas 23 Compressores 8 Máq. lavar alta pressão 11 Tanques portáteis 33 Sist. de barreiras V 260 m	514	220.000,00	915.812,00	415.867,00	1.551.679,00
	IH - Acções de Monitorização e Recolha de Análises em Laboratório	10	Garrafas de colheita 6 Salinómetros 1 Autoanalísadores 1 Espectrofotómetros UV visível 1 Espectrómetros de absorção atómica 1 Analísadores de mercúrio 1 Espectrofotómetros de infravermelhos 1 Cromatógrafos 1 Cromatógrafos com detector de massa 1 Computadores 8 Impressoras 4 Computadores portáteis 1	2.256	23.323,00	83.322,00	46.571,00	153.216,00
	CN	202	1 FFGH 1 PBR	10	2.436,92	3.295,80		5.732,72

(a) Inclui a Escola da Autoridade Marítima e a Repartição de Pessoal da Polícia Marítima, não incluindo o ISN nem a Direcção.

2.1 – MARINHA (Continuação)

(euros)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Fiscalização e Controlo das Actividades de Pesca	CN	70	1 FS	48	2.472,00	3.026,00		5.498,00
	CN	33	1 PBR	30	1.040,84	2.014,30		3.055,14
	CN – Dispositivo Padrão	873	1 FFGH 6 FS 1 ABU 4 PB 12 PBR		2.342.792,67	2.712.719,81		5.055.512,48
Monitorização de Actividades Susceptíveis de Ilícitudes	CN	325	1 FFGH 2 FS	500	37.811,06	112.322,98		150.134,04
Vigilância e Patrulha do Espaço Marítimo	CN	873	2 FFGH 6 FS 1 ABU 4 PB 12 PBR	21.129	2.342.792,67	2.712.719,81		5.055.512,48
Presença Naval	CN - Dia da Marinha	790	1 FFGH 1 FF 2 FS 1 SSK 1 AOR 1 AXS 1 NTM	1.344	255.521,19	294.115,26		549.636,45
	CN - 10 de Junho	331	1 FFGH 1 PBR 1 AXS	197	16.885,32	26.659,42		43.544,74
	CN - Diversos	52	1 PBR 1 AGSC 2 AXS	160	5.422,70	19.700,96		25.123,66

X – Não disponível

2.1 – MARINHA (Continuação)

(euros)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Investigação Científica no Mar	IH	77	Servidores 4	3.892	53.400,00	36.283,00	6.489,00	96.172,00
			Computadores 5					
			Software SIG e SGBD					
			Computadores 1	50	900,00		2.015,00	2.915,00
			Sondadores multifeixe 6	20.643	318.467,00	10.376,00	155.391,00	484.234,00
			Sondadores feixe simples 14					
			Perfiladores SVP 6					
			Receptores GPS 12					
			Embarcações 6					
			Computadores 14					
			Compensadores de movimentos 4					
			Impressoras 3					
			Plotters 2					
			Correntómetros Aanderaa 16	22.132	375.239,00	461.325,00	258.408,00	1.094.972,00
			Cadeias de termistores 2					
			Estações meteorológicas 5					
			Salinómetros 2					
			ADCP 9					
			CTD 3					
			Bóias ondógrafo 7					
			Marégrafos 25	140	2.000,00		3.047,00	5.047,00
			Computadores 36					
			Estações UNIX 5					
			Impressoras 7					
			Computadores 16	23.968	236.158,00	44.038,00	90.245,00	370.441,00
			Impressoras 5					
			Plotters A0 1					
			Workstations 3					
			Sist. aquis. proc. dados Geofísica 1					
			Sistemas de filtragem 2					
			Difractómetros 1					
			Sedimentógrafos laser 1					
			Colhedores SMT 7					
			Lupas e microscópios 3					
			Analizador carbono 1					
			Sistema peneiração 2					
			Sistemas reflexão sísmica 3					
			Sistema sonar lateral 2					
			Magnetómetro 1					
			Autoanalísadores 1	1.529	22.025,00	29.915,00	1.187,00	53.127,00
			Espectrómetros UV visível 1					
			Espectrómetros de absorção atómica 1					
			Analizador de mercúrio 1					
			Cromatógrafos 2					
			Cromatógrafos com detector de massa 1					
			Computadores 6					
			Impressoras 4					
	CN	99	2 AGS	7.184	349.286,81	939.212,44		1.288.499,25
			2 AGSC					
Busca e Salvamento	CN – Centro de Busca e Salvamento	873	1 FFGH 6 FS 1 ABU 4 PB 12 PBR	21.129	2.342.792,67	2.712.719,81		5.055.512,48
	IH	3	Computadores 3	175	3.574,00	322,00		3.896,00
TOTAL	-	5.958	-	164.728	39.448.770,64	29.763.745,32	4.536.590,46	73.749.106,42

EXÉRCITO

O Exército presta anualmente apoio a diversas entidades civis, tarefas às quais dedica especial empenho e que são objecto do reconhecimento público. Este Ramo tem procurado dar resposta a inúmeras solicitações que não se esgotam apenas no âmbito das chamadas Missões de Interesse Público. Dessa forma, e no intuito de estreitar o contacto com a população e sensibilizar a comunidade civil para a instituição militar, as unidades têm acolhido ao longo do ano visitas de várias escolas e outras entidades, tendo igualmente sido realizadas exposições e outros eventos de natureza cultural e desportiva.

A exemplo do sucedido em anos anteriores, a acção do Exército pode ser enquadrada em três áreas fundamentais, designadamente, *Colaboração com as Autoridades Civas*, *Apoio à Autoridade Nacional de Protecção Civil* e *Acções de Defesa do Meio Ambiente*.

Colaboração com Autoridades Civas

Actividades da Engenharia Militar

No âmbito da colaboração com as autoridades civis, e de acordo com o *Plano de Actividade Operacional Civil (PAOC)*, a Engenharia Militar realizou trabalhos de abertura e manutenção de itinerários, em apoio à satisfação das necessidades básicas das populações, nos concelhos de Palmela, Reguengos de Monsaraz, Cabeceiras de Basto, Viseu, Sabugal, Vila Nova de Poiares, Idanha-a-Nova e Vila de Rei, bem como nas juntas de freguesia da Pontinha e de Olival.

Apoio Recreativo e Cultural

Para além das inúmeras visitas de escolas a unidades militares e da cedência de áreas para realização de acampamentos, o Exército proporcionou também o acesso ao património nacional à sua responsabilidade, com particular ênfase para a garantia de acessibilidade ao Castelo de Almourol, às instituições colectivas que assim o solicitaram.

As Bandas Militares e a Orquestra Ligeira do Exército realizaram concertos e actuações, em resposta a so-

licitações de autarquias locais e outros organismos, contribuindo deste modo para a acção cultural e recreativa das populações.

A equipa de queda-livre “Os Falcões Negros” efectuou sessões de saltos de demonstração de pára-quedismo, no âmbito de eventos recreativos realizados por todo o país.

Realizaram-se exposições e foi igualmente prestada colaboração a várias entidades no domínio da Cartografia Militar.

Apoio Logístico

Com os seus meios humanos e materiais, o Exército prestou apoio logístico à realização de diversos eventos desportivos, recreativos e culturais realizados por todo o país.

As unidades participaram e prestaram apoio logístico a diversos eventos de carácter religioso, entre os quais se salienta o efectuado aos peregrinos a Fátima.

Foram ainda utilizadas as carreiras de tiro do Exército pela GNR, PSP, PJ, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Serviços Prisionais.

Colaboração com a Autoridade Nacional de Protecção Civil

Nos termos definidos na legislação em vigor, o Exército colabora e presta apoio à Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), a nível nacional e regional, nomeadamente em situações de cheias e calamidades provocadas pelas chuvas, e no apoio ao combate aos incêndios florestais.

A acção nestas áreas obedece a um planeamento centralizado e a uma execução descentralizada. Desta forma, o apoio é normalmente executado através do accionamento de planos de operações previamente elaborados que permitem responder prontamente às solicitações da ANPC em situações de calamidade.

Houve envolvimento do Exército em acções de combate directo a incêndios, em operações de rescaldo e na cedência de equipamentos para apoio logístico, de Norte a Sul do país.

Acções de Defesa do Meio Ambiente

A nível interno, foram desenvolvidas actividades de recuperação e conservação ambiental e de sensibilização e formação dos seus efectivos. É também de re-

ferir o esforço contínuo no domínio da sensibilização do contingente militar para os problemas ambientais, através da realização de acções de formação, palestras e outras actividades.

2.2 – EXÉRCITO

(euros)

Missão	Estrutura	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Distância Percorrida (Km)	Natureza das Despesas			TOTAL
			Humanos	Materiais			Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
C. M. Palmela - Beneficiação de Itinerários	CMD OP	RE1	8	6	341	4.808				(a)
C. M. Reguengos de Monsaraz - Melhoramento de caminhos de acesso às muralhas	CMD OP	RE1	7	7	671	18.525				(a)
C. M. Reguengos de Monsaraz - Beneficiação de Itinerários	CMD OP	RE1	7	8	728	11.040				(a)
Regimento de Sapadores Bombeiros - Desmatção de terrenos	CMD OP	RE1	5	4	51	512				(a)
Junta de Freguesia da Pontinha - Terraplanagem de Campo de Futebol	CMD OP	RE1	5	4	11	77				(a)
C. M. Cabeceiras de Basto - Execução de Aeródromo em Abadim	CMD OP	RE3	5	6	3.840	19.847				(a)
C. M. Viseu	CMD OP	RE3	5	4	1.041	10.166				(a)
C. M. Sabugal - Abertura da variante Sabugal-Belmonte	CMD OP	RE3	14	9	17.155	20.604				(a)
Junta de Freguesia de Olival - Alargamento de caminhos	CMD OP	RE3	4	5	1.081	7.077				(a)
C. M. Vila Nova de Poiares - Terraplanagem p/ a construção de Aeródromo	CMD OP	RE3	8	7	2.599	20.208				(a)
C. M. Idanha-a-Nova - Limpeza e abertura de caminhos florestais	CID	EPE	6	5	87	1.145				(a)
DGRF - Limpeza de caminhos florestais	CID	EPE	4	3	295	5.313				(a)
C. M. Vila de Rei - Abertura de estrada junto da albufeira de Castelo de Bode	CID	EPE	6	6	213	2.090				(a)
TOTAL	-	-	99	127	24.733	152.055				(a)

(a) Despesas afectas às entidades apoiadas.

FORÇA AÉREA

Do conjunto das várias actividades desenvolvidas pela Força Aérea, no ano transacto, continua a ser significativo o esforço que tem sido dedicado às acções realizadas no âmbito das Missões de Interesse Público.

A diversidade de actividades desenvolvidas em colaboração com as autoridades e organismos civis, quer através do emprego de meios em missões de manutenção da paz e de apoio humanitário, busca e salvamento, evacuação sanitária, transporte de órgãos, controlo da poluição, controlo aduaneiro e de fiscalização quer através do apoio a actividades de cariz recreativo, cultural e logístico, reflecte a importância e o peso desta vertente na actividade da Força Aérea, permitindo uma interacção constante de interesse nacional entre a comunidade civil e a instituição militar.

Do total de 21.473:40 horas de voo realizadas em 2007, cerca de 5.802:00 H/V foram voadas em missões operacionais, das quais 41,7% foram em benefício de Missões de Interesse Público (2.418,15 H/V), repartidas por diversas áreas de actividade, como a seguir se indica.

Em apoio de autoridades civis, foram apoiadas as seguintes entidades e organismos: Presidência da República (19 missões, com 63:05 H/V); Governo da República, incluindo a Presidência do Conselho de Ministros (44 missões, 186:50 H/V e os vários ministérios: Ministério dos Negócios Estrangeiros (6 missões, 41:20 H/V); Ministério da Administração Interna (5 missões, 14:15 H/V); Ministério da Justiça (1 missão, 16:40 H/V); Ministério da Defesa Nacional (22 missões, 200:00 H/V); Ministério da Economia e da Inovação (20 missões, 206:05 H/V); Ministério das Obras Públicas (3 missões, 16:05 H/V); Ministério da Saúde (24 missões, 67:15 H/V); Ministério da Agricultura e Pescas (3 missões, 10:40 H/V); e Ministério das Finanças (1 missão, 8:10 H/V).

Foram também executadas missões para os seguintes organismos: Banco de Portugal, no transporte de valores (6 missões, 29:20 H/V); CTT (7 missões, 36:40 H/V);

SATA - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, no transporte de material e de pessoal de manutenção de aeronaves (6 missões, total de 20:00 H/V); TAP (1 missão, 31:50 H/V).

No âmbito das missões de Transporte e Evacuação Sanitária, foi elevado o número de acções realizadas, num total de 376 missões, que corresponderam ao transporte de 395 doentes, incluindo órgãos para transplante, com um dispêndio de 768:15 horas de voo.

Em apoio do Governo Regional dos Açores, foi efectuado o transporte de 137 doentes (128 missões, total de 323:55 H/V) e para o Governo Regional da Madeira, 175 doentes (153 missões, total de 125:00 H/V).

O Destacamento da Força Aérea na República de S. Tomé e Príncipe efectuou um total de 106 missões, sendo 13 dessas missões de evacuação sanitária e duas de Busca e Salvamento, que totalizaram 167:55 H/V.

No âmbito das Operações de Manutenção de Paz e de Apoio Humanitário, foram levadas a cabo 142 missões, num total de 944:45 H/V. Incluídas nestas missões está o apoio às nossas tropas em diversos teatros de operações: Afeganistão, Kosovo e Bósnia. A Operação "Active Endeavour" patrulhamento efectuado pelo P3P em apoio às Forças Aliadas, Operação Náutilus, igualmente em P3P no controlo Aduaneiro internacional e a Operação Báltico efectuada pelos F16.

Nas operações de Controlo da Poluição foram gastas 11:00 H/V, num total de 2 missões.

No que se refere às missões de Fiscalização no Âmbito das Pescas (SIFICAP), foram gastas 531:55 H/V num total de 161 missões distribuídas pelo Continente, Açores e Madeira (Continente: 374:45 H/V, 118 missões; Açores: 78:25 H/V, 23 missões; Madeira: 78:45 H/V, 20 missões). Refira-se ainda que a área coberta nestas acções de fiscalização totalizou cerca de 1.656.290 milhas náuticas, permitindo detectar 402 alvos, dos quais 364 identificados.

No cumprimento das responsabilidades nacionais no âmbito da prestação do Serviço de Busca e Salvamento, nas vastas áreas das Regiões de Informação de Voo

de Lisboa e da Região de Informação de Voo Oceânica de Santa Maria, foram mantidas, permanentemente, ao longo do ano de 2007, 7 tripulações em alerta e empenhadas as aeronaves C130, P3P, C212, EH101 e ALIII, a partir de Bases no Continente, nos Açores (Lajes) e na Madeira (Porto Santo).

Os alertas foram activados para 112 missões, 89 das quais pelos Centros Coordenadores de Busca e Salvamento de Lisboa, num total de 295:45 H/V, distribuídas da seguinte forma: 75 missões e 247:20 H/V activadas a pedido do MRCC; 7 missões e 22:30H/V activadas pelo RCC. Quanto aos Centros Coordenadores de Busca e Salvamento da Região Oceânica de Santa Maria, do total de 23 missões, foram gastas cerca de 128:20 H/V, assim distribuídas: 22 missões em resposta aos alertas do MRCC, com 118:15 H/V; 1 missão e 10:05 H/V voadas em apoio do RCC.

No que respeita à divulgação do património histórico da Força Aérea junto da população, são de referir as diversas exposições temporárias e itinerantes, 112 cerimónias, das quais 32 concertos com a banda de música, bem como a exposição estática de aeronaves no Museu do Ar, tendo este órgão de natureza cultural

recebido 12.589 visitantes. As exposições de maior relevo foram no total de 5, com a participação das Relações Públicas, destacando-se as exposições das Forças Armadas no Funchal, da Nauticampo, Jornadas Aeronáuticas da Covilhã, comemorações do dia da Força Aérea e do dia de Portugal.

Para além da intensa divulgação relacionada com a sua actividade e património histórico, importa ainda referir outras actividades efectuadas pela Força Aérea, recepção de visitas em várias unidades e a organização de acampamentos no Campo de Tiro de Alcochete com diversas escolas, agrupamentos e instituições, bem como a realização de Baptismos de Voo em avião para cerca de 2850 pessoas.

Por último, no que toca ainda à divulgação das actividades da Força Aérea em território nacional e internacional, quer de âmbito militar, quer em termos de cultura aeronáutica, refira-se que a Força Aérea efectuou 83 missões e 231:05 H/V no âmbito de demonstrações aéreas e participou em 6 festivais aéreos internacionais com várias aeronaves, mantendo activa a publicação da revista aeronáutica de referência junto da camada civil, a "Mais Alto".

2.3 – FORÇA AÉREA

(euros)

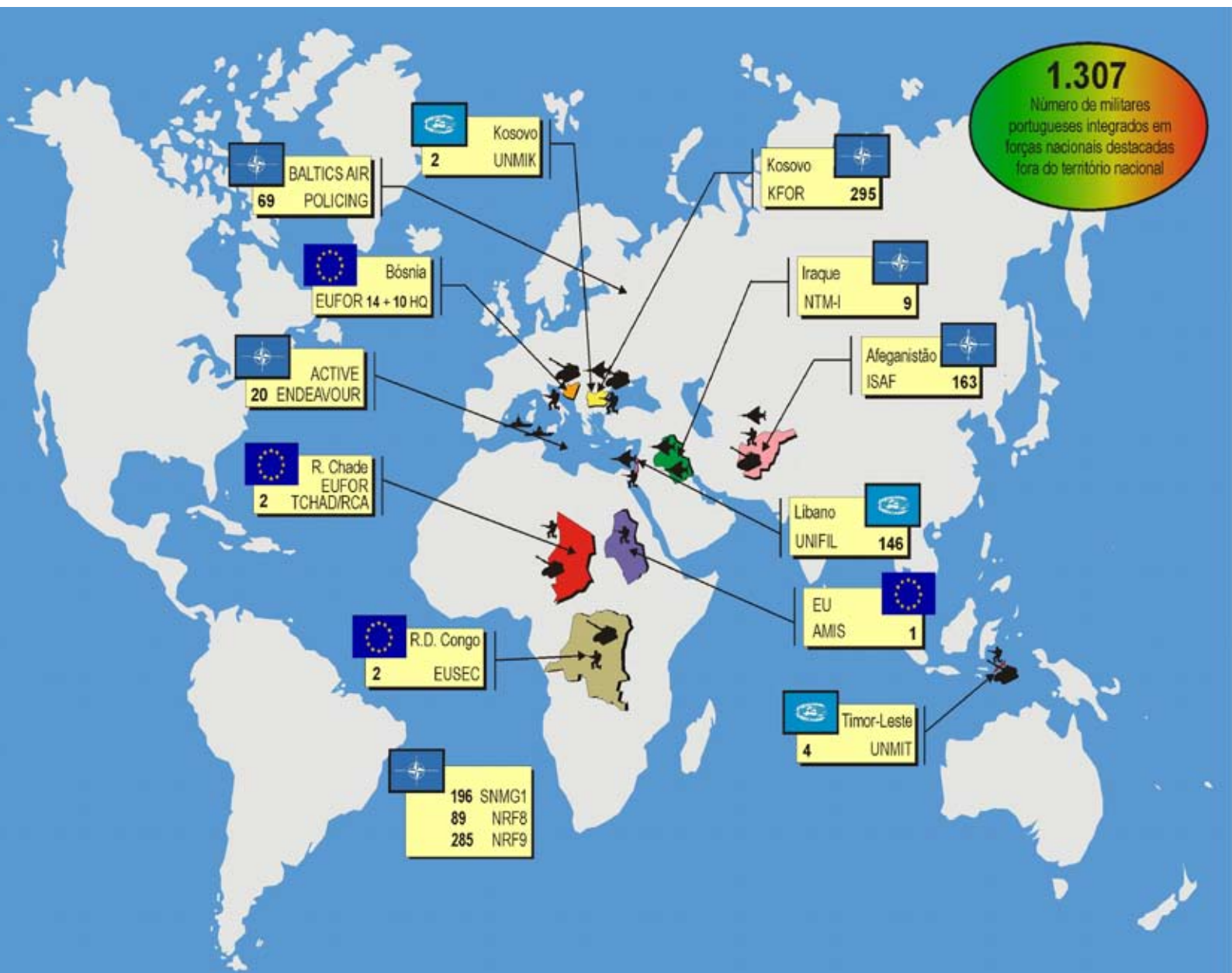
Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Voo	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com Entidades Cíveis - Transportes Especiais	ESQ. 502	15	C212	14:20	9.185	21.438	8.501	3.133.330
	ESQ. 504	312	F50	649:30	748.873	1.746.506	500.700	
	ESQ. 711	3	C212	2:35	1.653	3.860	1.530	
	ESQ. 751	18	EH101	14:05	27.330	63.754		
Busca e Salvamento	ESQ. 401	20	C212	10:30	6.731	15.708	6.229	2.401.590
	ESQ. 501	30	C130	32:25	48.273	112.692	45.359	
	ESQ. 502	84	C212	114:55	73.664	171.920	68.171	
	ESQ. 552	33	AL III	37:40	16.914	39.440	4.969	
	ESQ. 601	154	P3P	105:25	186.488	435.174	356.899	
	ESQ. 751	300	EH101	125:40	243.925	569.034		
Evacuação Sanitária	ESQ. 401	15	C212	10:20	6.621	15.454	6128	3.775.141
	ESQ. 502	579	C212	236:55	151.866	354.432	140541	
	ESQ. 504	51	F50	94:10	108.578	253.223	72596	
	ESQ. 552	9	AL III	3:30	1.571	3.665	462	
	ESQ. 711	21	C212	18:20	1.064	27.422	10873	
	ESQ. 751	666	EH101	405:00	786.805	1.833.840		
Fiscalização SIFICAP	ESQ. 401	805	C212	531:55	377.131	880.328	315535	1.572.994
Detecção e Controlo de Poluição	ESQ. 401	20	C212	8:50	5.660	13.210	5238	24.108
	ESQ. 601	11	P3P	2:10	3.838	8.958	7347	20.143
TOTAL	-	3.146	-	2.418:15	2.806.170	6.570.058	1.551.078	10.927.306



Forças Nacionais Destacadas



Forças Nacionais Destacadas (FND)



Nota Explicativa

Em tempo de paz, as Forças Armadas participam em operações de apoio à paz e humanitárias ou outras que decorram de Resoluções do Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU), sob a responsabilidade daquela organização, da OTAN, da UE, de coligações que Portugal integre ou ainda na prossecução dos interesses particulares de Portugal.

Neste contexto, desde finais de 1993, Portugal, no quadro das Organizações Internacionais de que faz parte e de acordos multilaterais, tem vindo a participar em Missões Humanitárias e de Paz (MHP) com Forças Nacionais Destacadas (FND) em diversos teatros de operações ou com militares em outras missões no exterior, e a contribuir com forças e meios para as *NATO Graduated Forces* (*NATO Response Force* (NRF) e *Standing NATO Maritime Group* (SNMG)), em *EU Battle Groups* (EUBG) e EUROFORÇAS (EUROFOR) EUROMARFOR), os quais, por razões de simplificação, quando empregues, se consideram abrangidas no conceito de FND.

A actuação do EMGFA orienta-se de modo a aferir, com a colaboração dos Ramos, a adequabilidade, a exequibilidade e a aceitabilidade das forças e meios nacionais que possam satisfazer às condições de emprego e outros requisitos estabelecidos pelas organizações internacionais, em termos de capacidades

próprias, composição da força e custos relacionados com o seu levantamento, preparação, aprontamento e sustentação.

Compete ao EMGFA propor a participação nacional, especificando os requisitos operacionais que as forças e meios podem satisfazer, as eventuais limitações ao seu emprego e a sua composição, organização e custos associados, em função dos diversos cenários de participação definidos pelo Governo para o desenvolvimento da sua política externa.

No que respeita à participação de Forças Nacionais em missões compete:

- Ao EMGFA, assumir o comando operacional das unidades prontas e atribuí-las, no momento oportuno, ao comandante da Força Multinacional, de acordo com as modalidades de comando e controlo que tenham sido acordadas, acompanhando o seu emprego operacional no exterior e a execução dos aspectos de natureza administrativo-logística, com relevância para o desempenho da missão, de forças e meios atribuídos.
- Aos Ramos, no âmbito das suas competências específicas, o levantamento, preparação, aprontamento, projecção, sustentação das suas forças e meios envolvidos e a sua retracção.

3.1 – CONTRIBUIÇÃO NACIONAL PARA OPERAÇÕES E FORÇAS DE ELEVADA PRONTIDÃO

3.1.1 - Operações da ONU em que Portugal participa

3.1.1.1 - Missão da ONU no Líbano (*United Nations Interim Force in Lebanon*) (UNIFIL)

A missão da ONU no Líbano, com a designação de UNIFIL, teve início em 1978 e tinha como finalidade confirmar a retirada das forças israelitas, restaurar a paz e segurança no território e apoiar o Governo do Líbano na detenção da autoridade nos territórios anteriormente ocupados.

Em 2006, na sequência da crise vivida no Verão daquele ano, o Conselho de Segurança da ONU estendeu o mandato da UNIFIL, aumentando o seu efectivo de 1.500 para um máximo de 15.000 militares e cometendo-lhe, entre outras, as seguintes tarefas adicionais: monitorizar a cessação das hostilidades, acompanhar e apoiar as Forças Armadas libanesas no decurso do seu movimento para Sul e continuar com a ajuda humanitária às populações civis.

Portugal participa com militares no Estado-Maior do QG da UNIFIL e com uma Companhia de Engenharia que tem a missão de efectuar trabalhos de construção horizontal e vertical em proveito das unidades da UNIFIL e apoiar as populações locais, de acordo com as directivas do Comandante da UNIFIL.

3.1.1.2 - Missão da ONU no Kosovo (*United Nations Interim Administration Mission in Kosovo*) (UNMIK)

A missão das Nações Unidas no Kosovo, com a designação de UNMIK, teve início em 1999 e desenvolve-se nos termos da Resolução nº 1244 do CS/ONU, que autorizou o Secretário-Geral a estabelecer uma administração provisória no Kosovo, liderada pela ONU, para garantir uma progressiva autonomia da população daquele território.

Portugal participa nesta missão com militares na componente militar de ligação.

3.1.1.3 - Missão da ONU em Timor-Leste (*United Nations Integrated Mission in East-Timor*) (UNMIT)

A missão das Nações Unidas em Timor, com a designação de UNMIT, nos termos da Resolução do CS/ ONU nº 1704, de Agosto de 2006, resultou do reconhecimento da continuação da frágil situação de segurança, política e humanitária em Timor-Leste e da necessidade de ajudar o Governo timorense a consolidar a estabilidade, promover uma cultura de governação democrática e facilitar o diálogo político entre timorenses, desenvolvendo esforços para a reconciliação nacional e fortalecimento da coesão social.

Portugal participa nesta missão com militares em funções de oficiais de ligação.

3.1.2 - Operações da NATO em que Portugal participa

3.1.2.1 - International Security Assistance Force (ISAF)

A missão da NATO no Afeganistão, com a designação de ISAF, destina-se a apoiar as autoridades afegãs a estender e exercer a sua autoridade em todo o seu território, criando as condições para a estabilização e reconstrução.

Portugal participa nesta operação com uma unidade de escalão Companhia e um Tactical Air Control Party (TACP) que, em conjunto, se constituem como Força de Reacção Rápida do Comandante da ISAF e com militares no QG da ISAF e no QG do Comando Regional de Cabul.

3.1.2.2 - Kosovo Force (KFOR)

A missão da NATO no Kosovo teve início em 1999, nos termos da Resolução nº 1244 do CS/ONU. O mandato inicial consistia em deter qualquer acto hostil ou ameaça dirigida pelas forças jugoslavas e sérvias contra o Kosovo; garantir um ambiente estável e seguro e manutenção da ordem pública; desmilitarizar o UCK; apoiar o esforço humanitário internacional; coordenar com as organizações internacionais civis e apoiar a sua acção.

No presente, a KFOR continua a contribuir para a manutenção de um ambiente estável e seguro no Kosovo, em benefício dos seus habitantes, sem qualquer discriminação de natureza étnica.

Portugal participa nesta missão com uma unidade de escalão Batalhão que se constitui como Reserva Tática do Comandante da KFOR e com militares no QG da KFOR.

3.1.2.3 - Missão da NATO no Mediterrâneo (*Operação Active Endeavour*)

A operação Active Endeavour teve início em 2001 e tem como objectivos demonstrar a determinação e solidariedade da NATO no combate ao terrorismo e apoiar a detecção e combate às actividades terroristas no Mediterrâneo.

Portugal participa nesta operação com uma Fragata e uma aeronave de patrulhamento marítimo (Maritime Patrol Aircraft (MPA)).

3.1.2.4 - Missão de Treino da NATO – Iraque (*NATO Training Mission – Iraq* (NTM – I))

A missão NTM-I teve início em 2004 e tem como objectivo apoiar as autoridades iraquianas na criação e estabilização do sector de segurança, ministrando instrução, prestando assessoria técnica no interior do país, organizando acções de formação fora do país em estabelecimentos de países NATO e coordenando as doações de equipamento.

Portugal participa nesta missão com uma equipa de assessoria e apoio à instrução.

3.1.2.5 - Missão “BALTICS AIR POLICING”

A missão BALTICS AIR POLICING é uma operação de Defesa Aérea da NATO que teve o seu início em 2004, com a adesão dos países Bálticos, com o objectivo de zelar pela guarda, vigilância e soberania do espaço aéreo daqueles três países – Lituânia, Letónia e Estónia. Esta missão é cumprida através da execução de missões de “policiamento aéreo”, de forma a obter e manter a integridade do espaço aéreo Aliado.

Portugal participou nesta missão com um destacamento da Força Aérea.

3.1.3 - Forças em elevada prontidão no âmbito da NATO para as quais Portugal contribui com Forças e meios

3.1.3.1 - NATO Response Force (NRF)

A NRF, criada em 2002, é uma Força de Reacção Imediata, conjunta e combinada, com um efectivo máximo de 25.000 militares, com uma prontidão entre 5 e 30 dias, capacidade de sustentação no mínimo para 30 dias e preparada para efectuar Operações de Resposta a Crises, Operações de Embargo, Contra-Terrorismo, Initial Entry Force, Crisis Management, Demonstração de Força e Evacuação de Não-Combatentes em qualquer parte do mundo.

Portugal manteve as seguintes Forças/meios em elevada prontidão nos períodos a seguir indicados:

NRF 8 – STANDBY de Janeiro a Junho de 2007	
Designação	Caracterização
SOTG	Destacamento de Operações Especiais.
NBC EOD Team	Equipa EOD para desactivação de engenhos explosivos.
NBC DECON Team	Equipa capaz de conduzir operações de descontaminação para elementos da área de EOD ou relacionadas antes de saída do teatro de amostras, material ou pessoal.
NBC-JAT	Elementos para desenvolverem apoio respectivamente nas áreas de <i>Public Information Operations</i> , <i>Liasion Officer</i> e <i>NBC EOD Adviser</i> de toda a gama de engenhos explosivos incluindo os relacionados com os IED's.

NRF 9 – STANDBY de Junho a Dezembro de 2007

Designação	Caracterização
C-130	Aeronave para apoio em Strategic Air Lift.
MPA	Aeronave para patrulhamento marítimo.
MP Coy	Companhia de Polícia Militar para apoio em investigação, apoio disciplinar para unidades de dimensão Batalhão.
FFGH	Fragata multi-role, com capacidade de efectuar operações de <i>boarding</i> , equipada com helicóptero e apta a desempenhar como capacidade primária a luta ASW.
Cmd and Staff PIO	Equipa para o Cmd e Staff de <i>Public Information Operations</i> .
NBC-JAT	NBC EOD Adviser de toda a gama de engenhos explosivos, incluindo os relacionados com os IED's.
NBC-JAT Liasion Officer	Oficial de Ligação para NBC.

3.1.3.2 - *Standing NATO Maritime Group 1 (SNMG1)*

A SNMG1 é uma força naval permanente, apta a desempenhar acções de presença naval, assim como outras actividades típicas de tempo de paz. A SNMG1 está igualmente vocacionada para desempenhar as missões previstas no âmbito da NRF, podendo constituir-se como parte integrante da componente naval daquela Força. Portugal participa na SNMG1 com uma unidade naval tipo Fragata.

3.1.4 - Operações da UE em que Portugal participa

3.1.4.1 - Missão da UE em apoio da Missão da União Africana no Darfur (*EU Civilian Military Action to Support the African Union's Enhanced Mission to Sudan/Darfur (AMIS)*)

A missão EU Support to AMIS teve início em 2005, na sequência de um pedido de apoio da União Africana (UA), e foi encerrada em Dezembro de 2007. Esta missão teve por objectivos apoiar a UA na implementação da AMIS, nomeadamente nos esforços desenvolvidos ao nível político, militar e policial para a gestão da crise no Darfur. Portugal participou com um militar no Estado-Maior do QG desta missão.

3.1.4.2 - Missão da UE de aconselhamento e assistência para a reforma do sector de segurança da República Democrática do Congo (*EU advisory and assistance mission for security reform in the Democratic Republic of Congo (DRC) (EUSEC RDC)*)

A missão EUSEC RDC teve início em 2005 na sequência de um pedido de apoio das autoridades da RDC e tem por objectivos prestar aconselhamento e assistência às instituições congolezas no sector da segurança, assegurando que as reformas se fazem no respeito pelos direitos humanos, do direito humanitário internacional, dos princípios democráticos, da boa gestão pública, transparência e respeito pela lei.

Portugal participa com dois militares no Estado-Maior do QG desta missão.

3.1.4.3 - Operação Militar da UE na Bósnia e Herzegovina (*Operation EUFOR – Althea*)

A operação militar EUFOR-Althea teve início em 2004 e foi desenvolvida no âmbito da política Europeia de Segurança e Defesa. Esta operação tem por objectivo garantir uma presença militar para contribuir para a manutenção de um ambiente estável e seguro, impedir o

ressurgir da violência e desta forma permitir à UE e aos outros actores da Comunidade Internacional o desenvolvimento das suas actividades.

Portugal participa nesta missão com equipas de ligação e observação (LOT) e militares no Estado-Maior do QG.

3.1.5 - Forças em elevada prontidão no âmbito da UE para as quais Portugal contribui com forças e meios

3.1.5.1 - *European Union Battlegroups* (EUBG)

Os Battlegroups da União Europeia são unidades militares com um efectivo de 1.500 militares, com um grau de prontidão entre 5 a 10 dias e capacidade de sustentação no mínimo para 30 dias, para cumprir as denominadas Missões de Petersberg.

Portugal participa nesta missão com equipas de ligação e observação (LOT) e militares no Estado-Maior do QG.

A participação nacional no EUBG é rotativa e, não obstante não ter havido participação de Portugal em 2007, o empenhamento é geralmente de um meio naval.

3.1.6 - Forças em elevada prontidão no âmbito de acordos multilaterais para as quais Portugal contribui com forças e meios

3.1.6.1 - EUROFOR e EUROMARFOR

A EUROFOR e a EUROMARFOR são forças militares europeias de reacção rápida que integram forças de Portugal, Espanha, França e Itália. Estas Forças traduzem a vontade dos quatro países em contribuir para o reforço da Identidade Europeia de Segurança e Defesa e para o desenvolvimento de capacidades militares Europeias. Estas forças estão vocacionadas prioritariamente para o cumprimento das denominadas Missões de Petersberg.

No primeiro semestre de 2007 Portugal participou na activação da EUROFOR com militares para integrarem o EM do QG da operação EUFOR-Althea.

3.2 - TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES

Para tipificar a participação de Forças Armadas em operações em apoio da acção externa do Estado, foi adoptada a Doutrina em vigor na NATO, a qual preconiza a seguinte partição:

3.2.1 Operações no âmbito do artigo 5º do Tratado da Aliança – Defesa Colectiva

3.2.2 Operações não artigo 5º - Operações de Resposta a Crises(CRO)

1. Operações de Apoio à Paz (PSO)

- (1) Manutenção de Paz (PK);
- (2) Imposição de Paz (PE);
- (3) Prevenção de Conflitos (CP);
- (4) Restabelecimento da Paz (PM);
- (5) Consolidação da Paz (PB);
- (6) Operações Humanitárias (HO).

2. Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises (TRC)

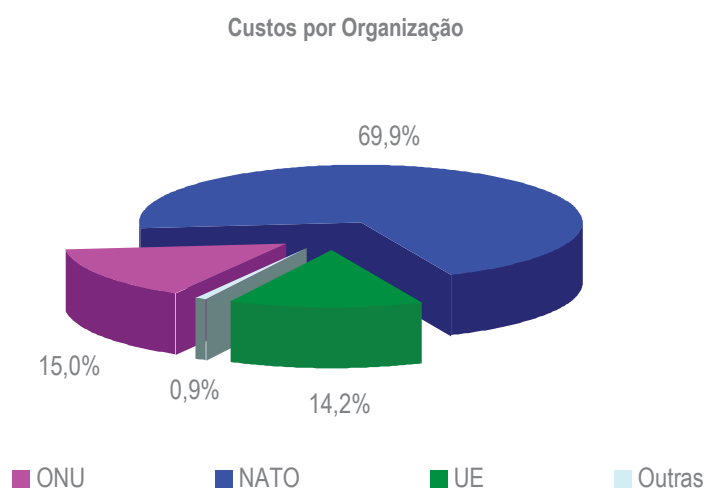
- (1) Apoio a operações humanitárias.
 - a. Assistência a deslocados e refugiados;
 - b. Operações humanitárias (fora do âmbito das PSO).
- (2) Assistência a desastres;
- (3) Busca e salvamento;
- (4) Operações de evacuação de não-combatentes (NEO);
- (5) Operações de extracção;
- (6) Apoio às autoridades civis;
- (7) Imposição de sanções e embargos.

3.3 – DESPESAS COM AS MISSÕES

Os encargos financeiros resultantes da participação das Forças Armadas em missões humanitárias e de paz conduzidas sob a égide das diversas organizações de que Portugal faz parte atingiram, no ano de 2007, um total de € 64.644.015, conforme indicado no quadro seguinte, sendo as missões da NATO aquelas que, de longe, representam a maior parcela:

Organização	Missão	Custo/Missão (Euros)	TOTAL (Euros)
ONU	UNIFIL	9.155.836	9.720.416
	UNMIT	523.344	
	UNMIK	41.236	
NATO	KFOR	17.102.103	45.195.632
	ISAF	16.470.167	
	ACTIVE ENDEAVOUR	2.284.671	
	AIR POLICING	16.832	
	NTM-I	1.272.264	
	NRF	1.149.913	
	SNGM 1	6.899.682	
UE	EUSEC RDC	856.731	9.175.744
	EUFOR ALTHEA	7.983.373	
	EUSupport AMIS	86.456	
	EUFOR TCHAD/RCA	22.683	
	EUBG (Aprontamento e treino)	226.501	
Outras	Cargos em QG's e missões não directamente associados às FND (1)	552.223	552.223
TOTAL			64.644.015

(1) Inclui as missões POST (Portuguese Operational Sea Training – Aprontamento de forças navais para integrar missões), TAMPA (US Center COM – Elemento de ligação nos USA, para assuntos relacionados com MHP/FND's, de âmbito NATO) e PAQUISTÃO (missão efectuada no âmbito das NRF's/MH).

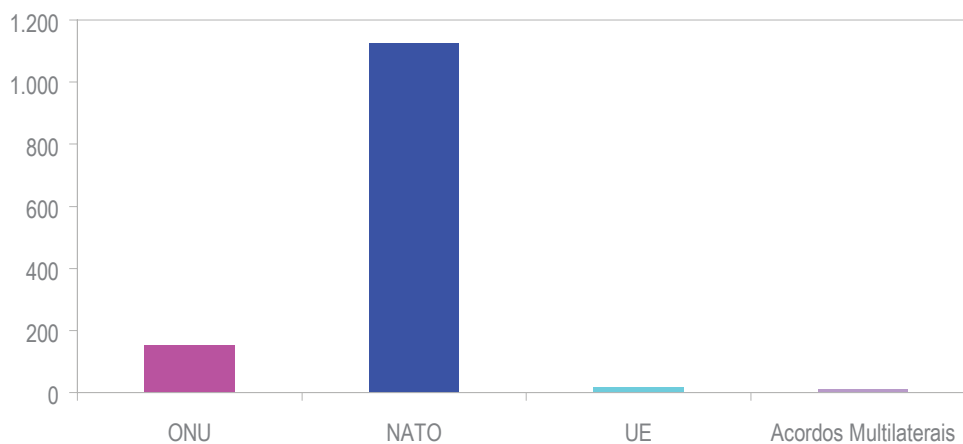


3.4 – APOIO MILITAR À ACÇÃO EXTERNA DO ESTADO PORTUGUÊS

3.4.1 – Operações/Missões realizadas

Organização	Código/Operação	Tipo Operação	País/Região	Período Operação/Missão	Pessoal Empenhado
ONU	UNIFIL	CRO/PSO	Líbano	01JAN a 31DEZ07	146
	UNMIT		Timor-Leste		4
	UNMIK	CRO/PSO	Kosovo		2
NATO	KFOR	CRO/PSO	Kosovo	01JAN a 31DEZ07	295
	ISAF	CRO/PSO	Afeganistão		163
	SNMG 1		Périplo por África	27JUL a 05OUT07	196
	BALTICS AIR POLICING	Art. 5º	Países Bálticos	01NOV a 15DEZ07	69
	NRF 8			01JAN a 31DEZ07	89
	NRF 9			01JUL a 31DEZ07	285
	ACTIVE ENDEAVOUR	Art. 5º	Mediterrâneo	01JAN a 31DEZ07	20
	NTM-I	CRO	Iraque		9
UE	EUSEC RDC	CRO/PSO	Congo	01JAN a 31DEZ07	2
	EUFOR ALTHEA	CRO/PSO	Bósnia-Herzegovina		14
	AMIS	CRO/PSO	Sudão		1
	EUFOR TCHAD/RCA	CRO/PSO	Chade / RCA	15DEZ a 31DEZ07	2
Acordos Multilaterais	EUROFOR	CRO/PSO			10
TOTAL					1.307

Pessoal Empenhado em Missões



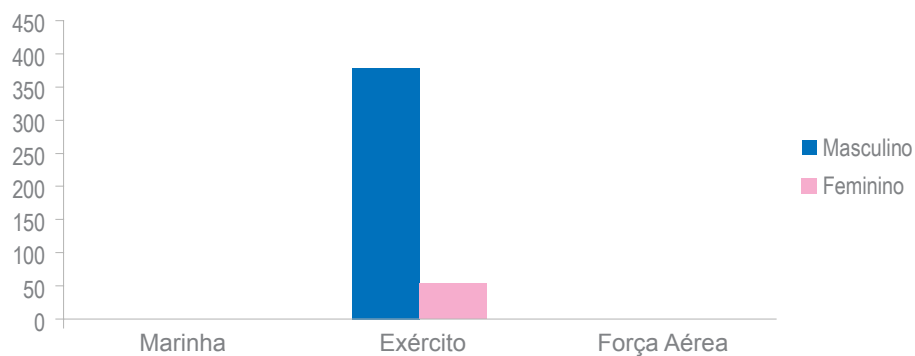
3.4.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU

3.4.1.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU – Efectivos

Código/ Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
UNIFIL	UnEng1 (01JAN a 24MAI07)					45	96	126	15				
	UnEng2 (25MAI a 25NOV07)					46	95	119	22				
	UnEng3 (28NOV a 31DEZ07)					43	98	124	17				
	HQ/UNIFIL (01JAN a 31DEZ07)					5		5					
UNMIT	LNO *	1		1		3		3					
UNMIK	LNO					2		2					
TOTAL		1	-	1	-	144	289	379	54	-	-	-	-

* LNO - Liaison Officer

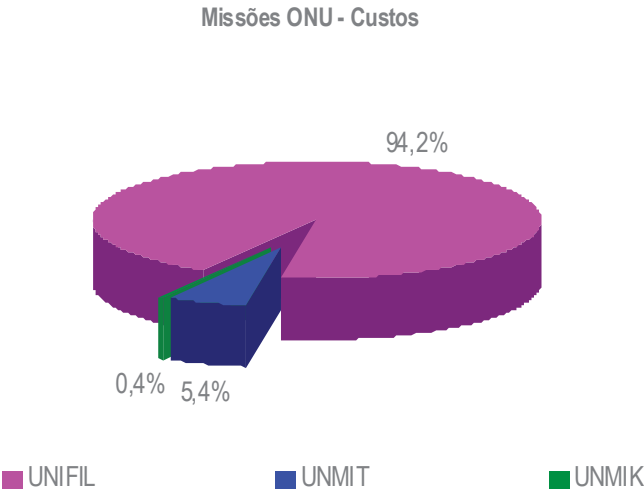
Missões ONU - Efectivos



3.4.1.1.2 – Operações/Missões no âmbito da ONU – Meios envolvidos

(euros)

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Despesas
UNIFIL	Companhia de Engenharia	9.155.836
UNMIT	Oficiais de Ligação	523.344
UNMIK	Oficiais de Ligação	41.236
TOTAL		9.720.416



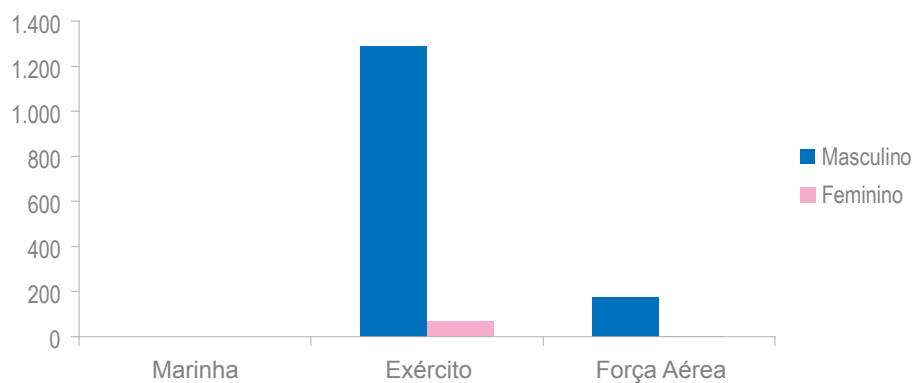
3.4.1.2 – Operações/Missões no âmbito da NATO

3.4.1.2.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Efectivos

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
KFOR	1ºBIPARA (01JAN a 22MAR07)					62	228	285	5				
	2ºBIMEC (22MAR a 22SET07)					60	230	255	35				
	2ºBI (22SET a 31DEZ07)					64	225	260	29				
	HQKFOR (01JAN a SET07)					7		7					
	HQKFOR (SET a 31DEZ07)					5		5					
ISAF	11ªCATPARA (01JAN a 28FEV07)					43	107	150	1	7		7	
	2ªCCMDS (28FEV a 28AGO07)					37	113	149	1	7		7	
	22ªCATPARA (28AGO a 31DEZ07)					34	115	148		7		7	
	HQ/ISAF (01JAN a MAI07)					3		3					
	HQ/ISAF (MAI a SET07)					5		5					
	HQ/ISAF (SET a 31DEZ07)					4		4					
	HQ/KMNNB (01JAN a 31DEZ07)					2		2					
BALTICS AIR POLICING	ESQ. 201/ DEST F-16 (01NOV a 25NOV07)									62	7	68	1
	ESQ. 201/ DEST F-16 (25NOV a 15DEZ07)									60	9	66	3
ACTIVE ENDEAVOUR	ESQ. 601/P-3 BA-6(*) (01JAN a 31DEZ07)									20		20	
NTM-I	HQ/NTM-I (01JAN a AGO07)					8		8					
	HQ/NTM-I (AGO07 a 31DEZ07)					9		9					
TOTAL		-	-	-	-	343	1.018	1.290	71	163	16	175	4

(*) Quatro saídas/mês.

Missões NATO - Efectivos

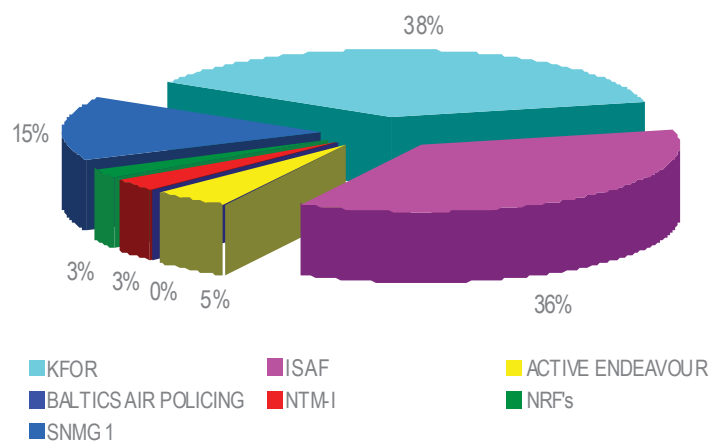


3.4.1.2.2 – Operações/Missões no âmbito da NATO – Meios envolvidos

(euros)

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Despesas
ACTIVE ENDEAVOUR	P-3	2.284.671
BALTICS AIR POLICING	F16	16.832
NTM-I	HQ	1.272.264
NRF's	SOTG, NBC, EOD Team, NBC DECON Team, NBC JAT, C-130, MP COY, FFGH (SNMG1), Cmd and Staff PIO	1.149.913
SNMG 1	NRP Álvares Cabral	6.899.682
TOTAL		45.195.632

Missões NATO - Custos

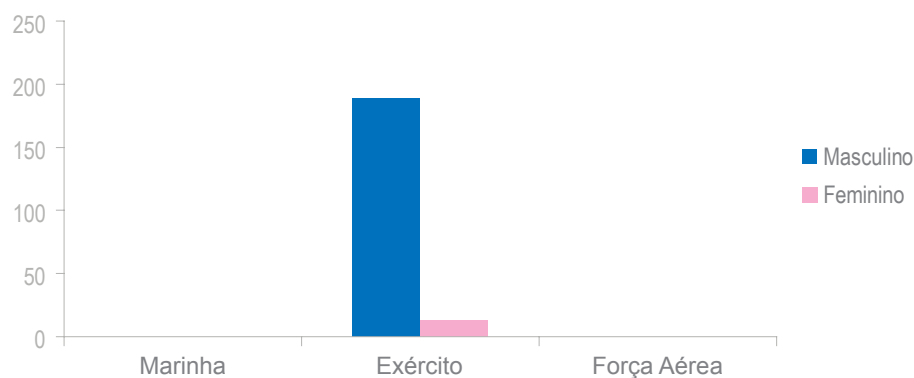


3.4.1.3 – Operações/Missões no âmbito da UE

3.4.1.3.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Efectivos

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
EUSEC RDC	MILITARES/QH (01JAN a 31DEZ07)					2		2					
EUFOR ALTHEA	LOT 3 - DERVENTA (01JAN a MAR 07)					3		3					
	LOT 3 - DERVENTA (MAR a ABR07)					5		5					
	LOT 3 - DERVENTA (ABR a SET07)					6		6					
	RCC 4/LOT DERVENTA (ABR a SET07)					6		6					
	LOT 4 - MODRICA (01JAN a ABR07)					5		5					
	LOT 4 - MODRICA (ABR a SET07)					6		6					
	RCC 4/LOT MODRICA (SET a 31DEZ07)					6		6					
	1ºBI (01 a 20JAN07)					40	98	125	13				
	HQ/EUFOR (01JAN a JUL07)					10		10					
	HQ/EUFOR (JUL a 31DEZ07)					1		1					
	HQ/MMTF(N) (01JAN a MAI07)					7	1	8					
	HQ/MMTF(N) (MAI a JUL07)					3		3					
	HQ/ RCC 4 (MAI a 31DEZ07)					1		1					
EUSupport AMIS	MILITARES/QH (01JAN a 31DEZ07)		1					1					
EUFOR TCHAD/RCA	HQ/NTM-I (01JAN a 31DEZ07)		1	1		1		1					
TOTAL		-	2	1	-	103	99	189	13	-	-	-	-

Missões UE - Efectivos



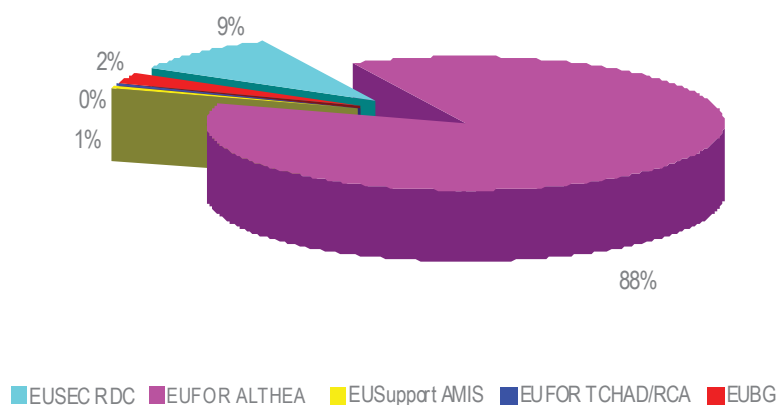
3.4.1.3.2 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Meios envolvidos

(euros)

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Despesas
EUSEC	HQ	856.731
EUFOR ALTHEA	1º BI, LOT's(*) e HQ	7.983.373
EUSupport AMIS	HQ	86.456
EUFOR TCHAD/RCA	Oficial de ligação	22.683
EUBG	Aprontamento e treino	226.501
TOTAL		9.175.744

(*) Inclui EU-2 LOT

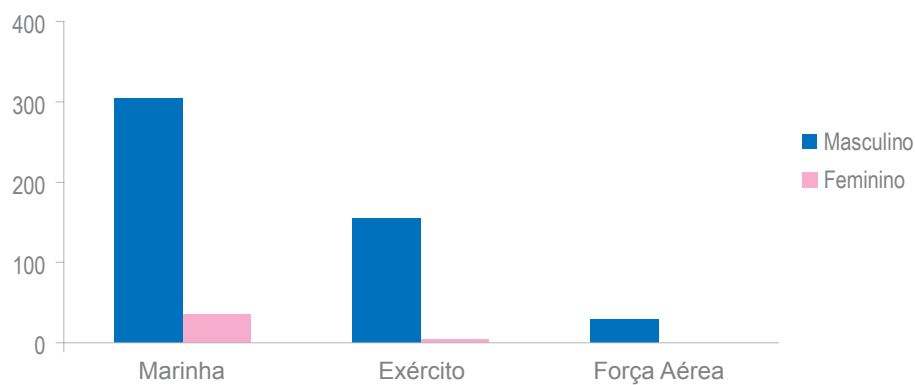
Missões UE - Custos



3.4. 2 – Contributos nacionais para Forças de alta prontidão

Código/ Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
NRF 8	SOTG					17	58	74	1				
	NBC EOD Team									6		6	
	NBC DECON Team									5		5	
	NBC JAT									3		3	
NRF 9	C-130									7		7	
	MP COY					17	58	71	4				
	FFGH (SNMG 1)	154	16	152	18								
	Cmd and Staff PIO									6		6	
	NBC JAT									2		2	
SNMG-1	NRP ÁLVARES CABRAL (27JUL a 05OUT07)	154	16	152	18								
EUROFOR	EM/HQ/EUFOR ALTHEA					10		10					
TOTAL		308	32	304	36	44	116	155	5	29	-	29	-

Efectivos em Forças de Alta Prontidão





Relações Bilaterais de Defesa e Cooperação Técnico-Militar



Nota Explicativa

O relacionamento bilateral no domínio da Defesa (do qual excluímos aqui a Cooperação Técnico-Militar com os PALOP e Timor-Leste que, pela sua especificidade, será tratada em capítulo próprio) sofreu, durante o ano de 2007, algumas alterações importantes que passaremos a referir. Contudo, e antes de analisarmos a forma como decorreu o ano, é de justiça realçar que o bom desempenho desta área da política externa de Defesa, que se traduziu essencialmente na concretização das prioridades definidas superiormente e numa boa taxa de execução das respectivas actividades, só foi possível devido à estreita coordenação e envolvimento dos três Ramos das Forças Armadas e dos Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional.

2007 foi um ano particularmente exigente, a todos os níveis, derivado da Presidência Portuguesa da União Europeia que, pela primeira vez, trouxe reflexos importantes na área da Defesa. Contudo, durante 2007 foi reforçada a cooperação com os países do Magrebe, naquela que foi uma prioridade clara da política externa de Defesa.

Relativamente à cooperação bilateral respeitante ao ano de 2007, destaca-se o facto de ter sido possibilitada a realização das diversas missões que tinham sido agendadas no Plano de Actividades, tendo assim sido viabilizado o cumprimento praticamente na íntegra de todo o plano de actividades previsto para 2007.

Prevê-se que o incremento do relacionamento bilateral com os países do Magrebe continue a ser uma prioridade na política externa de Defesa de Portugal para os próximos anos. Ainda de destacar que o actual quadro de contenção orçamental não afectou a execução desta política.

Assim, e de forma a ilustrar a realidade acima exposta, passa-se seguidamente a fazer um ponto de situação das actividades desenvolvidas durante o ano de 2007 em termos de relacionamento bilateral de Defesa.

4.1 – ACTIVIDADE BILATERAL DE DEFESA (COM EXCEÇÃO DA ÁFRICA SUBSARIANA)

4.1.1 - Tratados, acordos, convenções e memorandos de entendimento

Neste ano assistiu-se à assinatura de mais dois acordos celebrados pelo nosso país: um com a Itália e outro com o Uruguai. Deu-se também início à negociação de alguns acordos com outros países, sendo alguns deles instrumentos destinados a regulamen-

tar áreas muito específicas, sobretudo de carácter técnico.

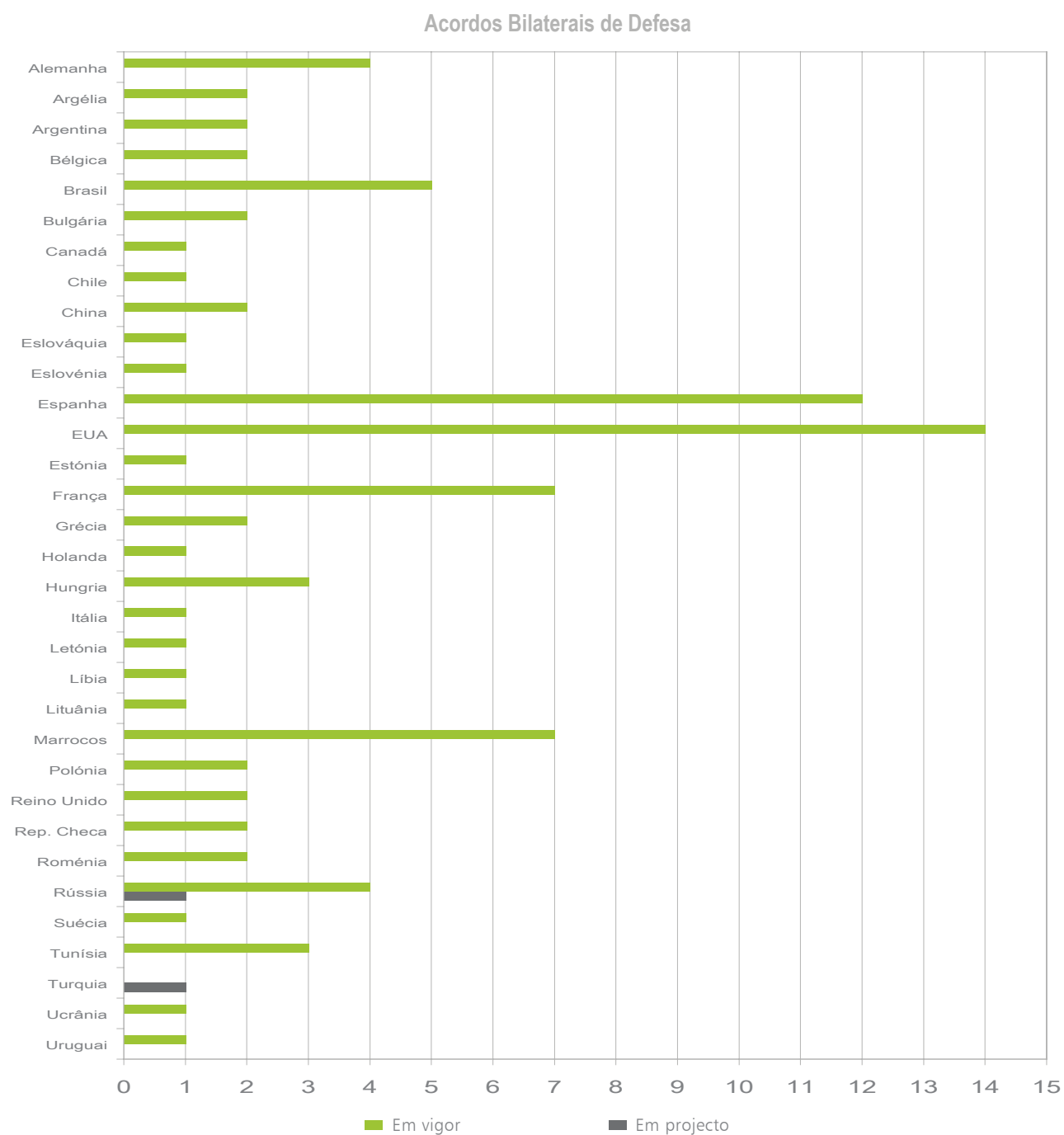
No caso da Líbia e da Turquia, iniciou-se o processo de negociação do acordo-chapéu de cooperação bilateral na área da Defesa.

Apresenta-se seguidamente um quadro que pretende ilustrar esta realidade, e onde se pode observar, se comparado com o do ano passado, um aumento do número de acordos em vigor ou em fase de negociação:

País	Em vigor	Em projecto	Em renegociação
Alemanha	4		
Argélia	2		
Argentina	2		
Bélgica	2		
Brasil	5		
Bulgária	2		
Canadá	1		
Chile	1		
China	2		
Eslováquia	1		
Eslovénia	1		
Espanha	12		
Estónia	1		
EUA	14		
França	7		
Grécia	2		
Holanda	1		
Hungria	3		
Itália	1		
Letónia	1		
Líbia	1	1	
Lituânia	1		
Marrocos	7		
Polónia	2		
Reino Unido	2		
República Checa	2		
Roménia	2		
Rússia	4		
Suécia	1		
Tunísia	3		
Turquia		1	
Ucrânia	1		
Uruguai	1		
TOTAL	92	2	-

Apresenta-se seguidamente uma representação gráfica do actual quadro de Acordos de Defesa celebrados ou em fase

de negociação com os diversos países com quem Portugal mantém um relacionamento bilateral de Defesa activo.



Importante é também referir que, no quadro que se acaba de ver, foram incluídos não apenas os acordos de cooperação negociados pelo MDN, e dos quais decorrem habitualmente planos de actividades de cooperação bilateral, negociados em sede das respectivas

Comissões Mistas, mas também outros acordos celebrados pelos Ramos das Forças Armadas e OSC/MDN, dos quais resultam igualmente contactos e cooperação nas suas áreas específicas de actuação.

4.1.2 - Programas de cooperação/Actividades

Dado o que antecede, passam-se agora a enumerar as actividades negociadas nas respectivas Comissões Mistas pela Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional e que são agrupadas, cada ano e para cada país, num programa de cooperação bilateral, usualmente chamado "Plano de Actividades".

Refira-se que este é negociado tendo por base as propostas apresentadas pelos diversos organismos nacionais intervenientes na cooperação (os três Ramos das Forças Armadas e os Órgãos e Serviços Centrais

do MDN), bem como as solicitações formuladas pelos outros países.

O ano de 2007, como foi referido e se poderá seguidamente comprovar, apresentou, relativamente ao ano passado, um crescimento do número de actividades. No entanto, é de referir que foi incrementado o número de missões de cooperação bilateral nomeadamente com os países do Magrebe. No quadro seguinte, e como vem sendo habitual, optou-se por apresentar as actividades realizadas durante o passado ano, agrupadas por país:

País	Actividades
Afeganistão	- Visita Oficial do Ministro da Defesa Nacional à Força Nacional Destacada na ISAF.
Alemanha	- Visita Oficial do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar à Alemanha (Conferência de Munique); - Visita Oficial do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar à Alemanha (Conferência de Bremen).
Argélia	- 1ª Reunião da Comissão Mista, em Argel; - Observação de Exercício SAREX; - Curso de Sobrevivência para Pilotos; - Estágio de Fisiologia de Voo; - Visita a uma unidade no deserto e observação de um exercício; - Visita a instalações de fabrico de equipamentos de comunicações de tipo C3I; - Troca de experiências com especialistas de Saúde Militar; - Visita à Escola Argelina de Formação de Pilotos de Caça e a uma base aérea; - Observação do Exercício VIRIATO 07, no CTOE/Lamego; - Visita Oficial do Ministro da Defesa Nacional à Argélia; - Escala em Lisboa do Navio-Escola La Soummam da Marinha da Argélia; - Exercício tipo PASSEX, ao largo da costa portuguesa; - Visita à Base Naval do Alfeite, à Escola Naval e ao Centro de Instrução de Tática Naval (CITAN); - Reunião ao nível de Estados-Maiores para avaliar as possibilidades de cooperação futura; - Visita à Escola Prática de Engenharia do Exército argelino; - Visita à Escola Superior Naval e a um estaleiro de construção e reparação naval da Marinha argelina; - Visita de uma delegação dos Serviços de Saúde Militar da Argélia aos serviços congéneres da Força Aérea; - Visita ao Comando Operacional da Força Aérea Portuguesa, à Base de Beja e à Base de Monte Real; - Visita da Corveta da Marinha Portuguesa António Enes ao Porto de Oran e realização de Exercício PASSEX; - 2ª Reunião da Comissão Mista, em Lisboa; - Troca de experiências ao nível de Estados-Maiores, na área da formação.
Argentina	- Visita Oficial a Portugal do Secretário de Estado da Defesa da Argentina.
Bósnia-Herzegovina	- Visita Oficial do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar à Bósnia-Herzegovina.
Brasil	- Visita Oficial do Ministro da Defesa Nacional ao Brasil.

País	Actividades
Bulgária	<ul style="list-style-type: none"> - Conferência de Planeamento do Exercício de Operações Especiais Conjunto; - 12ª Reunião da Comissão Mista, em Sófia; - Curso de <i>Sniper</i>, no CTOE/Lamego; - Exercício de Operações Especiais, na Bulgária; - Estágio no CTOE para avaliação/adaptação de um oficial búlgaro ao COE.
China	<ul style="list-style-type: none"> - Visita a Portugal de uma delegação da Academia de Ciências Militares do Exército Popular da China; - International Symposium Course, em Pequim; - Troca de experiências na área da Medicina Aeronáutica.
Croácia	<ul style="list-style-type: none"> - Visita Oficial do Ministro da Defesa da Croácia a Portugal.
Eslováquia	<ul style="list-style-type: none"> - 9ª Reunião da Comissão Mista, em Bratislava.
Eslovénia	<ul style="list-style-type: none"> - Visita Oficial do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar à Eslovénia; - Primeira Visita Oficial do Ministro da Defesa Nacional, no âmbito da preparação da Presidência Portuguesa da União Europeia em matéria de Segurança e Defesa; - Curso de <i>Sniper</i>, no CTOE/Lamego; - 8ª Reunião da Comissão Mista, em Liubliana; - Troca de experiências entre Direcções-Gerais de Pessoal, na área do Recrutamento Militar.
Espanha	<ul style="list-style-type: none"> - Visita Oficial a Portugal do Secretário de Estado da Defesa de Espanha; - Reunião entre os Directores-Gerais de Política de Defesa de Portugal e de Espanha, em Madrid; - Reunião entre os Directores-Gerais de Política de Defesa de Portugal e de Espanha, em Lisboa.
Estónia	<ul style="list-style-type: none"> - Curso de <i>Sniper</i>, no CTOE/Lamego; - 4ª Reunião da Comissão Mista, em Lisboa; - Estágio de Fisiologia de Voo, no Centro de Medicina Aeronáutica; - Estágio no CTOE para avaliação/adaptação de um Oficial estónio ao COE.
EUA	<ul style="list-style-type: none"> - 22ª Reunião da Comissão Bilateral Permanente, em Washington; - Visita Oficial do Ministro da Defesa Nacional a Washington ; - Visita Oficial a Portugal, do Principal Deputy Under Secretary of Defense for Policy; - 24ª Reunião da Comissão Laboral, em Washington; - 32ª Reunião da Comissão Técnica do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos.
Grécia	<ul style="list-style-type: none"> - Visita Oficial do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar à Grécia.
Hungria	<ul style="list-style-type: none"> - Visita ao Instituto Geográfico do Exército; - Troca de experiências no âmbito dos Centros de Treino de Operações de Apoio à Paz.
Itália	<ul style="list-style-type: none"> - Visita Oficial do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar à Itália; - Visita Oficial a Portugal do Ministro da Defesa de Itália.
Japão	<ul style="list-style-type: none"> - Visita Oficial a Portugal do Vice-Ministro da Defesa do Japão.
Letónia	<ul style="list-style-type: none"> - 1ª Reunião da Comissão Mista, em Lisboa; - Estágio no CTOE para avaliação/adaptação de um Oficial letão ao COE.
Lituânia	<ul style="list-style-type: none"> - Visita no âmbito da profissionalização das Forças Armadas; - Visita do Comandante do Centro de Tropas de Operações Especiais de Portugal à sua congénere na Lituânia; - 4ª Reunião da Comissão Mista, em Vilnius; - Estágio de Fisiologia de Voo, no Centro de Medicina Aeronáutica da Força Aérea; - Curso de Desorientação Espacial, no Centro de Medicina Aeronáutica da Força Aérea.
Malta	<ul style="list-style-type: none"> - Visita Oficial do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar a Malta.

País	Actividades
Marrocos	<ul style="list-style-type: none"> - Curso de Língua Portuguesa para Oficiais marroquinos; - Estágio de Simulador de Voo C-130, em Kenitra; - Visita Oficial do Inspector da Marinha Real de Marrocos à Armada portuguesa; - Estágio de Simulador de Voo C-130, em Kenitra; - Estágio de Fisiologia de Voo, no Centro de Medicina Aeronáutica da Força Aérea portuguesa; - Estágio de Simulador de Voo C-130, em Kenitra; - Curso de Sobrevivência para pilotos, na BA 6 – Montijo; - 13ª Reunião da Comissão Mista, em Rabat; - Estágio de Simulador de Voo C-130, em Kenitra; - Curso de Patrulhas de Reconhecimento de Longo Raio de Acção, no CTOE/Lamego; - Visita de uma Força Naval do Reino de Marrocos; - Observação do Exercício VIRIATO 07, no CTOE/Lamego; - Estágio de simulador de voo C-130, em Kenitra; - Intercâmbio entre Academias da Força Aérea; - Estágio Operacional em Ambiente Desértico; - Estágio de simulador de voo C-130, em Kenitra; - Visita ao Centro Nacional de Defesa Aérea de Marrocos; - Estágio de Hidrografia no Instituto Hidrográfico; - Estágio de Sobrevivência no Deserto; - Visita ao Centre d'Expertise Médical du Personnel Navigant (CEMPN) da Força Aérea Real de Marrocos; - Visita do 2º Comandante do Centro de Tropas de Operações Especiais à II Brigada de Infantaria Pára-quedista das Forças Armadas Reais de Marrocos.
Paquistão	<ul style="list-style-type: none"> - Visita Oficial do Ministro da Defesa Nacional ao Paquistão.
Polónia	<ul style="list-style-type: none"> - Exercício entre Fuzileiros de Portugal e da Polónia; - "Survival Course"; - "Joint Headquarters, Missions and tasks", em Varsóvia; - Visita a Portugal do Ministro da Economia Marítima da Polónia; - 13ª Reunião da Comissão Mista, no Porto; - Conversações ao Nível do Direito Militar sobre alguns aspectos dos Serviços Legais do Ministério da Defesa e das Forças Armadas de ambos os países; - Troca de experiências no âmbito do Treino de Pilotos de F-16; - "System and Quality Programs of Military Calibration Laboratories".
Reino Unido	<ul style="list-style-type: none"> - Visita a Portugal do Director-Adjunto de Capacidades Militares da Direcção-Geral de Política e Organizações Internacionais do Ministério da Defesa do Reino Unido; - Visita Oficial do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar ao Reino Unido.
Roménia	<ul style="list-style-type: none"> - 14ª Comissão Mista, em Lisboa; - O papel das Relações Públicas na Promoção do Conceito da Profissionalização das Forças Armadas, em Bucareste; - Estágio de Fisiologia de Voo, no Centro de Medicina Aeronáutica da Força Aérea.
Rússia	<ul style="list-style-type: none"> - Visita à Escola Prática de Engenharia; - Visita de uma delegação das Tropas Aerotransportadas do Exército da Federação da Rússia à Brigada de Reacção Rápida; - Troca de experiências no âmbito da Busca e Salvamento entre Forças Aéreas; - Reunião de Trabalho para acompanhamento e avaliação da execução do Acordo sobre Incidentes no Mar Fora das Águas Territoriais; - Visita ao Departamento Militar Topográfico russo.
Sérvia	<ul style="list-style-type: none"> - Visita Oficial a Portugal do Ministro da Defesa da Sérvia.

País	Actividades
Tunísia	<ul style="list-style-type: none"> - Estágio de Fisiologia de Voo, no Centro de Medicina Aeronáutica da Força Aérea Portuguesa; - Curso de Sobrevivência para pilotos, na BA 6 – Montijo; - Curso de Patrulhas de Reconhecimento de Longo Raio de Acção, no CTOE/Lamego; - Estágio de Sobrevivência no Deserto; - 37º Congresso Internacional de Medicina Militar; - 12º Reunião da Comissão Mista, em Tunis; - Observação do Exercício VIRIATO 07, no CTOE/Lamego; - Visita do Director do Centro de Medicina Aeronáutica da Tunísia à sua congénere portuguesa; - Visita de uma delegação da Academia Militar tunisina à sua congénere portuguesa; - Troca de experiências no Instituto de Estudos Superiores Militares, no âmbito das Operações de Manutenção de Paz; - Estágio a bordo do navio de pesquisa e instrução Khairedine; - 1º Curso de Sobrevivência no Deserto para pessoal tripulante de aeronaves; - Estágio no domínio da utilização e exploração de sonda multi-feixe; - Visita Oficial à Escola Naval da Tunísia; - Observação de Exercício SAREX; - Estágio no Agrupamento Territorial do Sahara.
Turquia	Primeiras Conversações entre Portugal e a Turquia no âmbito da Defesa.
Uruguai	Visita Oficial a Portugal da Ministra da Defesa do Uruguai e Assinatura do Acordo de Cooperação no domínio da Defesa entre Portugal e o Uruguai.

4.1.3 - Cruzeiros de investigação científica

No âmbito das relações bilaterais, foram processados os pedidos de autorização diplomática para operação de navios científicos nas áreas de jurisdição nacional. As principais áreas de investigação destes cruzeiros incluíram trabalhos de oceanografia, hidrografia, biologia marítima, investigação de recursos pesqueiros, lançamento de cabos submarinos e prospecção mineira.

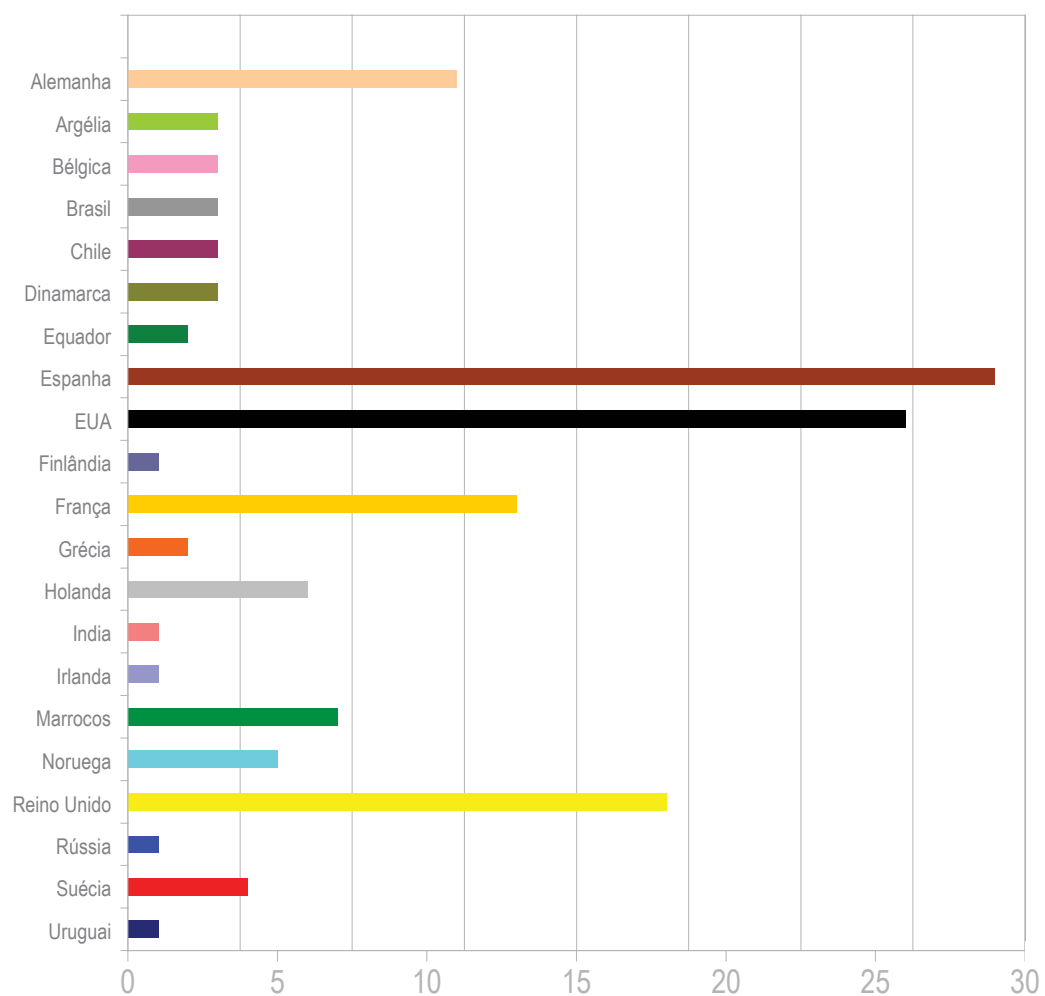
País	Cruzeiros
Alemanha	4
Bélgica	2
Espanha	5
EUA	1
França	7
Holanda	2
Itália	1
Reino Unido	7
Rússia	2
TOTAL	31

4.1.4 - Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros

Relação dos pedidos de autorização diplomática para visita de navios de guerra estrangeiros:

País	Visitas
Alemanha	11
Argélia	3
Bélgica	3
Brasil	3
Chile	3
Dinamarca	3
Equador	2
Espanha	29
EUA	26
Finlândia	1
França	13
Grécia	2
Holanda	6
Índia	1
Irlanda	1
Marrocos	7
Noruega	5
Reino Unido	18
Rússia	1
Suécia	4
Uruguai	1
TOTAL	143

Visitas a Portos Portugueses de Navios de Guerra Estrangeiros



4.1.5 - Sobrevoos e aterragem – Pedidos de autorização

País / Organização	Permanentes	Não permanentes
África do Sul	NA	2
Alemanha	77	3
Angola	13	
Arábia Saudita	5	2
Argélia	16	
Áustria	NA	9
Bahrain		1
Bélgica	70	15
Benim	NA	2
Botswana	NA	2
Brasil	54	6
Bulgária	7	
Burkina Faso	1	
Canadá	3	2
Camarões	1	
Cazaquistão	NA	1
Chade	1	
Chile	2	2
China	NA	2
Congo Brazzaville	NA	1
Costa do Marfim	1	
Croácia	2	
Cuba	NA	2
Djibuti	NA	1
Dinamarca	9	1
Egipto	44	6
Emirados Árabes Unidos	5	
Eritreia	NA	1
Eslovénia	9	
Eslováquia	6	1
Espanha	347	22
Etiópia	NA	1
Estados Unidos da América	2.094	78
Filipinas	NA	1
Finlândia	5	
França	307	4
Gabão	2	

País / Organização	Permanentes	Não permanentes
Geórgia	NA	1
Grécia	9	
Holanda	3	38
Hungria	2	1
Índia	NA	7
Irão	NA	3
Irlanda	15	
Israel	NA	8
Itália	44	3
Jordânia	3	3
Kuwait	7	
Letônia	2	
Líbia	10	1
Lituânia	3	
Luxemburgo	2	1
Macedónia	NA	4
Malawi	NA	1
Mali	NA	1
Malta	NA	4
Marrocos	12	3
Mauritânia	NA	1
México	NA	3
Moçambique	NA	1
Mónaco	NA	1
NATO (E3-A)	22	
Nigéria	8	
Noruega	2	1
Paquistão	5	
Polónia	11	2
Reino Unido	236	25
República Checa	12	
Roménia		4
Rússia	NA	40
Sérvia	8	
Sudão	NA	1
Suécia	6	5
Suíça	1	
Togo		1
Tunísia	5	1
Turquia	5	
Ucrânia	NA	1
Venezuela	4	7
Zimbabwe	NA	2
TOTAL	3.518	343

NA - Não aplicável

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

NOTA EXPLICATIVA

Os quadros relativos à Cooperação Técnico-Militar (CTM) com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste procuram identificar e quantificar as acções realizadas, as áreas de intervenção e os co-relativos investimentos.

A Cooperação Técnico-Militar com os PALOP executa-se através de programas-quadro (planos directores) bilaterais, de carácter indicativo, constituídos por projectos, bem como através de acções de natureza complementar, decorrentes de novos conceitos aplicados à execução da política de CTM, essencialmente dirigidas à capacitação dos órgãos de concepção, coordenação e direcção das políticas de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

A execução dos projectos contempla quatro componentes: assessorias técnicas e/ou unidades móveis de instrução, recuperação de infra-estruturas locais, fornecimento de equipamento e formação de pessoal em Portugal e/ou nos PALOP e Timor-Leste.

A componente formação de pessoal constitui-se como nuclear. Para além do estabelecimento anual de um programa de formação de pessoal dos PALOP e Timor-Leste em Portugal, os projectos que se executam, no terreno, são na sua maioria direccionados para a criação e/ou reorganização de estabelecimentos de ensino e centros de instrução/formação militar nos PALOP e Timor-Leste, com o objectivo de, progressivamente, se irem criando capacidades que permitam a estes países ficarem auto-suficientes no domínio da formação e instrução das respectivas Forças Armadas.

Decorrente da inclusão da cooperação no domínio da Defesa, na recente emenda à Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/CPLP, a CTM alargou a sua actividade ao nível multilateral.

As acções de CTM executadas multilateralmente são definidas e avaliadas pelos ministros da Defesa da CPLP em sede das respectivas reuniões anuais.

Os encargos relativos ao suporte financeiro dos programas-quadro da cooperação técnico-militar bilateral e no formato CPLP inscrevem-se na contribuição portuguesa para a ajuda pública ao desenvolvimento (APD portuguesa).

CONCEITOS

Cooperação Técnico-Militar com os PALOP e Timor-Leste

Conjunto de acções que constituem simultaneamente um vector para a consolidação do sistema democrático dos países beneficiários, através da organização/formação de Forças Armadas apartidárias, garante do regular funcionamento das instituições e vector do desenvolvimento económico e social, através da formação de quadros e organização de estruturas funcionais.

Multilateralização da Cooperação Técnico-Militar no Formato Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Desenvolvimento de acções de CTM conjuntas, ao nível dos países que constituem a CPLP, com o objectivo de, por um lado, colocar ao dispor de todos os países lusófonos as capacidades de cada um e, por outro lado, fomentar a preparação e treino de forças conjuntas vocacionadas para o desempenho de missões de manutenção de paz, de ajuda humanitária e de gestão de crises.

Projecto de Cooperação Técnico-Militar

Mecanismo de duração trienal, destinado à prossecução de um objectivo previamente definido e executado através de várias componentes (formação de pessoal, assessorias, reabilitação de infra-estruturas, fornecimento de material). O conjunto dos projectos aprovados bilateralmente designa-se por programa-quadro de duração trienal.

Outras Acções

Acções que não se integram em nenhum projecto específico, mas que se revelam complementares e/ou indispensáveis.

Acções de Formação, Promoção e Especialização e Qualificação

Cursos de duração variável, ministrados sob a responsabilidade de um estabelecimento, unidade ou órgão militar ou civil sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional e que visam a formação, promoção, qualificação ou especialização e actualização do militar.

Assistência Hospitalar

Assistência médica em hospitais militares portugueses, de militares das Forças Armadas dos PALOP e Timor-Leste, evacuados dos respectivos países por reconhecida falta de capacidade nos países de origem. Esta assistência poderá ser extensiva a familiares (cônjuges e/ou filhos).

Despesas de Estrutura

Despesas relativas a encargos assumidos com a manutenção de residências destinadas ao alojamento de militares portugueses destacados nos PALOP e Timor-Leste no desempenho de missões de Cooperação Técnico-Militar, com o parque de viaturas e com o pessoal de apoio nacional e/ou recrutado localmente, comunicações, etc.

4.2 – COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

4.2.1 - Projectos de cooperação técnico-militar com os PALOP e Timor-Leste

República de Cabo Verde

Estrutura Superior das Forças Armadas
Formação de Unidades de Polícia Militar
Guarda Costeira e Unidade de Fuzileiros Navais
Centro de Instrução Militar Conjunto do Morro Branco

República da Guiné-Bissau

Apoio à Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas
Apoio à Organização da Marinha Nacional
Apoio à Organização do Sistema de Formação e de Instrução Militar dos Três Ramos das Forças Armadas
Apoio ao Desenvolvimento do Serviço de Transmissões Militares
Apoio à Formação e Organização da Unidade de Engenharia Militar de Construções
Apoio no Âmbito do Serviço de Material

República Democrática de S. Tomé e Príncipe

Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas

Formação e Treino de Unidades para Operações Conjuntas de Interesse Público, Ajuda Humanitária, Gestão de Crises e de Apoio à Paz

Operacionalidade do Pelotão de Engenharia Militar de Construções

Formação da Guarda Costeira (com a Componente Desenvolvimento do Sistema de Comunicações Militares)

Manutenção do Sistema de Ajudas Visuais à Navegação

República de Angola

Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Angolanas

Instituto Superior de Ensino Militar

Academia Militar de Angola

Brigada de Forças Especiais

Centro de Instrução de Operações de Paz

Escola de Administração Militar

Direcção do Serviço de Saúde das FAA

Marinha de Guerra Angolana

Engenharia do Exército

Escola Militar de Formação Aeronáutica

Centro de Psicotécnico da FAN

Formação em Portugal

República de Moçambique

Apoio à Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique

Apoio à Organização do Sistema de Fiscalização das Águas Territoriais e da Marinha de Guerra de Moçambique

Apoio à Organização e Funcionamento da Academia Militar

Apoio Técnico à Polícia Militar

Apoio Técnico ao Centro de Instrução de Forças Especiais

Apoio à Força Aérea na Área da Formação Técnica

Apoio Técnico ao Sistema de Saúde Militar

Apoio à Formação Técnica da Marinha

Apoio Técnico à Formação e Organização de Fuzileiros Navais

Apoio à Formação de Sargentos das Forças Armadas

República Democrática de Timor-Leste

Organização Superior da Defesa

Apoio à Componente Naval

Apoio à Componente Terrestre

Apoio à Formação de Cursos de Oficiais e Sargentos das FDTL

4.2.2 - Despesas dos projectos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PALOP e Timor-Leste

(euros)

Tipo de Despesas com Projectos de Cooperação	Países												TOTAL	
	República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique		República Democrática de Timor-Leste			
	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor
Assessorias e/ou Unidades Móveis	19	167.067	18	165.376	15	169.644	94	970.046	75	534.088	8	181.200	229	2.187.421
Recuperação de infra-estruturas													-	-
Material		73.805		102.741		55.987		6.002		16.074		1.300	-	255.909
Transporte de material e pessoal		12.436		18.755		23.437		106.626		80.942		10.782	-	252.978
Formação de pessoal													-	-
TOTAL	19	253.308	18	286.872	15	249.068	94	1.082.674	75	631.104	8	193.282	229	2.696.308

4.2.3 - Formação de militares dos PALOP e Timor-Leste em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		Países						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação	Marinha	7	4	9	11	10	2	43
	Exército	10	2	7	15	16		50
	Força Aérea	1				2		3
Promoção	Marinha					-		-
	Exército	6		4	2	7		19
	Força Aérea				2	4		6
Actualização	Marinha							-
	Exército	2	1					3
	Força Aérea							-
Qualificação	Marinha							-
	Exército	1		1	5	1	1	9
	Força Aérea					3		3
TOTAL	Marinha	7	4	9	11	10	2	43
	Exército	19	3	12	22	24	1	81
	Força Aérea	1	-	-	2	9	-	12

4.2.4 - Despesas suportadas pelos Ramos das FA

(euros)

Ramo das Forças Armadas		Países						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação em Portugal	Marinha	16.567	10.944	14.823	36.672	23.126	3.628	105.760
	Exército	77.679	17.251	50.925	73.210	113.199	2.413	334.677
	Força Aérea	12.083			45.310	39.772		97.165
Vencimentos dos militares em missões nos PALOP e Timor-Leste	Marinha	111.760	60.373	43.346	221.746	197.074	77.904	712.203
	Exército	54.292	100.860	108.647	659.040	398.584	114.184	1.435.607
	Força Aérea		9.538		179.597	37.395		226.530
Material fornecido	Marinha	589	295		2.063	2.357	295	5.599
	Exército							-
	Força Aérea				28.178	21.042		49.220
Outros custos	Marinha	165	140	55	651	330	28	1.369
	Exército	6.535	15.292	15.292	65.288	60.845	9.342	172.594
	Força Aérea				6.289			6.289
TOTAL	Marinha	129.081	71.752	58.224	261.132	222.887	81.855	824.931
	Exército	138.506	133.403	174.864	797.538	572.628	125.939	1.942.878
	Força Aérea	12.083	9.538	-	259.374	98.209	-	379.204

4.2.5 - Formação de militares nos PALOP e Timor-Leste por tipo de curso e Ramo das FA

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		Países						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação	Marinha	128		24	1.275	177		1.604
	Exército	277		322	924	419		1.942
	Força Aérea				55			55
Promoção	Marinha	30						30
	Exército	76		52	51			179
	Força Aérea							-
Actualização	Marinha				43			43
	Exército				523			523
	Força Aérea							-
Qualificação	Marinha							-
	Exército				98	66	6	170
	Força Aérea							-
TOTAL	Marinha	158	-	24	1.318	177	-	1.677
	Exército	353	-	374	1.596	485	6	2.814
	Força Aérea	-	-	-	55	-	-	55

4.2.6 - Assistência hospitalar em Portugal a militares dos PALOP e Timor-Leste e seus familiares e respectivas despesas

(euros)

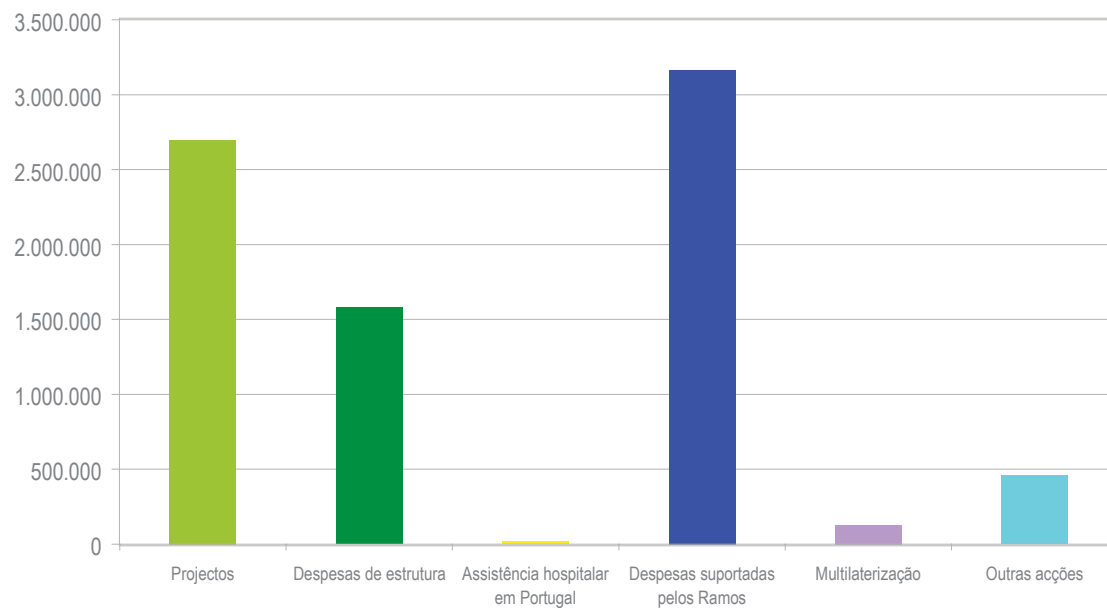
Pessoal Assistido	Países												TOTAL	
	República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique		República Democrática de Timor-Leste			
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Militares	3	2.006	4	2.747	3	10.279	10	986	2	298			22	16.316
Familiares													-	-
TOTAL	3	2.006	4	2.747	3	10.279	10	986	2	298	-	-	22	16.316

4.2.7 - Despesas globais da cooperação técnico-militar

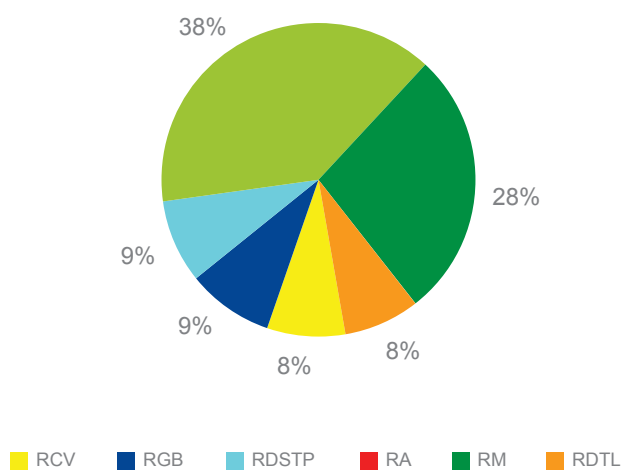
(euros)

Tipo de Despesas	Países						TOTAL
	República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Projectos	253.308	286.872	249.068	1.082.674	631.104	193.282	2.696.308
Despesas de estrutura	19.839	132.817	99.983	628.696	578.946	120.206	1.580.487
Assistência hospitalar em Portugal	2.006	2.747	10.279	986	298		16.316
Despesas suportadas pelos Ramos das FA	297.670	214.693	233.088	1.318.044	893.724	207.794	3.165.013
Multilaterização	21.277	21.277	21.277	21.277	21.277	21.277	127.662
Outras acções	63.518	57.116	72.333	86.233	91.837	87.046	458.083
TOTAL	657.618	715.522	686.028	3.137.910	2.217.186	629.605	8.043.869

por Tipos de Despesa

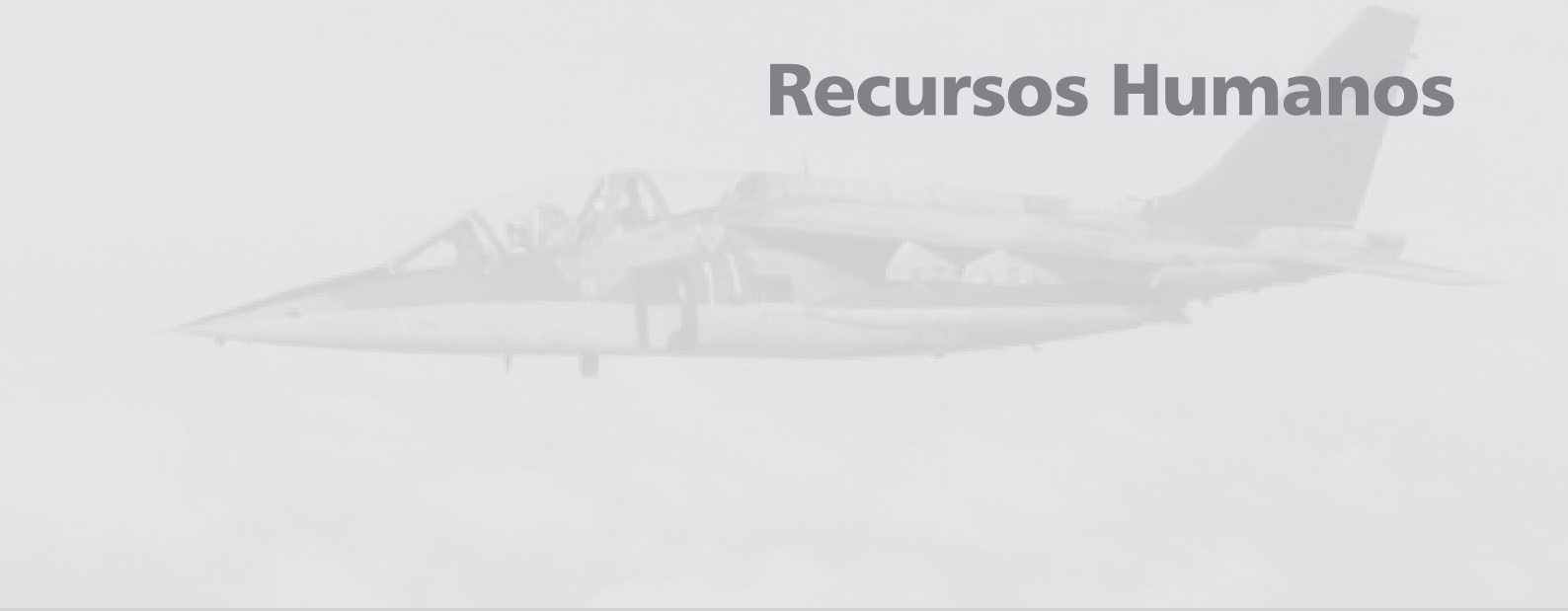


por Países





Recursos Humanos



PESSOAL

Os dados apresentados no presente capítulo, da responsabilidade da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), visam analisar quantitativamente os recursos humanos (pessoal militar, militarizado e civil) que servem directamente no âmbito da Defesa Nacional. Tal como no ano transacto, fixa-se o dia 31 de Dezembro como data de referência para a contabilização de todos os efectivos.

Apresentam-se igualmente os conceitos considerados essenciais, não só para a interpretação da informação que é tratada sob forma de quadros e gráficos, mas também para a familiarização do público em geral com a realidade subjacente às Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e dos diversos diplomas que o corporizam, bem como com o ordenamento jurídico e de carreiras do pessoal civil.

Contempla-se uma parte das alterações determinadas pelos despachos nos 126/MDN/2005, de 21 de Junho, e 143/MDN/2006, de 14 de Julho, designadamente o tratamento dos dados relativos a encargos financeiros com os vencimentos dos militares em regime de voluntariado e em regime de contrato (quadro 5.1.1.11) e as despesas decorrentes da aplicação da Lei do Serviço Militar (5.1.1.12). No que concerne aos encargos com a assistência na doença aos militares das Forças Armadas por tipologia de beneficiário, matéria igualmente prevista nos referidos despachos, ainda não foi possível a apresentação de tais dados na presente edição.

CONCEITOS

Pessoal Militar

Enquadramento Legal

Na sequência da 4.^a Revisão Constitucional (Lei n.º 1/97, de 20 de Setembro), a actual Lei do Serviço Militar, aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro, criou um novo modelo de serviço militar que, em tempo de paz, assenta no voluntariado e cujo regime jurídico entrou em vigor com a publicação do Regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro. Relembra-se que, com a publicação deste diploma, iniciou-se um período transitório para se extinguir o Serviço Efectivo Normal (SEN), período cujo final não poderia exceder quatro anos. Assim, em Setembro de 2004, passaram à situação de reserva de disponibilidade os últimos militares que foram incorporados com destino ao SEN (vide quadro 5.1.1.2.2). Tendo em vista facilitar o recrutamento dos recursos humanos necessários, foi publicado o Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, que aprova um conjunto de incentivos à prestação de serviço militar nos regimes de contrato (RC) e de voluntariado (RV). Este conjunto de incentivos foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de Maio.

Em complemento, o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 12-A/2000, de 24 de Julho, e n.º 25/2000, de 23 de Agosto, Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, e Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de Setembro, procurou adaptar-se ao novo modelo de serviço militar e tornar compatíveis alguns aspectos do Estatuto da Condição Militar com outras alterações, entretanto ocorridas, no âmbito da macro-estrutura das Forças Armadas e da racionalização dos efectivos militares.

Formas de prestação de Serviço Militar

Assim, com a entrada em vigor do novo quadro legal, o militar pode encontrar-se numa das seguintes formas de prestação de serviço:

- Nos Quadros Permanentes (QP)

É o militar que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, se encontra vinculado às Forças Armadas com carácter de permanência.

O militar dos QP pode encontrar-se numa das seguintes situações:

- Activo

Considera-se no activo o militar dos QP que se encontra afecto a serviço efectivo ou em condições de ser chamado ao seu desempenho e que não tenha sido abrangido pelas situações de reserva ou de reforma.

- Reserva

É a situação para que transita o militar dos QP no activo, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR, mantendo-se, no entanto, disponível para o serviço.

- Reforma

É a situação para que transita o militar dos QP no activo ou na reserva, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR.

- Em Regime de Contrato (RC)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de tempo limitado (duração mínima de 2 e máxima de 6 anos), com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas ou ao seu eventual ingresso nos QP.

- Em Regime de Voluntariado (RV)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de 12 meses, incluindo o período de instrução, findo o qual pode ingressar no serviço efectivo em regime de contrato.

Pessoal Militarizado

Na Marinha e no Exército existem quadros de pessoal militarizado, os quais foram originados pela necessidade de satisfação de um conjunto de tarefas próprias desses Ramos num âmbito não especificamente militar. Decreto-Lei nº 282/76, de 20 de Abril (Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha), Decreto-Lei nº 550-R/76, de 12 de Julho (Quadro de Pessoal Militarizado do Exército) e Decreto-Lei nº 248/95, de 21 de Setembro (cria a Polícia Marítima, autonomizando os grupos 1 – Corpo de Polícia Marítima e 3 – Cabos de Mar, anteriormente integrados no QPMM).

Pessoal Civil

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e Decreto Regulamentar nº 17/2000, de 22 de Novembro.

Pessoal Civil dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA)

Pessoal que integra os estabelecimentos fabris, na dependência directa dos Ramos das FA, que foram criados com vista ao desempenho da função “Arsenal”, imprescindível na época para o adequado desempenho das missões atribuídas às Forças Armadas.

5.1 – PESSOAL

5.1.1 - Pessoal Militar

5.1.1.1 - Pessoal Militar, Segundo Regime e Situação, em 31DEZ

Ano: 2007

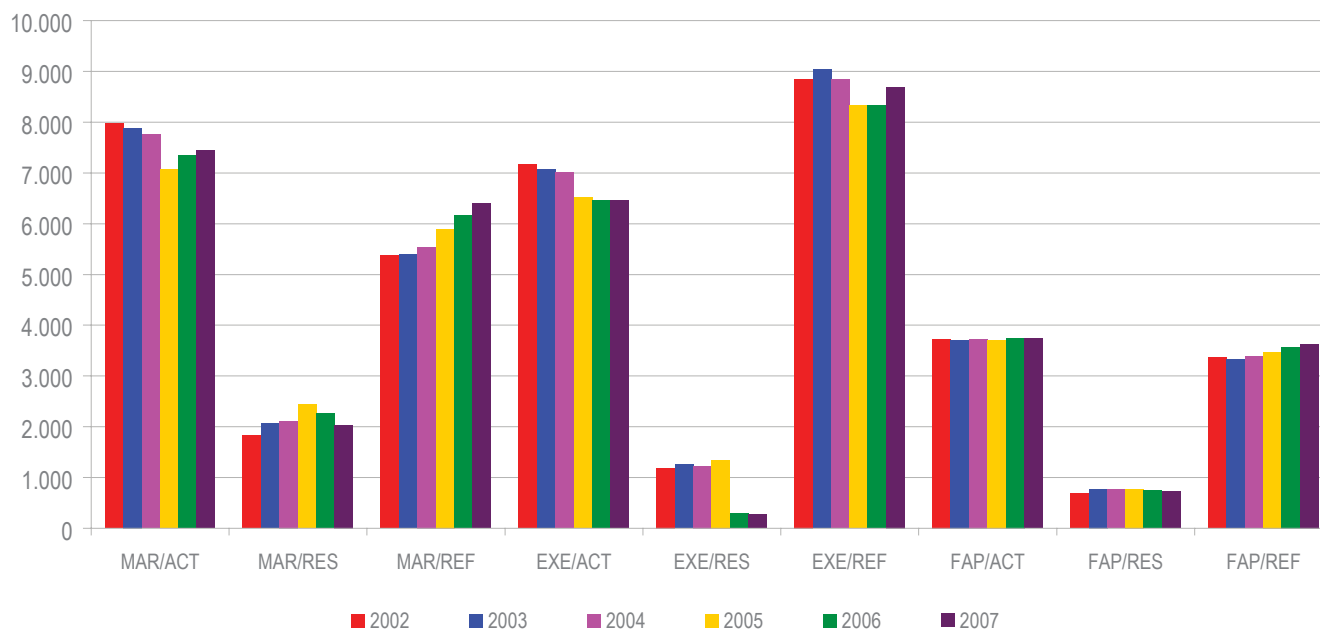
Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa	Quadro Permanente (Activo)	7.443	6.451	3.744	17.638
RC	Regime de Contrato	2.601	12.332	3.368	18.301
RV	Regime de Voluntariado	2	867		869
SUBTOTAL		10.046	19.650	7.112	36.808
QPrs	Quadro Permanente (Reserva)	2.031	271	719	3.021
QPrf	Quadro Permanente (Reforma)	6.404	8.696	3.632	18.732
SUBTOTAL		8.435	8.967	4.351	21.753
TOTAL		18.481	28.617	11.463	58.561

5.1.1.2 - Dados Retrospectivos dos Últimos Cinco Anos

5.1.1.2.1 - Militares do Quadro Permanente

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa - Quadro Permanente (Activo)	2006	7.344	6.453	3.746	17.543
	2005	7.061	6.511	3.703	17.275
	2004	7.759	7.002	3.728	18.489
	2003	7.890	7.065	3.704	18.659
	2002	7.968	7.171	3.726	18.865
QPrs - Quadro Permanente (Reserva)	2006	2.262	287	737	3.286
	2005	2.440	1.339	766	4.545
	2004	2.108	1.222	760	4.090
	2003	2.068	1.253	769	4.090
	2002	1.825	1.189	691	3.705
QPrf - Quadro Permanente (Reforma)	2006	6.162	8.335	3.566	18.063
	2005	5.894	8.335	3.473	17.702
	2004	5.537	8.847	3.387	17.771
	2003	5.392	9.035	3.332	17.759
	2002	5.370	8.857	3.368	17.595

Evolução do Pessoal Militar do Quadro Permanente



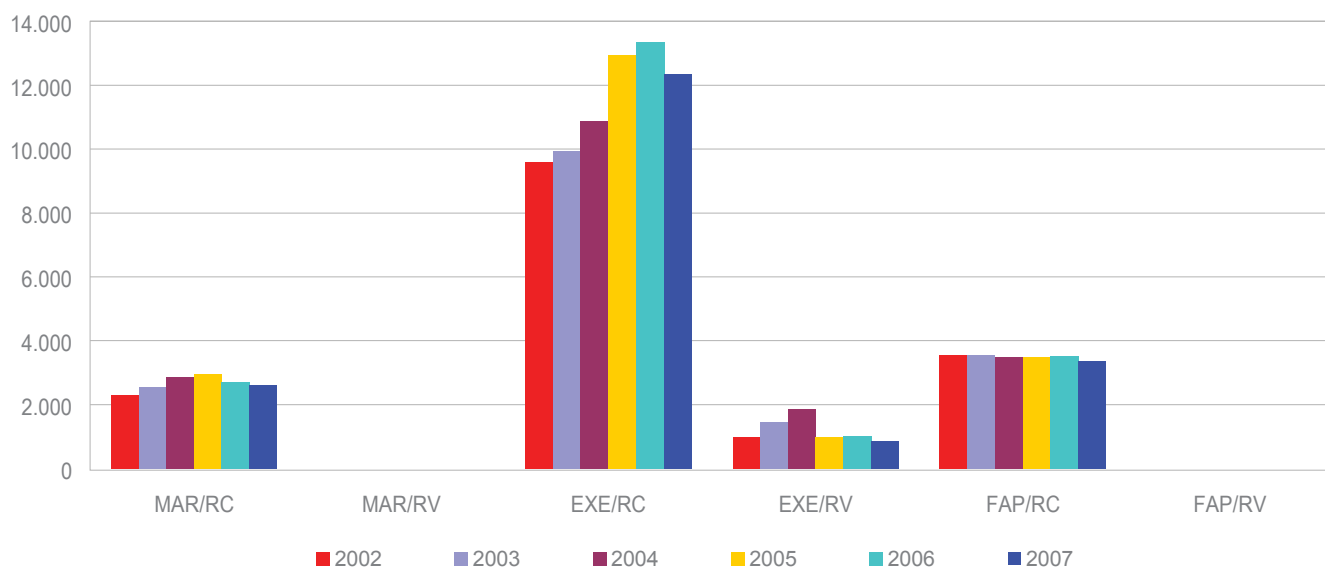
MAR – Marinha; EXE – Exército; FAP – Força Aérea Portuguesa

ACT – Activo; RES – Reserva; REF – Reforma

5.1.1.2.2 - Militares não Pertencentes ao Quadro Permanente

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
RC - Regime de Contrato	2006	2.687	13.349	3.511	19.547
	2005	2.958	12.924	3.486	19.368
	2004	2.853	10.863	3.491	17.207
	2003	2.544	9.942	3.543	16.029
	2002	2.295	9.593	3.543	15.431
RV - Regime de Voluntariado	2006	2	994		996
	2005	2	987		989
	2004	2	1.851		1.853
	2003	3	1.444		1.447
	2002	4	976		980
SEN - Mancebos que nos anos considerados passaram pelas fileiras das FA em Serviço Efectivo Normal	2006				-
	2005				-
	2004				-
	2003	142	3.626		3.768
	2002	465	8.644		9.109

Evolução do Pessoal Militar em Regime de Contrato e de Voluntariado



MAR - Marinha; EXE - Exército; FAP - Força Aérea Portuguesa
RC - Regime de Contrato; RV - Regime de Voluntariado

5.1.1.3 - Militares do QP, Activo, Quanto à Prestação de Serviço (a)

Ano: 2007

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Comissão normal		7.343	6.423	3.722	17.488
Comissão especial		2		10	12
Inactividade temporária		73		3	76
Licença sem vencimento		25	28	9	62
TOTAL		7.443	6.451	3.744	17.638

(a) Artigo 144.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

5.1.1.4 - Distribuição Hierárquica do Pessoal Militar (a)

Ano: 2007

Situação		Ramo das FA			Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Oficiais Generais	Almirante da Armada; Marechal													-	-	-
	Almirante; General	1			2			1			4	-	-			
	Vice-Almirante; Tenente-General	11			15			6			32	-	-			
	Contra-Almirante; Major-General	22			48			24			94	-	-			
	Comodoro; Brigadeiro-General				1						1	-	-			
	SUBTOTAL	34	-	-	66	-	-	31	-	-	131	-	-			
Oficiais	Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	132			256			119			507	-	-			
	Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	237			587			203			1.027	-	-			
	Capitão-Tenente; Major	297			627			318			1.242	-	-			
	1º Tenente; Capitão	286			544			337			1.167	-	-			
	2º Tenente; Tenente	245	64		336	311		258	272		839	647	-			
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	81	120		52	162		32	252		165	534	-			
	Aspirante a Oficial		86			64	10		13		-	163	10			
	SUBTOTAL	1.278	270	-	2.402	537	10	1.267	537	-	4.947	1.344	10			
Sargentos	Sargento-Mor	70			231			38			339	-	-			
	Sargento-Chefe	152			387			158			697	-	-			
	Sargento-Ajudante	539			1.428			789			2.756	-	-			
	1º Sargento	1.259			1.745	260		1.139	8		4.143	268	-			
	2º Sargento	492	9		190	204		322			1.004	213	-			
	Subsargento; Furriel		6			432					-	438	-			
	2º Subsargento; 2º Furriel					101	4				-	101	4			
	SUBTOTAL	2.512	15	-	3.981	997	4	2.446	8	-	8.939	1.020	4			
Praças	Cabo; Cabo de Secção	2.369			1						2.370	-	-			
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	1.250	195		1	891			1.065		1.251	2.151	-			
	2º Marinheiro; 1º Cabo		1.064			1.915			1.115		-	4.094	-			
	1º Grumete; 2º Cabo		663	2		624			374		-	1.661	2			
	2º Grumete; Soldado; Sold. Cadete		394			7.368	853		269		-	8.031	853			
	SUBTOTAL	3.619	2.316	2	2	10.798	853	-	2.823	-	3.621	15.937	855			
TOTAL		7.443	2.601	2	6.451	12.332	867	3.744	3.368	-	17.638	18.301	869			

(a) De acordo com o quadro Anexo I ao artigo 28º do EMFAR, aprovado pelo DL n.º 236/99, de 25 de Junho.

QPa - Quadro Permanente (Activo)

5.1.1.5 - Estrutura Etária do Pessoal Militar

Ano: 2007

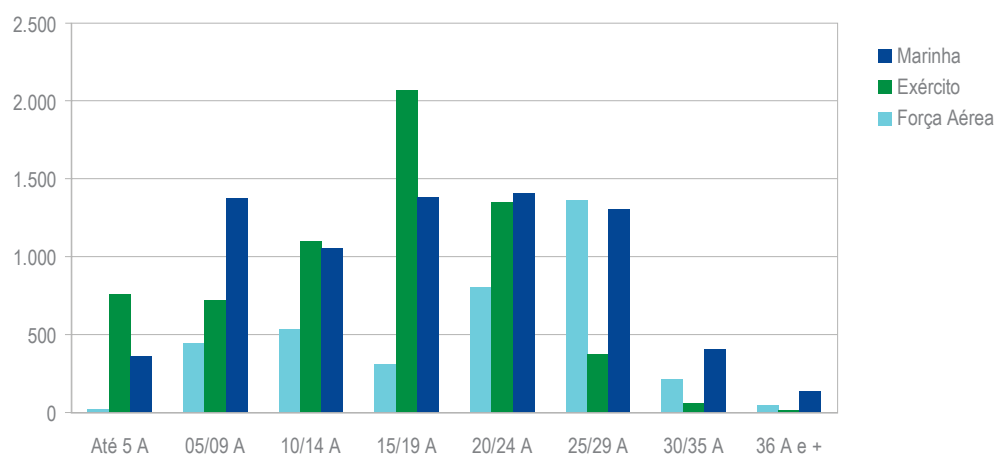
Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
Situação	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Até 20 anos	1	322		1.727	592		0	135		1	2.184	592
20/24 anos	568	1.786		81	5.780	254	17	1.682		666	9.248	254
25/29 anos	1.341	458		585	4.388	21	444	1.429		2.370	6.275	21
30/34 anos	1.021	32	2	750	421		581	122		2.352	575	2
35/39 anos	1.204	3		1.256	16		321			2.781	19	
40/44 anos	1.463			1.848			1.056			4.367		
45/49 anos	1.229			1.388			1.092			3.709		
50/54 anos	501			448			175			1.124		
55/59 anos	110			87			57			254		
60/64 anos	5			7			1			13		
65 anos e mais				1						1		
TOTAL	7.443	2.601	2	6.451	12.332	867	3.744	3.368	-	17.638	18.301	869

5.1.1.6 - Estrutura de Tempo de Serviço dos Militares do QP, no Activo

Ano: 2007

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos		365	763	21	1.149
05 / 09 anos		1.379	720	444	2.543
10 / 14 anos		1.057	1.098	533	2.688
15 / 19 anos		1.384	2.070	311	3.765
20 / 24 anos		1.404	1.348	807	3.559
25 / 29 anos		1.307	374	1.364	3.045
30 / 35 anos		411	63	217	691
36 anos e mais		136	15	47	198
TOTAL		7.443	6.451	3.744	17.638

Estrutura do Tempo de Serviço Efectivo dos Militares do QP (Activo)



5.1.1.7 - Origem Geográfica dos Militares

Ano: 2007

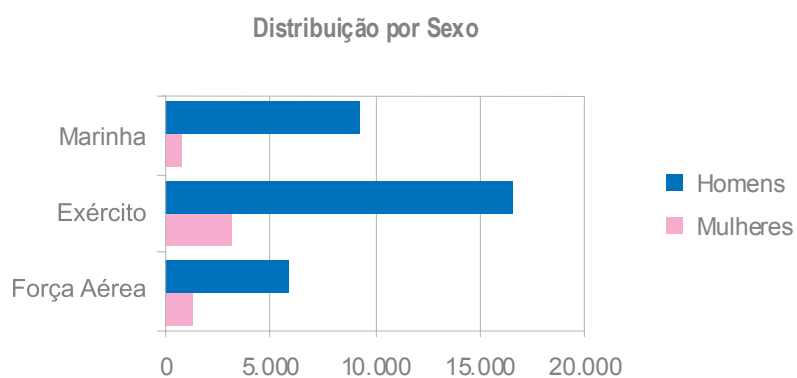
Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
Situação	QPa	RC	RV	QPa(*)	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Aveiro	129	61	1		715	55	88	160		217	936	56
Beja	270	90			197	13	82	68		352	355	13
Braga	116	77			937	65	76	107		192	1.121	65
Bragança	206	38			258	17	80	49		286	345	17
Castelo Branco	280	79			376	34	111	64		391	519	34
Coimbra	254	75			592	28	160	119		414	786	28
Évora	316	64			296	33	131	72		447	432	33
Faro	222	93			228	41	70	40		292	361	41
Guarda	150	42			367	33	74	66		224	475	33
Leiria	204	92			536	30	172	172		376	800	30
Lisboa	2.074	833			1.489	107	1.154	1.065		3.228	3.387	107
Portalegre	277	81			241	15	113	58		390	380	15
Porto	272	117			1.867	99	163	310		435	2.294	99
Santarém	490	137			698	44	312	238		802	1.073	44
Setúbal	885	408			751	39	206	240		1.091	1.399	39
Viana do Castelo	149	30			285	23	31	57		180	372	23
Vila Real	157	42			597	38	72	65		229	704	38
Viseu	258	61	1		938	57	137	99		395	1.098	58
Açores	50	26			160	68	40	85		90	271	68
Madeira	33	18			491	10	19	13		52	522	10
Outras origens	651	137			313	18	453	221		1.104	671	18
TOTAL	7.443	2.601	2	6.451	12.332	867	3.744	3.368	-	17.638	18.301	869

(*) Foi implementada uma nova base de dados, não estando estes dados ainda disponíveis para divulgação.

5.1.1.8 - Distribuição por Sexo de Pessoal Militar

Ano: 2007

Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
Situação	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Masculino	7.092	2.179	2	6.287	9.578	690	3.474	2.358		16.853	14.115	692
Feminino	351	422		164	2.754	177	270	1.010		785	4.186	177
TOTAL	7.443	2.601	2	6.451	12.332	867	3.744	3.368	-	17.638	18.301	869



5.1.1.9 - Promoção de Militares do QP

Ano: 2007

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Oficiais Gerais	Almirante da Armada; Marechal				-
	Almirante; General				-
	Vice-Almirante; Tenente-General	4	10	5	19
	Contra-Almirante; Major-General	10	17	10	37
	Comodoro; Brigadeiro-General				-
	SUBTOTAL	14	27	15	56
Oficiais	Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	17	64	44	125
	Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	39	180	43	262
	Capitão-Tenente; Major	35	192	52	279
	1º Tenente; Capitão	50	74	47	171
	2º Tenente; Tenente	43	56	59	158
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	41	53	31	125
	SUBTOTAL	225	619	276	1.120
Sargentos	Sargento-Mor	23	36	10	69
	Sargento-Chefe	33	59	42	134
	Sargento-Ajudante	78	97	69	244
	1º Sargento	131	118	126	375
	2º Sargento	157	113	100	370
	Subsargento; Furriel				-
	SUBTOTAL	422	423	347	1.192
Praças	Cabo; Cabo de Secção	60			60
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	122			122
	SUBTOTAL	182	-	-	182
TOTAL		843	1.069	638	2.550

5.1.1.10 - Pessoal Militar, Ingressos e Saídas por Categorias e Formas de Prestação de Serviço

Ano: 2007

Situação	Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Ingressos	Oficiais	38	76		80	68	6	76	100		194	244	6
	Sargentos	30	-		113	124	3	107			250	124	3
	Praças	189	441			1.272	797		410		189	2.123	797
	TOTAL	257	517	-	193	1.464	806	183	510	-	633	2.491	806
Saídas	Oficiais	33	56		101	175		84	65		218	296	-
	Sargentos	90	37		114	367	1	81			285	404	1
	Praças	53	622			2.966	308		420		53	4.008	308
	TOTAL	176	715	-	215	3.508	309	165	485	-	556	4.708	309

5.1.1.11 - Encargos Financeiros com os Vencimentos dos Militares em Regime de Voluntariado (RV)
e Regime de Contrato (RC) (a)

(milhares de euros) Ano: 2007

Ramo das FA		Marinha		Exército (c)		Força Aérea		TOTAL	
Situação		RC	RV	RC	RV	RC	RV	RC	RV
Oficiais	2º Tenente; Tenente	1.101,00		14.062,76		6.145,00		21.308,76	-
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	2.246,00		3.760,42		5.702,00		11.708,42	-
	Aspirante a Oficial	71,00		319,18	201,81	1.957,00		2.347,18	201,81
	SUBTOTAL	3.418,00	-	18.142,36	201,81	13.804,00	-	35.364,36	201,81
Sargentos	1º Sargento			12.395,07		169,00		12.564,07	-
	2º Sargento	68,00		7.121,80		312,00		7.501,80	-
	Subsargento; Furriel	92,00		9.938,35		3.076,00		13.106,35	-
	2º Subsargento; 2º Furriel			2.530,74	178,06	0,00		2.530,74	178,06
	SUBTOTAL	160,00	-	31.985,96	178,06	3.557,00	-	35.702,96	178,06
Praças	Cabo; Cabo de Secção					0,00		0,00	-
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	823,00		22.872,83		10.938,00		34.633,83	-
	2º Marinheiro; 1º Cabo	11.287,00		26.932,64		10.155,00		48.374,64	-
	1º Grumete; 2º Cabo	3.701,00		12.101,22	77,39	4.710,00		20.512,22	77,39
	2º Grumete; Soldado	457,00		81.455,93	9.809,18	1.099,00		83.011,93	9.809,18
	SUBTOTAL	16.268,00	-	143.362,62	9.886,57	26.902,00	-	186.532,62	9.886,57
TOTAL		19.846,00	(b) -	-	10.266,44	44.263,00	-	257.599,94	10.266,44

(a) Art. 20º, n.º 3, do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado (RI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320- A/2000, de 15/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21/05 .

Portaria n.º 149/2003, de 13/02, que aprova, em desenvolvimento daquele artigo, a estrutura remuneratória dos militares em RC e RV.

(b) Os 2 militares constantes do quadro 5.1.1.1, de acordo com informação da Marinha, encontram-se em situação que não confere direito a vencimento;

(c) Encargos autonomizados relativos ao período de instrução (básica/complementar) – 2.352,47 milhares de euros (oficiais - 150,11; sargentos - 108,44; praças - 2093,92);

5.1.1.12 - Despesas Decorrentes da Aplicação da Lei do Serviço Militar

(milhares de euros)

Ramo das FA			Marinha	Exército (a)	Força Aérea	TOTAL
Parâmetro	Situação					
Vencimentos (1)	RV	Abrangidos		3.612		3.612
		Encargos		12.081,00		12.081,00
	RC	Abrangidos	1.574	15.570	3.368	20.512
		Encargos	19.846,00	193.491,00	44.263,00	257.600,00
Formação e Certificação Profissional (2)	RV	Abrangidos				-
		Encargos				-
	RC	Abrangidos			711	711
		Encargos			48,00	48,00
Programa de Apoio ao Estudo (3)	RV	Abrangidos				-
		Encargos				-
	RC	Abrangidos			94	94
		Encargos			30,00	30,00
Compensação Financeira (4)	RV	Abrangidos		234		234
		Encargos		200,00		200,00
	RC	Abrangidos	671	4.079	782	5.532
		Encargos	3.311,00	24.587,00	6.728,00	34.626,00
Encargos Financeiros (5)	RV	Abrangidos		1.120		1.120
		Encargos		765,00		765,00
	RC	Abrangidos	241	7.342	3.368	10.951
		Encargos	144,00	6.538,00	3.989,00	10.671,00
Prestações Familiares (6)	RV	Abrangidos		14		14
		Encargos		6,00		6,00
	RC	Abrangidos	31	919	2.037	2.987
		Encargos	26,00	406,00	136,00	568,00

5.1.1.12 - Despesas Decorrentes da Aplicação da Lei do Serviço Militar (Continuação)

(milhares de euros)

Ramo das FA		Marinha	Exército (a)	Força Aérea	TOTAL	
Parâmetro	Situação					
Subsistema da Protecção Familiar (7)	RV	Abrangidos			-	
		Encargos			-	
	RC	Abrangidos		2.094	2.094	
		Encargos		205,00	205,00	
Protecção à Maternidade, Paternidade e Adopção (7)	RV	Abrangidos			-	
		Encargos			-	
	RC	Abrangidos			-	
		Encargos			-	
Outros (8)	RV	Abrangidos			-	
		Encargos			-	
	RC	Abrangidos	8.215		8.215	
		Encargos	1.736,00		1.736,00	
TOTAL	RV	Abrangidos	-	4.980	-	4.980
		Encargos	-	13.052,00	-	13.052,00
	RC	Abrangidos	10.732	27.910	12.454	51.096
		Encargos	25.063,00	225.022,00	55.399,00	305.484,00

(a) Vencimentos não incluem período de instrução (básica/complementar) - 2.352,47 milhares de euros [ver nota (b) do quadro 5.1.1.11].

(1) Encargos financeiros com os vencimentos dos militares nos regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV):

- art. 20º, n.º 3, do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado (RI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 118/2004, de 21/05;

- Portaria n.º 149/2003, de 13/02, que aprova, em desenvolvimento daquele artigo, a estrutura remuneratória dos militares em RC e RV.

(2) Encargos financeiros com a formação e certificação profissionais ministrada aos militares em RC e RV pelas Forças Armadas e instituições especializadas:

- artigos 9º a 19º do RI;

(3) Encargos financeiros de acordo com o art. 7º do RI;

(4) Encargos financeiros com o pagamento da compensação financeira pela prestação de serviço em RC e RV

- art. 21º do RI;

(5) Encargos financeiros com os direitos a fardamento, alojamento, alimentação e transporte dos militares em RC e RV

- art. 22º do RI;

(6) Encargos financeiros com as prestações familiares, designadamente, no que respeita ao subsídio de maternidade e subsídio de apoio a crianças e jovens (abono de família), a que têm direito os militares em RC e RV. art. 39º, n.º 1, do RI;

(7) Encargos financeiros de acordo com o n.º 1, do art. 39º do RI;

(8) Encargos financeiros não englobados nas rubricas anteriores.

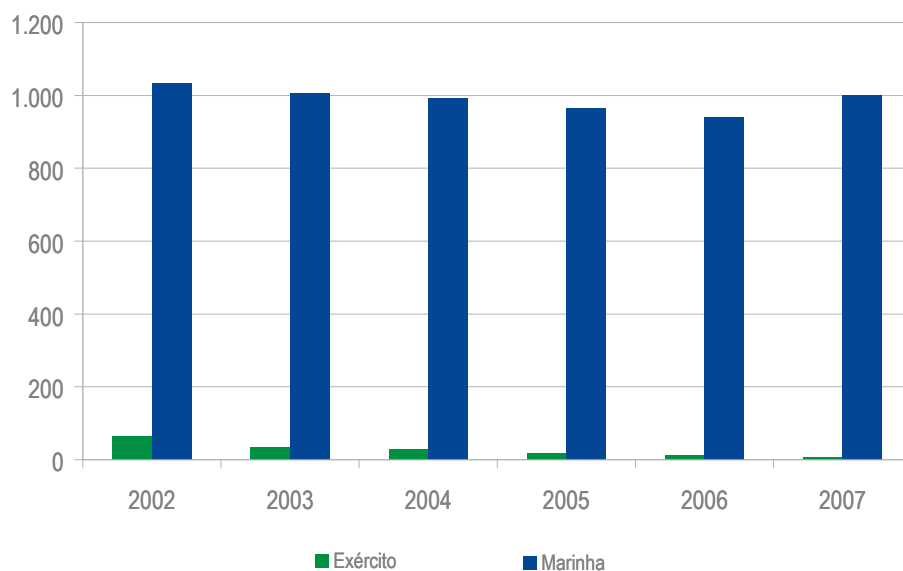
5.1.2 - Pessoal Militarizado

5.1.2.1 - Pessoal Militarizado da Defesa Nacional

MARINHA	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Polícia Marítima	519	494	489	472	462	525
Polícia dos Estabelecimentos de Marinha	123	122	119	123	122	118
Troço de Mar	232	235	233	227	218	209
Práticos/Costa Algarve	2	2	2	2	2	2
Faroleiros	156	153	150	141	137	147
TOTAL	1.032	1.006	993	965	941	1.001

EXÉRCITO	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Técnico-Profissional e Administrativo	27	14	14	11	6	
Auxiliar de Serviços	17	4	3			
Motorista	7	6	5	1		
Tratador	7	6	5	5	6	5
Vigilante	6	4	1			
TOTAL	64	34	28	17	12	5

Evolução Global do Pessoal Militarizado

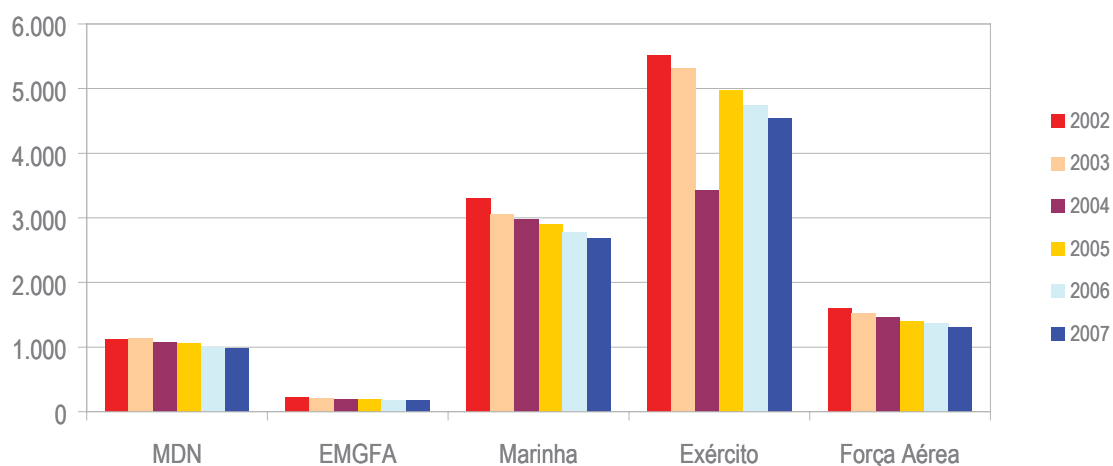


5.1.3 - Pessoal Civil

5.1.3.1 - Efectivos Globais

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2007	988	178	2.690	4.548	1.303	9.707
Dados retrospectivos dos últimos 5 anos						
2006	1.001	182	2.773	4.744	1.366	10.066
2005	1.060	194	2.906	4.984	1.406	10.550
2004	1.079	198	2.981	3.425	1.467	9.150
2003	1.130	206	3.053	5.311	1.524	11.224
2002	1.123	217	3.300	5.512	1.604	11.756

Evolução dos Efectivos Globais do Pessoal Civil



5.1.3.2 - Pessoal Civil por Grupos Profissionais (a)

Ano: 2007

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia	63		27			90
Téc. Superior / Técnico Licenciado	118	5	98	100	26	347
Técnico / Técnico Bacharel	16	1	57	106	2	182
Docente (b)	5	1	21	292	29	348
Médico / Enfermagem (b)	5		37	303	120	465
Informático (b)	22	12	51	90		175
Técnico profissional	25	16	158	281	43	523
Administrativo	224	79	507	1.285	218	2.313
Operário	35	5	1.014	685	297	2.036
Auxiliar	475	59	720	1.406	568	3.228
TOTAL	988	178	2.690	4.548	1.303	9.707

(a) Mapa de acordo com a estrutura prevista no n.º 2 e n.º 3 do art. 14º do DL n.º 248/85, de 15 de Julho.

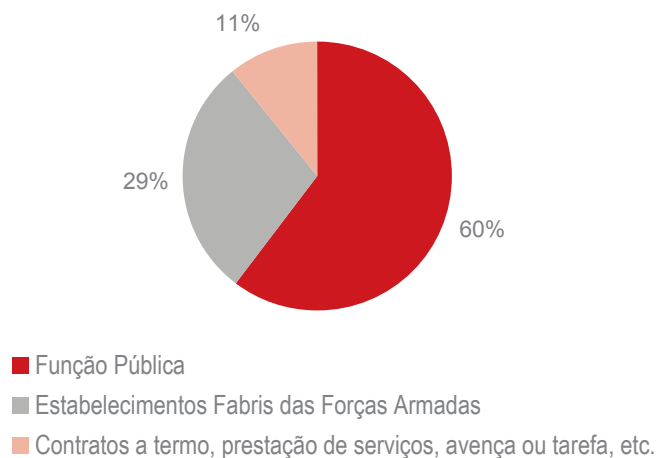
(b) Carreiras de regime especial a que se refere o n.º 3 do preceito citado.

5.1.3.3 - Pessoal Civil por Estatuto Jurídico

Ano: 2007

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função Pública	608	178	1.213	2.610	1.249	5.858
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	4		1.234	1.558		2.796
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	376		243	380	54	1.053
TOTAL	988	178	2.690	4.548	1.303	9.707

Distribuição do Pessoal Civil por Estatuto Jurídico



5.1.3.4 - Pessoal Civil por Habilitações Académicas

Ano: 2007

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Doutoramento e mestrado	14	2	19	30	6	71
Licenciatura	180	9	180	324	146	839
Bacharelato	22	1	38	76	23	160
Anos de Escolaridade	- 12 Anos	119	30	317	382	893
	- 11 Anos	79	21	183	189	537
	- 9 Anos	224	56	719	651	1.888
	- 6 Anos	112	23	385	531	1.310
	- 4 Anos	235	35	635	875	2.293
	- Menos de 4 Anos	3	1	1	15	21
Desconhecidas			213	1.475	7	1.695
TOTAL	988	178	2.690	4.548	1.303	9.707

5.1.3.5 - Pessoal Civil por Sexo

Ano: 2007

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Homens	285	58	1.540	1.656	584	4.123
Mulheres	703	120	1.150	2.892	719	5.584
TOTAL	988	178	2.690	4.548	1.303	9.707

5.1.3.6 - Estrutura Etária do Pessoal Civil

Ano: 2007

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 20 anos			3			3
20/24 anos	3		22			25
25/29 anos	51	1	135	50	10	247
30/34 anos	96	9	297	262	51	715
35/39 anos	118	7	304	407	102	938
40/44 anos	138	20	377	588	208	1.331
45/49 anos	154	37	430	844	287	1.752
50/54 anos	189	47	539	1.121	283	2.179
55/59 anos	153	37	384	863	241	1.678
60/64 anos	60	15	163	319	87	644
65 anos e mais	26	5	36	94	34	195
TOTAL	988	178	2.690	4.548	1.303	9.707

5.1.3.7 - Tempo de Serviço do Pessoal Civil

Ano: 2007

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos	100		197	103	25	425
05/09 anos	181	2	461	266	54	964
10/14 anos	211	29	471	844	189	1.744
15/19 anos	115	35	485	512	157	1.304
20/24 anos	96	39	395	638	301	1.469
25/29 anos	73	32	193	668	274	1.240
30/35 anos	167	32	366	1.069	203	1.837
36 anos e mais	45	9	122	448	100	724
TOTAL	988	178	2.690	4.548	1.303	9.707

5.1.3.8 - Promoções do Pessoal Civil por Grupo Profissional

Ano: 2007

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia	9					9
Téc. Superior / Técnico Licenciado	27		17	7	5	56
Técnico / Técnico Bacharel	2			1		3
Docente						-
Médico / Enfermagem			1	4	9	14
Informático	1	2	2	3		8
Técnico Profissional	6	1	8	8	10	33
Administrativo	15	16	13	21		65
Operário			48	20	60	128
Auxiliar	11	1	8	12	46	78
TOTAL	71	20	97	76	130	394

5.1.3.9 - Ingressos e Saídas de Pessoal Civil

Ano: 2007

	Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função Pública	Entradas	50	1	42	104	7	204
	Saídas	57	5	55	160	67	344
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	Entradas			3	1		4
	Saídas			49	65		114
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	Entradas			10	48	1	59
	Saídas	15		55	88	4	162
TOTAL	Entradas	50	1	55	153	8	267
	Saídas	72	5	159	313	71	620

FORMAÇÃO E TREINO

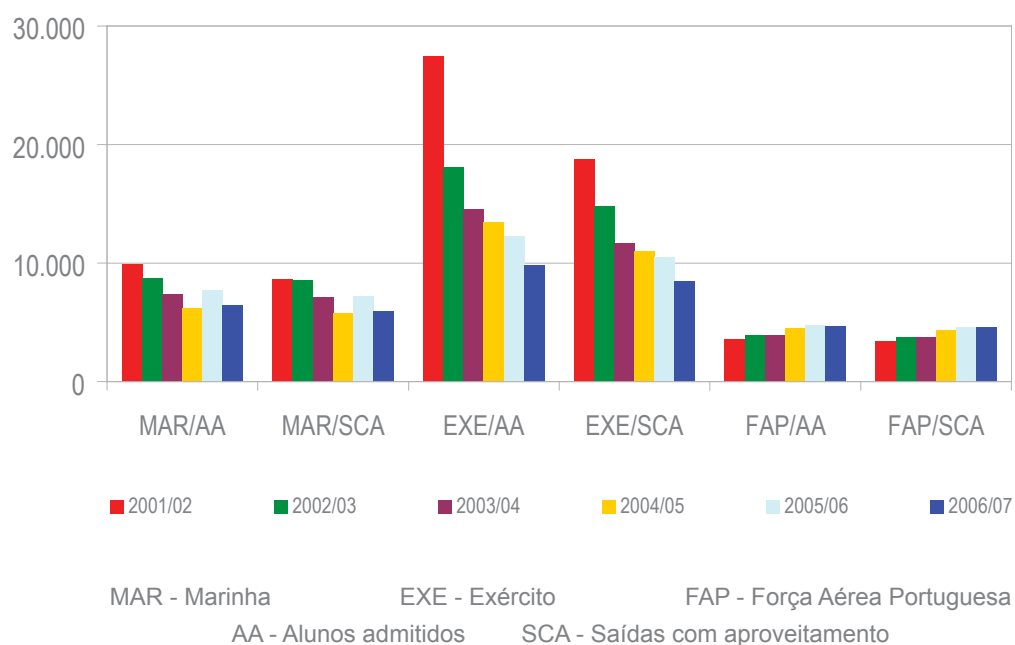
5.2 – FORMAÇÃO E TREINO

5.2.1 - Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução das FA

(Pessoal Militar, Militarizado e Civil das Forças Armadas)

	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Alunos admitidos nos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas	2006/07	6.474	9.847	4.724	21.045
	Dados retrospectivos				
	2005/06	7.747	12.241	4.771	24.759
	2004/05	6.213	13.466	4.531	24.210
	2003/04	7.409	14.565	3.882	25.856
	2002/03	8.753	18.071	3.894	30.718
	2001/02	9.227	27.475	3.588	40.290
Saídas com aproveitamento	2006/07	5.957	8.494	4.575	19.026
	Dados retrospectivos				
	2005/06	7.198	10.512	4.621	22.331
	2004/05	5.790	10.984	4.391	21.165
	2003/04	7.132	11.687	3.739	22.558
	2002/03	8.566	14.799	3.775	27.140
	2001/02	8.669	18.761	3.413	30.843

Movimento dos Estabelecimentos de Ensino das FA



5.2.2 - Pessoal Militar na Efectividade de Serviço que Frequentou Cursos Internos

Ano: 2007

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cursos de Formação	1.477	1.794	1.072	4.343
Cursos de Promoção	352	743	131	1.226
Cursos de Especialização ou Qualificação	4.362	2.349	2.524	9.235
Cursos de Actualização	283	294	208	785
TOTAL	6.474	5.180	3.935	15.589

5.2.3 - Pessoal Militar que Frequentou Cursos no Estrangeiro

Ano: 2007

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Curta (até um mês)	49	21	55	125
Média (de um a três meses)	3		10	13
Longa (mais de três meses)	15		57	72
TOTAL	67	21	122	210

Anexo ao quadro 5.2.1

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DAS FORÇAS ARMADAS (a)

(Principais Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução)

MDN	
Instituto de Estudos Superiores Militares (Pedrouços)	
Marinha	
Escola Naval (Alfeite) Escola Superior de Tecnologias Navais (Alfeite) Escola de Tecnologias Navais Departamento de Operações Departamento de Armas e Electrónica Departamento de Propulsão e Energia Departamento de Limitação de Avarias Departamento de Administração e Logística Departamento de Comunicações e Sistemas de Informação Departamento de Formação em Tecnologias de Educação Departamento de Formação Geral	Escola de Fuzileiros (Vale do Zebro) Escola de Submarinos (Alfeite) Escola de Mergulhadores (Alfeite) Escola de Hidrografia e Oceanografia (Lisboa) Escola de Faroleiros (Paço de Arcos) Centro de Educação Física da Armada (Alfeite) Centro de Instrução de Tática Naval (Alfeite) Centro de Instrução de Helicópteros (Montijo) Centro de Instrução da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha (Alfeite) Centro Naval de Ensino à Distância (Lisboa) Escola de Autoridade Marítima (Lisboa) (b)
Exército (c)	
Academia Militar (Lisboa) Escola Superior Politécnica do Exército (Amadora) Escola do Serviço de Saúde Militar (Lisboa) (d) Escola de Sargentos do Exército (Caldas da Rainha) Escola Prática de Infantaria (Mafra) Escola Prática de Cavalaria (Abrantes) Escola Prática de Artilharia (Vendas Novas) Escola Prática de Engenharia (Tancos) Escola Prática de Transmissões (Porto) Escola Prática dos Serviços (Póvoa de Varzim)	Escola de Tropas Pára-Quedistas (Tancos) Centro de Tropas Comandos (Mafra) Centro de Tropas de Operações Especiais (Lamego) Centro Militar de Electrónica (Paço de Arcos) Centro de Psicologia Aplicada do Exército (Lisboa) Centro de Informações e Segurança Militar (Lisboa) Centro Militar de Educação Física e Desportos (Mafra) Instituto Geográfico do Exército (Lisboa) Banda do Exército (Carregueira)
Força Aérea	
Academia da Força Aérea (Sintra) Escola Sup. de Tecnologias Militares Aeronáuticas (Sintra) Esquadra 101/ Epsilon (Beja) Esquadra 103 / Alfa Jet (Beja) Esquadra 552 / AL III (Beja) Esquadra 502 / Aviocar (Sintra)	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (Ota) que inclui: Escola de Língua Inglesa (ELI) Escola de Formação Pedagógica de Formadores Escola de Formação de Condutores Banda de Música da Força Aérea (Lisboa) Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea (BA 6 - Montijo) Centro de Instrução Cinófila (AM 2 - Ovar) Centro de Medicina Aeronáutica – Secção de Treino Fisiológico (Lisboa) Direcção de Instrução (Lisboa)

(a) Não inclui o Colégio Militar, Instituto Militar dos Pupilos do Exército e Instituto de Odivelas;

(b) Integrado na estrutura do Sistema de Autoridade Marítima;

(c) Nova orgânica, a partir de 1 de Janeiro de 2006, decorrente da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 61/2006, de 21 de Março;

(d) Estabelecimento de ensino superior politécnico, inserido na estrutura orgânica do Exército, que apoia os três Ramos das Forças Armadas.

SAÚDE MILITAR

A missão da Saúde Militar consiste no apoio sanitário aos efectivos militares em qualquer situação, e em especial no apoio directo às forças em operações ou em campanha. Toda a orgânica e treino específico são orientados para essa finalidade.

Nas Forças Armadas Portuguesas, cada Ramo possui os seus próprios serviços de saúde, por razões de especificidade da missão e da particularidade dos meios com que actuam.

Os Serviços de Saúde Militar dispõem de pessoal médico, farmacêutico, médico veterinário

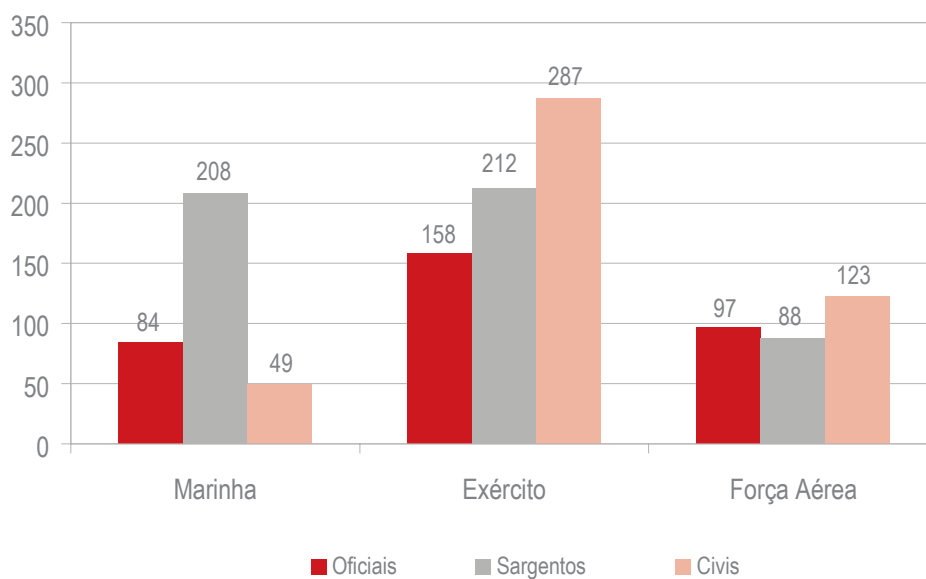
médico dentista, de enfermagem, técnico de diagnóstico e terapêutica, de socorrismo, auxiliar de acção médica, administrativo e outro, na sua maioria militar, complementado por civis que, distribuídos por hospitais, centros de saúde, enfermarias e postos de socorros, procuram assegurar as necessidades da cobertura sanitária.

As informações necessárias para elaboração das estatísticas da saúde, no que se refere aos hospitais militares – equipamento, pessoal ao serviço, acção desenvolvida e os dados relativos ao pessoal de saúde em serviço nas Forças Armadas – foram fornecidas pelos Ramos.

5.3 – SAÚDE

5.3.1 - Pessoal de Saúde

Pessoal Afecto ao Sistema de Saúde Militar



5.3.1.1 - Médicos Militares e Cíveis

Ano: 2007

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Contra-Almirante; Major-General	1		2	3
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	7	6	6	19
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	20	25	15	60
Capitão-Tenente; Major	3	11	8	22
1º Tenente; Capitão	17	13	39	69
2º Tenente; Tenente	27	36	12	75
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes				-
Aspirante a Oficial				-
Civis dos QPC		110	13	123
Civis contratados e avançados	25	86	35	146
TOTAL	100	287	130	517

5.3.1.2 - Farmacêuticos Militares e Cíveis

Ano: 2007

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	1	9		10
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	4	9		13
Capitão-Tenente; Major	2	3		5
1º Tenente; Capitão	2	10		12
2º Tenente; Tenente		7		7
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes			1	1
Aspirante a Oficial				-
Civis dos QPC	1			1
Civis contratados e avançados				-
TOTAL	10	38	1	49

5.3.1.3 - Técnicos de Farmácia Militares e Cíveis

Ano: 2007

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Sargento-Mor		6		6
Sargento-Chefe		2		2
Sargento-Ajudante		14		14
1º Sargento		1		1
2º Sargento				-
Civis dos QPC (Inclui 2 Técnicos de Laboratório)	4		1	5
TOTAL	4	23	1	28

5.3.1.4 - Enfermeiros Militares e Cívicos

Ano: 2007

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
1º Tenente; Capitão			9	9
2º Tenente; Tenente			3	3
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes				-
Sargento-Mor	7	11		18
Sargento-Chefe	15	24	7	46
Sargento-Ajudante	81	66	14	161
1º Sargento	73	68	60	201
2º Sargento	17	4	7	28
Subsargento; Furriel				-
Cívicos dos QPC	8	84	39	131
Cívicos contratados e avençados		7		7
TOTAL	201	264	139	604

5.3.1.5 - Técnicos Paramédicos Militares e Cívicos

Ano: 2007

Ramo das FA	Marinha	Exército (a)	Força Aérea	TOTAL
Sargento-Mor				-
Sargento-Chefe				-
Sargento-Ajudante				-
1º Sargento	15			15
2º Sargento				-
Subsargento; Furriel				-
Cívicos dos QPC	11		28	39
Cívicos contratados e avençados			4	4
TOTAL	26	-	32	58

5.3.1.6 - Médicos Veterinários Militares e Cívicos

Ano: 2007

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel		4		4
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel		6		6
Capitão-Tenente; Major		3		3
1º Tenente; Capitão		7		7
2º Tenente; Tenente		9		9
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes				-
Aspirante a Oficial			2	2
Cívicos contratados e avençados			3	3
TOTAL	-	29	5	34

5.3.1.7 - Enfermeiros Veterinários Militares e Cíveis

Ano: 2007

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Sargento-Mor		2		2
Sargento-Chefe		5		5
Sargento-Ajudante		9		9
1º Sargento				-
2º Sargento				-
Subsargento; Furriel				-
Cíveis dos QPC				-
TOTAL	-	16	-	16

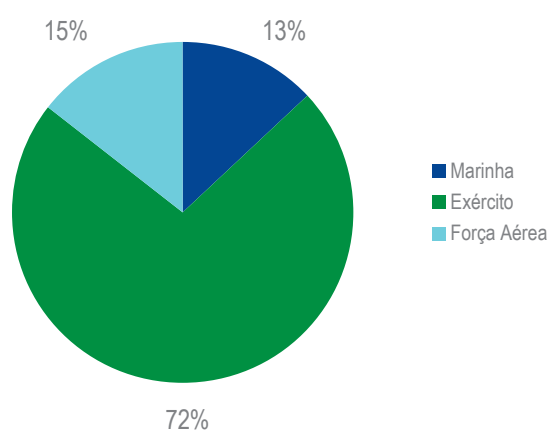
5.3.2 - Hospitais Militares

5.3.2.1 - Camas, Segundo o Fim a que se Destinam

Ano: 2007

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Internamento geral:				
- Lotação oficial	96	527	90	713
- Lotação praticada	96	365	66	527
Serviços de Urgência	1	22		23
Recobro de Operações		21	12	33
Cuidados Intensivos	6	6		12
Outros	2	11	16	29
TOTAL	105	587	118	810

Distribuição de Camas por Ramo

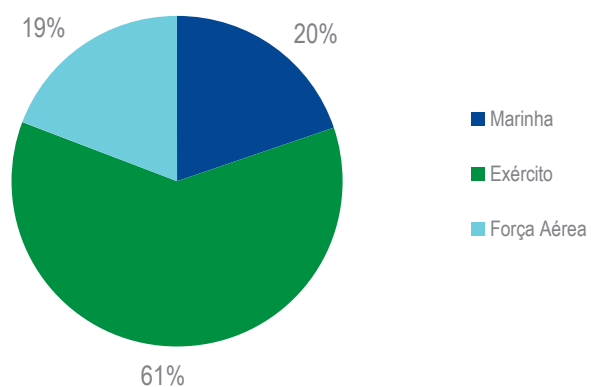


5.3.2.2 - Consultas Efectuadas, por Especialidades, nos Hospitais Militares

Ano: 2007

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cardiologia	2.032	10.013	4.617	16.662
Cirurgia geral	2.239	7.439	1.715	11.393
Cirurgia pediátrica		295		295
Cirurgia plástica reconstrutiva		1.911	1.553	3.464
Cirurgia vascular / Angiologia		1.960		1.960
Dermatovenerologia	2.568	9.565	2.010	14.143
Endocrinologia	1.279	6.282		7.561
Estomatologia	10.026	17.639	6.433	34.098
Fisiatria	1.263	6.372	2.440	10.075
Gastroenterologia	2.764	7.115	775	10.654
Ginecologia	1.262	6.955	1.620	9.837
Hematologia	1.330	1.158	30	2.518
Imunoalergologia respiratória	182	463	1.712	2.357
Infecciologia		520		520
Medicina interna	2.106	5.450	590	8.146
Nefrologia	183	1.291	-	1.474
Neurocirurgia/Neurologia	3.030	5.291	1.720	10.041
Obstetrícia	404	148	479	1.031
Oftalmologia	9.491	14.587	6.591	30.669
Oncologia médica		3.631	1.024	4.655
Ortopedia	6.768	15.976	3.682	26.426
Otorrinolaringologia	4.459	9.815	5.973	20.247
Pediatria cirúrgica				-
Pediatria médica		979		979
Pneumologia	1.213	4.644	767	6.624
Psiquiatria	1.555	12.536	854	14.945
Reabilitação cardíaca				-
Reumatologia		1.729		1.729
Urologia	3.220	8.859	2.255	14.334
Outras	6.431	34.672	15.100	56.203
TOTAL	63.805	197.295	61.940	323.040
SUBTOTAL Homens	48.734	116.170	38.163	203.067
SUBTOTAL Mulheres	15.071	81.125	23.777	119.973

Distribuição das Consultas por Ramos



5.3.2.3 - Evolução do Total de Consultas nos Hospitais Militares

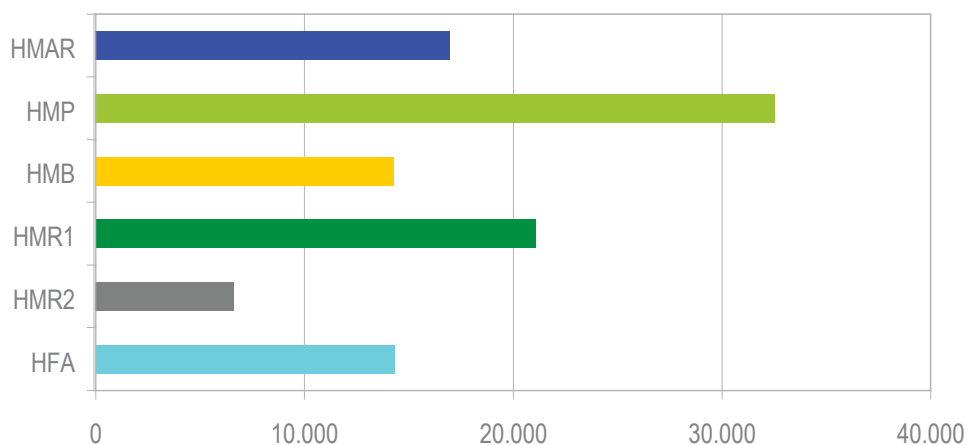
Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2007	63.805	197.295	61.940	323.040
Dados retrospectivos				
2006	57.545	169.220	66.086	292.851
2005	59.681	195.567	61.516	316.764
2004	55.955	193.973	58.214	308.142
2003	55.648	193.395	56.096	305.139
2002	55.582	191.838	49.064	296.484

5.3.2.4 - Movimentos de Internados nos Hospitais Militares

Ano: 2007

Movimentos	Ramo das FA	Marinha (HMAR)	Exército				F. Aérea (HFA)	TOTAL	
			HMP	HMB	HMR1	HMR2			Subtotal
Vindos do ano anterior		44	276	125	96	116	613	27	684
Entradas (total)		1.065	4.248	827	1.989	626	7.690	1.519	10.274
Transferidos:									
- De outra valência/especialidade		98							98
- De outro hospital		5			212	11	223		228
Total Entradas		1.168	4.248	827	2.201	637	7.913	1.519	10.600
Saídas (total)		977	2.872	706	1.899	627	6.104	1.489	8.570
- Falecidos		98	83	76	67	3	229	35	362
Transferidos:									
- Para outra valência/especialidade		98		22			22		120
- Para outro hospital		23	267		196	4	467	3	493
Total Saídas		1.196	3.222	804	2.162	634	6.822	1.527	9.545
Transitados para o ano seguinte		16	1.302	148	135	119	1.704	19	1.739
Total de dias de internamento		16.984	32.530	14.257	21.063	6.617	74.467	14.328	105.779

Dias de Internamento por Hospitais Militares



5.3.2.5 - Actos de Terapêutica Efectuados nos Hospitais Militares

Ano: 2007

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Transfusões de sangue total	186	936	122	1.244
Transfusões de plasma humano		420		420
Transfusões outros componentes sangue		2.102		2.102
Tratamentos fisiátricos	32.089	174.239	94.510	300.838
Próteses		913	38	951
Ortóteses		494	100	594
Tratamentos por radiações		691		691
Hemodiálise		8.093		8.093
Outros	71.774	52.459	14.121	138.354
TOTAL	104.049	240.347	108.891	453.287

5.3.2.6 - Actos de Diagnóstico Efectuados nos Hospitais Militares

Ano: 2007

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Análises clínicas	259.297	832.470	236.662	1.328.429
Exames radiológicos	13.910	55.821	15.251	84.982
Exames radiológicos computadorizados	1.963	5.297	4.915	12.175
Exames anatomopatológicos		6.399	355	6.754
Autópsias		4		4
Exames endoscópicos	789	4.225	1.191	6.205
Electrocardiogramas	6.175	21.867	8.069	36.111
Electroencefalogramas	198	573	328	1.099
Exames mio-eléctricos		596		596
Exames ecográficos	4.849	16.820	3.517	25.186
Exames hemodinâmicos		936		936
Outros	17.324	80.518	17.790	115.632
TOTAL	304.505	1.025.526	288.078	1.618.109

5.3.2.7 - Pessoal ao Serviço nos Hospitais Militares

Ano: 2007

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Administração	2	16	2	20
Médico:				
- Especialistas e Chefes de Clínica	43	236	61	340
- Do Internamento Especialidade	7	27	39	73
- Do Internamento Policlínico		2		2
Enfermagem	88	257	84	429
Farmácia	3	27	4	34
Serviço complementar de diagnóstico e terapêutica	34	111	44	189
Pessoal auxiliar de acção médica			36	36
Outro			150	150
TOTAL	177	676	420	1.273

ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

O sistema de comparticipação de cuidados de saúde dos militares sofreu alterações profundas decorrentes da publicação do Decreto-Lei nº 167/2005, de 23 de Setembro. A principal reforma operada pelo diploma consistiu em unificar a assistência na doença aos militares das Forças Armadas, fundindo os anteriores três subsistemas de saúde específicos de cada Ramo (ADMA, ADME e ADMFA) num único, designado Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), cuja gestão incumbe ao IASFA, nos termos do artigo 15º do citado decreto-lei.

Por força desta alteração, os dados referentes a encargos com a saúde, que anteriormente eram fornecidos pelos Ramos, passaram para a esfera de competência do IASFA, daí que, neste período de transição, tenha havido necessidade de proceder a ajustes pontuais relativamente a algumas tabelas que vinham sendo apresentadas.

Beneficiários

A qualidade de beneficiário, de acordo com o Decreto-Lei nº 167/2005, de 23 de Setembro, adquire-se com a inscrição na ADM, podendo esta assumir um carácter obrigatório ou facultativo. Os beneficiários são agrupados em duas categorias: os beneficiários titulares e os beneficiários familiares ou equiparados.

5.4 – ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS MILITARES DAS FA

5.4.1 - Evolução do Número de Beneficiários

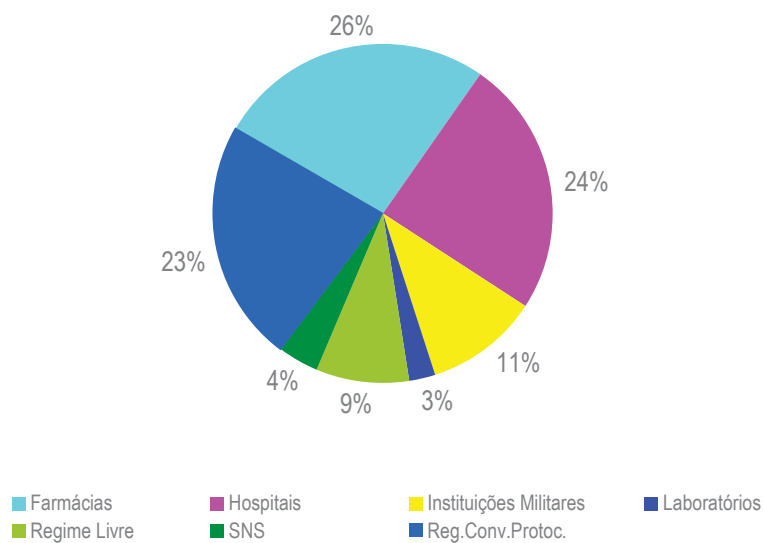
Sistema de Apoio	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
2007	47.339	78.119	26.461	151.919
Dados retrospectivos				
2006	49.801	81.847	27.410	159.058
2005	44.562	80.664	26.893	152.119
2004	49.072	79.772	26.808	155.652
2003	47.555	69.521	26.940	144.016
2002	47.611	82.346	27.193	157.150

5.4.2 - Encargos com a Saúde por Tipo de Origem

(milhares de euros) Ano: 2007

Origem	Total ADM
Farmácias	22.800,6
Hospitais	21.092,8
Instituições Militares	9.321,3
Laboratórios	2.175,4
Regime Livre	7.792,2
Serviço Nacional de Saúde (SNS)	3.168,3
Regime Convencionado e Protocolado	20.025,2
TOTAL	86.375,8

Encargos por Tipo de Origem



5.4.3 - Evolução dos Encargos com a Saúde

(milhares de euros)

Sistema de Apoio	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
2007				86.375,8
Dados retrospectivos				
2006	19.944,3	40.124,8	20.750,0	80.819,1
2005	29.643,5	59.865,1	20.164,0	109.672,6
2004	29.672,1	55.094,8	19.468,3	104.235,2
2003	25.232,0	52.953,0	18.883,7	97.068,7
2002	27.790,7	52.074,5	17.124,2	96.989,4

JUSTIÇA E DISCIPLINA

A área estatística da Justiça e Disciplina engloba ambas as componentes, a disciplinar e a penal.

Os responsáveis pelos dados apresentados são, no que toca à matéria disciplinar (quadros 5.5.1, 5.5.2 e 5.5.3), os Ramos das Forças Armadas, enquanto que a matéria penal, propriamente dita (quadros 5.5.4 e 5.5.5), ficou a cargo da Polícia Judiciária Militar, actuando a Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar como coordenadora.

Trata-se de uma área bastante delicada, em que as comparações apresentadas entre os dados dos Ramos podem gerar visões distorcidas da realidade, dado que o número de efectivos e a dispersão das unidades é muito maior no Exército do que na Marinha ou na Força Aérea. Ainda no tocante a matéria penal, é de assinalar a publicação do novo Código de Justiça Militar (CJM), aprovado pela Lei nº 100/2003, de 15 de Dezembro, com as rectificações introduzidas pela Declaração de Rectificação nº 2/2004, de 3 de Janeiro, cuja entrada em vigor, a partir de 14 de Setembro de 2004, veio introduzir alterações significativas no sistema judicial militar, nomeadamente ao adoptar as normas do direito penal comum na tipificação, julgamento e punição dos crimes estritamente militares previstos nos artigos 25º a 106º do novo CJM (vide quadro 5.5.4).

CONCEITOS

Medalha Militar

A medalha militar, nas diferentes modalidades, destina-se a galardoar serviços notáveis prestados às instituições militares e à Nação e a distinguir altas virtudes reveladas no serviço por militares dos três Ramos das FA, podendo também ser concedida a militares estrangeiros e a civis nacionais e estrangeiros nos casos expressamente previstos no Regulamento de Medalhas Militares.

Ordens Honoríficas Portuguesas

As ordens honoríficas destinam-se a distinguir, em vida ou a título póstumo, os cidadãos portugueses que se notabilizem por méritos pessoais, por feitos cívicos ou militares ou por serviços prestados ao País, podendo também ser atribuídas a estrangeiros, de harmonia com os usos internacionais.

Processo Disciplinar

É um conjunto ordenado de actos, encadeados entre si de forma lógica, tendentes ao apuramento da existência de uma infracção disciplinar, tendo em vista a aplicação de correspondente sanção, caso a prática da infracção resulte provada.

Processo de Averiguações

Sequência encadeada de actos e diligências levadas a efeito pelo oficial averiguante, tendentes ao apuramento de factuais indiciárias de eventuais infracções.

Repreensão Simples

Declaração feita, em particular, ao infractor por ter praticado qualquer acto que constitui infracção de dever militar.

Repreensão Agravada

Declaração idêntica à repreensão, tendo lugar nas condições seguintes:

A oficiais e sargentos, é dada na presença de outros oficiais ou sargentos, respectivamente, de graduação superior ou igual à do infractor, mas sempre mais antigos, do comando, unidade ou estabelecimento a que pertencer ou em que estiver apresentado;

A cabos, é dada na presença de praças da mesma graduação de antiguidade superior à sua e às outras praças é dada em formatura da companhia, ou equivalente do comando, unidade ou estabelecimento em que estiver apresentado.

Detenção

A detenção ou proibição de saída consiste na permanência continuada do infractor num aquartelamento ou navio durante o cumprimento da pena, sem dispensa das formaturas e do serviço interno que por escala lhe pertencer.

Prisão Disciplinar

Reclusão do infractor em casa para esse fim destinada, em local apropriado, aquartelamento ou estabelecimento militar, a bordo em alojamento adequado, ou, na sua falta, onde superiormente for determinado, durante o cumprimento da qual, os militares poderão executar, entre o toque de alvorada e o pôr do Sol, os serviços que lhes sejam determinados.

Prisão Disciplinar Agravada

Reclusão do infractor em casa de reclusão.

5.5 – JUSTIÇA E DISCIPLINA

5.5.1 - Condecorações Atribuídas

Ano: 2007

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Serviços distintos	70	89	18	177
Mérito militar	76	163	124	363
Comportamento exemplar	676	1.439	382	2.497
Mérito do Ramo	341	385	28	754
Ordens honoríficas nacionais	1	21	8	30
Outras	20	1.889	81	1.990
TOTAL	1.184	3.986	641	5.811

5.5.2 - Processos Iniciados

Ano: 2007

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Averiguações	117	1.367	10	1.494
Disciplinares	150	210	37	397
TOTAL	267	1.577	47	1.891

5.5.3 - Punições Aplicadas

Ano: 2007

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Repreensão simples	8	25	5	38
Repreensão agravada	10	18	9	37
Detenção	66	142	26	234
Prisão disciplinar	11	18	5	34
Prisão disciplinar agravada	2	1	3	6
TOTAL	97	204	48	349

5.5.4 - Processos Instruídos por Índícios de Prática de Crime

Ano: 2007

Crime	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Abandono do posto		1	2		3
Abuso de autoridade			9	1	10
Abuso de confiança				1	1
Ameaça			4		4
Assédio sexual					-
Ausência ilegítima					-
Burla				2	2
Comércio ilícito de material de guerra		1	11		12
Corrupção			8		8
Crime contra direito de autor					-
Crime contra a segurança nas comunicações		1			1
Crime cometido no exercício de funções públicas		1	1	1	3
Crime contra o dever militar					-
Crimes contra a circulação e segurança		1	3		4
Crime contra realização da justiça			1		1
Crimes respeitantes a estupefacientes		1	5	1	7
Dano em bens militares		2	4	5	11
Danos (outros)			2	1	3
Deserção		8	18	1	27
Devassa da vida privada		1			1
Difamação / Calúnia / Injúria			1		1
Extravio de material de guerra			3		3
Falsificação		3	4	1	8
Furto de material de guerra		5	11	1	17
Furtos (outros)		28	65	46	139
Homicídio por negligência			1		1
Incumprimento dos deveres de serviço		1	3		4
Infidelidade					-
Insubordinação		3	5		8
Ofensas à integridade física			4	2	6
Ofensas à sentinela		1		1	2
Outras infracções de natureza militar					-
Outros crimes contra a vida					-
Outros crimes contra o património					-
Outros crimes contra a propriedade			2		2
Outros crimes de perigo comum				1	1
Peculato					-
Violação de segredo / Espionagem		3	7	1	11
Outros crimes					-
TOTAL		61	174	66	301

DESPORTO

Além das competições internas realizadas anualmente pelas Forças Armadas, o MDN, através da Comissão de Educação Física e Desporto Militar, órgão da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, organiza, em várias modalidades, campeonatos nacionais militares, disputados entre selecções dos Ramos das Forças Armadas e nos quais participam, igualmente, selecções das Forças de Segurança (GNR e PSP).

A nível internacional, Portugal participa, normalmente, nos campeonatos mundiais militares, organizados pelo «Conseil International du Sport Militaire» (CISM), com selecções nacionais militares integrando atletas dos três Ramos das Forças Armadas e das Forças de Segurança seleccionados entre os elementos que mais se distinguiram nos Campeonatos Nacionais Militares.

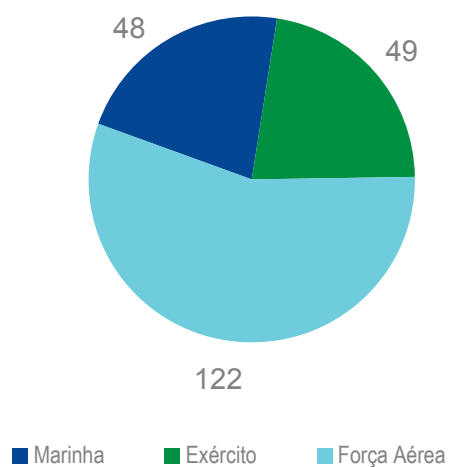
5.6 – DESPORTO MILITAR

5.6.1 - Competições Militares por Ramo das FA

Ano: 2007

Ramo das FA Modalidade	Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	Provas	Atletas	Provas	Atletas	Provas	Atletas	Provas	Atletas
Andebol	2	108					2	108
Atletismo (de pista)	1	53					1	53
Atletismo (provas de estrada)	15	208			1	82	16	290
Badminton					1	26	1	26
Basquetebol	3	131					3	131
Corridas de Aventura			1	24			1	24
Corta-Mato	3	111	10	959	1	124	14	1.194
Duatlo							-	-
Equitação			6	187			6	187
Esgrima			3	197			3	197
Futebol de 11	1	153					1	153
Futebol de 7	1	340					1	340
Futebol de 5	5	649			1	495	6	1.144
Judo	1	47					1	47
Meia Maratona	5	63					5	63
Natação	3	260			1	50	4	310
Orientação	3	157	9	656	1	89	13	902
Outdoor (Challenger)	1	44					1	44
Pára-quedismo Desportivo			1	35			1	35
Pentatlo Militar			7	279			7	279
Prova "D. Nuno Álvares"			1	60			1	60
Ténis							-	-
Ténis de Mesa							-	-
Tiro de Espingarda			9	196	1	40	10	236
Tiro de Pistola	4	127	9	187	1	38	14	352
Tiro aos Pratos							-	-
Triatlo							-	-
Vela							-	-
Voleibol	4	47			1	160	5	207
TOTAL	52	2.498	56	2.780	9	1.104	117	6.382

Média de Atletas de cada Ramo por Prova

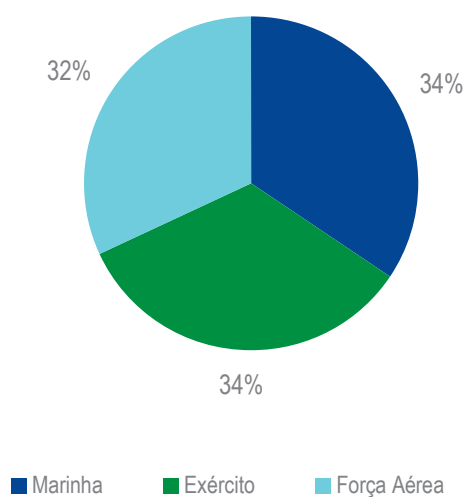


5.6.2 - Pessoal Militar que Participou em Campeonatos Nacionais das FA

Ano: 2007

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Atletismo				-
Basquetebol				-
Corta-Mato	28	25	24	77
Futebol de 5	11			11
Natação				-
Orientação	17	20	20	57
Tiro	9	18	16	43
Triatlo/Duatlo				-
Voleibol				-
TOTAL	65	63	60	188

Participação em Campeonatos Nacionais



5.6.3 - Pessoal Militar que Participou em Provas Internacionais Militares

Ano: 2007

	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Corta-Mato			1		1
Esgrima					-
Natação					-
Orientação			3		3
Pára-quedismo					-
Pentatlo Militar					-
Tiro			1	1	2
Triatlo					-
TOTAL		-	5	1	6



Infra-Estruturas



Nota Explicativa

Os registos apresentados neste capítulo, da responsabilidade da Direcção-Geral de Infra-Estruturas (DGIE), traduzem diversos elementos caracterizadores, quer do património imobiliário afecto à Defesa Nacional, quer do tratamento dos dados estatísticos, quer ainda das iniciativas e incentivos das boas práticas ambientais nas Forças Armadas portuguesas. Com o objectivo de recolha dos elementos actualizados, a DGIE diligenciou contactos com as entidades responsáveis pela gestão dos referidos pelouros. Neste sentido, os dados apurados e indicados resultam da contribuição dos Órgãos e Serviços Centrais, do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas e do Instituto de Acção Social das Forças Armadas.

CONCEITOS

Desamortização de Unidades Imobiliárias

Desafecção de unidades imobiliárias do MDN, mediante a reafecção a outras entidades do Estado, e alienação por venda ou cessão a título definitivo e oneroso a pessoas colectivas de direito público ou instituições particulares de interesse público.

Alojamento Clássico

Locais distintos e independentes, constituídos por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural) que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação, na condição de no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins.

Distinto

Significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da colectividade.

Independente

Significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outras unidades de alojamento para entrar ou sair da unidade de alojamento onde habitam.

Área Bruta de Construção

É o resultado do somatório da área bruta dos pisos, medida pelo perímetro exterior das paredes e eixo das paredes separadoras, incluindo as varandas privativas.

Área do Terreno

Área bruta do terreno delimitada pelo seu perímetro.

Capacidade de Alimentação

Número de refeições servidas por hora em cada unidade, considerando condições normais de utilização.

Capacidade de Alojamento

Número máximo de camas instaladas em cada unidade, em condições normais de utilização.

Classificação de Imóveis

A classificação dos edifícios como Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público encontra-se definida na Lei nº 107/2001, de 9 de Agosto.

Imóvel de Interesse Público

Imóvel que, sem merecer a classificação de monumento nacional, ofereça, todavia, considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico.

Monumento Nacional

Imóvel cuja conservação e defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico.

Construção Nova

Edificação inteiramente nova, ainda que no terreno sobre o qual foi erguida já tenha sido efectuada outra construção, incluindo-se ampliações de edifícios existentes.

Grandes Reparações de Unidades Imobiliárias

Trabalhos através dos quais as construções são melhoradas ou renovadas, prolongando materialmente a sua duração de tempo útil.

Natureza das Unidades Imobiliárias

Qualificação dos prédios em rústicos, urbanos ou mistos, tendo em conta a sua descrição na matriz predial.

Servidões das Unidades Imobiliárias

Restrições aos direitos de propriedade, público e privado, relativos a zonas confinantes com organizações militares ou de interesse para a Defesa Nacional, de carácter permanente ou temporário. Estas servidões são criadas por decreto.

TIPOS DE UTILIZAÇÃO

Operacional

Unidades imobiliárias utilizadas para o desenvolvimento das actividades (missões), da componente operacional do Sistema de Forças Nacional. São exemplos de unidades imobiliárias classificadas nesta categoria quartéis, bases aéreas e bases de fuzileiros.

Logístico-Administrativo

Unidades imobiliárias cuja utilização é dirigida para o apoio logístico e administrativo da estrutura orgânica da Defesa Nacional, tais como os Centros de Finanças, os Centros de Recrutamento e o Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea.

Formação/Instrução

Unidades imobiliárias destinadas a ministrar formação militar, instrução, instrução básica e treino (academias, institutos, escolas, centros de instrução, campos de tiro, etc.), bem como ensino civil, tais como o Instituto de Odivelas, o Colégio Militar e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

Cultural

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com a divulgação cultural (museus, bibliotecas, etc.).

Ciência e Tecnologia

Unidades imobiliárias onde se desenvolvem actividades científicas e tecnológicas – conjunto de actividades sistemáticas, estreitamente ligadas à produção, promoção, difusão e aplicação de conhecimentos científicos e técnicos em todos os domínios da ciência e tecnologia. Incluem-se nesta categoria os serviços hidrográficos, cartográficos, laboratórios de investigação de produtos químicos e farmacêuticos, etc..

Saúde

Unidades imobiliárias cuja função é de apoio à saúde (hospitais militares, casas de saúde, farmácias, laboratórios militares de análises clínicas, etc.).

Justiça

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com questões de justiça militar (tribunais, casas de reclusão, etc.).

Apoio Social

Unidades imobiliárias destinadas ao apoio social dos militares (messes, habitações, lares e outros equipamentos de carácter social).

Mistos

Unidades imobiliárias em que existem mais do que uma das utilizações referidas, não sendo nenhuma delas prioritária em termos de ocupação de espaço.

Outros

Unidades imobiliárias cuja utilização não se integra em nenhuma das definições anteriores, nomeadamente faróis, farolins, estradas militares, etc.

Unidade Imobiliária

Todo o imóvel ou agrupamento imobiliário que seja fisicamente autónomo e independente e que apresente, em si mesmo, continuidade, qualquer que seja o número de freguesias em que se situe e o número de entidades afectárias ou utentes.

Imóvel

Prédio rústico ou urbano afecto ao MDN, localizado no país ou no estrangeiro, incluindo edifícios ou construções de carácter provisório que se encontrem assentes no mesmo local por um período superior a 6 meses.

Agrupamento imobiliário

Conjunto de várias edificações separadas entre si, mas constituindo um todo, por se encontrarem interligadas por um espaço exterior comum, em regra, vedado.

Unidades Imobiliárias Adquiridas

Imóveis que passaram a integrar o património afecto ao MDN, independentemente da forma como a afectação se processou (compra, permuta, arrendamento ou expropriação), sendo excluídas as novas construções.

6.1 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

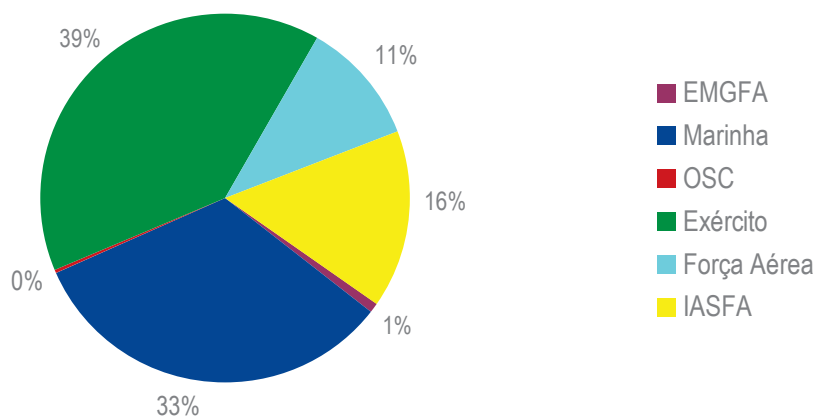
Ano: 2007

Localização	UI do Estado						UI arrendadas						TOTAL
	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	
Continente	(a) 2	3	261	416	83	174			5	19	(c) 7		970
Açores		3	94	30	26	4		2	11	4	44		218
Madeira		4	21	11	11	1			3	3			54
EUA						(b) 3							3
TOTAL	2	10	376	457	123	179	-	2	19	26	51	-	1.245

(a) Secretaria-Geral/MDN: PM9/Porto-Castelo da Foz e Forte de São Julião da Barra;

(b) Para alojamento dos 3 elementos da representação portuguesa no Air Force Material Command (Ohio);

(c) Apenas se paga renda de 1.

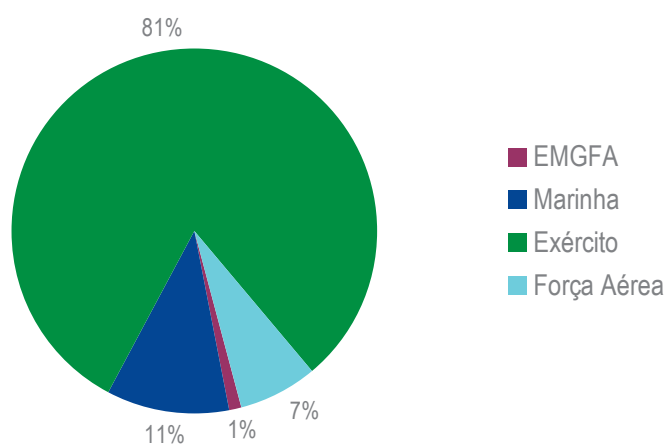


6.2 – SERVIDÕES DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2007

Localização	EMGFA	Marinha	Exército (a)	Força Aérea	TOTAL
Continente		16	140	12	168
Açores	1	3	4	1	9
Madeira	1	1	5		7
TOTAL	2	20	149	13	184

(a) Número de servidões efectivamente existentes; nas edições anteriores foi apresentado, por lapso, o número de decretos onde constavam as servidões.

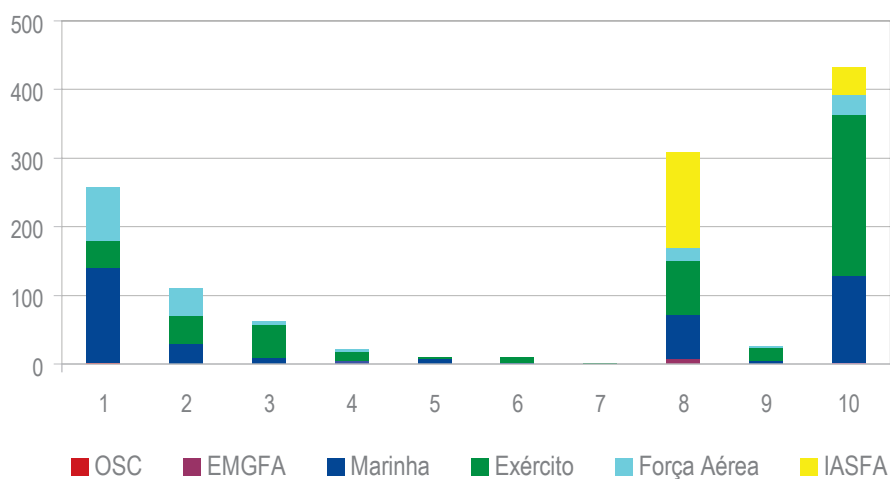


6.3 – TIPOS DE UTILIZAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Ano: 2007

Afectação		Tipos de Utilização										TOTAL
		Operacional	Logístico-Administrativo	Formação e Instrução	Cultural	Ciência & Tecnologia	Saúde	Justiça	Apoio Social	Mistos	Outros	
Localização												
OSC	Continente										(a) 2	2
	Açores											-
EMGFA	Continente		2						1			3
	Açores	1							4			5
	Madeira	1							3			4
Marinha	Continente	106	19	9	5	5	2		38	4	78	266
	Açores	33	11			2			20	1	38	105
	Madeira	5							8		11	24
Exército	Continente	33	37	45	12	2	8	1	64	17	216	435
	Açores	4	2	2					7	1	18	34
	Madeira	3	2	1	1				6		1	14
Força Aérea	Continente	42	20	5	3				8	2	10	90
	Açores	27	20						7		16	70
	Madeira	8							1		2	11
	USA								3			3
IASFA	Continente								134		40	174
	Açores								4			4
	Madeira								1			1
TOTAL		263	113	62	21	9	10	1	309	25	432	1.245

(a) Forte de S. Julião da Barra, residência oficial do Ministro da Defesa Nacional; PM9/Porto-Castelo da Foz, ocupado pelo Instituto de Defesa Nacional.

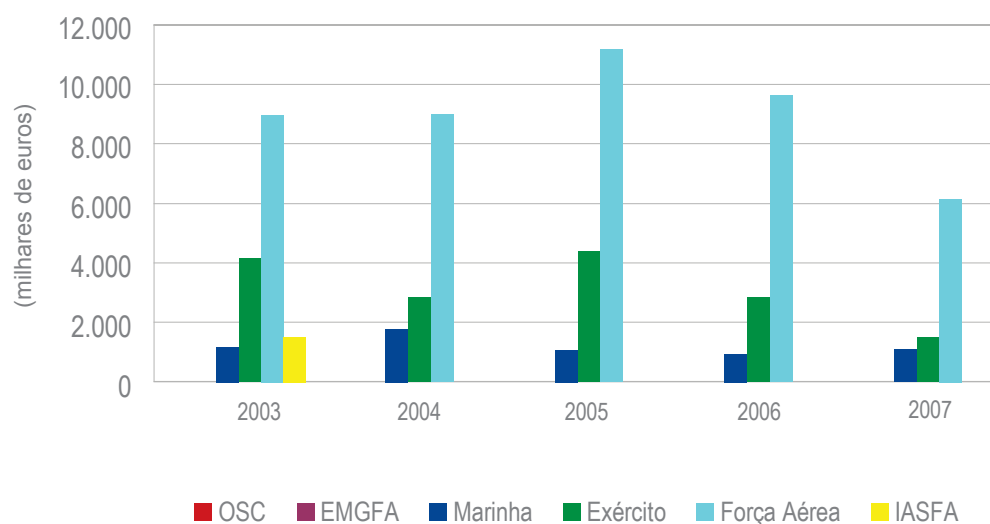


6.4 – VERBAS GASTAS COM CONSTRUÇÕES NOVAS

(milhares de euros)

Organismo	2003		2004		2005		2006		2007		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
OSC											-
EMGFA											-
Marinha	1.179,0	7,5	1.779,0	13,1	1.069,1	6,4	954,8	7,1	1.106,4	12,6	6.088,3
Exército	4.137,0	26,2	2.835,5	20,8	4.385,4	26,4	2.823,5	21,1	1.508,9	17,2	15.690,3
Força Aérea	8.952,4	56,7	8.989,0	66,1	11.150,0	67,2	9.609,0	71,8	6.155,0	70,2	44.855,4
IASFA	(a) 1.532,0	9,6									1.532,0
TOTAL	15.800,4	100,0	13.603,5	100,0	16.604,5	100,0	13.387,3	100,0	8.770,3	100,0	68.166,0

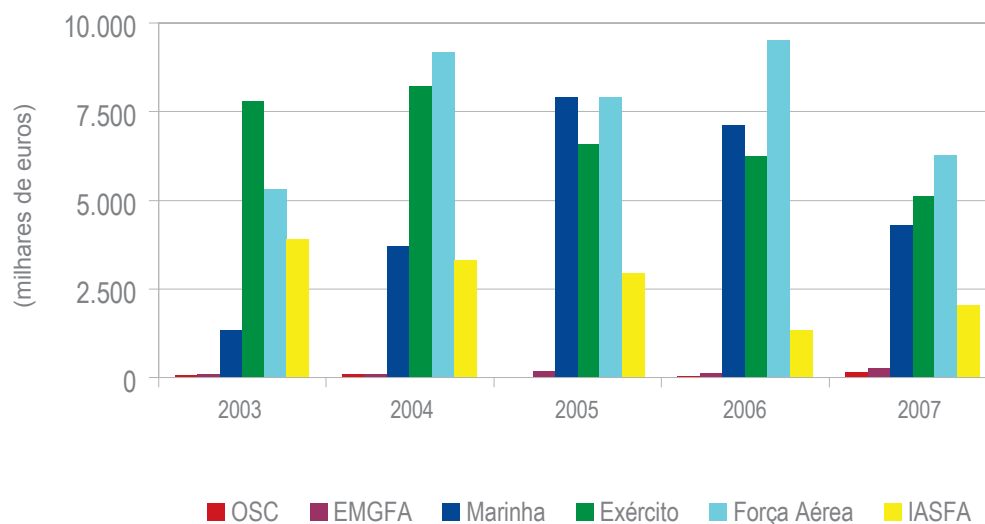
(a) Construção da capela do CAS/Porto.



6.5 – VERBAS GASTAS COM GRANDES REPARAÇÕES DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS

(milhares de euros)

Organismo	2003		2004		2005		2006		2007		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
OSC	69,2	0,4	86,5	0,4	9,5	0,0	54,1	0,2	155,7	0,9	375,0
EMGFA	114,0	0,6	115,4	0,5	206,9	0,8	131,0	0,6	269,2	1,5	836,5
Marinha	1.332,0	7,2	3.705,0	15,0	7.900,4	30,9	7.127,0	29,2	4.283,7	23,6	24.348,1
Exército	7.784,7	42,0	8.237,2	33,4	6.596,5	25,8	6.227,4	25,5	5.121,0	28,2	33.966,8
Força Aérea	5.307,5	28,7	9.200,0	37,3	7.908,0	30,9	9.512,0	39,0	6.287,2	34,6	38.214,7
IASFA	3.911,9	21,1	3.317,2	13,4	2.954,3	11,6	1.341,9	5,5	2.054,1	11,3	13.579,4
TOTAL	18.519,3	100,0	24.661,3	100,0	25.575,6	100,0	24.393,4	100,0	18.170,9	100,0	111.320,5



6.6 – CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS AFECTOS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2007

Afectação		Edifícios Classificados		Edifícios em Vias de Classificação		TOTAL
		Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	
Localização						
OSC	Continente		(a) 1			1
	Açores					-
EMGFA	Continente	1				1
	Açores					-
	Madeira					-
Marinha	Continente	3	13			16
	Açores		1			1
	Madeira		1			1
Exército	Continente	27	10		7	44
	Açores	2	2			4
	Madeira	1				1
Força Aérea	Continente				2	2
	Açores					-
	Madeira					-
IASFA	Continente		CAS/Runa 1 CAS/Lisboa (b) 2			3
	Açores					-
	Madeira					-
TOTAL		34	31	-	9	74

(a) Forte de S. Julião da Barra (classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Dec. n.º 41 191, de 18.07.1957);

(b) Instalações da ex-Cooperativa Militar.

6.7 – ÁREAS ATRIBUÍDAS

(m2 x 1 000)

Localização	OSC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea (a)		IASFA		TOTAL	
	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC
Continente			50,0	30,5	11.371,1	483,1	103.329,1	1.642,4	108.996,0	*			223.746,2	2.156,0
Açores			42,1	5,1	397,4	27,9	1.063,4	50,8	7.087,0	*			8.589,9	83,8
Madeira			10,7	2,2	158,7	7,0	249,4	62,3	668,0	*			1.086,8	71,5
USA									5,6	0,7			5,6	0,7
TOTAL	-	-	102,8	37,8	11.927,2	518,0	104.641,9	1.755,5	116.756,6	0,7	-	-	233.428,5	2.312,0

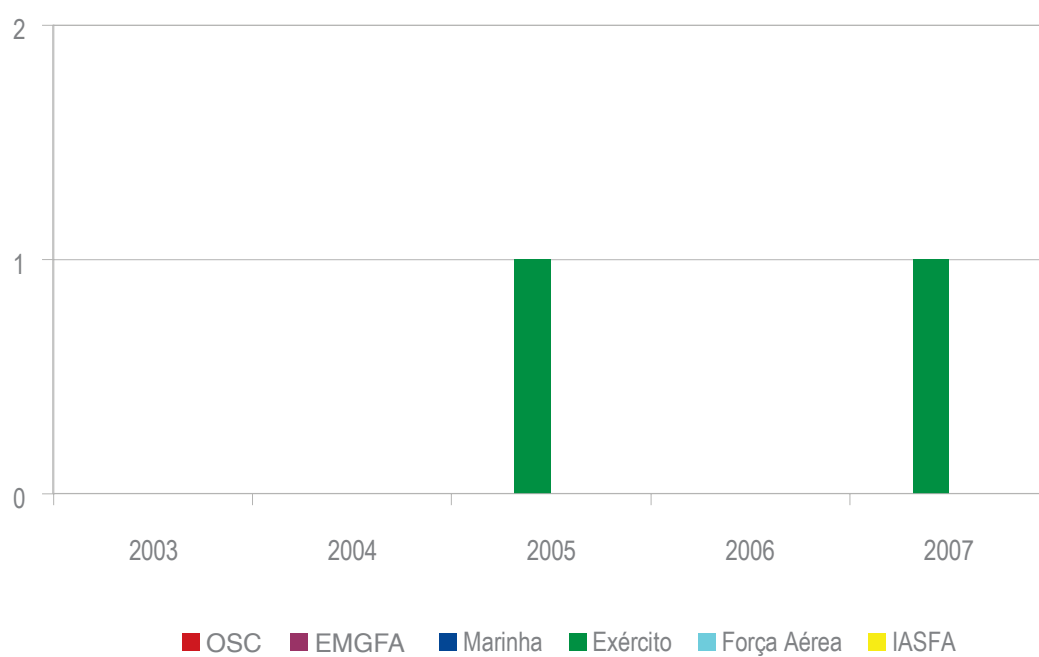
(a) Considerando apenas os dados disponíveis.

AT – Área do terreno

ABC – Área bruta de construção (* recolha ainda não completada)

6.8 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS ADQUIRIDAS

Ano	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
2007				1			1
2006							-
2005				1			1
2004							-
2003							-
TOTAL	-	-	-	2	-	-	2



6.9 – ALIENAÇÃO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Afectação	Localização	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
OSC	Continente						
	Açores						
EMGFA	Continente						
	Açores						
	Madeira						
Marinha	Continente						
	Açores						
	Madeira						
Exército	Continente	1	7	3	9	5	25
	Açores	1					1
	Madeira						
Força Aérea	Continente						
	Açores						
	Madeira						
	USA						
IASFA	Continente						
	Açores						
	Madeira						
TOTAL		2	7	3	9	5	26



6.10 – ALOJAMENTOS CLÁSSICOS ATRIBUÍDOS

Ano: 2007

Localização	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades
Continente			301	689	560	1.783	3.333
Açores			202	70	196	30	498
Madeira			41	54	2		97
USA					3		3
TOTAL	-	-	544	813	761	1.813	3.931

6.11 – CAPACIDADE DOS QUARTÉIS E BASES

Ano: 2007

Afectação		N.º de Unidades		Capacidade de Alojamento		Capacidade de Alimentação	
Localização		N.º de quartéis e bases		N.º de camas		N.º de refeições servidas/hora	
Marinha	Continente	X	X	X	X	X	X
	ZMN	X	X	X	X	X	X
	ZMC	X	X	X	X	X	X
	ZMS	X	X	X	X	X	X
	Açores	X	X	X	X	X	X
	Madeira	X	X	X	X	X	X
Exército	Continente		66		33.500		18.100
	Açores		5		1.500		700
	Madeira		2		1.100		500
Força Aérea	Continente		17		6.931		7.583
	Açores		1		421		356
	Madeira		1				
	USA						
TOTAL		-	92	-	43.452	-	27.239

X – Não disponível.

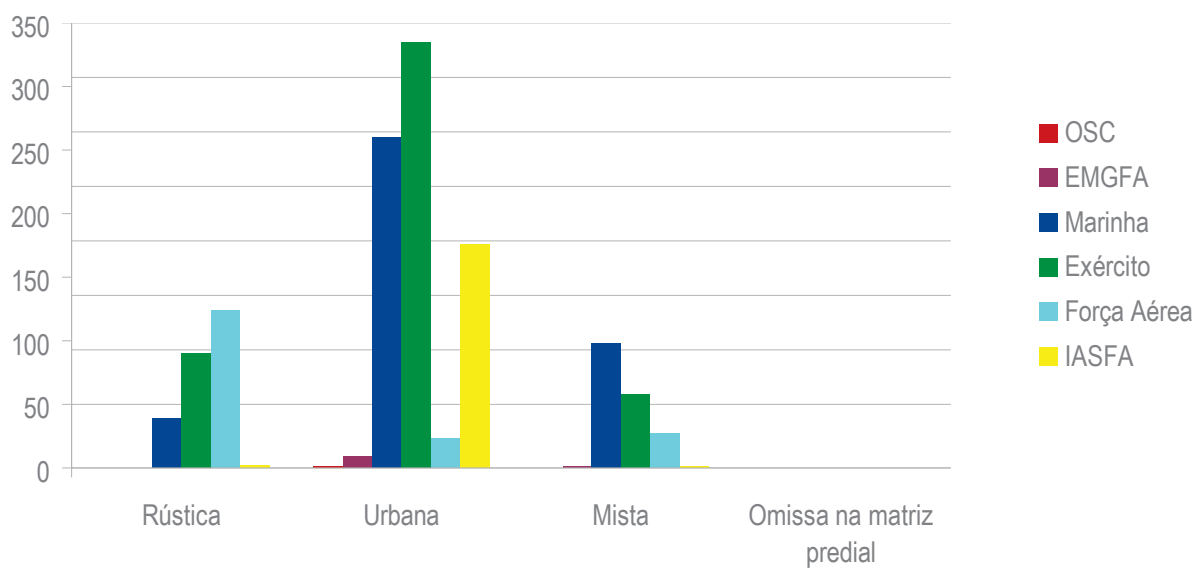
6.12 – NATUREZA DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Ano: 2007

Organismo	Rústica	Urbana	Mista	Omissa na Matriz Predial	TOTAL
OSC		(a) 1			1
EMGFA		9	1		10
Marinha	39	260	98		397
Exército (b)	90	335	58		483
Força Aérea	124	23	27		174
IASFA	2	176	1		179
TOTAL	255	804	185	-	1.244

(a) Edifício Restelo – 3º piso;

(b) As 46 unidades imobiliárias que o Exército apresentou neste item no ano passado tiveram a sua situação regularizada.



SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

NOTA EXPLICATIVA

Tendo em conta as competências atribuídas à DGIE, relativamente aos dados estatísticos recolhidos de acordo com o formulário aprovado pelo Conselho dos Sistemas e Tecnologias de Informação da Defesa (CSTID), e no intuito de uma informação mais alargada e melhorada, são englobados neste capítulo os quadros e gráficos resultantes da recolha e tratamento estatístico dos elementos solicitados no formulário com dados respeitantes aos Sistemas e Tecnologias de Informação pelo EMGFA, Ramos das Forças Armadas, Órgãos e Serviços Centrais (OSC) do MDN, Polícia Judiciária Militar (PJM), Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), Comissão Portuguesa de História Militar (CPHM), Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN), Instituto da Defesa Nacional (IDN), Liga dos Combatentes (LC) e Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE).

CONCEITOS

1. Hardware

Computador de grande porte (Mainframe)

Sistema central desenhado para suprir as necessidades de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina significativos – geralmente sistemas proprietários e instalados num centro de informática – e que obrigam a condições ambientais e de instalação específicas.

Inclui todo o equipamento central (ex.: unidade de bandas, de discos, impressoras, front-end de comunicações, etc.).

Minicomputador (Departamental)

Sistema de médio porte, multi-utilizador, desenhado para suprir as necessidades de um departamento de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina médios, possibilitando a sua portabilidade e geralmente utilizando sistemas operativos do tipo UNIX, OS/400 ou Windows NT, etc.

Microcomputador (PC's)

Sistema de pequeno porte, normalmente monoposto e de uso pessoal, com capacidade de processamento e comunicações próprias, orientados para o tratamento de aplicações de uso geral.

Inclui a unidade de processamento, o monitor, o teclado e o rato. O equipamento deverá ser considerado enquanto solução autónoma, bem como quando utilizado em rede.

Periférico

Dispositivo ligado e controlado por um computador e susceptível de com ele comunicar (ex.: impressoras, drives de disco, scanners, etc.).

Inclui os terminais não inteligentes dos computadores de grande porte e dos minicomputadores.

Comunicações

Engloba os equipamentos de rede (ex.: routers, bridges, switches, gateways, repetidores, concentradores, etc.) e o respectivo suporte físico (ex.: fibra óptica, cabo coaxial, par entrançado, UTP, wireless, etc.).

2. Software

Sistema operativo

Programa ou conjunto coordenado de programas de controlo que gerem as funções internas do computador e que disponibilizam meios de controle das respectivas tarefas (ex.: Windows 95/98/NT, UNIX, OS2, MS-DOS, Novell, etc.).

Inclui para os computadores de grande porte todo o software indispensável para o seu correcto funcionamento.

SGBD – Sistema de gestão de base de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas que têm como função assegurar a gestão automatizada de uma base de dados e o controlo e gestão dos utilizadores que lhe acedem (ex.: ORACLE, DB2, SQL Server, etc.).

Ferramenta de desenvolvimento

Programa ou conjunto coordenado de programas cujo objectivo é o desenvolvimento de aplicações. Tipicamente inclui um editor, a linguagem de programação com compilador, linker e debugger e uma livreria de módulos e funções prontas a usar (ex.: C, Pascal, Visual Basic, Java, etc.).

Ferramenta de produtividade individual

Programa ou conjunto coordenado de programas, normalmente orientado para computadores pessoais, cujo objectivo é potenciar facilidades que contribuam para o aumento significativo da produtividade pessoal num sistema informático (ex.: folhas de cálculo, bases de dados, processadores de texto, SW de apresentação e edição gráfica, etc.).

SW de transferência de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a transferência de dados entre sistemas, a emulação e o controlo de comunicações (ex.: mail, EDI, PC3270, FTP, TCP-IP, SNA, etc.).

SW de segurança

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a de garantir a segurança da informação num sistema informático (ex.: Firewall, SW de autenticação e encriptação, antivírus, etc.).

SW aplicativo

Programa ou conjunto coordenado de programas que se destinam a fazer face a tarefas concretas e específicas do organismo.

3. Serviços

Desenvolvimento de SW

Actividades que englobam a aquisição de serviços de programação e/ou de aplicações desenvolvidas à medida, contratadas a um fornecedor externo à organização.

Manutenção de HW e SW

Actividade que tem por fim conservar ou repor uma unidade funcional num estado que lhe permita desempenhar a sua função.

Formação

Ações de formação na área dos Sistemas e Tecnologias de Informação (SI/TI).

Comunicações

Serviços na área das comunicações prestados por operadores de comunicações.

Inclui os custos de assinatura e de utilização.

Consultoria

Serviços prestados por um fornecedor externo em funções de estudo, análise, aconselhamento e orientação na área dos SI/TI.

Outro Outsourcing

Entrega da execução de uma função da organização, na área dos SI/TI, a um fornecedor externo, não incluída em rubrica anterior.

6.13 – SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

6.13.1 - Despesas com a aquisição e locação de bens e serviços

(euros)

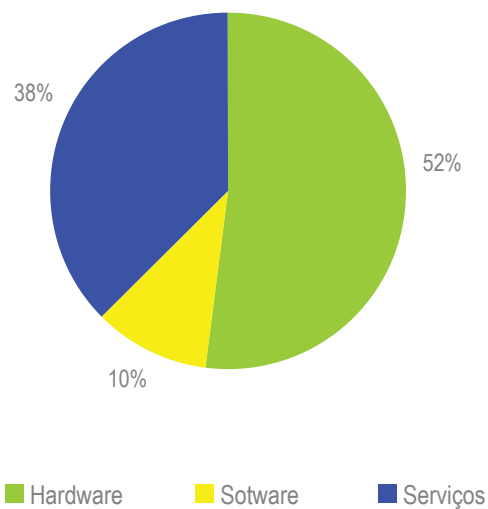
Bens e Serviços			MDN(*)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL		
			Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	
Equipamento Informático Hardware	Computadores de Grande Porte	A												-	
		L												-	
	Minicomputadores	A	6	18.873,58	7	38.660,74	21	239.141,64	38	150.139,67	53	584.661,00	124	1.026.225,23	
		L													
	Microcomputadores e Computadores Pessoais	A	285	193.980,30	211	133.080,98	756	539.931,03	1.061	469.156,00	743	485.135,00	3.053	1.819.413,86	
		L													
	Periféricos	A	505	142.507,63	51	34.589,50	195	117.448,98	115	21.550,00	103	159.304,00	928	448.108,56	
		L													
	Comunicações	A	130	241.168,61	3	339.288,30	374	630.088,66	125	439.979,47	12	534.727,00	567	2.155.401,06	
L															
	Subtotal	A	926	596.530,12	272	545.619,52	1.346	1.526.610,31	1.339	1.080.825,14	911	1.763.827,00	4.794	5.513.412,09	
		L													
Suporte Lógico Software	Sistemas Operativos	A	30	2.228,61			774				1.525	232.715,00	2.329	234.943,61	
		L			465	61.632,60							465	61.632,60	
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados	A	3	10.057,28			1	828,07					2	8.741,47	
		L			3	1.870,03							3	1.870,03	
	Ferramentas de Desenvolvimento	A	3	732,05	1	7.286,56					1	15.999,00	4	23.872,41	
		L												-	
	Ferramentas de Produtividade Individual	A	116	107.594,45			689	185.545,03	35	15.650,00	794	209.370,00	1.634	518.159,48	
		L			459	59.604,78							459	59.604,78	
	SW de Transferência de Dados	A	1	1.163,87		15.660,98							1	16.824,85	
		L												-	
	SW de Segurança	A	228	15.457,33		42.292,81	4.500	23.413,50	5.150	22.000,00			9.658	102.018,98	
		L												18.114,40	
	SW Aplicacional	A	8	36.896,09							3	8.204,00	11	45.100,09	
		L			2	1.318,53							2	1.318,53	
		Subtotal	A	389	174.129,68	1	65.240,35	5.964	209.786,60	5.185	37.650,00	2.323	466.288,00	13.862	953.094,63
			L			929	142.540,34						929	142.540,34	
Serviços	Desenvolvimento de Software	A	2	38.962,00		8.409,50							2	47.371,50	
		L												-	
	Manutenção de Hardware e Software	A	3.541	1.482.392,06		29.168,00			13	39.930,00	27	760.889,00	3.581	2.312.379,06	
		L												-	
	Formação	A	24	12.409,55	3	1.800,60					55	45.605,00	82	59.815,15	
		L												-	
	Comunicações	A	598	351.199,44			4	64.822,68	1	148.000,00	4	79.458,00	607	643.480,12	
		L	12	4.904,75		124.077,50							12	128.982,25	
	Consultoria	A	8	471.137,04		13.249,50							8	484.386,54	
		L				-								-	
	Outro Outsourcing	A				53.430,00			5	62.992,60	9	189.948,00	14	306.370,60	
		L				-								-	
	Subtotal	A	4.173	2.356.100,09	3	106.057,60	4	64.822,68	19	250.922,60	95	1.075.900,00	4.294	3.853.802,97	
		L	12	4.904,75		124.077,50						12	128.982,25		
TOTAL			A	5.448	3.126.759,89	276	716.917,47	7.314	1.801.219,59	6.543	1.369.397,74	3.329	3.306.015,00	22.950	10.320.309,69
			L	12	4.904,75	929	266.617,84	-	-	-	-	-	-	941	271.522,59

(*) Inclui OSC/MDN, IGDN, IDN, IESM, IASFA, PJM, LC, CPHM e CNPCE.

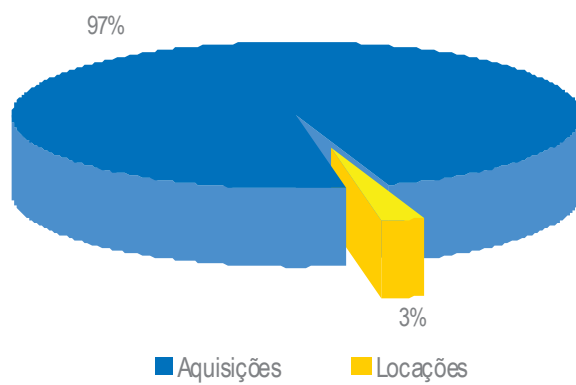
A – Aquisição

L – Locação

Despesas Totais por Áreas



Aquisições vs Locações



6.13.2 - Existências referidas a 31 de Dezembro de 2007

(euros)

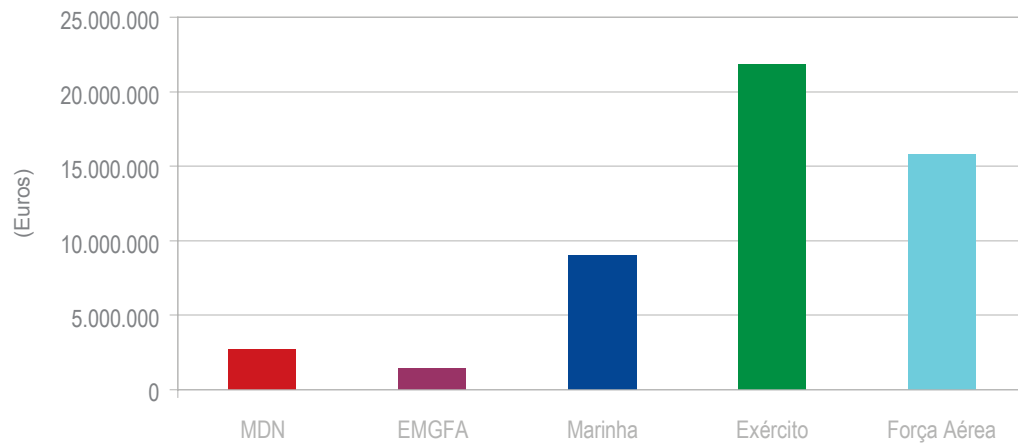
Bens e Serviços			MDN(*)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		Total		
			Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	
Equipamento Informático Hardware	Computadores de Grande Porte	A							1	364.746			1	364.746	
		L					1	108.181					1	108.181	
	Minicomputadores	A	60	386.093	31	62.000	184	1.262.705			138	1.319.440	1.325	7.104.543	
		L											-	-	
	Microcomputadores e Computadores Pessoais	A	1.751	1.313.031	826	313.100	4.731	4.057.537	8.932	10.954.378	4.245	4.002.702	20.277	20.572.893	
		L											-	-	
	Periféricos	A	1.659	743.293	456	89.350	1.179	861.299	8.845	5.339.738	1.615	865.325	13.713	7.871.713	
		L											-	-	
	Comunicações	A	208	289.896	7	940.000	2.246	2.745.191	1.080	1.076.361	19	9.594.066	3.483	14.615.663	
		L											-	-	
Subtotal	A	3.678	2.732.313	1.320	1.404.450	8.340	8.926.732	19.771	21.814.779	6.017	15.781.533	39.126	50.659.807		
	L					1	108.181					1	108.181		
Suporte Lógico Software	Sistemas Operativos	A	528	58.740			4.421		4.725	800.707	4.864	867.057	14.538	1.726.504	
		L			465	61.633							465	61.633	
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados	A	19	122.552			19	15.732	94	365.343	638	548.195	768	1.049.678	
		L			3	1.870							3	1.870	
	Ferramentas de Desenvolvimento	A	11	11.743	1	7.287			119	264.865	142	120.006	272	403.756	
		L											-	-	
	Ferramentas de Produtividade Individual	A	617	176.038			2.089	656.147	580	600.771	5.019	1.992.272	8.305	3.425.228	
		L			459	59.605							459	59.605	
	SW de Transferência de Dados	A	3	3.019			288	159.311	355	175.642			646	337.972	
		L											-	-	
	SW de Segurança	A	298	23.529		42.297	4.500	23.414	5.201	74.716	5.110	278.078	14.889	440.889	
		L	1	275		18.114							1	18.389	
	SW Aplicacional	A	70	125.995	3	51.319	41	552.404	80	409.064	1.537	1.055.752	1.731	2.194.533	
		L	57.337	7.100.209									57.337	7.100.209	
	Subtotal	A	1.546	521.616	4	100.903	11.358	1.407.008	11.154	2.691.108	17.310	4.861.360	41.372	9.581.995	
		L	57.338	7.100.484	927	141.222							58.265	7.241.706	
TOTAL			A	5.224	3.253.929	1.324	1.505.353	19.698	10.333.740	30.925	24.505.887	23.327	20.642.893	80.498	60.241.802
			L	57.338	7.100.484	927	141.222	1	108.181	-	-	-	-	58.266	7.349.887

(*) Inclui OSC/MDN, IGDN, IDN, IESM, IASFA, PJM, LC, CPHM e CNPCE.

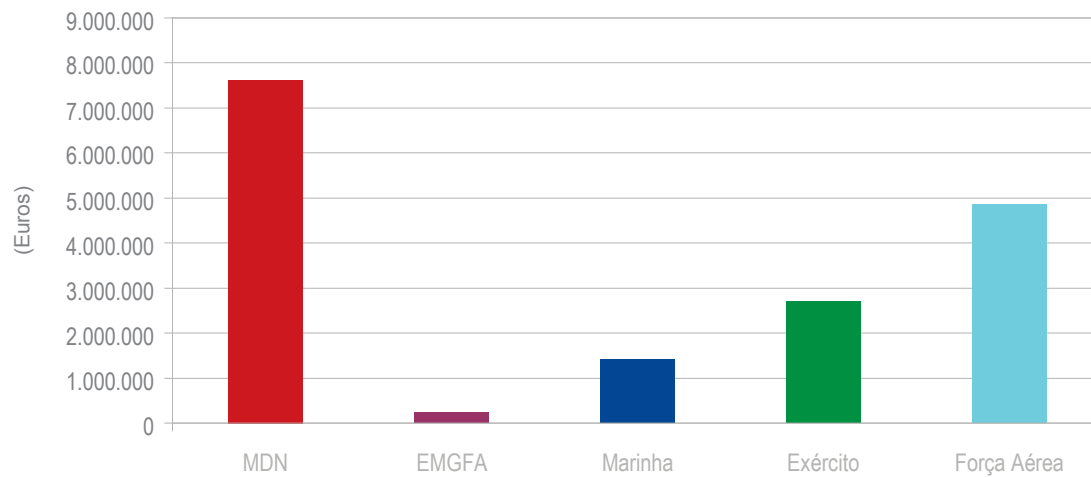
A – Aquisição

L – Locação

Existências em Hardware em 31 de Dezembro de 2007



Existências em Software em 31 de Dezembro de 2007



6.13.3 - Áreas informatizadas – Percentagem

Áreas Comuns	DGIE	DGAED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC
1. Gestão de Recursos Financeiros	50	0	40	100	100	100	100	90	50	100
1.1. Contabilidade	50	0	80	100	100	100	100	100	50	100
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	□	0	□	100	100	100	100	100	□	100
2. Gestão de Recursos Humanos	50	0	40	100	100	100	100	100	80	□
2.1. Formação de Pessoal	□	0	□	□	100	25	70	20	80	□
3. Gestão de Recursos Materiais	0	0	30	100	100	100	50	85	80	□
3.1. Gestão de Stocks	0	0	30	100	100	50	50	85	80	□
4. Planeam. e Calendarização Actividades	□	0	30	□	50	75	50	60	0	100
5. Concepção e Gestão de Projectos	□	0	□	□	30	75	25	60	50	□
6. Apoio à Decisão	□	0	55	□	0	50	0	50	60	□
7. Gestão Documental / Cent. Document.	100	0	85	100	100	50	0	10	0	100
8. Gestão de Correspondência	100	100	80	100	100	0	100	95	50	100
9. Gestão de Processos Administrativos	50	0	□	100	50	75	100	30	0	100
Produção (Actividades Específicas)										
10. Recolha / Recepção de Informação	30	100	35	50	20	50	0	50	100	100
11. Registo de Informação	30	100	45	100	20	50	0	85	100	100
12. Organiz. Informação em Base de Dados	30	100	25	100	0	25	80	90	100	100
13. Process. e Tratamento da Informação	30	100	85	50	0	50	0	70	100	100
14. Difusão da Informação	0	0	85	50	50	75	50	60	50	100
Outras										
15. Gestão Operacional										
16. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas										
17. Gestão de Compras e Vendas										
18. Organiz. Informação em Base de Dados										
19. Fornecimento de Alimentação (Rancho)										
20. Recrutamento										
21. Biblioteca						75				

□ Não aplicável

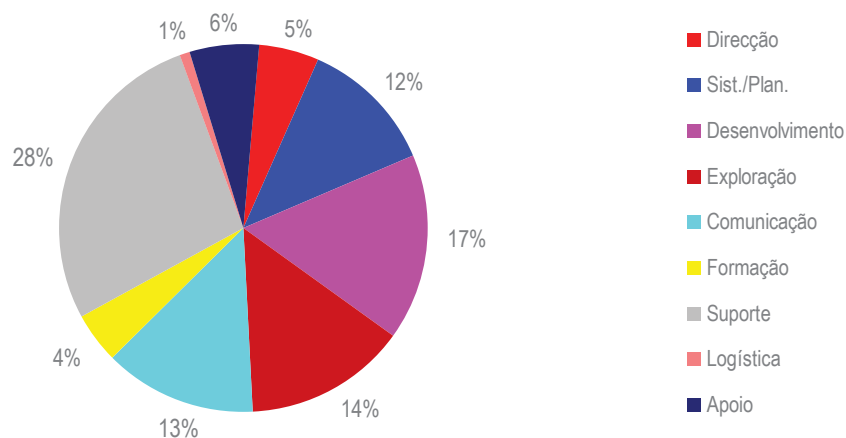
6.13.3 - Áreas informatizadas – Percentagem (Continuação)

Áreas Comuns	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM	IESM
1. Gestão de Recursos Financeiros	100	100	100	100	50	100	100
1.1. Contabilidade	100	100	100	100	100	100	100
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	100	100	100	100	□	□	100
2. Gestão de Recursos Humanos	80	80	100	100	□	□	100
2.1. Formação de Pessoal	50	80	10	100	□	□	□
3. Gestão de Recursos Materiais	50	100	50	90	50	70	0
3.1. Gestão de Stocks	80	100	100	100	50	85	0
4. Planeam. e Calendarização Actividades	20	77	50	80	□	65	100
5. Concepção e Gestão de Projectos	0	53	□	70	□	□	□
6. Apoio à Decisão	30	56	30	75	□	□	100
7. Gestão Documental / Cent. Document.	20	73	30	80	100	35	0
8. Gestão de Correspondência	100	85	40	80	100	80	0
9. Gestão de Processos Administrativos	20	65	□	55	□	□	0
Produção (Actividades Específicas)							
10. Recolha / Recepção de Informação	□	80	□	90	50	□	50
11. Registo de Informação	□	87	70	90	50	□	□
12. Organiz. Informação em Base de Dados	□	82	80	95	50	80	60
13. Process. e Tratamento da Informação	□	82	70	90	50	75	60
14. Difusão da Informação	□	84	95	90	50	65	100
Outras							
15. Gestão Operacional		40		90			
16. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas		45		90			
17. Gestão de Compras e Vendas		65		100			
18. Organiz. Informação em Base de Dados		50		100			
19. Fornecimento de Alimentação (Rancho)		50		100			
20. Recrutamento				100			
21. Biblioteca				100			

6.13.4 - Pessoal afecto exclusivamente às tecnologias de informação e comunicação (pessoal TIC)

Área	MDN (*)	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Direcção	10	3	9	18	6	46
Sistemas / Planificação	12	3	30	32	25	102
Desenvolvimento	45	3	44	15	34	141
Exploração	13	3	60	34	12	122
Comunicações	3	3	58	36	15	115
Formação	3			9	25	37
Suporte a Utilizadores	23	4	72	19	118	236
Outras						
Logística	1			7		8
Apoio	11		36	5		52
TOTAL	121	19	309	175	235	859

(*) Inclui OSC/MDN, IGDN, IDN, IESM, IASFA, PJM, LC, CPHM e CNPCE.



6.13.5 - Utilização da Internet. Disponibilização de informação na Internet

Área	DGIE	DGAED	DGPDN	DGPRM	SG/ MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC
Meio de Ligação à Internet (Mais Utilizado)										
Computadores ou postos com ligação individual							•			
Computadores ou postos partilhando uma ligação	•	•	•	•	•	•		•	•	•
Acesso à Internet										
Número de computadores ligados à Internet	80	63	50	124	306	92	88	293	50	30
Número de trabalhadores com acesso à Internet	80	63	50	124	306	66	88	293	50	30
Correio Electrónico										
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	80	69	50	124	306	66	69	86	50	30
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	80	69	50	124	306	66	69	66	50	0
Actividades Prosseguidas pelo Organismo na Utilização da Internet										
Procura e recolha de informação / documentação	•	•	•	•	•	•		•	•	•
Acesso a bases de dados		•		•	•	•			•	•
Troca electrónica de ficheiros	•	•		•	•	•		•	•	•
Correio electrónico	•	•	•	•	•	•		•	•	•
Aquisição de bens e serviços on-line										
Consulta de catálogos de aprovisionamento	•	•		•	•	•		•	•	
Formação de recursos humanos				•	•	•			•	
Comunicação interna entre os diversos departamentos		•	•	•	•	•		•	•	
Comunicação externa com outros organismos AP		•	•	•	•	•		•	•	•
Realização actividades de I&D em cooperação				•		•				
Interacção com outros órgãos ... (guichet único)								•		

• Disponível

6.13.5 - Utilização da Internet. Disponibilização de informação na Internet (Continuação)

Área	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM	IESM
Meio de Ligação à Internet (Mais utilizado)							
Computadores ou postos com ligação individual						•	
Computadores ou postos partilhando uma ligação	•	•	•	•	•		•
Acesso à Internet							
Número de computadores ligados à Internet	514	1.424	58	1.912	21	7	208
Número de trabalhadores com acesso à Internet	527	8.912	6.252	3.824	21	7	460
Correio Electrónico							
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	527	10.224	9.500	1.512	21	7	350
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	527	10.224	9.500	1.985	21	0	350
Actividades Prosseguidas pelo Organismo na Utilização da Internet							
Procura e recolha de informação / documentação	•	•	•	•	•	•	•
Acesso a bases de dados		•	•	•	•	•	•
Troca electrónica de ficheiros	•	•	•	•	•	•	•
Correio electrónico	•	•	•	•	•	•	•
Aquisição de bens e serviços on-line		•			•		•
Consulta de catálogos de aprovisionamento	•	•	•	•	•	•	•
Formação de recursos humanos				•	•		
Comunicação interna entre os diversos departamentos	•	•	•		•		•
Comunicação externa com outros organismos AP	•		•	•	•	•	•
Realização actividades de I&D em cooperação					•		•
Interacção com outros órgãos ... (guichet único)					•	•	

• Disponível

6.13.6 - Presença do organismo na Internet

Área	DGIE	DGAED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA
Informação institucional acerca organismo	●	●	●	●	●	●	●	●
Informação acerca serviços prestados	●	●	□	●	●	●	●	●
Endereço electrónico para recepção ou pedidos de informação	●	●	●	●	●	●	●	●
Disponibilizado acesso a bases de dados	□	X	□	●	X	X	X	X
Disponibilizados formulários preenchimento on-line	□	●	□	●	●	●	X	●
Informação acerca oportunidade de recrutamento	□	●	□	●	●	□	X	□
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital on-line	□	●	□	●	X	●	X	●
Venda de serviços ou produtos em formato digital on-line	□	□	□	□	□	X	X	□
Disponibilizados formulários para download	□	●	□	●	●	●	X	●
Recebimentos on-line	□	□	□	□	□	X	X	X
Fornecimento de serviços on-line recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	□	□	□	□	□	X	X	□

Área	IGDN	LC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM	IESM
Informação institucional acerca organismo	●	●	●	●	●	●	●	X	●
Informação acerca serviços prestados	●	●	□	●	●	●	●	●	●
Endereço electrónico para recepção ou pedidos de informação	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Disponibilizado acesso a bases de dados	●	●	□	X	X	●	□	□	●
Disponibilizados formulários preenchimento on-line	X	X	□	●	●	●	□	□	□
Informação acerca oportunidade de recrutamento	X	X	□	●	●	●	□	□	□
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital on-line	□	□	□	●	●	□	□	□	□
Venda de serviços ou produtos em formato digital on-line	□	□	□	X	□	□	□	□	□
Disponibilizados formulários para download	●	●	□	●	●	●	□	●	□
Recebimentos on-line	X	X	□	X	□	□	□	●	X

● Disponível

X Não disponível

□ Não aplicável

6.13.7 - Orientação do organismo relativamente à distribuição do acesso à Internet e correio electrónico

Área	DGIE		DGAED		DGPDN		DGPRM		SG/MDN		IDN		PJM		IASFA	
	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Inter-net	Cor-reio	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio
Para a estrutura superior															•	•
Para o secretariado da estrutura superior															•	•
Para o comando/direcção/chefia nív. inter.															•	•
Para os quadros técnicos															•	
Para outros sectores em que a activ. justif.															•	•
Utilização generalizada	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•

Área	IGDN		LC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		CNPCE		CPHM		IESM	
	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio
Para a estrutura superior							•	•	•		•	•			•	•		
Para o secretariado da estrutura superior							•	•	•		•	•			•	•		
Para o comando/direcção/chefia nív. inter.							•	•	•		•	•			•	•		
Para os quadros técnicos							•	•	•		•	•			•	•		
Para outros sectores em que a activ. justif.							•	•	•		•	•			•	•		
Utilização generalizada	•	•	•		•	•					•		•	•		•	•	•

• Disponível

PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

NOTA EXPLICATIVA

O Prémio Defesa Nacional e Ambiente, criado em 1993, por despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente e Ordenamento do Território, tem como objectivo incentivar as boas práticas ambientais nas Forças Ar-

madas portuguesas, vincando, assim, as suas preocupações pela preservação dos recursos naturais do nosso país.

O Regulamento do prémio actualmente em vigor foi aprovado pelo Despacho Conjunto n.º 1024/2000, dos Ministérios da Defesa Nacional e do Ambiente e Ordenamento do Território, publicado no Diário da República – II série, n.º 242, de 19 de Outubro.

6.14 – PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

6.14.1 - Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
Marinha		1				1
Exército	2	3		3		8
Força Aérea	2	2		1	1	6
TOTAL	4	6	-	4	1	15

6.14.2 - Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA	2003	2004	2005	2006	2007
Marinha		Instituto Hidrográfico – Reabilitação das Instalações da Azinheira.			
Exército	Campo Militar de Santa Margarida – Aplicação de um Sistema de Gestão Ambiental em 2003.		Não foi atribuído o “Prémio de Defesa Nacional e Ambiente” por não terem sido apresentadas candidaturas no decorrer do ano de 2005.		
Força Aérea		Campo de Tiro de Alcochete – Actividades desenvolvidas no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental.		Direcção de Infra-Estruturas da FAP – Sistema de Gestão das Estações de Tratamento de Águas Residuais da Força Aérea.	Base Aérea nº 4 - Lajes – Implementação de um Sistema de Gestão Ambiental - Uma perspectiva de engenharia, uma visão ambiental inovadora.



Armamento e Equipamentos de Defesa



Nota Explicativa

O capítulo 7, da responsabilidade da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED), inclui dados estatísticos referentes a:

- Exportações e Importações de Material, Equipamentos e Tecnologias de Defesa;
- Equipamentos de Defesa e Lei de Programação Militar (LPM);
- Logística;
- Investigação e Desenvolvimento (I&D) na área da Defesa;
- Indústrias e Empresas Nacionais com Actividades no Âmbito do Sector da Defesa;
- Qualidade, Normalização e Catalogação dos Bens Militares.

Os valores apurados respeitantes a 2007 e indicados nos quadros seguintes, resultaram de contributos do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas, do IASFA, dos OSC/MDN e da consulta efectuada às indústrias nacionais de armamento e afins, sendo os restantes elementos provenientes das actividades normais da DGAED.

CONCEITOS

Carro de Combate

Viatura de combate blindada e de auto-propulsão, com forte poder de fogo, munida fundamentalmente com uma peça principal de alta velocidade inicial, capaz de fazer tiro directo para alvos blindados e outros, com elevada mobilidade em todo o terreno, com um elevado nível de auto-protecção e que não está vocacionada nem equipada para transporte de tropas de combate.

Avião de Combate

Avião de asa fixa ou asa de geometria variável, armado e equipado para defrontar alvos, utilizando mísseis guiados, foguetes não-guiados, bombas, metralhadoras, canhões ou outras armas de destruição, assim como qual-

quer modelo ou versão de avião que desempenhe outras funções militares, tais como avião de transporte não armado, reconhecimento ou guerra electrónica.

Helicóptero de Combate

Aparelho de asa rotativa, armado e equipado para defrontar alvos ou equipado para desempenhar outras funções militares.

Fragata

Navio de 1.500 a 3.500 toneladas de deslocamento e comprimento entre 75 e 150 metros, com armamento anti-superfície, antiaéreo e anti-submarino e cuja missão principal é a escolta e a luta anti-submarina.

Corveta

Navio de menor deslocamento que as fragatas, comprimento entre 60 e 100 metros, com armamento semelhante mas de menor calibre, que desempenha o mesmo tipo de missões embora com menores capacidades oceânicas.

Patrulha

Navio de pequeno a médio deslocamento (200 a 400 toneladas) e comprimento inferior a 45 metros, destinado a operar junto a zonas costeiras em missões de vigilância, patrulha e defesa.

Lancha de Desembarque

Grande

Navio de 120 a 500 toneladas de deslocamento e comprimento entre os 25 e os 55 metros, capaz de transportar e desembarcar 2 a 3 carros de combate ou 300 a 450 combatentes.

Média

Navio com comprimento entre os 15 e os 25 metros, capaz de transportar e desembarcar 1 carro de combate ou 50 a 200 combatentes.

Pequena

Navio com comprimento entre os 7,5 e os 30 metros, destinado exclusivamente ao transporte e desembarque de pessoal.

Lancha de Fiscalização

Navio de pequeno deslocamento (inferior a 150 toneladas) e com comprimento inferior a 30 metros, com fraco armamento e destinado à fiscalização das águas ribeirinhas e interiores.

Navio

Hidrográfico

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos hidrográficos ou oceanográficos.

Balizador

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos relacionados com a manutenção e conservação dos meios de assinalamento marítimo.

Escola

Navio especificamente construído ou equipado para fins de instrução.

Reabastecedor

Navio com deslocamento entre 5.000 e 10.000 toneladas e com comprimento entre 40 e 140 metros, destinado a prover o reabastecimento no mar de outros navios, quer em combustíveis quer em outros produtos, tais como alimentos, sobressalentes, etc..

Submarino

Navio de guerra cuja especificidade reside na capacidade de efectuar operações navais em imersão.

Unidade Auxiliar de Marinha

Navio e embarcação que pelas suas características ou natureza do serviço a que se destinam não deva ser considerada como unidade naval.

7.1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA

Os dados insertos nos quadros 7.1.1 e 7.1.2 foram obtidos a partir das exportações efectuadas pelas indústrias de Defesa nacionais e outras empresas legalmente autorizadas. Os elementos indicados referem-se a bens e tecnologias de uso exclusivamente militar que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 436/91, de 8 de Novembro, são licenciados pelo MDN (DGAED).

Os dados relativos ao quadro 7.1.3 foram obtidos a partir das importações efectuadas pelas empresas comerciais autorizadas, indústrias nacionais e Forças Armadas e Forças de Segurança, sendo apurados com base no Decreto-Lei n.º 436/91 e Portaria n.º 439/94, de 29 de Junho, que define os bens cujas operações de importação/exportação carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED.

O quadro 7.1.6 indica-nos a relação das empresas inscritas na DGAED que, nos termos do Decreto-Lei nº 397/98, de 17 de Dezembro, estão autorizadas a exercer a actividade de comércio de bens e tecnologias militares previstos na Portaria nº 439/94, de 29 de Junho, incluindo a sua importação e exportação.

7.1.1 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais

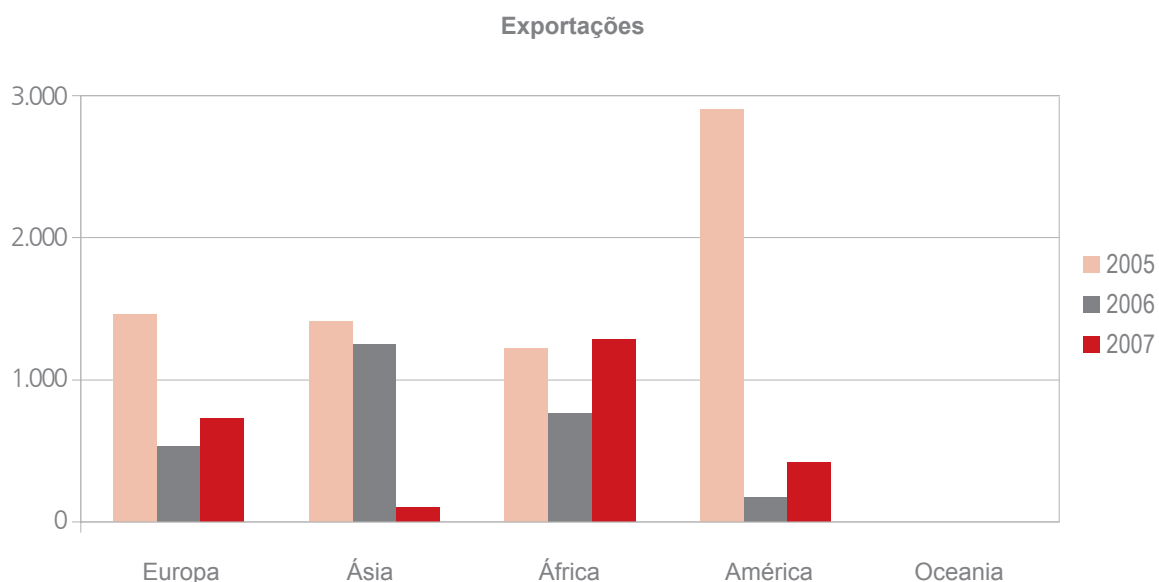
(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Ano	Valor (milhares de euros)
2007	2.527,0
2006	2.712,4
2005	6.994,4

7.1.2 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo

(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Continente	2005		2006		2007	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	1.458,5	20,9	530,7	19,6	727,9	28,8
ÁSIA	1.407,6	20,1	1.248,7	46,0	98,2	3,9
ÁFRICA	1.223,5	17,5	760,2	28,0	1.281,1	50,7
AMÉRICA	2.904,8	41,5	172,8	6,4	419,8	16,6
OCEANIA						
TOTAL	6.994,4	100,0	2.712,4	100,0	2.527,0	100,0

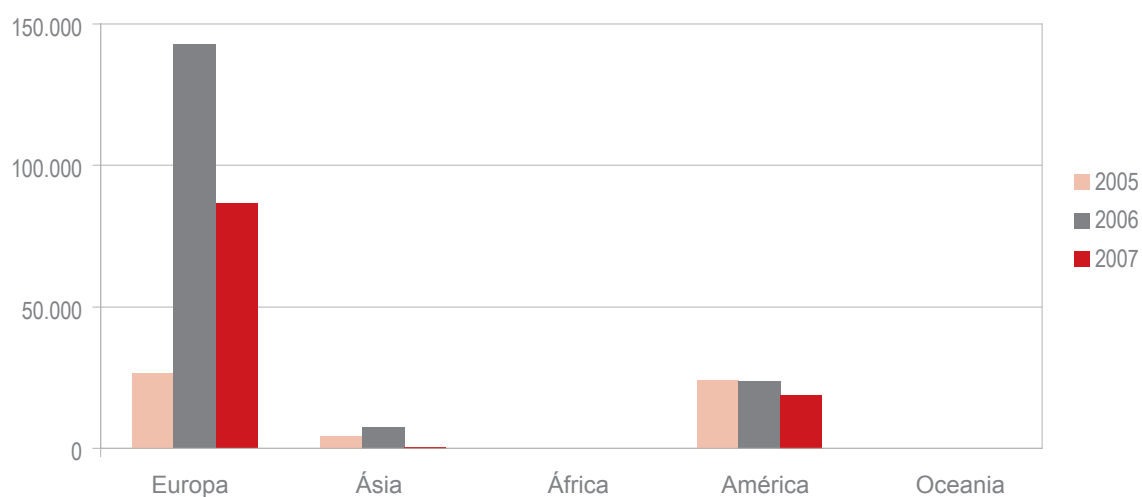


7.1.3 - Importações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo

(Apenas as importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Continente	2005		2006		2007	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
Europa	26.717,7	48,5	142.866,5	82,1	86.565,8	81,8
Ásia	4.190,8	7,6	7.553,5	4,3	542,1	0,5
África						
América	24.201,0	43,9	23.699,3	13,6	18.721,5	17,7
Oceania	0,4	0,0				
TOTAL	55.109,9	100,0	174.119,3	100,0	105.829,4	100,0

Importações



7.1.4 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares

– Por Áreas do Globo

(Apenas as exportações e importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Ano: 2007

Continente	Importação		Exportação		Saldo (Exp. - Imp.)
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)
Europa	86.565,8	81,8	727,9	28,9	-85.837,9
Ásia	542,1	0,5	98,2	3,8	-443,9
África			1.281,1	50,7	1.281,1
América	18.721,5	17,7	419,8	16,6	-18.301,7
Oceania					
TOTAL	105.829,4	100,0	2.527,0	100,0	-103.302,4

7.1.5 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares

– por Países Agregados em Organizações Internacionais a que Portugal Pertence

Ano: 2007

Organização	Importação (milhares de euros)	Exportação (milhares de euros)	Saldo Exportação-Importação (milhares de euros)	Exp/Import * 100 (%)
NATO	86.034,5	1.147,9	-84.886,6	1,33
UEO	85.992,8	716,1	-85.276,7	0,83
UE	86.482,7	716,1	85.776,6	0,82

7.1.6 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Actividade de Comércio de Bens e Tecnologias Militares (*)

(euros)

Empresa	Sede	Objecto da Actividade	Capital Social
Advanced Resources, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	250.000
A. Montez, S.A.	Lisboa	Armas, Geral	450.000
A. Paukner, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	49.880
A. Silva Leal, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	1.995
Antero Lopes, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	160.000
Apcol, Lda.	Prior Velho	Geral - Bens e tecnologias militares	9.976
Browning Viana	Viana do Castelo	Fabrico e comércio de armas	3.250.000
Cacicambra, Lda.	Sta.Maria Feira	Comércio de armamento	399.038
Cartil, Lda.	Amadora	Electrónica/Telecomunicações - Reparação e assistência	500.000
CPMB, S.A.	Lisboa	Munições, explosivos, pólvoras. Geral - Bens e tecnologias militares	149.639
Croker Delaforce, S.A.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	473.858
DEFAERLOC, S.A.	Lisboa	Comércio e locação de aeronaves militares e prestação de serviços	127.000.000
Defmat, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	21.000
E. Dias Serras, Lda.	Lisboa	Electrónica, produtos náuticos. Geral - Bens e tecnologias militares	280.000
Eastécnica III, S.G.P.S.	Porto Salvo	Telecomunicações, multimédia, audiovisuais - Instalação/manutenção	747.000
Edisoft, S.A.	Lisboa	Informática, prestação de serviços de consultadoria, assistência	500.000
E.C.V., S.A.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	1.750.000
EID, S.A.	Caparica	Electrónica - Bens e tecnologias militares	11.000.000
Espaçomar, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Espingardaria Belga, Lda.	Lisboa	Comércio de armamento	124 695
Fabrequipa, Lda.	Barreiro	Viaturas militares, componentes, peças.	X
Fralibra, Lda.	Amadora	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Head Solutions	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	6 000
Honos, Lda.	Algés	Material aeronáutico e armamento	100.000
IDD, S.A.	Alcochete	Geral - Bens e tecnologias militares	50.000
IEMA, Lda.	Lisboa	Aeronáutica, material de detecção física e química	5.009
Indep, S.A.	Lisboa	Comércio de todos os produtos fabricados e reparados	11.971.150
Induma, Lda.	Lisboa	Comércio de armamento	48.880
Iveco, Lda.	Castanheira do Ribatejo	Viaturas militares, componentes, peças	15.961.533
J. Nicolau, Lda.	Alfragide	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Lasi Electrónica, Lda.	Barcarena	Electrónica, Geral - Bens e tecnologias militares	24.940
LISSA, Lda.	Amadora	Transitário de mercadorias - Bens e tecnologias militares	50.000
Lousafil, S.A.	Lousada	Vestuário exterior e acessórios - Bens e tecnologias militares	1.500.000
LUSIS, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	500.000
Lusodef Advanced Solutions, Lda.	Amadora	Geral - Bens e tecnologias militares	6.000
Mardef, Repres. e Comércio, Lda.	Algueirão	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Melco, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	50.000
Micotec, Lda.	Lisboa	Electrónica, aparelhos eléctricos – Manutenção de armamento	4.988

7.1.6 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Actividade de Comércio de Bens e Tecnologias Militares (*) (Continuação)

(euros)

Empresa	Sede	Objecto da Actividade	Capital Social
Montagrex - Optagrex, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	9.976
Navaltrading, Lda.	Seixal	Equipamentos e produtos para indústria naval	4.988
Naveparts, Lda.	Corroios	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
OGMA, S.A.	Alverca	Aeronáutica, Geral - Bens e tecnologias militares	35.000.000
Omnitécnica, S.A.	Amadora	Electrónica - Materiais e equipamentos - Prestação de serviços	750.000
Ortsac, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	24.940
Paragrup, Lda.	Lisboa	Pára-quedas, componentes de material de guerra, equip. diversos	7.482
Pinhol, Gomes & Gomes, Lda.	Carnaxide	Geral - Bens e tecnologias militares	4.040.263
Pinto Basto – Electrónica e Máquinas, Lda.	Lisboa	Máquinas, Geral - Bens e tecnologias militares	374.098
PoAviation, Lda.	Alverca do Ribatejo	Manutenção de aeronaves e componentes	25.000
Quadri, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	124.700
Qualifire, Lda	Póvoa da Galega	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Radio Holland Portugal, S.A.	Lisboa	Material de telecomunicações - Bens e tecnologias militares	400.000
Rangel Internacional Aérea e Marítima, S.A.	Maia	Geral - Bens e tecnologias militares	500.000
Rode & Schwarz Portugal, Lda.	Oeiras	Geral - Bens e tecnologias militares	500.000
Scope, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	119.712
SDT Electrónica, S.A.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	299.279
S.E.M.I.R.N., Lda.	Seixal	Geral - Bens e tecnologias militares	74.820
Setronix, Lda.	Carcavelos	Geral - Bens e tecnologias militares	100.000
Socimarpe, Lda.	Algés	Material electrónico	25.000
Sodarca, Lda.	Lisboa	Armas, cartuchos. Geral - Bens e tecnologias militares	404.026
Studia I, Lda.	Oeiras	Geral - Bens e tecnologias militares	29.928
The Engineering Company of Portugal, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	250.000

(*) Nos termos do Decreto-Lei nº 397/98, de 17 de Dezembro.

X – Não disponível

7.2 – EQUIPAMENTOS DE DEFESA E LPM

7.2.1 - Missões e Meios Disponíveis – Marinha

Ano: 2007

Meios		Missões													Total
		Defesa Naval e Aeronaval		Defesa Directa do Território	Re- forço NATO	Missões de Interesse Público					Apoio Pessoal		Apoio Ma- terial	Instru- ção e Treino	
						Levan- tamento Hidro- gráfico	Auto- ridade Mari- tima	Segu- rança Mari- tima	Vigilân- cia e Fisca- lização da ZEE	Busca e Salva- mento	Trans- porte	Acção Cul- tural	Trans- porte		
N A V I O S	Fragatas “Vasco da Gama”	3		(b)	(a)									(b)	3
	Fragatas “João Belo”	1		(b)			(b)	(b)	(b)	(b)				(b)	1
	Corvetas “Batista de Andrade”			(b)			(b)	(b)	3	(b)				(b)	3
	Corvetas “João Coutinho”			(b)			(b)	(b)	4	(b)				(b)	4
	Submarinos “Albacora”	1		(b)										(b)	1
	Navio-Tanque reabastecedor “Bérrio”				(a)										1
	Patrulhas “Cacine”								4						4
	Lanchas Fiscalização								12						12
	Lanchas desembarque grandes			1											1
	Navios Hidrográficos					4									4
	Navios Balizadores							1							1
	Navios-Escola													3	3
	TOTAL NAVIOS	5	1	(b) 1		4	(b)	(b) 1	(b) 23	(b)				(b) 3	38
	Unidades auxiliares de Marinha			1		3	25	1	(c)	22	5	2	1	8	68
H E L I C O P T E R O S	LYNX	5												5	
O U T R O S	Mísseis			5										5	
	Milan			11										11	
	Morteiros pesados			36										36	

(a) A Marinha tem permanentemente disponíveis para atribuir à NATO, em diferentes graus de prontidão, 6 fragatas, 2 submarinos e 1 reabastecedor;

(b) Missões que são cumpridas em simultaneidade com a missão principal indicada;

(c) A Vigilância e Fiscalização são missões cumpridas pela UAM em simultaneidade com a missão Autoridade Marítima.

7.2.2 - Missões e Meios Disponíveis – Exército

Ano: 2007

Armamento/Equipamento		OCAD		FOPE					Total	Obs.
				Grandes Unidades		ZMA	ZMM	FAPG		
		CLog	CID	Brig Mec	Brig RR					
Carros de Combate	M60A3	3	3	67					73	N/inclui 8 CC de instrução
Viaturas Blindadas de Lagartas	M113A1 e A2	2	7	225					234	Incluindo versão PS
	M113A2 TOW			18					18	
	M577A2	1		45				1	47	
	M125A1 e A2 c/ Mort 81 mm	1	1	19					21	
	M106A1 e A2 c/ Mort 107 mm		2	18					20	
	M901A1 ITV			4					4	
	M578	2		18					20	
	M74	1	1	1					3	
	M548 e A1			24					24	
	M728 VC Engenharia		1	2					3	
	M88A1 e A2		1	7					8	
Viaturas Blindadas de Rodas	Chaimite V-200	10	2					35	47	Não inclui 10 do Lote Inst/FND
	Panhard M-11		1					35	36	
Obuses	105 mm M101A1 e A1L	4	8	4					16	
	105 mm Light Gun		3					17	20	
	155 mm Reb M114	2	3						5	
	155 mm AP M109A2			6					6	
	155 mm AP M109A5			18					18	
Sistemas de Mísseis AC	MILAN	10	1		7				18	Não inclui os ITV
	M220A1 TOW	21	4	3					28	
	M220A2 TOW								-	
Sistemas de Mísseis AA	Chaparral M90			4				1	5	
	Chaparral M98	1		8				12	21	
Material AA	Met Bitubo AA 20 mm	1				13	13	5	32	N/inclui 3 simuladores
	Peça AA 40 mm	4			1	4			9	
Morteiros	60 mm + Morteiretes	176	1		15			96	288	
	81 mm	39	14	14	23	3		46	139	
	107 mm M24 e A1	4		18					22	
	120 mm B e St	25	4			8	16	18	71	
Pontes (a)	VBLP			4					4	
	Apoios fixos		6						6	
	Apoios flutuantes		1						1	
Outro Armamento/Equipamento	DISP. LG HK 79 40 mm	9	34	63	16	11	7	70	210	
	Can SR 106mm M40A1 e A2	29	4			5	6	9	53	
	Can SR 84mm Carl Gustaf				2				2	
	Can SR 90 mm M67	15	2			4	4	16	41	

(a) Em relação ao ano transacto, não foi contabilizado o material recolhido para o DGME, que se encontra com a situação administrativa pendente, tendo sido contabilizado apenas o material operacional.

7.2.3 - Missões e Meios Disponíveis – Força Aérea

Ano: 2007

Meios		Missões																		
		Defesa Aérea		Ataque Convencional			Reconhecimento Aéreo Tático	Apoio ao Combate	Vigilância	Patrulhamento Marítimo	Interesse Público				Transporte Aéreo			Instrução e Treino	TOTAL	
		Patrulhamento e Intercepção	Escolta Aérea	Interdição Aérea	TASMO	Apoio Aéreo					Policimento Aéreo	Busca e Salvamento	Vigilância Marítima	Evacuação Sanitária	Intra Teatro	Inter Teatros	VIP			
AVIÕES	F-16	23																	23	
	P3-P								2										2	
	P3-C								4										4	
	FTB 337G								3										3	
	C212												3		10				13	
	FALCON 50																3		3	
	C130															6			6	
	AJET																	15	15	
	EPSIL																		16	16
	Ligeiros																		10	10
HELIS	SA330																			-
	EH101												10	2						12
	AL III															13				13

7.2.4 - Lei de Programação Militar (LPM)

Principais Programas de Reequipamento das Forças Armadas

A LPM tem por objecto a programação do investimento público das Forças Armadas relativo a forças, equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento e infra-estruturas com impacto directo na modernização e

na operacionalização do Sistema de Forças Nacionais, concretizado através das medidas e capacidades fixadas em planos plurianuais.

Os principais procedimentos executados em 2007, tendo em vista a realização de programas de aquisição, foram os seguintes:

Processos de aquisição com contratos assinados em 2007

Desmilitarização de Munições e Explosivos
Equipamento Rádio Tático de Comunicações GRC-525
Modernização de Cinco Aeronaves P-3C "Orion"
Upgrade da Aplicação Informática da Área de Catalogação da DGAED

7.3 – LOGÍSTICA

No intuito de disponibilizar uma informação mais alargada e melhorada, são englobados os quadros com dados da área da Logística que foram fornecidos pelo EMGFA, Ramos das Forças Armadas, OSC/MDN e IASFA.

Os elementos estatísticos do quadro 7.3.2 referem-se exclusivamente à aquisição de equipamento hospitalar, meios de diagnóstico e curativos e à manutenção do equipamento hospitalar.

A assistência na doença e outras participações aos militares das Forças Armadas são incluídas no Capítulo 5.

CONCEITOS

Escalões de Manutenção

1º Escalão

Manutenção preventiva e correctiva executada pela unidade (utilizador).

2º Escalão

Manutenção preventiva e correctiva executada pela unidade, com o apoio de equipamento oficial e de meios humanos especializados.

3º Escalão

Manutenção correctiva por avaria de um ou mais dos conjuntos ou subconjuntos de um sistema. A execução desta categoria de manutenção é feita em instalações oficiais (Oficinas Gerais ou Arsenal) ou ainda por recurso ao mercado civil.

4º Escalão

Manutenção que compreende a reparação geral de artigos principais e a recuperação de grandes conjuntos. Os artigos principais e os conjuntos que beneficiam desta categoria de manutenção, após recuperados, são normalmente destinados a alimentar o canal de reabastecimento.

7.3.1 - Despesas com Manutenção de Meios e Sistemas Operacionais

(euros)

Ano	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2007	158.600	61.122.551	1.276.701	43.165.189	105.723.041
2006	142.699	44.025.190	1.203.423	30.812.103	76.183.415
2005	151.270	38.110.366	1.113.173	25.516.542	64.891.351
2004	149.500	59.111.812	1.281.235	31.448.566	91.991.113

7.3.2 - Despesas com Equipamentos e Material de Saúde

(euros)

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Aquisição de				
- Equipamento hospitalar	815.959	500.029	90.741	1.706.429
- Meios auxiliares de diagnóstico	296.823	2.499.979	1.389.543	4.186.385
- Meios curativos	3.379.186	5.428.300	2.245.690	11.053.176
Manutenção de equipamento hospitalar	209.640	378.067	219.821	87.528
TOTAL	4.701.608	8.806.375	3.945.795	17.453.778

7.3.3 - Despesas com Transportes – Aquisição de Veículos

(euros)

Equipamento	OSC/MDN		IASFA		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Transporte de pessoal							30	745.507	2	207.174	7	156.135	39	1.108.816
Transporte geral							1	60.500	3	179.141			4	239.641
Todo-o-terreno							8	206.687			3	75.546	11	282.233
Serviços especiais							0	0	4	942.106	9	685.108	13	1.627.214
Motociclos, ciclomotores e velocípedes							8	84.336					8	84.336
TOTAL	-	-	-	-	-	-	47	1.097.030	9	1.328.421	19	916.789	75	3.342.240

7.3.4 - Despesas com Transportes – Funcionamento

(euros)

Equipamento	OSC/MDN	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Manutenção	74.470,26	20.063	110.258	334.121,27	851.993	941.569,48	2.332.475,01
Combustíveis e lubrificantes	85.967,40	145.980	(a) 205.400	2.568,76	2.734.762	2.558.884,69	5.733.562,85
Aquisição de serviços	733.169,70	16.924	(b) 422.247	51.505,63	549.954	801.796,94	2.575.597,27
TOTAL	893.607,36	182.967	737.905	388.195,66	4.136.709	4.302.251,11	10.641.635,13

(a) Aluguer de viaturas de transporte de pessoal e material;

(b) Não inclui Forças Nacionais Destacadas.

7.4 – INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O MDN, tendo como instrumento financeiro a Lei de Programação Militar, promove, dinamiza e coordena, através da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) de Defesa, mediante participação em programas e projectos cooperativos internacionais de I&D no quadro das alianças militares em que Portugal participa, assim como em projectos de âmbito nacional de tecnologias de Defesa.

Entende-se por I&D de Defesa, o conjunto de iniciativas e actividades de índole científica e/ou tecnológica ligadas à geração e aplicação de competências, conhecimentos e saber em áreas e domínios que directa ou indirectamente concorrem para a satisfação de lacunas ou objectivos de capacidades de Defesa, para o reforço da base tecnológica e industrial de Defesa (nacional e europeia) e ainda para o apoio e informação ao processo de tomada de decisão em matéria de opção e aquisição de novos equipamentos e sistemas de armas.

7.4.1 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – MARINHA

(euros)

Programa/Projecto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			ODN-M	PIDDAC	LPM	Outras Fontes	
Simulador do Sistema de Controlo da Plataforma das Fragatas classe "Vasco da Gama"	DN	Ópto electrónico, Engenharia Electrónica e Informática	69.073				69.073
MECPAB	Escola Naval	Engenharia de Manutenção, Estatística, Inteligência Artificial	20.000				20.000
CEH - Classificação de efeitos hidrofónicos	Escola Naval	Processamento de Sinal, Reconhecimento				7.673	7.673
UAV - Veículo aéreo não tripulado para aplicação naval	Escola Naval	Engenharia Electrotécnica e Informática	50.000				50.000
Automatização dos levantamentos hidrográficos	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	22.355	16.156			38.511
Estudo da dinâmica das costas de Portugal	IH	Ciências da Terra e do Espaço	186.410	63.955			250.365
Sistema de informação e dados técnico-científicos	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	77.037	1.434			78.471
Marés - rede maregráfica nacional	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	152.214	36.001			188.215
Automatização dos sistemas de cartografia náutica	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	217.502	4.073			221.575
Vigilância da qualidade do meio marinho	IH	Ciências da Terra e do Espaço	106.869	45.852			152.721
Circulação na Plataforma Continental	IH	Ciências da Terra e do Espaço	48.419	113.853			162.272
Cartas sedimentológicas da Plataforma Continental	IH	Ciências da Terra e do Espaço	122.505	9.912			132.417
Estudo das tecnologias das ajudas e segurança da navegação – Implementação e desenvolvimento da Carta Electrónica	IH	Ciências da Terra e do Espaço	80.588	63.476			144.064

7.4.1 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – MARINHA (Continuação)

(euros)

Programa/Projecto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			ODN-M	PIDDAC	LPM	Outras Fontes	
Estudo das tecnologias das ajudas e segurança da navegação - Métodos de navegação	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	5.500	6.130			11.630
Modelos Oceanográficos	IH	Ciências da Terra e do Espaço	103.944	79.971		60.000	243.915
Modernização dos navios hidrográficos	IH	Ciência e Engenharia dos Materiais	14.177			1.799.998	1.814.175
Cooperação com Universidades e outros Organismos	IH	Ciências da Terra e do Espaço	26.866				26.866
Inovação e desenvolvimento de Técnicas de Análise	IH	Química	53.127				53.127
Geologia Marinha	IH	Ciências da Terra e do Espaço	101.964				101.964
Dinâmica Sedimentar (POCUS, ECOIS, DEEPCO e POPEI)	IH	Ciências da Terra e do Espaço	111.289			30.190	141.479
HERMES	IH	Ciências da Terra e do Espaço	287.411			43.578	330.989
NICC	IH	Ciências da Terra e do Espaço	16.668				16.668
UAB/RADAR	IH	Ciências da Terra e do Espaço	40.093				40.093
LEVEDURAS	IH	Ciências da Terra e do Espaço	7.809				7.809
SPOTIWAVE	IH	Ciências da Terra e do Espaço	4.467			19.443	23.910
DYNCOASTAL	IH	Ciências da Terra e do Espaço	2.868			12.982	15.850
SEDATANET	IH	Ciências da Terra e do Espaço	6.149			31.207	37.356
PAMMELA II	IH	Ciências da Terra e do Espaço				12.969	12.969
TOTAL	-	-	1.935.304	440.813	-	2.018.040	4.394.157

Fonte: MARINHA

7.4.2 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – EXÉRCITO

(euros)

Programa/Projecto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento		TOTAL
			PIDDAC	OMDN-EX	
Metodologias de Valorização e Redução dos Resíduos e Equipamentos em Fim de Vida Provenientes da Actividade Militar	AM	Ambiente		17.712	17.712
LÍDER – Capacidade de Comando e Estilo de Liderança	AM	Instrução		1.819	1.819
A Política Militar Portuguesa do séc. XX e XXI	AM	Instrução		5.000	5.000
Desenvolvimento de Munição de Detonação Mecânica (DSMDM)	AM	Instrução		19.171	19.171
Integração das potencialidades de simulação do VIGRESTE no SICCE	DCSI/CmdOp	Comunicações		25.000	25.000
Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Rede do SIC-T	DCSI/CmdOp	Comunicações		10.000	10.000
Desenvolvimento da “Battlefield Directory”	DCSI/CmdOp	Comunicações		20.000	20.000
SERVIR – Sistema de Estações GPS de Referência Virtuais	IGeoE	Cartografia	200.000		200.000
SIGAF – Sistema de informação Geográfica da Área de Fronteira	IGeoE	Cartografia		1.500	1.500
TRESIM – Sistema de Simulação de Reconhecimento Terrestre	IGeoE	Cartografia		38.500	38.500
CARTMIL	IGeoE	Cartografia	623.350		623.350
Projecto de Gestão Ambiental da Academia Militar – Redução e Reaproveitamento de Resíduos (PGAAM)	AM	Preservação do Ambiente		37.662	37.662
Dicionário de Termos Militares do Exército – DicMil	AM	Instrução		4.708	4.708
Ensaio de Balística por Impulsão Electromagnética – Magnetic Gun	AM	Instrução		18.928	18.928
TOTAL	-	-	823.350	200.000	1.023.350

Fonte: EXÉRCITO

7.4.3 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – FORÇA AÉREA

(euros)

Programas	Entidade	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			PIDDAC	MDN (PIP)	MDN (I&D)	LPM	
Laboratórios de Aeronáutica				101.410			101.410
TOTAL	-	-	-	101.410	-	-	101.410

Fonte: FORÇA AÉREA

Fonte de financiamento: as receitas gerais da Força Aérea.

7.4.4 - Investigação e Desenvolvimento com Financiamento LPM e Respectivas Áreas Tecnológicas – Âmbito Nacional e Internacional - Sob Coordenação da DGAED

(euros)

Programa/Projecto	Entidades Envolvidas	Área Tecnológica	Montantes 2007
Projectos Cooperativos Internacionais - EDA e Outros Mecanismos de Cooperação Europeia			
- Networked WASIF (Weapon System Simulation in Flight)	INETI, ETI	Simulação	150.000
- Synthesis of Nitrocompounds for Use in Energetic Materials	LEDAP	Materiais Energéticos	68.598
- Assessment of Technology Needs for UAVs	EDISOFT, IST, INETI	UAVs e Robótica	91.999
- JIP-FP Joint Investment Programme on Force Protection	SKYSOFT	Force Protection	200.000
Subtotal Cooperação Europeia			510.597
Projectos Cooperativos Internacionais - NATO			
- AGS - Allied Ground Surveillance (Funding Arrangement)	EDISOFT, EID, ETI, INETI	Radar, Observação da Terra	138.044
Subtotal NATO			138.044
Total INTERNACIONAL			648.641
Projectos de Âmbito Nacional (Ramos, Institutos e Universidades)			
- Saúde. Tuberculose – Optimização do Diagnóstico	Exército (HMB)	Saúde militar	100.000
- Estudo do Ambiente Microbiológico nas Salas de Cirurgia do HMP para Prevenção de Infecções Cruzadas	Exército (LM)	Saúde militar	60.000
- Validação Cooperativa no Âmbito NATO/ RTOSET /TG16 de Modelo de Simulação de Assinatura Infravermelha de Navios ShipIR/NTCS	Marinha (DN/AA)	Assinatura IR	7.000
- Calibração do Modelo de Deriva	Marinha (IH)	Oceanografia	1.744
- Sistema Autónomo de Desminagem	IntRoSys (Exército)	Robótica	275.000
Total NACIONAL			443.744
TOTAL			1.092.385

Fonte: DGAED

7.5 – INDÚSTRIAS DE DEFESA

Nos quadros seguintes apresentam-se de forma sucinta elementos estatísticos relativos às empresas portuguesas com actividades no âmbito da Defesa, incluindo os Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA), respeitantes a 2005 e 2006.

7.5.1 - Indústrias Nacionais do Sector das Indústrias de Defesa – 2006 e 2007

(euros)

Áreas de Actuação	Situação	Volume de Vendas Anual - Global		Volume de Vendas em AETD	Despesas de I&D em AETD	Número de Efectivos		Exportação			
		2006	2007	2007	2007	2006	2007	TOTAL 2006	2007		
									Países UE	Países 3 ^{os}	TOTAL
SECTOR TERRESTRE											
OGFE	Estatal/ EFFA	15.942.724	12.693.623	6.572.917	39.827	372	368	476.525	119.103		119.103
OGME	Estatal/ EFFA	2.080.982	2.512.060	2.512.060		101	112	-			-
IDD	Privada	1.369.958	626.087	557.956	61.208	18	19	-	13.000		13.000
SECTOR AEROESPACIAL											
OGMA	S.A. Capitais Públicos	132.788.000	136.945.000	56.754.329		1.604	1.637	-	85.146	34.636	119.782
SECTOR NAVAL											
Arsenal do Alfeite	Estatal/ EFFA	26.741.849	21.965.643	21.965.643		1.391	1.248	68.982.638			-
ENVC	S.A. Capitais Públicos	85.050.090	99.000.724	20.123.425		944	940	-	55.151.375	25.775	55.177.150
SECTOR ELECTRÓNICO											
EID	Privada	9.830.942	19.374.085	17.609.022	99.108	124	130	5.204.046	4.695.109	60.843	4.755.952
EDISOFT	Privada	6.425.381	9.096.518	3.010.362	460.470	96	115	4.703.379	3.729.572		3.729.572
EMPORDEF – Tecnologias de Informação	S.A. Capitais Públicos	1.500.037	1.149.266	1.149.266		17	18	325.237	161.235		161.235
LMPQF	Pública		17.741.868	17.741.868	60.000		105	-			-

7.5.2 - Indústrias Nacionais com Actividades Ligadas a Áreas da Defesa – 2006 e 2007

(euros)

Áreas de Actuação	Situação	Volume de Vendas Anual - Global		Volume de Vendas em AETD	Despesas de I&D em AETD	Número de Efectivos		Exportação			
		2006	2007	2007	2007	2006	2007	TOTAL 2006	2007		
									Países UE	Países 3 ^{as}	TOTAL
A PENTEADORA, S. A.	Privada	19.500.000	21.708.336	70.199		426	436	17.170.000	16.615.898	2.722.109	19.338.007
BROWNING VIANA	Privada	29.499.174				345		372.328	129.116	226.422	355.538
CRITICAL	Privada	8.014.092				155		4.528.321	9.455.635	275.107	9.730.742
Crocker, Delaforce & C ^a	Privada		2.308.295	378.712			24	-	82.295		82.295
ESRI PORTUGAL, S.A.	Privada	6.039.146	7.107.183	681.274	472.319	62	93	80.685	292.478	32515	324.993
INTROSYS	Privada	1.900.000	2.420.000		248.700	20	30	700.000	1.500.000		1.500.000
INDUMA	Privada		5.257.527	1.634.906			19	-	224.509	17.070	241.579
LUSIS	Privada		6.556.944	17.335			17	-		6.539.609	6.539.609
MOLFIL	Privada		711.242	12.096			29	-	17.669	17.830	35.499
MPV - Mecânica de Precisão do Vez, Lda.	Privada		3.286.622	1.801.225			64	-	3.275.553		3.275.553
Setronix	Privada	2.673.749	3.403.433	363.978		32	36	-		192.772	192.772
Skysoft Portugal	Privada		5.074.343	374.698	125.055		92	-	3.922.365	33.000	3.955.365
TEandM - Tecnologia, Eng. Materiais, S.A.	Privada		1.359.000		33.451		11	-	298.705		298.705

AETD - Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa.

7.5.3 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Actividade de Indústrias de Armamento e Tecnologias de Defesa (*)

(euros)

Empresa	Sede	Objecto da Actividade	Capital Social	Efectivos	Volume de Negócios
Aerohélice, Lda.	Alenquer	Aeronáutica, hélices, acessórios, etc., reparação, manutenção e ensaio	25.000	8	1,5 Milhões
Browning Viana, S.A.	Viana do Castelo	Fabrico, acabamento e montagem de armas ligeiras	3.250.000	300	40 Milhões
Critical Software	Coimbra	Tecnologias de sistemas	500.000	64	2,9 Milhões
Crocker, Delaforce e Cia., Lda.	Lisboa	Instalação, manutenção de equipamento electrónico, telecomunicações	473.858	30	2,6 Milhões
Eastécnica, S.A.	Tagus Park, Oeiras	Instalação e manutenção de equipamento de telecomunicações, multimédia, audiovisuais	747.000	60	3 Milhões
Edisoft, S.A.	Lisboa	Informática, tecnologias aeroespaciais	500.000	73	3,4 Milhões
EID, S.A.	Monte da Caparica	Telecomunicações - Sistemas de comunicações (rádio)	11 .000.000	190	9,6 Milhões
Electro-Central Vulcanizadora, Lda.	Lisboa	Naval - Sistemas de propulsão marítima	1.745.793	350	35 Milhões
Fabrequipa, Lda.	Barreiro	Estruturas metálicas auto	1.500.000	39	5 Milhões
IDD, S.A.	Alcochete	Desmilitarização, conversão de munições e outros produtos	50.000	13	1,3 Milhões
Induma, Lda.	Lisboa	Montagem, ensaio de motores, caixas, compressores	150.000	15	3 Milhões
Link Consulting, S.A.	Lisboa	Consulting de tecnologias de informação	1.750.000	127	8,8 Milhões
Lousafil, S.A.	Lousada	Vestuário exterior e acessórios – Bens e tecnologias militares	1.500.000	X	X
Iveco, Lda.	Castanheira do Ribatejo	Viaturas - Reparação, manutenção e transformação	15.962.000	82	61,7 Milhões
NavalGrupo, S.A.	Seixal	Reparação naval e industrial	150.000	30	2,8 Milhões
MPV, Lda	Arcos de Valdevez	Mecânica de precisão	199.519	64	3,3 Milhões
OGMA, S.A.	Alverca do Ribatejo	Aeronáutica e aeroespacial, concepção, fabrico, reparação e manutenção de aeronaves	30.000.000	1.800	140,8 Milhões
Omnitécnica, S.A.	Amadora	Telecomunicações, electrónica, equipamentos laboratoriais	750.000	30	5,4 Milhões
S.E.M.I.R.N., Lda.	Seixal	Manutenção e reparação naval	74.820	25	X
Setronix, Lda.	Carcavelos	Telecomunicações, radiodifusão, projecto, montagem/fabrico e manutenção de sistemas	100.000	20	2,8 Milhões
SDT Electrónica, S.A.	Lisboa	Telecomunicações, cartografia digital - Aeronáutica	300.000	35	8 Milhões
SKYSOFT, S.A.	Lisboa	Desenvolvimento e produção de sistemas informáticos	875.000	55	5 Milhões

(*) Nos termos do Decreto-Lei nº 397/98, de 17 de Dezembro.

X - Não disponível

7.5.4 - EMPORDEF (SGPS), S.A. e Associações do Sector

7.5.4.1 - A EMPORDEF (SGPS), S.A. é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais públicos que agrupa as participações do Estado nas seguintes empresas da área da Defesa:

EMPRESAS DO GRUPO

DEFARLOC	Locação de Aeronaves Militares S.A
DEFLOC	Locação de Equipamentos de Defesa S.A.
ETI	EMPORDEF- Tecnologias de Informação S. A
ENVC	Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.
EXTRA	Explosivos da Trafaria , S.A.
IDD	Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.
INDEP	Indústrias de Defesa, S.A .
OGMA	Imobiliária, S.A.
PORTUGAL SPACE	Tecnologias e Serviços Espaciais, S.A.
RIBEIRA D' ATALAIA	Sociedade Imobiliária, S.A.

EMPRESAS ASSOCIADAS

EDISOFT	Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.
NAVALROCHA	Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A.
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.

7.5.4.2 - DANOTEC

A DANOTEC é uma associação que representa as empresas com actividades ligadas à indústria de Defesa, à produção de armamentos e novas tecnologias. Visa dinamizar este sector, tanto a nível nacional como internacional. A nível nacional, a DANOTEC mantém um estreito relacionamento institucional com a DGAED, a qual tem vindo a proporcionar toda a informação

que considera de potencial interesse para a indústria nacional de Defesa.

Tem como objectivo também difundir os conhecimentos e promover a investigação no âmbito científico e tecnológico, apoiando o lançamento de publicações, organização de workshops, seminários, etc., sobre assuntos ligados às indústrias de Defesa. As instituições agrupadas na DANOTEC são as seguintes:

EMPRESAS ASSOCIADAS

ACOSIBER	Pintura Aeronáutica Unipessoal, Lda.
AEROHÉLICE	Sociedade de Manutenção e Revisão Geral de Hélices, Lda.
C 3P	Centro para a Prevenção da Poluição
CITEVE	Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal
CRITICAL	Software, S.A.
EDISOFT	Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.
EMPORDEF	Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A.
ENVC	Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.
FEUP	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
FORINO	Associação para a Escola de Novas Tecnologias
IDD	Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.
INEGI	Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial
INESC PORTO	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto
INETI	Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação
INOV INESC INOVAÇÃO	Instituto de Novas Tecnologias
INTELI	Inteligência e Inovação, Centro de Inovação
ISQ	Instituto de Soldadura e Qualidade
MADAN PARQUE	Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal
NAVALROCHA, S.A.	Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A.
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.
PARADIGMAXIS	Arquitectura e Engenharia de Software, S.A.
SACIA	Comércio e Indústria Automóvel, S.A.
SATA	AIR Açores S.A. - Aeronáutica
SINEPOWER	Sociedade de Consultoria e Projectos de Engenharia Electrónica, Lda.
SKYSOFT PORTUGAL	Software e Tecnologias de Informação, S.A.
TAP AIR PORTUGAL	AIR PORTUGAL - Aeronáutica
TEKEVER	Tecnologias de Informação, S.A.

7.6 – QUALIDADE, NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO

Dentro das competências da DGAED, foram exercidas no ano de 2007 as seguintes actividades no domínio da Qualidade, Normalização e Catalogação de bens militares:

7.6.1 - Qualidade

Compete à DGAED “emitir ou promover a emissão de certificados de qualidade do armamento, equipamento e serviços de defesa produzidos ou prestados pela indústria nacional, ...”.

7.6.1.1 - Emissão de Certificados de Conformidade

	2006	2007
Número de Certificados de Conformidade emitidos por Portugal na sequência de pedidos de “Seguimento de Garantia da Qualidade Governamental” de contratos de Defesa, efectuados por países ou agências NATO	100	90
Manutenção e actualização do registo dos catálogos e especificações técnicas	32	45

7.6.2 - Normalização

Os Acordos de Normalização ou STANAG's – acrónimo que deriva da expressão Standard Agreements – são instrumentos usados na NATO para estabelecer normas militares comuns a todos os países da Organização nos domínios das políticas, das regras e procedimentos que abrangem variados domínios: operacionais, científicos, técnicos, logísticos, qualidade, etc.

7.6.2.1 - Acordos de Normalização NATO

	2006	2007
Número de processos elaborados (a)	196	210
Número de pedidos de parecer solicitados aos Ramos das Forças Armadas (b)	152	145
Número de respostas aos Pedidos de Parecer solicitados aos Ramos das Forças Armadas	74	77
Número de acordos de normalização (STANAG's) ratificados por Portugal (c)	96	67
Número de registos que constam na Base de Dados Nacional	1.135	1.120

(a) Para organização destes processos, para além da informação e respectivos ofícios, contabiliza-se ainda a minuta de despacho de S. Ex^a o Ministro da Defesa, a ser enviado tanto em papel como por via electrónica, consulta do STATUS no site da NATO Standardization Agency (NSA) onde irá aparecer a posição Nacional em relação ao documento trabalhado;

(b) Pedidos de parecer feitos aos três Ramos das Forças Armadas;

(c) Após despacho de S. Ex^a. o Ministro da Defesa Nacional, torna-se necessário comunicar tal despacho ao Estado-Maior-General das Forças Armadas, aos Ramos das Forças Armadas e à NSA.

7.6.3 - Catalogação

O Centro Nacional de Catalogação, cumprindo o definido nos STANAG's 3150 e 3151, ratificados e implementados por Portugal, é a entidade nacional responsável pela:

- Catalogação de artigos de produção nacional utilizados quer pelas Forças Armadas nacionais, quer pelas Forças Armadas de outros países que usam o Sistema de Catalogação NATO;
- Catalogação de artigos utilizados pelas Forças Armadas nacionais que são produzidos em países não-NATO, mas que fazem parte do Sistema de Catalogação NATO (países participantes no Comité de Directores Nacionais de Catalogação - AC/135);

- Atribuição de Código de Organização (CORG) às organizações sedeadas em Portugal que são fornecedoras das Forças Armadas nacionais e estrangeiras.

A catalogação destes artigos é efectuada através da atribuição de um "Número de Abastecimento NATO" (NNA) que identifica de forma inequívoca o artigo em causa para todos os países que utilizam o Sistema de Catalogação NATO.

Actualmente, com o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão do Ministério da Defesa Nacional (SIG-MDN), o Centro Nacional de Catalogação passou a gerir e a atribuir os Números de Abastecimento Provisório (NAP-MD).

7.6.3.1 - Pedidos de Catalogação de Artigos / Registo de Utente da Base Catalogação

Solicitações / Origem		Ao CNC Nacional		A CNC Estrangeiros	
		Pedidos de Catalogação	Registo como Utente	Pedidos de Catalogação	Registo como Utente
Internacional	Austrália		1		
	Bélgica	10	3		
	Brasil		2		
	Canadá		1		
	Dinamarca	17	1		
	Espanha	8	8		
	Grécia		1		
	Holanda		2		
	Hungria		1		
	Itália		1		
	Letónia		1		
	Marrocos		33		
	NAMSA		6		
	Noruega		1		
	República Checa	1			
	Turquia	8	1		
	Singapura	1			
	Total	45	63		
Nacional	Exército	3.180	n/c	3.163	14.704
	Marinha				
	Força Aérea				

7.6.3.2 - Pedidos de Atribuição de Códigos de Organização (CORG's)

Solicitações \ Origem		Ao CNC Nacional	A CNC Estrangeiros
		Organizações Nacionais ¹	Organizações Estrangeiras
Internacional	Alemanha	1	12
	Bélgica	...	1
	Brasil	...	1
	Canadá	...	1
	Dinamarca	...	1
	Eslováquia	1	
	Espanha	1	18
	EUA	9	7
	França	...	2
	Holanda	...	4
	Hungria	...	1
	Itália	...	19
	Polónia	...	2
	Reino Unido	...	8
	República Checa	...	1
	Países não NATO	...	21
Nacional	Marinha	273	
	Exército	176	
	Força Aérea	65	
	Empresas	34	

¹ Organizações: fabricantes, fornecedores ou prestadores de serviços.

7.6.3.3 - Propostas de Cancelamento de Números de Abastecimento NATO (NNA)

Pospostas de Cancelamento	Quantidade
Recebidas	1.078
Respostas efectuadas	951

7.6.3.4 - Situação da Base de Dados de Catalogação (SPCAT*) em 31 de Dezembro de 2007

Registos	Quantidade
Artigos catalogados por Portugal	6.167
Referências nacionais	7.232
Artigos internacionais	388.028
Organizações nacionais	3.584

* SPCAT - Sistema Português de Catalogação

7.6.3.5 - Articulação do Centro Nacional de Catalogação com o Sistema Integrado de Gestão do Ministério da Defesa Nacional (SIG-MDN/SAP)

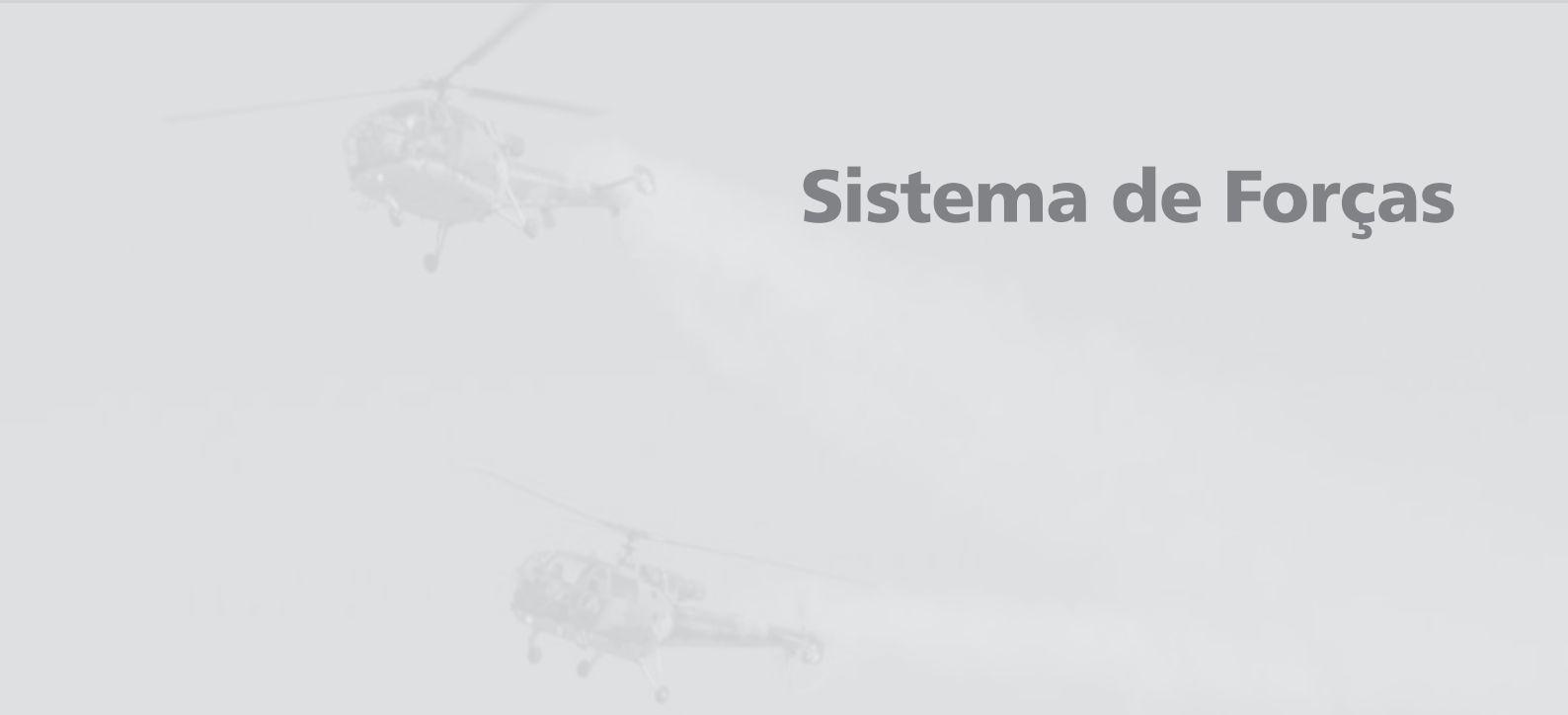
	Atribuição de Número de Abastecimento Provisório (NAP/MD)	Evolução de Número de Abastecimento Provisório (NAP/MD) para Número de Abastecimento Definitivo (NNA)	Integração no Sistema Integrado de Gestão do Ministério da Defesa Nacional (SIGDN/SAP)
Marinha	2.899	(a) 270	(a) 750
Exército	3.753		(b) 300
Força Aérea	2.662	800	4.500
Total	9.314	1.070	5.550

(a) A partir de 20 de Outubro de 2007;

(b) A partir de 15 de Dezembro de 2007.



Sistema de Forças



Nota Explicativa

A opção por uma nota explicativa comum ao EMGFA e Ramos, referente às áreas estatísticas sectoriais “Exercícios”, no caso do EMGFA, e “Exercícios e actividades de preparação específica dos Ramos”, no caso da Marinha, do Exército e da Força Aérea, residiu no facto do âmbito dos quadros que contêm os elementos estatísticos obedecer ao mesmo formato e referir, nalguns casos, actividades comuns realizadas simultaneamente. Para assegurar a execução das missões e tarefas da sua competência, como parte integrante do sistema de forças nacional, e habilitar ao cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo país, as Forças Armadas proporcionam às suas unidades um rigoroso programa de treino, bem como a participação em exercícios nacionais e internacionais. Entre as acções de treino, visando estabelecer os padrões definidos, tem lugar a participação, de forma regular, em exercícios conjuntos, exercícios combinados e exercícios sectoriais. Com a finalidade de tornar a leitura dos quadros mais objectiva, é anexada à presente nota explicativa uma relação do âmbito dos exercícios indicados pelo EMGFA/Ramos nos respectivos quadros.

MARINHA

Na área dos exercícios e actividades para o aprontamento das forças descreveram-se, qualitativa e quantitativamente, todos os exercícios em que a responsabilidade da preparação e condução foi da Marinha, os exercícios combinados realizados em território estrangeiro em que participaram meios navais e, ainda, os exercícios da responsabilidade de outros Ramos em que houve participação da Marinha.

Foram também incluídas outras actividades conducentes à preparação e aprontamento das unidades navais, designadas por programas de treino, e que englobam o treino básico, operacional, específico e próprio, que se realizam após prolongados períodos de paragem

dos navios ou decorrentes de acções de manutenção, rendições de elementos da guarnição em número significativo e preparação de missões cujas características exigem treino específico.

Foram ainda consideradas as viagens de instrução e os embarques de fim de semana dos cadetes da Escola Naval, cujo principal objectivo é a aplicação prática dos conhecimentos escolares adquiridos, e que, pelo seu cariz operacional, permitem proporcionar simultaneamente treino às unidades navais envolvidas.

No que concerne à apresentação dos meios financeiros envolvidos, seguiu-se a metodologia de apenas considerar os custos acrescidos, isto é, as despesas com pessoal e operação dos meios efectuadas exclusivamente por força da realização dos exercícios. Assim sendo, contabilizaram-se somente as despesas que não seriam efectuadas caso os exercícios não se tivessem realizado, o que significa que, de um modo geral, só se consideraram as despesas com suplemento de embarque, alimentação (excepto o almoço) e combustível. As excepções a esta orientação geral encontram-se devidamente assinaladas nos quadros respectivos.

EXÉRCITO

Na área específica do treino operacional descrevem-se os exercícios em que a responsabilidade da preparação foi do Exército, os exercícios combinados e aqueles que sendo da responsabilidade primária de outros Ramos, tiveram participação de forças do Exército.

Os totais dos custos acrescidos, que se inserem no quadro dos exercícios sectoriais (7.3.2), consideram, no tocante a “pessoal”, as ajudas de custo despendidas nas reuniões preparatórias e em exercícios e, quanto a “operação”, as despesas da rubrica orçamental de “Aquisição de bens e serviços correntes”, em munições consumidas e alimentação.

No quadro referente aos meios envolvidos em exercícios

combinados (7.3.4), os custos acrescidos traduzem essencialmente o valor global das ajudas de custo no estrangeiro, os encargos com o transporte e despesas gerais de preparação.

FORÇA AÉREA

A execução da Política de Defesa Nacional exige, permanentemente, eficiência operacional. Para a alcançar é necessário planear e executar exercícios que preparem, treinem e assegurem a prontidão dos sistemas de armas, de forma a atingirem as capacidades para que foram adquiridos e assim poderem cumprir as missões a que se destinam. Com este objectivo, são realizados exercícios sectoriais, conjuntos e combinados em que os meios da Força Aérea intervêm com outros meios e forças nacionais ou internacionais para assegurarem os níveis de prontidão e combate definidos.

Sem a execução destas actividades e a avaliação dos resultados atingidos não é possível conhecer as capacidades e as limitações existentes, assim como a segurança na operação, interoperabilidade com outras forças e o desenvolvimento de táticas e técnicas adequadas. É por isso essencial a preparação e execução de um plano anual detalhado que assegure a preparação das forças e certifique a sua prontidão, ao qual têm de ser atribuídos os recursos materiais e financeiros adequados que viabilizem a sua concretização.

Estas actividades essenciais visam preparar a utilização eficiente do poder aéreo em todas as suas modalidades, designadamente: de defesa aérea, interdição, TASMO, TASLO, MPA, SAR, transporte, vigilância, guerra electrónica, comando e controlo e apoio aéreo a outras forças militares e militarizadas e a organizações civis,

bem como preparar o seu emprego em operações de paz e humanitárias.

Para qualificar os elementos recrutados para operar os equipamentos, a Força Aérea desenvolve a actividade de instrução e treino, que representa um valor importante do orçamento atribuído.

Os custos dos exercícios sectoriais, conjuntos e combinados, a seguir apresentados, têm como base de cálculo o preço da hora de voo por aeronave aprovado para 2007, nas envolturas de pessoal e operação.

CONCEITOS

Exercícios Conjuntos

Exercícios que envolvem forças militares nacionais de dois ou mais Ramos. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto, proporcionar treino operacional e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, a estrutura de comando, os sistemas de comunicações e informação, a interoperabilidade, os conceitos e os planos.

Exercícios Combinados

Exercícios com forças militares nacionais e de outro país, podendo ou não ser realizados em território nacional. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto/combinado e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, proporcionar treino operacional e avaliar a capacidade e a interoperabilidade das forças participantes.

Exercícios Sectoriais

Exercícios de um Ramo, com eventual participação de forças de outro Ramo ou forças aliadas/amigas, em que aquele Ramo tem a responsabilidade primária do planeamento, condução e avaliação.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

Ano: 2007

Exercício	Definição do Âmbito
ABLE PROTECTOR 07	Exercício no âmbito da Iniciativa 5+5, em que foi efectuada uma acção no âmbito do combate à imigração ilegal por via marítima.
AÇOR 071 E 072	Os exercícios da série AÇOR realizados este ano decorreram quer na forma LIVEX quer em CPX, o que permitiu exercitar não só os Postos de Comando, mas também testar o emprego dos meios no terreno, nomeadamente o AÇOR 061, que permitiu a avaliação dos planos existentes para a defesa de pontos e áreas sensíveis, o que obrigou à projecção de forças da Ilha de S. Miguel para a Terceira.
ALCUDRA 07	Exercício destinado ao treino de procedimentos em guerras de minas.
ANFÍBIOS	Exercício destinado a desenvolver o treino básico da Companhia Reforçada do Corpo de Fuzileiros.
APOLO	É o principal exercício da Brig RR. Foi também, em simultâneo, o exercício no âmbito dos Estados-Maiores Peninsulares; cooperação bilateral entre as Brigadas pára-quedistas de Portugal e de Espanha. Permitiu exercitar o planeamento e condução de operações convencionais, especiais e de evacuação de não-combatentes, desenvolvendo e aperfeiçoando os procedimentos e a doutrina de emprego das unidades da Brig RR.
ARMAGEDDON	Exercício de aprontamento da Companhia Geral CIMIC, com a participação da Marinha e da FAP.
ARRCADE FUSION	Principal exercício do NRDC inglês (ARRC) sediado na Alemanha, ao qual a Brig RR está afiliada, sendo uma das unidades dependentes directamente do comandante do ARRC. Visa treinar a integração dos "augmentees" no QG do ARRC, exercitar o planeamento e condução de operações convencionais e o aperfeiçoamento dos procedimentos e doutrina NATO.
BALEIA	Exercício no âmbito do treino operacional das unidades do RG2 (2ºBI e Btr AAA), com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional.
BOLD MASTER	Exercício bi-anual do tipo CPX, âmbito NCAGS (Naval Co-operation And Guidance for Shipping), num cenário tipo operação de resposta a crises fora do âmbito do artigo 5.
CACHALOTE	Avaliar os planos e meios disponíveis para acções de apoio à Protecção Cvil.
CADET TRAINING 07	Exercício que tem como objectivo o treino do TG do FS Jean D'Arc, sendo especialmente vocacionado para os cadetes embarcados nas diversas unidades navais participantes.
CANALE 07	Exercício do âmbito da Iniciativa 5+5, conduzido em conjunto pela Marinha italiana e pelas Forças Armadas de Malta, em que se treina diversas áreas, desde as operações de segurança marítima a exercícios de busca e salvamento.
CANÁRIO 07	Exercício organizado pelo COA, com vista a testar a interoperabilidade entre os sistemas de comunicações e sistemas de informações dos três Ramos das Forças Armadas, nos Açores.
CENTAURO	A finalidade do exercício foi exercitar o planeamento e condução de operações aerotransportadas, desenvolvendo e aperfeiçoando os procedimentos e a doutrina de emprego de unidades de reconhecimento no apoio a este tipo de operações. Constitui-se como o Exercice Study do APOLO relacionando-se, nesse âmbito, com os exercícios sectoriais das UEB da Brig RR, ZEUS (1ºBIPara) e GRIFO (BAAT), que ocorreram no mesmo período. Desenvolveu-se concorrentemente com o exercício ZEUS.
COLD RESPONSE 07	Exercício programado no âmbito EEAW.
COMBINED ENDEAVOR	Exercício com a finalidade de testar e documentar a interoperabilidade de CSI entre as nações que nele participam e prepará-las para poderem trabalhar em conjunto no apoio de comunicações e informação a operações de resposta a crise (CRO).
CONTEX / PHIBEX	Exercício naval destinado a testar a integração de unidades ou forças de países NATO em forças multinacionais e a exercitar procedimentos em cenários passíveis de ocorrer no mundo real, por forma a otimizar a interoperabilidade e coesão das unidades participantes e simultaneamente dar a oportunidade de treino aos Estados-Maiores das forças, com grande ênfase na componente anfíbia.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

(Continuação)

Exercício	Definição do Âmbito
CPX 5+5	Exercício no âmbito da Iniciativa 5+5 realizado pela Marinha espanhola tendo em vista as operações de segurança marítima.
CSIEX/ITX	Exercício organizado pelo EMGFA que normalmente antecede o exercício LUSÍADA, com vista a testar a interoperabilidade entre os sistemas de comunicações e sistemas de informações dos três Ramos das Forças Armadas, no território continental.
CTALC	Exercício destinado a proporcionar treino com tiro real às guarnições de morteiros.
DAPEX 07	Exercício combinado em Espanha, realizado ao abrigo do Acordo dos Estados-Maiores Peninsulares.
DEEP DIVEX 07	Exercício NATO para treino de mergulho profundo.
DRAGÃO	É o principal exercício da Brig Int. Foi também, em simultâneo, o exercício no âmbito dos Estados-Maiores Peninsulares; cooperação bilateral entre a Brig Int e a Brig LigAt de Ponte Vedra. Teve por finalidade exercitar o planeamento, conduta e controlo de operações táticas, por parte dos comandos subordinados, no âmbito de uma defesa de área utilizando como forma de manobra a defesa avançada, com a participação de 12 militares espanhóis.
DRAGON TEMIDO 07	Exercício de certificação internacional da Companhia de Engenharia, da Brig Mec, no âmbito do aprontamento para o Battle Group na União Europeia. Realizado em Espanha, foi organizado pelo Battle Group de comando espanhol.
EFICÁCIA	O exercício EFICÁCIA é da responsabilidade primária do CMD OP e destina-se prioritariamente a desenvolver a capacidade operacional das unidades de apoio de fogos das Brigadas constituintes da FOPE. Em simultâneo são treinados os procedimentos de planeamento, coordenação de apoio de fogos, de coordenação do espaço aéreo e de emprego de diferentes meios de apoio de fogos (incluindo fogos de morteiro, aéreos ou outros). Participação das unidades de apoio de fogos das unidades de manobra, nomeadamente dos PelMorPes dos BIMec, dos BI e dos batalhões de Fuzileiros. Em 2007, foi integrado no exercício ROSA BRAVA da Brig Mec.
ESTIO	Exercitar o planeamento, o controlo e a conduta de operações táticas num ambiente de guerra convencional, em território hostil e/ou ambiente semi-permissivo, sob a forma de FTX com duplo objectivo, validação da instrução do curso de comandos e treino operacional das CCmds.
EXERCÍCIO ANTIPOLUIÇÃO 2007	Exercício para treino de interoperabilidade dos meios navais com os meios da Autoridade Marítima, em apoio de um navio antipoluição francês, numa situação de poluição no mar.
FAMEX 07	Exercício da Marinha espanhola para treinar a organização de forças no âmbito de operações de segurança marítima.
FELINO 07	É um exercício no âmbito da CPLP. Teve como objectivo principal o aperfeiçoamento da capacidade de resposta do Estado-Maior de uma força conjunta e combinada de escalão batalhão numa operação de apoio à paz e a ajuda humanitária. Em 2007, foi realizado em S. Tomé e Príncipe.
FIESOLE	É um exercício no âmbito da EUROFOR. Visa treinar a integração dos “augmentees” no QG da EUROFOR, exercitar o planeamento e condução de operações convencionais.
FOCA 071	Exercício para treinar a interoperabilidade entre as corvetas atribuídas ao CZMarA e os militares do exército atribuídos ao CZMilA.
FOREFINGER 07	Exercício no âmbito da Iniciativa 5+5 realizado pela Marinha francesa tendo em vista as operações de segurança marítima.
FTX	Exercício da Companhia de Apoio de Transportes Táticos dos Fuzileiros, para treino de desembarque e embarque de viaturas táticas em costa aberta.
GALIBER 07	Treino operacional do grupo de combate do SPS Príncipe de Astúrias.
GRIFO	A finalidade do exercício foi exercitar o planeamento e condução de operações de apoio aeroterrestre a operações aerotransportadas, e o planeamento e condução de operações de segurança e de reconhecimento, desenvolvendo e aperfeiçoando os procedimentos e a doutrina de emprego do BAAT. Constitui-se como o Exercice Study do APOLO relacionando-se, nesse âmbito, com os exercícios sectoriais das UEB e UEC da Brig RR, ZEUS (1ºBIPara) e CENTAURO (ERec), que ocorreram no mesmo período. Desenvolveu-se concorrentemente com o exercício ZEUS no que diz respeito à operação aerotransportada.
HIREX	Principal exercício do NRDC de comando espanhol, cujo QG está sediado em Valência, ao qual a Brig Mec está afiliada. Visa treinar a integração dos “augmentees” no QG do NRDC-SP, exercitar o planeamento e condução de operações convencionais e o aperfeiçoamento dos procedimentos e doutrina NATO.
INSTREX	Exercício destinado a desenvolver o treino das unidades navais e treino conjunto, bem como exercitar procedimentos operacionais de guerra naval e cooperação aeronaval.
INTEGREX 07	Exercício de cooperação com a autoridade marítima, no âmbito da Marinha de duplo uso.
JÚPITER	Exercício no âmbito do treino operacional do 1BI/Brig Int, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da Brigada.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

(Continuação)

Exercício	Definição do Âmbito
KABUL 071	Exercício final de aprontamento da Companhia de Comandos do CTC, com vista ao seu empenhamento no TO do Afeganistão, no âmbito da missão da NATO naquele país, a ISAF.
KABUL 072	Exercício final de aprontamento da companhia do 2ºBIPara do RI15, com vista ao seu empenhamento no TO do Afeganistão, no âmbito da missão da NATO naquele país, a ISAF.
LINCE	Exercício no âmbito do treino operacional do 1ºBIMec/Brig Mec, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da Brigada.
LOBO	Exercício no âmbito do treino operacional do ERec/Brig Mec, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da Brigada.
MADERAL	Exercício realizado no âmbito dos Estados-Maiores Peninsulares; cooperação bilateral entre unidades de Operações Especiais de Portugal e de Espanha; Organizado pelo Comando de Operações Especiais do Exército Espanhol, visa o planeamento C3I e execução de missões no âmbito das FOE (reconhecimento especial, acção directa e assistência militar).
NOBLE MIDAS 07	Exercício efectuado tendo como objectivo a certificação do P3 para a NRF 10.
MULTICOOPERATIVE EXERCISE 2007 (ARGÉLIA)	Exercício no âmbito do desenvolvimento da cooperação e das boas relações entre a EMF e os países do sul do Mediterrâneo, sendo em 2007 com a Argélia.
NOBLE LIGHT I	Exercício de certificação internacional do Esquadrão de Polícia do Exército, do RL2, no âmbito do aprontamento para a NRF 9. Realizado em Itália, foi organizado pelo NRDC-IT (QG em Milão).
NOBLE LIGHT II	Exercício de certificação internacional da Companhia de Patrulhas de Reconhecimento de Longo Raio de Acção, do CTOE, no âmbito do aprontamento para a NRF 10. Realizado na Alemanha, foi organizado pelo NRDC-GE/NL (QG em Munster).
NRF 10	Exercício de certificação nacional da Companhia de Patrulhas de Reconhecimento de Longo Raio de Acção, do CTOE, no âmbito do aprontamento para a NRF 10.
NRF 10 START 071	Exercício inicial de nivelamento da Companhia de Patrulhas de Reconhecimento de Longo Raio de Acção, do CTOE, no âmbito do aprontamento para a NRF 10.
NRF 11 START 072	Exercício inicial de nivelamento do Esquadrão de Reconhecimento, do RC6, no âmbito do aprontamento nacional para a NRF 11.
OST	Treino operacional efectuado no Reino Unido, destinado às fragatas da classe “Vasco da Gama”.
PEDRA VIVA	Execução de fogos reais de Artilharia Antiaérea com o Sistema Canhão Bitubo 20mm que equipa a Btr AAA do RG3 da ZMM, sendo antecidos com treinos de aquisição e seguimento de alvos aéreos, simulados por uma aeronave (Aviocar) da FAP.
PHOENIX EXPRESS 07	Exercício do tipo LIVEX, que se desenvolve no âmbito da cooperação multilateral com os países do Mediterrâneo, sendo orientado para a condução de operações de interdição (MIO) e conduzido pela Marinha dos EUA.
PRIMEIRA BATALHA	Exercício realizado no âmbito dos Estados-Maiores Peninsulares; cooperação bilateral entre a Brig Mec e a Brig Infª Mec XI de Badajoz. Em 2007, foi realizado em Espanha e constou de um exercício de Postos de Comando (CPX). A Brig Mec participou com uma célula de resposta.
PRISTINA 071	Exercício final de aprontamento do 2ºBIMec, com vista ao seu empenhamento no TO do Kosovo, no âmbito da missão da NATO naquele país, a KFOR.
PRISTINA 072	Exercício final de aprontamento do 2ºBI do RI14 com vista ao seu empenhamento no TO do Kosovo, no âmbito da missão da NATO naquele país, a KFOR.
RELÂMPAGO	Este exercício é da responsabilidade primária do CMD OP e destina-se prioritariamente a desenvolver a capacidade operacional das Baterias de Artilharia Antiaérea, orgânicas das Brigadas e das forças de apoio geral, da componente operacional do SFN-E. Exercício de fogos reais dos Sistemas de Míssil AA Chaparral e Stinger. Visa o treino tático das unidades de AAA envolvendo deslocamentos, reconhecimento, escolha, ocupação, organização e segurança de posições e treino das técnicas de tiro.
RINOCERONTE	Exercício no âmbito do treino operacional do GCC/Brig Mec, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da Brigada.
ROSA BRAVA 07	Praticar o planeamento, o comando, controlo e conduta de uma Operação Defensiva do tipo Defesa Móvel de escalão Brigada, no quadro de uma intervenção “Out of Área” de uma Força Multinacional/OTAN, de modo a implementar uma resolução internacional. Visou ainda exercitar em ambiente LIVEX a respectiva sustentação através de um Batalhão Logístico Multinacional.
SAGITÁRIO	Exercício realizado no âmbito dos Estados-Maiores Peninsulares; cooperação bilateral entre a Brig Int e a Brig LigAt de Ponte Vedra. Em 2007, foi realizado em Espanha e foi LIVEX.
SHAMA 071	Exercício final de aprontamento da Companhia de Engenharia do RE1, com vista ao seu empenhamento no TO do Líbano, no âmbito da missão da ONU naquele país, a UNIFIL.
SHAMA 072	Exercício final de aprontamento da Companhia de Engenharia do RE3, com vista ao seu empenhamento no TO do Líbano, no âmbito da missão da ONU naquele país, a UNIFIL.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

(Continuação)

Exercício	Definição do Âmbito
SHAMA START 072	Exercício inicial de nivelamento no âmbito do aprontamento da Companhia de Engenharia do RE3, com vista ao seu empenhamento no TO do Líbano.
SILVER FLASH	Exercício realizado no âmbito dos Estados-Maiores Peninsulares; cooperação bilateral entre as Brigadas Pára-Quedistas de Portugal e Espanha, destinando-se a praticar o planeamento e emprego de forças de Percussores Aeroterrestres e SOGA's em operações de infiltração em pára-quedas a grande altitude com emprego de oxigénio, nas modalidades de High Altitud and Low Opening (HALO) e High Altitud and High Opening (HAHO).
SNOW MASTER 07	Exercício do tipo CPX no âmbito do NCAGS.
STEADFAST MOVE	Este exercício tem como objectivo principal a preparação e validação dos procedimentos para planeamento de movimentos das NRF e proporcionar treino na utilização do software ADAMS.
TACTICAL TRAINING PROGRAM (TTP)	Treino táctico para o sistema de defesa aérea nacional, com a participação de forças dos três Ramos das Forças Armadas e Internacionais (Força Aérea e Marinha de Espanha); Exercitar o CAOC-10 e as unidades do Sistema de Defesa Integrada (NATINADS) em operações em ambiente de guerra electrónica; providenciar um programa de treino táctico a todos os níveis de C2 (CAOC-10 e escalões inferiores) em operações de combate aéreo; melhorar as performances nas manobras aéreas de combate ofensivas e defensivas, ar-ar e ar-terra, das NATINADS sob C2 do CAOC-10 num ambiente hostil de guerra electrónica.
TANGO	Treino táctico e técnico das Baterias do GAC da Brig Int, tendo em vista o desenvolvimento das suas capacidades operacionais. Exercícios de fogos reais para uniformização na execução de fogos reais.
TAPON 07	Exercício para o treino da componente naval da Força Naval espanhola.
TIREX	Exercício destinado a proporcionar treino com tiro real às equipas de armas pesadas das Companhias de Fuzileiros.
TIRO MILAN	Exercício com Míssil Anti-Carro MILAN.
TREINO NAVIOS ESQUADRA	Vários treinos efectuados aos navios da Esquadra.
TREINO SNIPER	Exercício de técnicas e táctica de snipers (incluindo tiro).
TROIA	Exercício de fuzileiros, escalão Companhia, na Península de Tróia. Concorre para o aprontamento anual das unidades.
TROVÃO	Treino táctico e técnico das Baterias do GAC da Brig Int, tendo em vista o desenvolvimento das suas capacidades operacionais. Exercícios de fogos reais para uniformização na execução de fogos reais.
UNIFIED BLADE	Este exercício tem como objectivo principal o treino de uma força multinacional, de escalão Batalhão, com especialistas nas áreas da recolha de informação com base em fontes humanas (HUMINT) e de contra-informação (CI), visando actuar num cenário de conflito de baixa intensidade numa operação de resposta a crises (CRO).
VBSS	Treino de Visit, Board, Search and Seizure, efectuado pelo DAE (âmbito de combate a terrorismo marítimo e abordagem a plataformas marítimas).
UNIFIELD BLADE 06	Este exercício tem por finalidade normalizar e ajustar procedimentos na áreas de HUMINT e de CI, a nível NATO.
VBSS	Treino de Visit, Board, Search and Seizure, efectuado pelo DAE (âmbito de combate a terrorismo marítimo e abordagem a plataformas marítimas).
VIRIATO	Enquadra-se também numa série de exercícios realizados pelo encargo operacional do CTOE. Visa aperfeiçoar a preparação de quadros e tropas, de forma a melhorar a prontidão e eficácia de um grupo de tarefa (TG) das forças de Operações Especiais no planeamento, C3I e execução de missões de reconhecimento especial, acção directa e assistência militar, no decorrer de uma operação CRO inserida na luta contra o terrorismo; exercitar o emprego da terminologia, metodologia e procedimentos de planeamento operacional em vigor na OTAN; exercitar a elaboração e aplicação de regras de empenhamento. Exercício também realizado no âmbito dos Estados-Maiores Peninsulares; cooperação bilateral entre unidades de Operações Especiais de Portugal e Espanha; Participação do DAE da Marinha e de um destacamento de OE espanhol.
ZARCO 071	Exercitar o planeamento operacional conjunto de operações inerentes à defesa de pontos e áreas sensíveis na Ilha da Madeira, com as forças e meios atribuíveis ao COM, e testar os sistemas de comunicações e informação, a interoperabilidade e os planos, no âmbito de um exercício de SIGEX/CPX apoiado num sistema de CAX.
ZARCO072	Exercício de cooperação civil e militar, decorre sob a forma de LIVEX, no Arquipélago da Madeira, sob a responsabilidade do Comando Operacional da Madeira, tem como finalidade exercitar o planeamento e a condução de uma operação de emergência, visando a intervenção e socorro a um acidente grave, em apoio à estrutura regional da Protecção Civil.
ZEUS	A finalidade do exercício foi exercitar o planeamento e condução de operações aerotransportadas, desenvolvendo e aperfeiçoando os procedimentos e a doutrina de emprego dos Batalhões de Pára-Quedistas. Constitui-se como o exercise study do APOLO relacionando-se, nesse âmbito, com os exercícios sectoriais das UEB e UEC da Brig RR, GRIFO (BAAT) e CENTAURO (ERec), que ocorreram no mesmo período. Desenvolveu-se concorrentemente com o exercício GRIFO no que diz respeito à operação aerotransportada.
ZARCO02	Exercício de cooperação civil e militar, decorre sob a forma de LIVEX, no Arquipélago da Madeira, sob a responsabilidade do Comando Operacional da Madeira, tem como finalidade exercitar o planeamento e a condução de uma operação de emergência, visando a intervenção e socorro a um acidente grave, em apoio à estrutura regional da Protecção Civil.

8.1 – EXERCÍCIOS CONJUNTOS E COMBINADOS - EMGFA

8.1.1 - Exercícios e Treino – Exercícios Conjuntos – Exercícios Realizados

Ano: 2007

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
AÇOR 071	LIVEX	30MAI - 02JUN	AÇORES	CEMGFA (COA)	COA	COA; CZMARA; CZMA; CZAERA	
FOCA 071	LIVEX	13DEC	AÇORES	CMRGUARDOIS	CMRGUARDOIS	CZMARA	
ZARCO 071	LIVEX	09 - 11MAI	MADEIRA	CEMGFA (COM)	COM	COM; CZMARM; COMZMM; CDAM	
ZARCO 072	LIVEX	07 - 09NOV	MADEIRA	CEMGFA (COM)	COM	COM; CZMARM; COMZMM; CDAM	

8.1.2 - Exercícios e Treino – Exercícios Conjuntos – Meios

Ano: 2007

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal			Custos Acrescidos (euros)			OBS.
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
AÇOR 071	2 FS 1 Pel FZ 1 Posto de Saúde Avançado	RG1; RG2; UnAp	C-130 C-212 EH101	105	250	Pilotos e respectivas tripulações 3	68.879,24	124.348,03	193.227,27	
FOCA 071	1 FS			80						Custo englobado Dispositivo Naval
ZARCO 071	1 PBO 1 OF EM	COM; RG3; UnAp		34	15	2	7.523,12	7.094,35	14.617,47	Custo englobado Dispositivo Naval
ZARCO 072	1 PB	COM; RG3; UnAp	EH-101	33	196	Pilotos e respectivas tripulações	13.177,62	44.803,37	57.980,99	Custo englobado Dispositivo Naval

8.1.3 - Exercícios e Treino – Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2007

Nome de Código do Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
FELINO 07	LIVEX	22 - 26OUT	STP			EMGFA	CPLP

8.1.4 - Exercícios e Treino – Exercícios Combinados – Meios

Ano: 2007

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal/Viaturas			Custos Acrescidos (euros)			OBS.
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
FELINO 06							21.916,42	72.693,42	94.609,84	
	EMGFA					22				

8.2 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA MARINHA

8.2.1 - Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados

Ano: 2007

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
Treino da esquadra	Aprontamento	DIVERSOS	Diversas	COMNAV	COMNAV		
Viagens de Instrução	Formação de Cadetes	ANUAL	Diversas	COMNAV	Diversas		
INSTREX 01-07	LIVEX	05 - 09FEV	Áreas nacionais de exercícios	COMNAV	COMNAV	COMNAV COFA	
INTEGREX 07	LIVEX	01 - 02ABR	Áreas nacionais de exercícios	COMNAV	COMNAV / DGAM	COMNAV	
TIREX 0701	SERIADO	09JAN	PRT	CCF	CCF		
TIREX 0703	SERIADO	24 - 26JAN	PRT	CCF	CCF		
TIRO SNIPER/ SAPADORES	SERIADO	15MAI	PRT	CCF	CCF		
TIREX 0705	SERIADO	26 - 28JUN	PRT	CCF	CCF		
TIREX 0706	SERIADO	17 - 19JUL	PRT	CCF	CCF		
TIREX 0708	SERIADO	02 - 04OUT	PRT	CCF	CCF		
TIREX 0709	SERIADO	08 - 10OUT	PRT	CCF	CCF		
TIREX ACAR	SERIADO	22NOV	PRT	CCF	CCF		
CTALC 0704	-	09MAR	PRT	CCF	CCF		
CTALC 0705	-	03MAI	PRT	CCF	CCF		
CTALC 0701	-	20ABR	PRT	CCF	CCF		
CTALC 0709	-	15 - 16OUT	PRT	CCF	CCF		
CTALC 0711	-	15 - 16NOV	PRT	CCF	CCF		
ANFÍBIO BRAVO/ TÁCTICO ALFA	LIVEX	23FEV - 02MAR	PRT	COMNAV	CCF		
TRÓIA 0701	SERIADO	12 - 16MAR	PRT	COMNAV	CCF		
TRÓIA 0702	SERIADO	23 - 27ABR	PRT	COMNAV	CCF		
TRÓIA 0704	SERIADO	15 - 19OUT	PRT	COMNAV	CCF		
TRÓIA 0705	SERIADO	10 - 14DEZ	PRT	COMNAV	CCF		
FTX 0701	SERIADO	12FEV	PRT	COMNAV	CCF		
FTX 0702	SERIADO	05NOV	PRT	COMNAV	CCF		
FTX 0704	SERIADO	09NOV	PRT	COMNAV	CCF		
FTX 0704	SERIADO	12NOV	PRT	COMNAV	CCF		
FTX 0706	SERIADO	26NOV	PRT	COMNAV	CCF		
COSTA ABERTA	SERIADO	31JAN	PRT	CCF	CCF		
COSTA ABERTA	SERIADO	14FEV	PRT	CCF	CCF		
COSTA ABERTA	SERIADO	14MAR	PRT	CCF	CCF		
COSTA ABERTA	SERIADO	14MAR	PRT	CCF	CCF		
COSTA ABERTA	SERIADO	14MAR	PRT	CCF	CCF		
COSTA ABERTA	SERIADO	03MAI	PRT	CCF	CCF		

8.2.1 - Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados (Continuação)

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
COSTA ABERTA	SERIADO	28JUN	PRT	CCF	CCF		
COSTA ABERTA	SERIADO	28JUN	PRT	CCF	CCF		
COSTA ABERTA	SERIADO	30OUT	PRT	CCF	CCF		
COSTA ABERTA	SERIADO	13DEZ	PRT	CCF	CCF		
COSTA ABERTA	SERIADO	12DEZ	PRT	CCF	CCF		
CAE MAFRA 0701	SERIADO	26 - 28JUN	PRT	CCF	CCF		
CAE MAFRA 0701	SERIADO	20 - 22JUN	PRT	CCF	CCF		
CAE MAFRA 0703	SERIADO	05 - 06SET	PRT	CCF	CCF		
CAE MAFRA	SERIADO	18 -19JUN	PRT	CCF	CCF		
TREINO DE MOBILIDADE	SERIADO	02MAI	PRT	CCF	CCF		
TREINO DE MOBILIDADE	SERIADO	06DEZ	PRT	CCF	CCF		

8.2.2 - Exercícios Sectoriais – Meios Envolvidos

Ano: 2007

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
Treino da Esquadra	1 FFGH 2 FF 2 FS 1 SSK 1 PB 3 PBR 1 AGS 1 AGSC 1 AXS	972	298.181,19	513.275,75	811.456,94			
Viagens de Instrução	1 FF 2 FS 3 AXS	458	708.809,87	355.817,47	1.064.627,34			
INSTREX 01-07	1 FFGH, 1 FF, 2 FS, 1 LCU, 1 Comp. FZ, 1 DAE, 1 CDT	690	27.597,43	34.385,50	61.982,93			
INTEGREX 07	1 FFGH, 1FS	254						Custos englobados no exercício CONTEX / PHIBEX
TIREX 0701	DAE	10			458,22			
TIREX 0703	BF2	208			13.233,80			
TIRO SNIPER/ SAPADORES	CAF	15			1.400,25			
TIREX 0705	BF2	87			3.978,20			
TIREX 0706	CAF	78			21.257,07			

8.2.2 - Exercícios Sectoriais – Meios Envolvidos (Continuação)

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
TIREX 0708	CAF	65			9.890,97			
TIREX 0709	BF2	241			13.267,01			
TIREX ACAR	CAF	45			16.619,93			
CTALC 0704	CAF	51			1.100,34			
CTALC 0705	CAF	47			41.671,11			
CTALC 0701	UPN	31			465,75			
CTALC 0709	CAF	66			2.741,06			
CTALC 0711	CAF	87			3.847,41			
ANFÍBIO BRAVO/ TÁCTICO ALFA	BF2	437			20.060,39			
TRÓIA 0701	UPN	140			12.437,44			
TRÓIA 0702	BF1 (CF11)	142			5.193,76			
TRÓIA 0704	UMD	141			10.722,08			
TRÓIA 0705	CATT	63			3.584,92			
FTX 0701	CAF	100			20.865,16			
FTX 0702	DAE	25			1.460,76			
FTX 0704	BF1	141			4.701,00			
FTX 0704	UPN	123			6.235,36			
FTX 0706	BF2	440			33.619,52			
COSTA ABERTA	BF2	180			107,61			
COSTA ABERTA	BF2	180			203,66			
COSTA ABERTA	CAF	105			181,57			
COSTA ABERTA	BF2	243			240,43			
COSTA ABERTA	UMD	43			294,38			
COSTA ABERTA	UMD	30			436,40			
COSTA ABERTA	CAF	54			124,69			
COSTA ABERTA	BF1	76			154,87			
COSTA ABERTA	BF2	191			1.455,20			
COSTA ABERTA	CAF	93			435,45			
COSTA ABERTA	UMD	54			1.590,68			
CAE MAFRA 0701	BF2	103			4.546,28			
CAE MAFRA 0701	BF2	88			2.006,24			
CAE MAFRA 0703	CAF	74			2.823,09			
CAE MAFRA	DAE	19			563,96			
TREINO DE MOBILIDADE	DAE	32			899,94			
TREINO DE MOBILIDADE	DAE	18			1.576,49			

8.2.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2007

Nome de Código do Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
GALIBER 07	LIVEX	12 - 28FEV	Mediterrâneo	ALFLOT	ALFLOT	COMNAV	
CONTEX / PHIBEX 07	LIVEX/ INVITEX	26MAR - 01ABR	Áreas nacionais de exercícios	COMNAV	COMNAV	COMNAV COFA	
INTEGREX 07	LIVEX	01 - 02ABR	Áreas nacionais de exercícios	COMNAV	COMNAV/ DGAM		
PHOENIX EXPRESS 07	LIVEX	11 – 22ABR	Mediterrâneo	USEUCOM	CNE	COMNAV	
TAPON 07	LIVEX	16 - 27ABR	Mediterrâneo	AJEMA	ALFLOT	COMNAV	
CADET TRAINING 07	LIVEX	16ABR - 02MAI	Mediterrâneo	ALFAN	COMJANDARC	COMNAV	
SNOW MASTER	CPX	23 - 27ABR	Bélgica	SHAPE	EUGERMIN		
ALCUDRA 07	LIVEX	07 - 12MAI	Baleares (Espanha)	AFLOT	COMTEMECOM	COMNAV	
TTP/EWFI 07	LIVEX	10MAI	Áreas nacionais de exercícios	CC-AIR IZMIR	CAOC 10	COMNAV COFA	
CANALE 07	LIVEX	01 - 09JUN	Mediterrâneo	IT CHOD / CAFM	COMFORPAT/ COL GS AFM		
UNIFIED BLADE 07	LIVEX	15 - 29JUN	Noruega	SHAPE	SHAPE	COMNAV	
FAMEX 07	CPX/ LIVEX	23 - 28SET	Espanha	ALMART	ALMART		
CPX 5+5	CPX	03 - 04OUT	Rota	ALMART	ARMADIZ		
DEEP DIVEX 2007	LIVEX/ INVITEX	13 - 27OUT	Noruega	COMNOFLEET	NORNAVEODCD	COMNAV	
ABLE PROTECTOR 07	LIVEX	08NOV	Áreas nacionais de exercícios	CEMGFA	COMNAV/ DGAM	COMNAV COFA	
OST	LIVEX	12NOV - 20DEZ	Plymouth	FOST	FOST	COMNAV	
EXERCÍCIO ANTIPOLUIÇÃO	LIVEX	15NOV	Áreas nacionais de exercícios	Agência Europeia de Segurança Marítima (AESM)	AESM		
FOREFINGER 07	LIVEX	24 - 28NOV	Mediterrâneo	CECMED	CECMED	COMNAV	
MULTICOOPERATIVE EXERCISE 2007 (ARGÉLIA)	LIVEX	26 - 30NOV	Argélia	CEMF / COM ALG FORCES	CGEMF	COMNAV	

8.2.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2007

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
GALIBER 07	1 FFGH	184	119.348,79	366.628,00	485.976,79	
CONTEX / PHIBEX 07	2 FFGH, 3 FS, 2 PB, 1 AGS, 1 LCU, 1 DAE, 1 BLD, 1 CDT	900	113.285,17	247.917,00	361.202,17	
INTEGREX 07	1 FFGH, 1FS	254				Custos englobados no exercício CONTEX / PHIBEX.
PHOENIX EXPRESS 07	1 FFGH, 2 Of.	186	40.391,22	73.205,10	113.596,32	
TAPON 07	1 FFGH, 1 Comp. FZ	252	123.876,35	43.349,10	167.225,45	
CADET TRAINING 07	1 FF, 1 FS	237	101.528,75	117.716,43	219.245,18	
SNOW MASTER	1 Equipa	3	6.073,79		6.073,79	
ALCUDRA 07	1 FS, 1 Eq. Mergulhadores, Câmara Hiperbárica	89	42.268,63	51.315,66	93.584,29	
TTP/EWFI 07	1 FFGH	184				Custos incluídos no Dispositivo Naval.
CANALE 07	1 Obs.	1	1.194,09		1.194,09	
UNIFIED BLADE 07	1 Participante	1	1.305,00		1.305,00	
FAMEX 07	1 Obs.	1	1.307,36		1.307,36	
CPX 5+5	1 Obs.	1	349,35		349,35	
DEEP DIVEX 2007	1 Equipa	6	19.956,06		19.956,06	
ABLE PROTECTOR 07	1 FFGH, 1 FS	254	3.034,67	9.315,68	12.350,35	
OST	1 FFGH	184	344.694,17	527.429,20	872.123,37	
EXERCÍCIO ANTIPOLUIÇÃO	1 FFGH, 1 PB	192	2.436,92	3.295,80	5.732,72	
FOREFINGER 07	1 Centro Operações COMNAV	26				Exercício não tem custos acrescidos porque decorre durante a actividade normal das unidades envolvidas.
MULTICOOPERATIVE EXERCISE 2007 (ARGÉLIA)	1 FS	75	32.840,35	37.582,22	70.422,57	Custos suportados pelo EMGFA.

8.2.5 – Participação em Exercícios Sectoriais de outros Ramos – Exercícios Realizados

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
VIRIATO 07	LIVEX	23 - 31MAI	Lamego	CTOE	CTOE	COMNAV	
EFICÁCIA 07	LIVEX	13 - 20ABR	CMSM	COFT	BRIGMEC	COMNAV	

8.2.6 - Participação em Exercícios Sectoriais de Outros Ramos – Meios Envolvidos

Ano: 2007

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivos	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
VIRIATO 07	1 DAE	14	2.507,30		2.507,30	
EFICÁCIA 07	5 VTM 1 VTL 1 Viatura Especial	35	290,00	2.235,03	2.525,03	

8.3 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DO EXÉRCITO

8.3.1 - Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados

Nome de Código do Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
EFICÁCIA	LIVEX	13 - 19 ABR	SANTA MARGARIDA	CMD OP	CMDT BRIGMEC	BRIGMEC	EXE
RELÂMPAGO	LIVEX	26 - 29 MAR	LEIRIA	CMD OP	CMDT RAAA1	BRIG INT; RAAA1	EXE
ROSA BRAVA	CPX/LIVEX	13 - 19 ABR	SANTA MARGARIDA	CMD OP	CMDT BRIGMEC	BRIGMEC	BRIG
LINCE	LIVEX	19NOV - 22NOV	SANTA MARGARIDA	CMDT BRIGMEC	2CMDT BRIGMEC	BRIGMEC	UEB/UEC
RINOCERONTE	LIVEX	12MAR - 16MAR	SANTA MARGARIDA	CMDT BRIGMEC	2CMDT BRIGMEC	BRIGMEC	UEB/UEC
LOBO	LIVEX	12FEV - 14FEV	SANTA MARGARIDA	CMDT BRIGMEC	2CMDT BRIGMEC	BRIGMEC	UEB/UEC
GRIFO	LIVEX	06MAI - 11MAI	MONFORTINHO	CMDT BRIGRR	2CMDT BRIGRR	BRIGRR	UEB/UEC
ZEUS	LIVEX	06MAI - 11MAI	MONFORTINHO	CMDT BRIGRR	2CMDT BRIGRR	BRIGRR	UEB/UEC
CENTAURO	LIVEX	06MAI - 11MAI	MONFORTINHO	CMDT BRIGRR	2CMDT BRIGRR	BRIGRR	UEB/UEC
ESTIO	LIVEX	21MAI - 25MAI	ALENTEJO	CMDT BRIGRR	2CMDT BRIGINT	CTC	UEB/UEC
JUPITER	LIVEX	11DEC - 13DEC	VILA REAL	CMDT BRIGINT	2CMDT BRIGINT	BRIGINT	UEB/UEC
TROVÃO	LIVEX	19MAR - 23MAR	SANTA MARGARIDA	CMDT BRIGINT	2CMDT BRIGINT	BRIGINT	UEB/UEC
TANGO	LIVEX	10DEC - 14DEC	SANTA MARGARIDA	CMDT BRIGINT	2CMDT BRIGINT	BRIGINT	UEB/UEC
CACHALOTE	CPX	08MAI - 09MAI	AÇORES	CMDT ZMA	2CMDT ZMA	COA	UEB/UEC
BALEIA	CPX	10JUL - 13JUL	AÇORES	CMDT ZMA	2CMDT ZMA	COA	UEB/UEC
MORSA	SIGEX/CPX	09MAI - 11MAI	MADEIRA	CMDT ZMM	2CMDT ZMM	COM	UEB/UEC
PEDRA VIVA	LIVEX	11JUN - 14JUN	MADEIRA	CMDT ZMM	2CMDT ZMM	COM	UEB/UEC
SHAMA 071	LIVEX	02MAI - 04MAI	SANTA MARGARIDA	CMDT BRIGMEC	CMDT RE1	RE1	FND LÍBANO
SHAMA START 072	LIVEX	16AGO - 31AGO	CHAVES	CMDT BRIGINT	CMDT RE3	RE3	FND LÍBANO
SHAMA 072	LIVEX	15OUT - 18OUT	CHAVES	CMDT BRIGINT	CMDT RE3	RE3	FND LÍBANO

8.3.1 - Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados (Continuação)

Nome de Código do Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
KABUL 071	LIVEX	07JAN - 12JAN	BEJA	CMDT BRIGRR	2CMDT BRIGRR	BRIGRR	FND AFGANISTÃO
KABUL 072	LIVEX	06JUN - 13JUN	BEJA	CMDT BRIGRR	2CMDT BRIGRR	BRIGRR	FND AFGANISTÃO
PRISTINA 071	LIVEX	29JAN - 02FEV	PORTALEGRE	CMDT BRIGMEC	2CMDT BRIGMEC	BRIGMEC	FND KOSOVO
PRISTINA 072	LIVEX	18JUL - 27JUL	WISEU	CMDT BRIGINT	2CMDT BRIGINT	BRIGINT	FND KOSOVO
NOBLE LIGHT I	CPX	24ABR - 04MAI	ITA			RL2	NRF 9
NOBLE LIGHT II	CPX/LIVEX	14SET - 28SET	DEU			CTOE	NRF 10
NRF 10 START 071	LIVEX	11FEV - 16FEV	LAMEGO			CTOE/BRIGRR	NRF 10
NRF 10	LIVEX	22JUN - 29JUN	LAMEGO			CTOE/BRIGRR	NRF 10
NRF 11 START 072	LIVEX	05NOV - 08NOV	SERRA DA CABREIRA			EREQ/BRIGINT	NRF 11
DRAGON TEMIDO 07	LIVEX	22OUT - 26OUT	ESP			CENG/BRIGMEC; CMD OP	BG/EU

8.3.2 - Exercícios Sectoriais – Meios Envolvidos

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
RELÂMPAGO	RAAA1; BRIGINT; BRIGMEC	221			12.980,00			
ROSA BRAVA/ EFICÁCIA	BRIGMEC; BRIGRR; BRIGINT; EPA; EPE; RA4; RA5; RAAA1; RI13; RG1; RG3	1671	10.881,00	51.952,07	62.833,07			
LINCE	BRIGMEC; UALE; EPE; DARH; CMD PESS; RA5; RE3	347		8.254,28	8.254,28			
RINOCERONTE	BRIGMEC	282		32.031,87	32.031,87			
LOBO	BRIGMEC	246		6.632,00	6.632,00			
GRIFO	RI10; BRIGRR; ETP			3.684,70	3.684,70			
ZEUS	RI10; BRIGRR; RI15; ETP			3.684,70	3.684,70			
CENTAURO	RI10, BRIGRR			3.684,70	3.684,70			
ESTIO	CTC	178		6.000,00	6.000,00			
JUPITER	BRIGINT				N/C			
TROVÃO	GAC BRIGINT	202		4.309,00	4.309,00			
TANGO	GAC BRIGINT	178		4.666,00	4.666,00			
CACHALOTE	RG1; RG2; UnAp	46			N/C			
BALEIA	RG1; RG2; UnAp	127		655,00	655,00			

8.3.2 - Exercícios Sectoriais – Meios Envolvidos (Continuação)

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
MORSA	RG3				N/C			
PEDRA VIVA	RG3	60		2.500,00	2.500,00			
SHAMA 071	RE1				N/C			
SHAMA START 072	RE3	141	1.430,00		1.430,00			
SHAMA 072	RE3	188	1.867,89		1.867,89			
KABUL 071	BRIGRR; CTC	250		8.500,00	8.500,00			
KABUL 072	BRIGRR	250		6.500,00	6.500,00			
PRISTINA 071	BRIGMEC	418		21.140,99	21.140,99			
PRISTINA 072	BRIGINT	390	17.173,03		17.173,03			
NOBLE LIGHT I	RL2	3	8.076,48		8.076,48			
NOBLE LIGHT II	CTOE/BRIGRR	50		2.844,00	2.844,00			
NRF 10 START 071	CTOE/BRIGRR	55		4.282,67	4.282,67			
NRF 10	CTOE/BRIGRR	58		126.761,33	126.761,33			
NRF 11 START 072	EREC/BRIGINT	140	4.000,00		4.000,00			
DRAGON TEMIDO 07	CENG/BRIGMEC; CMD OP	29	11.407,18	4.456,29	15.863,47			

8.3.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2007

Nome de Código do Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
APOLO	LIVEX	04JUN - 21JUN	PRT (BEJA)	CMDT OP	CMDT BRIGRR	BRIGRR	EMP
ARRCADE FUSION	LIVEX	02NOV - 16NOV	DEU	SACUER	ARRC	BRIGRR	NATO/ARRC
SILVER FLASH	LIVEX	14OUT - 26OUT	ESP	CHOD SP	CMDT BRIGPAC	BRIGRR	EMP
TTP	LIVEX	07MAR - 11MAR	PRT			CAOC 10; BRIGRR; RAAA1	NATO
VIRIATO	LIVEX	23MAI - 01JUN	PRT (LAMEGO)	CMDT BRIGRR	2CMDT BRIGRR	CTOE	EMP
MADERAL	LIVEX	17OUT - 25OUT	ESP			CTOE	EMP
PRIMERA BATALHA	CPX	18JUN - 22JUN	ESP			BRIGMEC	EMP
HIREX	CPX	04NOV - 13NOV	ESP			BRIGMEC	NATO/NRDC-SP
SAGITÁRIO	LIVEX	16JUN - 26JUN	ESP			BRIGINT	EMP
DRAGÃO	LIVEX	21MAI - 25MAI	PRT (SERRA DA PADRELA)	CMDT OP	CMDT BRIGINT	BRIGINT	EMP
FIESOLE	CPX	19NOV - 30NOV	ITA			BRIGINT	EUROFOR
COMBINED ENDEAVOR	LIVEX	24ABR - 11MAI	DEU			CME	NATO
UNIFIED BLADE	LIVEX	15JUN - 29JUN	NOR			CISM	NATO
STEADFAST MOVE	CPX	14MAI - 23MAI	TUR			CMD OP; CMD LOG	NATO

8.3.4 - Exercícios e Treino – Exercícios Combinados – Meios envolvidos

Ano: 2007

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
APOLO	BRIGRR; RI10; RI15; UALE; ETP; CID; BRIGINT; CTC; CTOE; CMD LOG; BRIGMEC; BRIPAC	989		47.915,00	47.915,00	
ARRCADE FUSION	BRIGRR	18	37.053,23		37.053,23	
SILVER FLASH	BRIGRR	16	7.000,00	11.221,00	18.221,00	
TTP	CAOC 10; BRIGRR; RAAA1	48				
VIRIATO	CTOE	260		10.900,00	10.900,00	
MADERAL	CTOE; BRIGRR	29	14.961,90		14.961,90	
PRIMERA BATALLA	BRIGMEC	12	8.717,80	400,00	9.117,80	
HIREX	BRIGMEC	11	20.887,14		20.887,14	
SAGITÁRIO	BRIGINT	80	2.564,99		2.564,99	
DRAGÃO	BRIGINT; EPT; CTOE	928	40.151,64		40.151,64	
FIESOLE	BRIGINT	4	9.838,92		9.838,92	
COMBINED ENDEAVOR	CME; EPT; DCSI/ CMD OP	11	64.738,63		64.738,63	
UNIFIED BLADE	CISM	2	7.020,00		7.020,00	
STEADFAST MOVE	CMD OP; CMD LOG	2	4.074,84		4.074,84	

8.4 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA FORÇA AÉREA

8.4.1 - Participação em Exercícios Sectoriais de Outros Ramos – Exercícios Realizados

Ano: 2007

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
APOLO 07	LIVEX	11 - 18JUN	Monfortinho	CEME	COFT	COFT, COFA	
EFICÁCIA	LIVEX	06 - 11MAI	Santa Margarida	CEME	COFT	COFT, COFA	
INSTREX	LIVEX	12 - 16FEV	ARCOMNAV	CEMA	COMNAV	COMNAV, COFA	
KABUL	LIVEX	09 - 14JUL	Lamego	CEME	COFT	COFT, COFA	
ROSA BRAVA	LIVEX	12 - 19ABR	Santa Margarida	CEME	COFT	COFT, COFA	

8.4.2 - Participação em Exercícios Sectoriais de Outros Ramos – Meios Envolvidos

Ano: 2007

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivos	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
APOLO 07	C130 C212 F16 (OCU) F16 (MLU) ALIII P3 P	Pilotos e respectivas tripulações - 04 OF 08 SAR 04 PRAÇA	(a) 41.278,00	96.330,00	137.608,00	
EFICÁCIA	AJET F16 (OCU) ALIII	Pilotos e respectivas tripulações	14.556,00	33.963,00	48.519,00	
INSTREX	C212	Pilotos e respectivas tripulações	898,00	2.094,00	2.992,00	
KABUL	F16 (OCU) F16 (MLU) AJET	Pilotos e respectivas tripulações 02 OF 06 SAR 01 PRAÇA	(a) 45.447,00	106.023,00	151.470,00	
ROSA BRAVA	AJET F16 (OCU) F16 (MLU)	Pilotos e respectivas tripulações	30.228,00	70.518,00	100.746,00	

(a) Custos com pessoal considerando apenas as tripulações.

8.4.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2007

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
ABLE PROTECTOR 07	LIVEX	08NOV	TN	CHOD PRT	COMNAV	COMNAV, COFA	5+5
COLD RESPONSE 07	LIVEX	26FEV - 15MAR	Noruega	CHOD NO	COM NJHQ	COFA	
CONTEX/PHIBEX 07	LIVEX	26MAR - 02ABR	TN	CEMA	COMNAV	COMNAV, COFA	
DAPEX 07	LIVEX	19 - 23NOV	Espanha	CHOD SP	CJ MACON	COFA	
MORSA	LIVEX	07 - 09MAI 18 - 20SET	Madeira, Canárias e Continente	CJMOA / COFA	RCC's	COFA.	
NOBLE MIDAS 07	LIVEX	27SET-12OUT	Mediterrâneo	JHQ NAPLES	CC MAR NAPLES	COFA	
TTP 07 (TACTICAL TRAINING PROGRAM)	LIVEX	07 - 11MAI	Portugal	CC AIR IZMIR	CAOC 10	COFA, COMNAV	

8.4.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2007

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivos	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
ABLE PROTECTOR 07	P3P EH101	Pilotos e respectivas tripulações	7.360,00	17.174,00	24.534,00	
COLD RESPONSE 07	F16 (MLU) C130	Pilotos e respectivas tripulações 21 OF 28 SAR 02 PRAÇA	376.711,00	534.071,00	910.782,00	
CONTEX/PHIBEX 07	C212 AJET F16 (OCU) F16 (MLU) P3P ALIII	Pilotos e respectivas tripulações	91.571,00	213.638,00	395.209,00	
DAPEX 07	F16 (MLU) F16 (OCU) P3P	Pilotos e respectivas tripulações	23.525,00	54.884,00	78.409,00	
MORSA	C130 EH101 C212	Pilotos e respectivas tripulações	25.167,00	58.733,00	83.900,00	
NOBLE MIDAS 07	P3P C130 (Apoio)	Pilotos e respectivas tripulações - 14 OF 26 SAR 02 PRAÇA	25.167,00	58.733,00	83.900,00	
TTP 07 (TACTICAL TRAINING PROGRAM)	F16 (MLU) F16 (OCU) AJET C130 FTB337	Pilotos e respectivas tripulações	78.343,00	182.764,00	261.107,00	



Apoio Social



Nota Explicativa

Os dados a seguir apresentados foram coligidos pelo Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA) e contabilizam:

- as prestações familiares e sociais despendidas com o pessoal militar e civil pelos órgãos e serviços centrais do MDN (OSC/MDN), EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, Instituto da Defesa Nacional e IASFA, a que aludem os Decretos-Leis n.os 223/95, de 8 de Setembro e 133-B/97, de 30 de Maio, este último revogado, na parte relativa ao subsídio familiar a crianças e jovens e ao subsídio de funeral, pelo Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto;
- os subsídios concedidos, pelo IASFA, aos seus beneficiários, previstos no diploma da sua criação, Decreto-Lei n.º 284/95, de 30 de Outubro, e respectivas normas reguladoras.

Tais prestações pecuniárias (abonos, subsídios e prestações complementares) estão agrupadas nas Funções de Protecção Social, consideradas pelo Instituto Nacional de Estatística na sua publicação “Estatísticas de Protecção Social Associações Sindicais Patronais”.

O IASFA intervém junto dos seus beneficiários no campo da acção social complementar. Propõe-se este Instituto, a partir do presente Anuário Estatístico, introduzir neste capítulo outros benefícios sociais no âmbito da sua missão, para além dos subsídios atribuídos aos seus beneficiários.

FUNÇÕES DE PROTECÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIOS

Função Invalidez

Subsídio especial de apoio de 3ª pessoa (SEAP), concedido pelo IASFA a beneficiários, em função da sua situação socioeconómica, que se encontrem em situação de necessidade de apoio de terceira pessoa, sem que se torne necessário o seu internamento em estabelecimento hospitalar, ou não seja aconselhável, ou possível, o seu internamento em lar.

Função Velhice

Subsídio complementar normal de pensões (SCNP), concedido aos beneficiários que auferem rendimentos inferiores a um determinado valor (mínimo vital) presente e fixado pelo IASFA, pelo valor do salário mínimo nacional;

Subsídio especial de lar (SEL), para auxiliar o internamento em lares (públicos ou privados, não fazendo parte do IASFA), dos beneficiários que, comprovadamente, não possam manter-se no agregado familiar;

Subsídio especial de residente (SER), para permitir aos beneficiários mais carenciados o seu internamento nos Lares Residenciais (LR) e Centros de Recuperação (CR) dos equipamentos sociais do IASFA.

Função Sobrevivência

Subsídios por morte e de funeral previstos, respectivamente, nos Decretos-Leis n.os 223/95, de 8 de Setembro e 176/2003, de 2 de Agosto.

Função Família

Abono de família para crianças e jovens que visa compensar os encargos decorrentes de situações geradoras de despesas para as famílias, especialmente previstas no Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto;

Bonificação por deficiência, prevista no Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio, acrescentando ao abono de família para crianças e jovens, concedido nos termos do Decreto-Lei n.º 176/2003, de Agosto;

Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial, subsídio mensal vitalício e subsídio por assistência de 3ª pessoa, regulados pelo Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio;

Subsídio complementar de apoio familiar (SCAF), que é concedido pelo IASFA a agregados familiares carenciados, sendo atribuído um montante, definido anualmente, por cada elemento dependente daquele agregado.

Comparticipações concedidas pelo IASFA:

- Escolar (CE), aos agregados com mais fracos recursos económicos e em todos os graus de ensino;
- Especial para o apoio na deficiência (CEAD), anteriormente designada por comparticipação escolar especial para a reeducação (CEE-R), aos beneficiários titulares ou beneficiários familiares cujos descendentes ou equiparados sejam portadores de deficiência, independentemente da idade, e frequentem estabelecimentos de ensino especial na valência de apoio técnico precoce, valência sócio-educativa ou valência de actividades ocupacionais. A comparticipação poderá ainda ser atribuída pela frequência de ensino regular, nomeadamente em creche e jardim de infância, desde que esta frequência seja considerada essencial para superar ou minimizar a deficiência, contribuindo para um melhor desenvolvimento pessoal e integração social.

OUTRAS FUNÇÕES DE PROTECÇÃO SOCIAL

Assistência a Idosos

As Residenciais de Idosos do IASFA constituem um alojamento colectivo para beneficiários idosos em situação de maior risco de perda de independência ou de autonomia, que se encontrem com dificuldades em residir no meio familiar normal.

Os Centros de Recuperação do IASFA constituem um alojamento colectivo para beneficiários idosos em regime de internamento temporário ou definitivo, quer para convalescença quer para situações de dependência moderada ou severa.

Assistência Médica e Sanitária

O apoio nos cuidados primários de saúde em regime ambulatorio, como complemento de outros sistemas de saúde, a beneficiários titulares e familiares constitui outra missão de protecção social exercida pelo IASFA. Esta acção é concretizada através dos Centros Médicos, onde se efectuem consultas das diversas especialidades, exames auxiliares de diagnóstico, acções terapêuticas e pelo apoio prestado pelos Postos Clínicos.

Na assistência sanitária destaca-se o serviço farmacêutico, constituído por uma Farmácia, instalada no Centro de Apoio Social de Oeiras, que tem como missão

o apoio sanitário, em medicamentos, aos beneficiários internados nos Centros de Recuperação e Residenciais de Idosos, aos utentes das consultas externas e aos beneficiários em geral.

Assistência a Jovens Estudantes e Crianças

O apoio a jovens estudantes é prestado pelas Residenciais Universitárias do IASFA, cujo objectivo é proporcionar, de acordo com as disponibilidades, alojamentos aos filhos dos beneficiários titulares matriculados em estabelecimentos de ensino superior na área da Grande Lisboa.

O apoio sócio-educativo aos filhos dos beneficiários titulares do IASFA é disponibilizado por alguns equipamentos ligados à educação, nomeadamente uma Creche, um Jardim de Infância/Pré-Escolar e a Escola de Ensino Básico nº 1 do Alfeite (o ensino básico é ministrado sob a responsabilidade do Ministério da Educação). As Actividades de Tempos Livres, extintas em 2006, deram lugar ao Centro de Recursos que continuou a apoiar os alunos que frequentam aquele estabelecimento de ensino.

Assistência Financeira

A assistência financeira prestada pelo IASFA aos beneficiários envolve a concessão de empréstimos que permitem resolver situações gravosas, urgentes e imprevistas.

Assistência Habitacional

Um dos objectivos a atingir pelo IASFA, na sua prestação de apoio à habitação, é a disponibilização de fogos aos seus beneficiários em condições favoráveis.

Assistência no Lazer

O IASFA, como representante de Portugal no Comité de Ligação dos Organismos Sociais Militares (CLIMS), desenvolve a cooperação entre os organismos responsáveis pela acção social militar, tanto no âmbito da doutrina e metodologias do apoio social como no intercâmbio de jovens e de residências de férias, em apoio da família militar.

O IASFA proporciona aos seus beneficiários, a preços sociais, períodos de férias e de repouso nos Centros de Apoio Social de Oeiras e de Runa e no Centro de Repouso de Porto Santo (CEREPOSA), organizando turnos de frequência de acordo com o calendário e o normativo da época.

9.1 - Beneficiários do IASFA – Distribuição por Ramos das FA

Ano: 2007

Ramo das FA		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Número de beneficiários (a)		15.704	19.647	7.818	43.169
Variação (b)	Em valor absoluto	-12	-113	-29	-154
	Em percentagem	-0,1	-0,6	-0,4	-0,4

(a) Considerados apenas os beneficiários titulares;

(b) Em relação ao ano anterior.

9.2 - Funções de Protecção Social – Invalidez – SUBSÍDIOS

(euros)

	SEAP	
	N.º (a)	Montante Despendido (b)
IASFA	275	24.402,00

(a) N.º de beneficiários contemplados;

(b) Prestações mensais – valor atribuído em média.

9.3 - Função de Protecção Social – Velhice – SUBSÍDIOS

(euros)

	SCNP		SEL		SER		TOTAL	
	N.º (a)	Montante Despendido (b)	N.º (a)	Montante Despendido (b)	N.º (a)	Montante Despendido (b)	N.º (a)	Montante Despendido (b)
IASFA	134	15.820,00	113	19.742,00	133	33.130,00	380	68.692,00

(a) N.º de beneficiários contemplados;

(b) Prestações mensais – valor atribuído em média.

9.4 - Função de Protecção Social – Sobrevivência – SUBSÍDIOS

(euros)

Organismo/Ramo	Por Morte		De Funeral	
	N.º	Montante Despendido	N.º	Montante Despendido
OSC/MDN				
EMGFA	1	23.080,00		
Marinha	22	145.896,86	12	2.420,00
Exército	41	366.866,23	9	3.599,93
Força Aérea	8	73.951,86		
IASFA				
TOTAL	72	609.794,95	21	6.019,93

9.5 - Função de Protecção Social – Família – SUBSÍDIOS

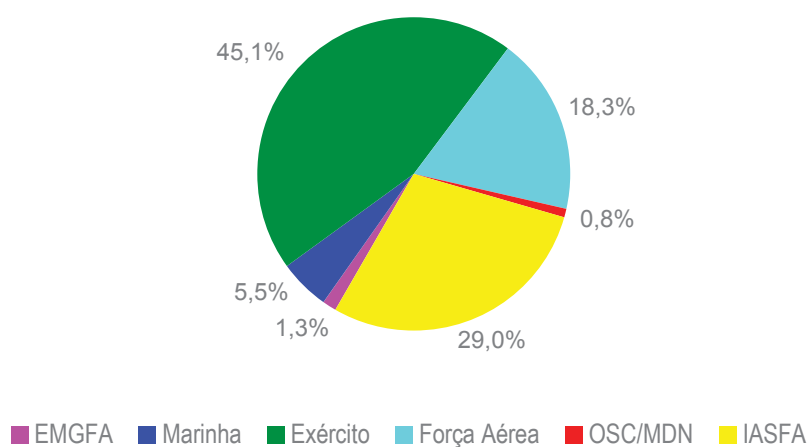
(euros)

Orga- nismo/ Ramo	Familiar		Educação Especial		Mensal Vitalício		Por Assistência de 3ª Pessoa		Bonificação por Deficiência		SCAF		CE e CEE-R	
	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD
OSC/MDN	149	48.270,63							2	2.271,60				
EMGFA	292	50.905,68					3	2.972,88	4	3.941,76				
Marinha	4.337	180.765,36			36	6.276,46	56	4.707,06	148	11.949,98				
Exército	6.981	2.235.588,93	2	6.102,33	38	70.653,00	76	57.226,01	183	142.856,75				
Força Aérea	2.877	1.006.541,75			10	16.417,30	18	17.259,22	65	55.291,98				
IASFA	50	19.595,15									8	6.402,00	3.767	711.751,00
TOTAL	14.686	3.541.667,50	2	6.102,33	84	93.346,76	153	82.165,17	402	216.312,07	8	6.402,00	3.767	711.751,00

9.6 - Total Anual de Subsídios e Montantes Despendidos por Função

Função	OSC/MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Invalidez Subsídios						275	275
Montante Despendido						292.822,00	292.822,00
Velhice Subsídios						380	380
Montante Despendido						824.324,00	824.324,00
Sobrevivência Subsídios		1	34	50	8		93
Montante Despendido		23.080,00	148.316,86	370.426,16	73.951,86		615.774,88
Família Subsídios	151	299	4.577	7.280	2.970	3.825	19.102
Montante Despendido	50.542,23	57.820,32	203.698,86	2.512.427,02	1.095.510,25	737.748,15	4.657.746,83
TOTAL Subsídios	151	300	4.611	7.330	2.978	4.480	19.850
Montante Despendido	50.542,23	80.900,32	352.015,72	2.882.853,18	1.169.462,11	1.854.894,15	6.390.667,71

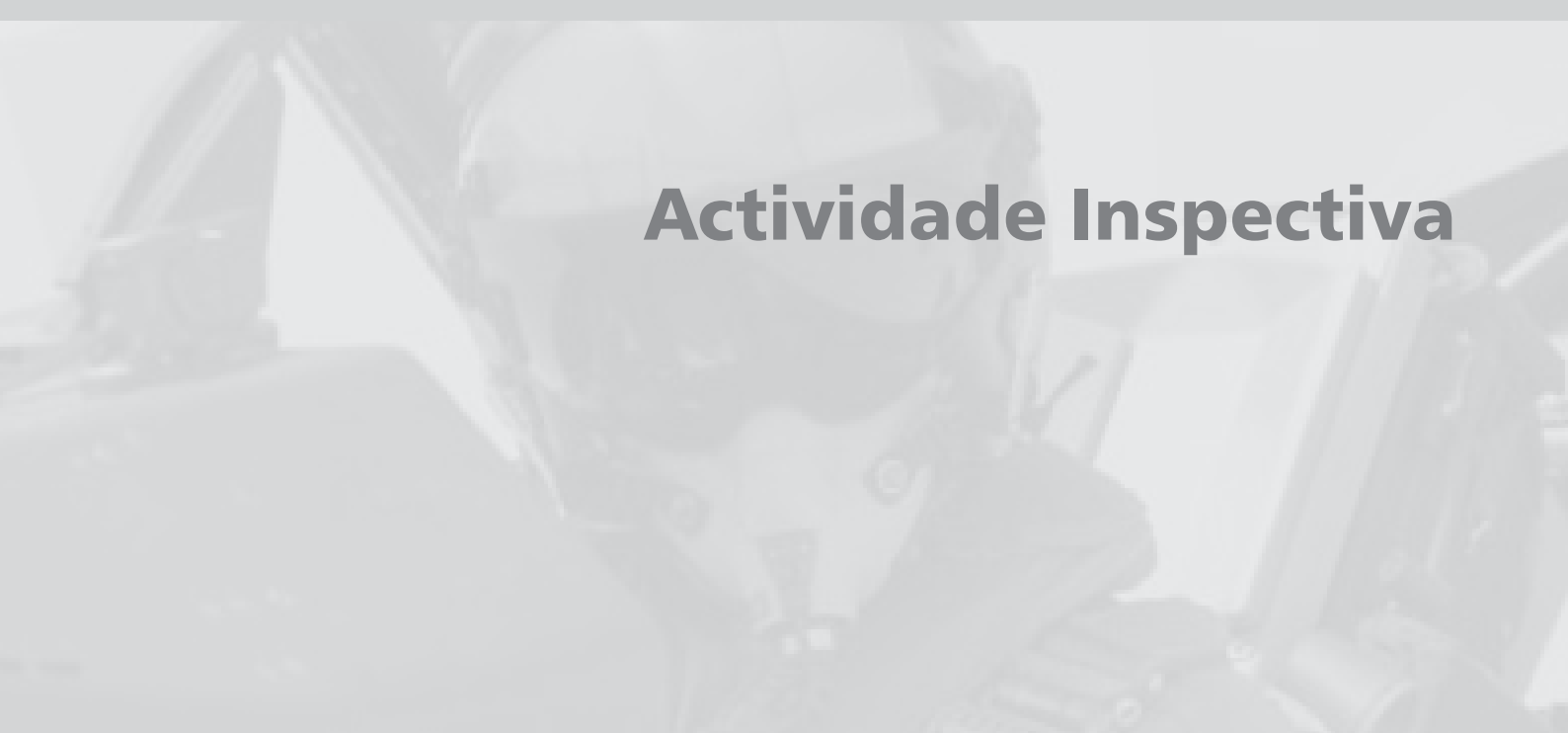
Distribuição de Subsídios



9.7 - Outras Funções de Protecção Social

Nº de Beneficiários	2005	2006	2007
Assistência a Idosos			
▪ Residenciais de Idosos	206	197	204
▪ Centros de Recuperação	169	174	177
Subtotal	375	371	381
Assistência Médica			
▪ Consultas	41.802	40.613	41.002
▪ Exames Auxiliares de Diagnóstico	14.544	15.126	13.361
▪ Fisioterapia	45.623	53.592	68.334
Subtotal	101.969	109.331	122.697
Assistência a Jovens e Crianças			
▪ Residenciais Universitárias	13	2	6
▪ Creche	28	29	64
▪ Jardim de Infância/Pré-Escolar	143	159	142
▪ Escola de Ensino Básico/Centro de Recursos (CERE)	195	196	215
Subtotal	379	386	427
Assistência Financeira			
▪ Empréstimos	1.198	411	661
Assistência Habitacional			
▪ Habitação económica	1.658	1.666	1.619
Assistência no Lazer			
▪ CLIMS	1.674	5.091	1.850
▪ Colónias de Férias e Centro de Repouso de Porto Santo	518	557	455
Subtotal	2.192	5.648	2.305
TOTAL	107.771	117.813	128.090

NOTA: No CLIMS incluíram-se, para além dos beneficiários do IASFA, os beneficiários dos países membros da família militar europeia.



Actividade Inspectiva



Nota Explicativa

No âmbito das suas atribuições, compete à Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN) velar pela rigorosa observância da legalidade e controlar a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros, tendo em vista a sua eficiência, eficácia, métodos e procedimentos de gestão, bem como a salvaguarda do interesse público.

Da análise da actividade inspectiva desenvolvida durante o ano de 2007, verifica-se que foram realizadas 27 acções de inspecção das 31 que estavam previstas, representando um grau de realização de cerca de 87% relativamente ao total de acções de inspecção previstas no Plano de Actividades.

A actividade realizada desenvolveu-se no quadro das competências que legalmente estão estabelecidas na Lei Orgânica e no respeito pelo Plano Anual de Actividades, aprovado por despacho, de 07.12.2007, de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional.

Complementarmente, considera-se relevante sublinhar:

- A manutenção e desenvolvimento da colaboração institucional no quadro do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado (SCI), designadamente através da participação activa da IGDN nos trabalhos das Secções Especializadas “Informação e Planeamento” e “Normas e Metodologias”;
- O esforço de revisão/actualização das Instruções Técnicas, adequando-as à realidade do quadro normativo em vigor e aos novos métodos e técnicas de auditoria;

Com a presente edição do Anuário, e de forma a otimizar a informação sobre a actividade desenvolvida pela IGDN, apresenta-se um conjunto de dados abrangendo quer os dados relativos ao ano em análise quer dados retrospectivos, bem como os conceitos aplicados pela IGDN.

CONCEITOS

Inspeções Gerais (IG) - Inspeções realizadas com o concurso das inspecções da administração dos meios humanos, dos meios materiais e dos meios financeiros, actuando conjuntamente.

Inspeções Parcelares (IP) - Inspeções realizadas por apenas duas das três áreas, administração dos meios humanos, dos meios materiais ou dos meios financeiros.

Inspeções Técnicas (IT) - Inspeções realizadas por uma única inspecção.

Inspeção Ordinária (IO) - Inspeção programada no Plano de Actividades.

Auditoria (AD) – Exame metodológico com a finalidade de exprimir uma opinião sobre a conformidade global entre o seu objecto e as disposições legais ou normas aplicáveis.

Inspeção Extraordinária (IE) – Inspeção não programada.

Inspeção de Avaliação Operacional (IAO) - Inspeção que se destina a avaliar e verificar a prontidão das unidades de acordo com a sua categoria de prontidão.

10.1 – INSPECÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS EXECUTADAS PELA IGDN

Área	Tipo	Planeamento	U/E/O	Estrutura	N.º de Inspectores	Dias de Actividade		
						Planeamento	Execução	Relatório
IAMH	IT	IO	Esquadilha de Escoltas Oceânicas	Marinha	3	23	5	47
IAMH	IT	IO	Escola Prática de Serviços	Exército	3	33	5	60
IAMH	IT	IO	Zona Militar da Madeira	Exército	2	25	5	54
IAMH	IT	IO	Base do Lumiar	Força Aérea	2	25	5	66
IAMH	IT	IO	Comando de Pessoal do Exército	Exército	5	32	38	40
IAMM	IT	IO	Direcção de Navios	Marinha	3 + 1 a)	21	10	62
IAMM	IT	IO	Escola Prática de Artilharia	Exército	3 + 1 b)	27	9	57
IAMM	IT	IO	Regimento de Infantaria Nº 14	Exército	3	9	9	73
IAMM	IT	IO	Regimento de Engenharia Nº 3	Exército	3 + 1 b)	21	11	58
IAMM	FU	IO	Centro de Apoio Social de Lisboa	MDN	3	37	5	57
IAMM	FU	IO	Centro de Apoio Social do Alfeite	MDN	3	51	5	43
IAMM	IT	IO	Escola Prática de Engenharia	Exército	4	23	11	57
IAMM	IT	IO	Centro de Educação Física da Armada	Marinha	4	21	9	65
IAMF	IT	IO	Instituto Militar dos Pupilos do Exército	Exército	3	24	18	11
IAMF	IT	IO	Colégio Militar	Exército	3	22	17	11
IAMF	IT	IO	Instituto de Odivelas	Exército	3	23	22	12
IAMF	AD	IE	Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa	MDN	3	4	4	75
ART.	AD	IE	Programa de Modernização dos F16	Força Aérea	4	27	23	19
ART.	AD	IE	Procedimento de Busca e Salvamento	Marinha e F. Aérea	4 + 2 a) c)	32	15	23
ART.	AD	IE	Formação de Pilotos da FAP	Força Aérea	4	66	46	30
ART.	AD	IE	Programa com os Estaleiros Navais de V. Castelo	Marinha	8 + 2 a)	82	11	4
ART.	FU	IE	Programa de Modernização dos F16	Força Aérea	6	9	16	17

ART.- Inspeções articuladas com equipas multidisciplinares e temáticas.

a) Militar(es) requisitado(s) à Marinha;

b) Militar(es) requisitado(s) ao Exército;

c) Militar(es) requisitado(s) à Força Aérea.

10.2 – INSPECÇÕES DE ANÁLISE DE PROGRAMAS E SISTEMAS EXECUTADAS PELA IGDN

Sistema	Tipo	Planeamento	U/E/O	Estrutura	N.º de Inspectores	Dias de Actividade		
						Planeamento	Execução	Relatório
ASIM	IT	IO	Regimento de Artilharia N.º 5	Exército	4 + 1 a)	17	5	95
ASCSP	IT	IO	Gabinete de Classificação e Selecção de Pessoal	Exército	4 + 1 a)	70	10	68
ASISLOG	IT	IO	Regimento de Transmissões	Exército	4 + 1 a)	22	9	24
ASAFA	IT	IO	Escola de Tecnologias Navais	Marinha	4 + 1 a)	19	5	59
ASAFA	IT	IO	Centro de Apoio Social de Runa	MDN	4 + 1 a)	54	5	59

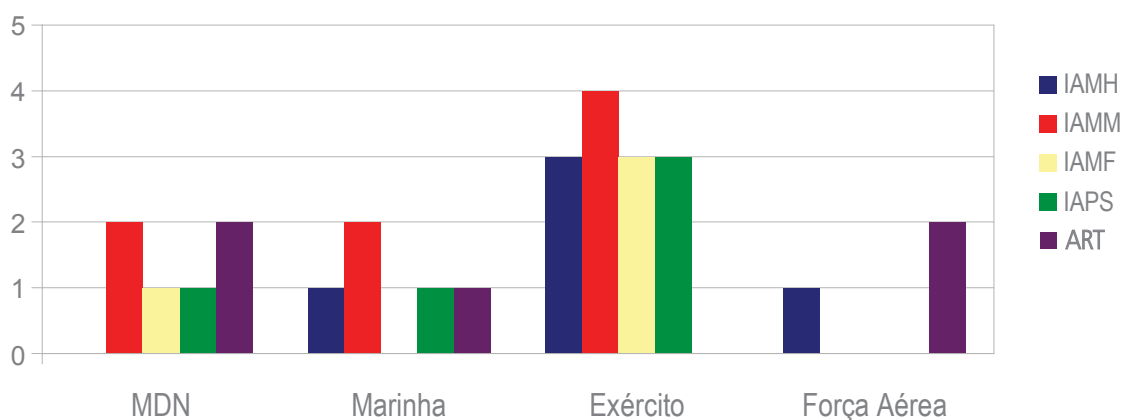
a) Militar(es) requisitado(s) ao Exército.

10.3 – INSPECÇÕES REALIZADAS PELA IGDN EM 2007

Área	MDN	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
IAMH		1	3	1	5
IAMM	2	2	4		8
IAMF	1		3		4
IAPS	1	1	3		5
ART.	2	1		2	5
TOTAL	6	5	13	3	27

ART. – Inspeções articuladas com equipas multidisciplinares e temáticas.

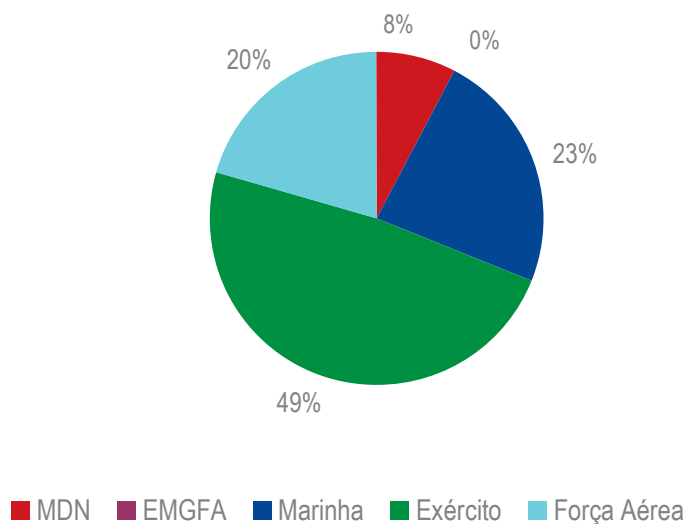
Inspeções em 2007



10.4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSPECÇÕES ÀS ESTRUTURAS

Estrutura	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL
MDN	4	5	4	1	2	16
EMGFA						-
Marinha	14	5	12	11	6	48
Exército	24	13	28	18	16	99
Força Aérea	9	6	9	11	7	42
TOTAL	51	29	53	41	31	205

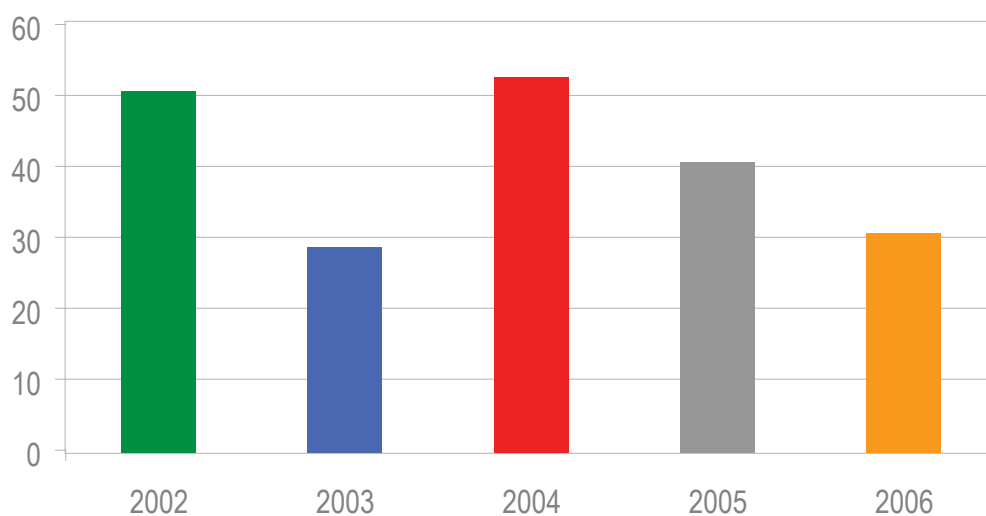
Peso de cada Estrutura



10.5 – NÚMERO DE INSPECÇÕES REALIZADAS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

Área	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL
IAMH	6	5	6	9	5	31
IAMM	7	5	10	11	9	42
IAMF	7	6	7	9	4	33
IAPS	31	13	30	12	13	99
IAMH/IAPS						-
TOTAL	51	29	53	41	31	205

Inspecções nos últimos 5 anos



10.6 – INSPECÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS EXECUTADAS PELOS RAMOS

Ramo	Tipo	Planeamento	U/E/O Inspecionadas						Nº de Inspectores (a)					U/E/O		Dias de Execução (b)
			EM	OCAD	CmdOp	DS/DT	U/E/O		IG	EM	OCAD	CmdOp	DS/DT	OIT	SFN	
							OIT	SFN								
MARINHA	IG	IP		1					5							5
	IO	IP					3	52						291		94
	IO	II						16						134		14
	IT	IP		9			8	2			76					90
	IT	II		3			2	29			45			172		61
EXÉRCITO	IG	IO					10		20		42			35	2	20
	IG	IE					2		7	1	5			10		4
	IAO	IO						5	10		11			14	1	8
	IAO	IE						10	23		27			13	1	22
	IT	IO		16			174	17			20	4		261	15	210
	IT	IE	1	4			9	9	25	3	14					81
FORÇA AÉREA	IG	IO					4		67		26	1	28			497
	IPS	IO					1		4			1				05
	IT	IO	1		2		29	3		17	110	125	102			504
	VA (c)	IO					6	1	43		1	1	19			131

Os conceitos dos tipos de inspecção constam de Regulamentos dos respectivos Ramos.

(a) Número de inspectores empenhados;

(b) Na Força Aérea estão contabilizados em "Homem/Dia";

(c) Inspecções destinadas a regularizar/normalizar anomalias por corrigir decorrentes de IG e IPS anteriores.

Siglas

SIGLAS / ABREVIATURAS

A	Armamento e Equipamento
AApSvc	Área de Apoio de Serviços
A/S	Anti-submarina
A7-P	Aeronave de Combate
AAA	Artilharia Antiaérea
AAR	Air-to-Air Refuelling
ABU	Navio Balizador
ACar	Anti-carro
ACS	Airspace Control System
ACT	Activo
ADM	Assistência na Doença aos Militares
ADMA	Assistência na Doença aos Militares da Armada
ADME	Assistência na Doença aos Militares do Exército
ADMFA	Assistência na Doença aos Militares da Força Aérea
ADTA	Agrupamento de Defesa Territorial dos Açores
ADTM	Agrupamento de Defesa Territorial da Madeira
AESM	Agência Europeia de Segurança Marítima
AETD	Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa
AEW	Airborne Early Warning (Radar Picket Aircraft)
AFA	Academia da Força Aérea
AFSOUTH	Comando Aliado do Sul da Europa
AG	Navio Auxiliar
Agr	Agrupamento
AGS	Navio Hidrográfico
AGSC	Navio Hidrográfico Costeiro
AJEMA	Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada de Espanha
AL III	Helicóptero Allouette III
ALFA-JET	Aeronave de Apoio Aéreo Próximo
ALFAN	Almiral Force Action Navale
ALFLOT	Comando Operacional da Marinha de Espanha
ALMART	Fuerza Accion Maritima
AM	Academia Militar
AMN	Autoridade Marítima Nacional
AMF(L)	Ace Mobile Force Land
AMSJ	Área Militar de São Jacinto
AOR	Navio Tanque Reabastecedor
AP	Auto-propulsionado
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ARCOMNAV	Área do Comando Naval
ARMADIZ	Mando Accion Marítima de Cadiz
ARRC	Corpo de Reacção Rápida Aliado
ASAFA	Análise ao Sistema de Alimentação das Forças Armadas

ASSISLOG	Análise ao Sistema Logístico
ASUW	Antisurface Warfare
ASW	Anti-Submarine Warfare
At	Atirador
Augmentees	Reforço de Pessoal
AXS	Navio de Vela
BA	Base Aérea
BAAA	Bateria de Artilharia Antiaérea
BAAT	Batalhão de Apoio Aeroterrestre
BAF	Belgium Air Force (Força Aérea Belga)
BAI	Brigada Aerotransportada Independente
BApSvc	Batalhão de Apoio de Serviços
Bat	Batalhão
BCS	Batalhão de Comando e Serviços
BDT	Brigada de Defesa Territorial
BDTC	Brigada de Defesa Territorial do Centro
BDTN	Brigada de Defesa Territorial do Norte
BI	Batalhão de Infantaria
BIAT	Batalhão de Infantaria Aerotransportado
BIMec	Batalhão de Infantaria Mecanizado
BIMoto	Batalhão de Infantaria Motorizado
BIPara	Batalhão de Infantaria Pára-quedista
BISM	Batalhão de Informações e Segurança Militar
BLD	Batalhão Ligeiro de Desembarque do Corpo de Fuzileiros
BLI	Brigada Ligeira de Intervenção
BMI	Brigada Mecanizada Independente
BOE	Batalhão de Operações Especiais
Bra	Brasil
BrigInt	Brigada de Intervenção
BrigMec	Brigada Mecanizada
BrigRR	Brigada de Reacção Rápida
BRILAT	Brigada Ligeira de Atiradores
BSS	Batalhão do Serviço de Saúde
BT	Beneficiário Titular (do IASFA)
Btr	Bateria (unidade de Artilharia)
C-130	Aeronave de Transporte
C-212	Aviocar (Aeronave de Transporte)
C-212EW	Aeronave de Guerra Electrónica
C6F	Command 6th Fleet
CAA	Comando Aéreo dos Açores
CACar	Companhia Anti-carro
CAD MAX HALIFAX	Comando Operacional do Canadá
CAE	Combate em Áreas Edificadas
CAF	Companhia de Apoio de Fogos

CAFM	Commander of Armed Forces of Malta
CAOC 10	Combined Air Operations Center 10
CASMD ITALY	Centro Alti Studi Ministerio de la Defensa
CAS	Centro de Apoio Social (do IASFA)
CAt	Companhia de Atiradores
CATT	Companhia de Apoio a Transportes Táticos
Cav	Cavalaria
CAX	Computer Added Exercise
CCS	Companhia de Comando e Serviços
CC-AIR Izmir	Component Commander-Air
CCF	Comando de Corpo de Fuzileiros
CCmds / CCMDs	Companhia de Comandos
CDAM	Comando do Destacamento Aéreo da Madeira
CDT	Combat Diving Team (Equipa de Mergulhadores de Combate)
CE	Comunicações e Electrónica
CECLANT	Commandant en Chef pour l'Atlantique
CECMED	Commandant en Chef pour la Méditerranée
CEE	Comparticipação Escolar Especial
CEE-R	Comparticipação Escolar para Reeducação
CEFDm	Comissão de Educação Física e Desporto Militar
CEM	Chefe do Estado-Maior
CEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMET	Chefe do Estado-Maior do Exército de Espanha
CEMF	COMEUMARFOR
CEMFA	Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CEN	Comparticipação Escolar Normalizada
CEng	Companhia de Engenharia
CEOE	Companhia de Elementos de Operações Especiais
CFMTFA	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea
CFP	Curso de Formação de Praças
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CFX	Command Field Exercise
CGE	Conta Geral do Estado
CGEMF	Commander Group Euromarfor (European Maritime Force)
CGS	CIMIC Group South
CH CITOAP	Chefia do Centro de Instrução e Treino de Operações de Apoio à Paz
CHIEF JK HQ FRANCE	Chief of Joint Force Headquarter
CHOD	Chief of Defense
CI	Centro de Instrução
CID	Comando da Instrução e Doutrina
CIMIC	Civil Military Cooperation
CINCEASTLANT	Commander-in-Chief Eastern Atlantic Area

CINCGERFLEET	Commander-in-Chief German Fleet
CINCIBERLANT	Comando da Área Ibero-Atlântica
CINCNAV	Comando Operacional da Marinha de Itália
CINC SOUTH	Comando Aliado do Sul
CINC SOUTH LANT	Commander-in-Chief Southern Atlantic Area
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
CISM	Conseil International du Sport Militaire (Conselho Internacional do Desporto Militar)
CJMOA	Comando Operacional da Força Aérea de Espanha
CJSOCC OPLAN	Combined Joint Special Operations Component Command / Operational Planning
CJTF	Combined Joint Task Force
CLog	Comando da Logística
CM	Colégio Militar
Cmd / CMD	Comando
Cmdt / CMDT	Comandante
CMSM	Campo Militar de Santa Margarida
CMTFA	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea
CN	Comando Naval / Cartografia Náutica
CNAD	Conference of National Armament's Directors
CNC	Centro Nacional de Catalogação
CNPCE	Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência
COA	Comando Operacional dos Açores
COC	Comando Operacional Conjunto
COFA	Comando Operacional da Força Aérea
COFT	Comando Operacional das Forças Terrestres
COJS SPAIN	Chief of Joint Staff SP
COM	Comando Operacional da Madeira
COMAIRCEINT	Comando Aéreo Aliado das Forças do Centro da Europa
COMAIRNORTH	Commander Allied Air Forces North Europe
COMAMF(L)	Commander ACE Mobile Force (Land)
COMNOFLET	Commander Norwegian Fleet
COMAO	Combined Air Operations
COMBINEX	Combined Exercise
COMCOI ITALY	Comando Conjunto Operacional Interforças
COMCORPFUZMAR	Comando do Corpo de Fuzileiros
COM GENAVSPECFOR	Commander German Navy Special Forces
COM JFC BRUNSSUM	Commander Allied Joint Force Command Brunssum
COMLANDSOUTH	Comando Terrestre Aliado das Forças do Sul da Europa
COM MCC NORTHWOOD	Commander of Maritime Component Commander Northwood
COMNAV	Comando Naval
COMNAVSOUTH	Comando Naval Aliado das Forças do Sul da Europa
CompMortPes	Companhia de Morteiros Pesados
COMSUBDEVRON TWELVE	Commander Submarine Development Squadron 12
COMSUBMED	Comand Submarine Mediterranean
COMTURDESDIV	Commander Turkish Destroyer Division

COMTURFLEET	Commander of Turkish Fleet
CORG	Código de Organização
COSPAS/SARSAT	Sistema via Satélite de Busca e Salvamento de Toulouse – França
CPCAT	Curso de Prevenção e Combate à Ameaça Terrorista
CPHM	Comissão Portuguesa de História Militar
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPX	Command Post Exercise (Exercício de Postos de Comando)
CRC	Centro de Reporte e Controlo
CRO	Crises Response Operations (Operações de Resposta a Crises)
CSAR	Combat Search and Rescue
CSI	Comunicações e Sistemas de Informação
CSTID	Conselho dos Sistemas e Tecnologias de Informação da Defesa
CTAT	Comando das Tropas Aerotransportadas
CTF	Commander Task Force
CTm	Companhia de Transmissões
CTM	Cooperação Técnico-Militar
CTOE	Centro de Tropas Operações Especiais
CTP	Centro de Telecomunicações Permanentes
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
CZAA	Comando da Zona Aérea dos Açores
CZAM	Comando da Zona Aérea da Madeira
CZMAR	Comando de Zona Marítima
CZMARA	Comando da Zona Marítima dos Açores
CZMARM	Comando da Zona Marítima da Madeira
CZMA	Comando da Zona Militar dos Açores
CZMM	Comando da Zona Militar da Madeira
DA	Acção Directa
DAE	Destacamento de Acções Especiais (do Corpo de Fuzileiros)
DAM	Destacamento Aéreo da Madeira
DAMAG	Direcção de Análise e Métodos de Apoio à Gestão
DAPS	Destacamento Aéreo de Porto Santo
DCCR	Despesas com Compensação em Receitas
DDG	Destroyer Guided Missiles Equiped
DE	Direcção de Electrotecnia
Dest	Destacamento
DestPrec	Destacamento Precursor
DEU	Alemanha
DF	Direcção de Faróis
DGAED	Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa
DGAM	Direcção-Geral de Autoridade Marítima
DGIE	Direcção-Geral de Infra-Estruturas
DGM	Direcção-Geral de Marinha
DGPDN	Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional
DGPRM	Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

DIREC	Divisão de Recursos (do EMGFA)
DISTEX	Disaster Relief Exercise (Exercício que testa e treina militares para responder a uma crise provocada por catástrofe natural)
DL	Decreto-Lei
DMA	Direcção de Manutenção Aeronáutica
DMP	Data Management Processor
DN	Direcção de Navios
DOE	Destacamento de Operações Especiais
DOP	Departamento de Operações
DPP	Departamento de Prospectiva e Planeamento
DS	Direcção de Serviços
DT	Direcção Técnica
EASC	Elemento de Apoio de Serviços em Combate
E3D	Airbone Early Warning Control System (Aircraft AWACS)
EC-212	Aviocar (Avião de Guerra Electrónica)
EEAW	EPAF Expeditionary Air Wing
EEMMPP	Estados-Maiores Peninsulares
EFFA	Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas
EM	Estado-Maior
EMA	Estado-Maior da Armada
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior da Força Aérea
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EMP	Estados-Maiores Peninsulares
EN	Escola Naval
Eng	Engenharia
ENVC	Estaleiros Navais de Viana do Castelo
EOSFN	Encargos Operacionais do Sistema de Forças Nacional
EPA	Escola Prática de Artilharia
EPAF	European Participating Air Forces
EPAM	Escola Prática de Administração Militar
EPC	Escola Prática de Cavalaria
EPE	Escola Prática de Engenharia
EPI	Escola Prática de Infantaria
EPT	Escola Prática de Transmissões
Eq	Equipa
ERec	Esquadrão de Reconhecimento
ERF	European Response Force (EUROFOR)
ESE	Escola de Sargentos do Exército
ESP	Espanha
Esq	Esquadra/Esquadrão
EsqPE	Esquadrão de Polícia do Exército
EUCLID	European Cooperation for the Long Term In Defence

EUFOR	Força Europeia
EUGERMIN	Belgian-Neatherlands School Naval Mine Warfare
EUROFOR	European Forces
EUROMARFOR	European Maritime Forces (Força Marítima Europeia)
EXE	Exército
EXSTUDY	Study Exercise
EW	Electronic Warfare (Guerra Electrónica)
F-16	Aeronave de Defesa Aérea
F-16A	Aeronave F-16 Série A
F-16AM	Aeronave F-16 Série A Modificado (com Middle Life Upgrade)
FAC	Forward Air Controller
FAE	Força Aérea de Espanha
FA	Forças Armadas
FAMET	Forças Aero-Móveis do Exército de Terra
FAP	Força Aérea Portuguesa
FApG	Forças de Apoio Geral
FF	Fragata
FFAH	Fragata Equipada com Mísseis e Helicópteros
FFGH	Fragata Vasco da Gama e Embarque de Helicópteros
FNC	Força Nacional Conjunta
FND	Forças Nacionais Destacadas
FOC	Full Operational Capability
FOPE	Força Operacional Permanente do Exército
FOST	Comando da Flotilha de Treino da Marinha do Reino Unido
FRA	França
FRI	Força de Reacção Imediata
FS	Corveta
FTX	Exercício de Campo com Tropas
FU	Follow up
FZ	Fuzileiros
GAAA	Grupo de Artilharia Antiaérea
GABMDN	Gabinete do Ministro da Defesa Nacional
GABSEDAC	Gabinete do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes
GABSEDN	Gabinete Secretário de Estado da Defesa Nacional
GAC	Grupo de Artilharia de Campanha
GALE	Grupo de Aviação Ligeira do Exército
GBAD	Group Based Air Defense
GBR	Grã-Bretanha
GCC	Grupo de Carros de Combate
GCC/BMI	Grupo de Carros de Combate da Brigada Mecanizada Independente
GE	Guerra Electrónica
GEN AOP PORTUGAL	Adjunto do CEMGFA para as Operações
GM	Geologia Marinha
GML	Governo Militar de Lisboa

GNR	Guarda Nacional Republicana
GNS	Gabinete Nacional de Segurança
GU	Grande Unidade
H/D	Homem/Dia
HALO HAHO	High Altitude Low Opening/High Altitude High Opening
HFA	Hospital da Força Aérea
HMAR	Hospital da Marinha
HMB	Hospital Militar de Belém
HMP	Hospital Militar Principal
HMR1	Hospital Militar Regional n.º 1 (Porto)
HMR2	Hospital Militar Regional n.º 2 (Coimbra)
HQ	Headquarters (Quartel-General)
HUMINT	Human Intelligence
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IAMF	Inspeção de Administração de Meios Financeiros
IAMH	Inspeção de Administração de Meios Humanos
IAMM	Inspeção de Administração de Meios Materiais
IAO	Inspeção de Avaliação Operacional
IASFA	Instituto de Acção Social das Forças Armadas
IBERLANT	Área Ibero-Atlântica
IC-ENC	International Center for Electronic Navigation Charts
ICOL	Instrução Colectiva
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IE	Inspeção Extraordinária
IEPG	Independent European Programme Group (composto pelos países europeus da NATO: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Turquia e Reino Unido)
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IG	Inspeção Geral
IGDN	Inspeção-Geral da Defesa Nacional
IGE	Inspeção-Geral do Exército
IGeoE	Instituto Geográfico do Exército
IH	Instituto Hidrográfico
II	Inspeção Inopinada
IMPE	Instituto Militar dos Pupilos do Exército
Inf	Infantaria
Info	Informações
INICT	Instituto Nacional de Investigação Científica
INVITEX	Invitation Exercise
IO	Inspeção Ordinária
IOp	Inspeção Operacional
IP	Inspeção Parcelar
IPg	Inspeção Programada

IPS	Inspecção de Programas e Sistemas
ISAF	Força Internacional de Segurança e Assistência (Afeganistão)
IS/IMS	International Staff/International Military Staff
ISN	Instituto de Socorros a Náufragos
ISTAR	Intelligence, Surveillance, Target, acquisition and Reconnaissance
IT	Inspecção Técnica
ITA	Itália
JEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada de Espanha
JEMAD	Jefe Estado Mayor de la Defensa
JMOTS	Joint Maritime Operational Training Staff
JOINTEX	Joint Exercise (Exercício Conjunto)
KFOR	Kosovo Force
KTM	KFOR Tacres Manbat
LAFTM	Laboratório de Análises Fármaco Toxicológicas da Marinha
LC	Liga dos Combatentes
LCC	Land Component Command
LCM	Lancha de Desembarque Média
LCU/LDG	Lancha de Desembarque Grande
LDM	Lancha de Desembarque Média
LFC	Lancha de Fiscalização Costeira
LFR	Lancha de Fiscalização Rápida
LFX	Live Fire Exercise (Exercício de Fogos Reais)
LIVEX	Live Exercise (Exercício de Campo com Tropas)
LMPQF	Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
LOGEX	Logistical Exercise (Exercício Logístico)
LPM	Lei de Programação Militar
MACON	Estado-Maior Espanhol
Mar	Marinha
MCM	Mine Counter Measures
MCMEX	Exercício de Guerra de Minas
MD	Montante Despendido
MDN	Ministério da Defesa Nacional
Mec	Mecanizada
Mil	Militar
MLU	Middle Life Upgrade
MM	Manutenção Militar
MNC	Major NATO Command
MOD U.K.	Ministério da Defesa do Reino Unido
MPA	Maritime Patrol Aircraft
MPA CAN	Aeronave de Patrulha Marítima Canadiana
MP Coy	Military Police Company
MRCC	Maritime Rescue Control Center (Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo)
NAM	NATO Air Meet
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte

NBQ	Nuclear, Biológico e Químico
NCAGS	Naval Co-operation And Guidance for Shipping
NEO	Operação de Evacuação de Não-Combatentes
NLD	Holanda
NNA	Número NATO de Abastecimento
NOR	Noruega
NORNAVODCDO	Navy Norwegian EOD (Explosive Ordnance Disposal) Commander
NPL	Navio Polivalente Logístico
NRDC	Corpos de Exército da NATO
NRF	NATO Response Force (Força de Resposta OTAN)
Obj	Objectivo
OCAD	Órgãos Centrais de Administração e Direcção
OCE	Officer Conducting the Exercise
ODN	Orçamento da Defesa Nacional
OE	Orçamento do Estado
OGFE	Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento
OGMA	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico
OGME	Oficinas Gerais de Material de Engenharia
OIT	Órgãos de Implantação Territorial
OLE	Orquestra Ligeira do Exército
OMDN	Orçamento do Ministério da Defesa Nacional
OMDN-E	Orçamento da Defesa Nacional - Exército
OMDN-M	Orçamento da Defesa Nacional - Marinha
ONU	Organização das Nações Unidas
Op	Operações
OPEVAL	Operational Evaluation
OSC/MDN	Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional
OSE	Officer Shedulling the Exercise
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte.
P3-P	Aeronave de Patrulhamento Marítimo
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAO	Pelotão de Aquisição de Objectivos
PAOC	Plano de Actividade Operacional Civil
Para	Pára-quedista
Pat / PB	Patrulha
PBF	Patrulha Rápido
PBR	Patrulha Ribeirinho
PC	Posto de Comando
PCM	Posto de Comando Móvel
PE	Polícia do Exército
PECO	Países da Europa Central e Oriental
Pel	Pelotão
PelAqObj	Pelotão de Aquisição de Objectivos
PelDefNBQ	Pelotão de Defesa Nuclear Biológico e Químico

PelMslig	Pelotão de Mísseis Ligeiros
PelPontApFlu	Pelotão de Pontes de Apoio Flutuante
PHIBEX	Amphibious Exercise (Exercício Anfíbio)
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PJM	Polícia Judiciária Militar
PLRA	Patrulha de Longo Raio de Acção
PMG	Preparação Militar Geral
PO	Posto de Observação
Prec	Precursor
PREREDEX	Pré-exercício de Aprontamento
PRT	Portugal
PSO	Peace Support Operations (Operações de Apoio à Paz)
PSP	Polícia de Segurança Pública
QG	Quartel-General
QO	Quadro Orgânico
QP	Quadro Permanente
QPa	Quadro Permanente (activo)
QPC	Quadro de Pessoal Civil
RA	Regimento de Artilharia
RAA	Região Autónoma da Madeira
RAAA	Regimento de Artilharia Antiaérea
RAC	Regimento de Artilharia de Costa
RC	Regimento de Cavalaria/Regime de Contrato
RCC	Rescue Coordination Center (Centro Coordenador de Salvamento)
RE	Regimento de Engenharia
Reb	Rebocado
REF	Reforma
RES	Reserva
RG	Regimento de Guarnição
RI	Regimento de Infantaria
RL	Regimento de Lanceiros
RMN	Região Militar do Norte
RMPORSMOUTH	Comando do Corpo de Fuzileiros do Reino Unido
RMS	Região Militar do Sul
RV	Regime de Voluntariado
SA-330	Helicóptero PUMA
SACEUR	Comando Supremo Aliado da Europa
SACLANT	Comando Supremo Aliado do Atlântico
SAM	Sistema de Autoridade Marítima
SAR	Search And Rescue (Serviço de Busca e Salvamento)
SCNP	Subsídio Complementar Normal de Pensões (concedido pelo IASFA)
SEA	Subsídio Especial de Acamados (concedido pelo IASFA)
SEAP	Subsídio Especial de Apoio a 3ª Pessoa (concedido pelo IASFA)

Sec	Secção
Seg	Segurança
SEI	Subsídio Especial de Idosos (concedido pelo IASFA)
SEIR	Subsídio Especial de Irrecuperáveis ou Incapacitados (concedido pelo IASFA)
SEL	Subsídio Especial para Lares (concedido pelo IASFA)
SEN	Serviço Efectivo Normal
SFEx	Sistema de Forças do Exército
SFN	Sistema de Forças Nacional
SFOR	Stabilisation Force (Força de Estabilização) (Bósnia)
SG/MDN	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional
SHAPE	Supreme Headquarters Allied Powers Europe
SIAF	Spanish Italian Amphibious Force
SICCE	Sistema de Informação de Comando e Controlo do Exército
SIFICAP	Sistema de Fiscalização e Controlo no Âmbito das Pescas
SIGEX	Signals Exercise
SI/TI	Sistemas e Tecnologias de Informação
SNB	Serviço Nacional de Bombeiros
SNBPC	Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil
SNFL	Standing Naval Force Atlantic
SNFM	Standing Naval Force Mediterranean
SNPC	Serviço Nacional de Protecção Civil
SOGA	Saltadores Operacionais de Grande Altitude
SOTG	Special Operation Task Group
SPCAT	Sistema Português de Catalogação
SRPCBA	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores
SRPCBM	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira
SSK	Submarino
STANAG	Standard Agreement (Acordo de Normalização)
STANAVFORLANT	Força Permanente do Atlântico
SUBEX	Submarine Exercise
SYNADEX	Synthetic Air Defense Exercise
TACP	Tactical Air Control Party
TACRES	Tactical Resolve
TASLO	Tactical Air Support for Land Operations
TASMO	Tactical Air Support for Maritime Operations
Téc.	Técnico
TG	Task Group
Tm	Transmissões
TO	Teatro de Operações
TOAFG	Teatro de Operações do Afeganistão
TODCI	Técnicos de Operações de Detecção e Conduta de Intercepção
TPF	Telefone com Fios
TPO	Tirocínio para Oficial
TSF	Telefone sem Fios

TUR	Turquia
UALE	Unidade de Aviação Ligeira do Exército
UAM	Unidade Auxiliar de Marinha
UE	União Europeia
UEB	Unidade de Escalão Batalhão
UEC	Unidade de Escalão Companhia
UEO	Unidade, Estabelecimento, Órgão
UI	Unidade Imobiliária
UKR	Reino Unido
UN	Unidade Naval
UnAp	Unidade de Apoio
UNENG	United Nations Engineering
UNIFIL	United Nation International Force in Lebanon
UNMISSET	United Mission Support in East Timor
UPN	Unidade de Polícia Naval
UU/EE/OO	Unidades, Estabelecimentos, Órgãos
VTL	Viatura Tática Ligeira
VTM	Viatura Tática Média
WEAG	Western European Armaments Group (composto pelos países europeus da NATO: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Turquia e Reino Unido)
ZAA	Zona Aérea dos Açores
ZAM	Zona Aérea da Madeira
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZMARA	Zona Marítima dos Açores
ZMARM	Zona Marítima da Madeira
ZMC	Zona Marítima do Centro
ZMA	Zona Militar dos Açores
ZMM	Zona Militar da Madeira
ZMN	Zona Marítima do Norte
ZMS	Zona Marítima do Sul

Índice

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	5
SINAIS CONVENCIONAIS	6
1 ORÇAMENTO	7
1.1 Despesas da Defesa a preços correntes e constantes	14
1.2 Variação anual das despesas da Defesa	15
1.3 Despesas da Defesa, despesas públicas e PIB, a preços correntes e constantes	15
1.4 Peso das despesas da Defesa nas despesas públicas e no PIB	16
1.5 PIB por habitante e despesas da Defesa por habitante a preços correntes e constantes	17
1.6 Natureza das despesas da Defesa - Despesas globais	18
1.7 Natureza das despesas da Defesa - Serviços Centrais	20
1.8 Natureza das despesas da Defesa - EMGFA	21
1.9 Natureza das despesas da Defesa - Marinha	22
1.10 Natureza das despesas da Defesa - Exército	23
1.11 Natureza das despesas da Defesa - Força Aérea	24
1.12 Distribuição das despesas por capítulos do MDN	25
2 MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO	27
2.1 Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Marinha	32
2.2 Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Exército	36
2.3 Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Força Aérea	39
3 FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS	41
3.1 Contribuição nacional para operações e forças de elevada prontidão	44
3.1.1 Operações da ONU em que Portugal participa	44
3.1.2 Operações da NATO em que Portugal participa	44
3.1.3 Forças em elevada prontidão no âmbito da NATO para as quais Portugal contribui com forças e meios	45
3.1.4 Operações da UE em que Portugal participa	46
3.1.5 Forças em elevada prontidão no âmbito da UE para as quais Portugal contribui com forças e meios	47
3.1.6 Forças em elevada prontidão no âmbito de acordos multilaterais para as quais Portugal contribui com forças e meios	47
3.2 Tipologia das operações	47
3.2.1 Operações no âmbito do artigo 5º do Tratado da Aliança – Defesa Colectiva	47
3.2.2 Operações não artigo 5º - Operações de resposta a crises (CRO)	47
3.3 Despesas com as missões	47
3.4 Apoio militar à acção externa do Estado português	49
3.4.1 Operações/Missões realizadas	49
3.4.1.1 Operações/Missões no âmbito da ONU	50
3.4.1.2 Operações/Missões no âmbito da NATO	52
3.4.1.3 Operações/Missões no âmbito da UE	54
3.4.2 Contributos nacionais para forças de alta prontidão	56

4	RELAÇÕES BILATERAIS DE DEFESA E COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR	57
4.1	Actividade bilateral de Defesa (com excepção da África Subsariana)	60
4.1.1	Tratados, acordos, convenções e memorandos de entendimento	60
4.1.2	Programas de cooperação/Actividades	62
4.1.3	Cruzeiros de investigação científica	65
4.1.4	Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros	65
4.1.5	Sobrevoo e aterragem – Pedidos de autorização	67
4.2	Cooperação técnico-militar	70
4.2.1	Projectos de cooperação técnico-militar com os PALOP e Timor-Leste	70
4.2.2	Despesas dos projectos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PALOP e Timor-Leste	72
4.2.3	Formação de militares dos PALOP e Timor-Leste em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA	72
4.2.4	Despesas suportadas pelos Ramos das FA	73
4.2.5	Formação de militares nos PALOP e Timor-Leste por tipo de curso e Ramo das FA	73
4.2.6	Assistência hospitalar em Portugal a militares dos PALOP e Timor-Leste e seus familiares e respectivas despesas	74
4.2.7	Despesas globais da cooperação técnico-militar	74
5	RECURSOS HUMANOS	77
5.1	Pessoal	81
5.1.1	Pessoal militar	81
5.1.2	Pessoal militarizado	93
5.1.3	Pessoal civil	94
5.2	Formação e treino	98
5.2.1	Institutos, academias, escolas e centros de instrução das FA	98
5.2.2	Pessoal militar na efectividade de serviço que frequentou cursos internos	99
5.2.3	Pessoal militar que frequentou cursos no estrangeiro	99
5.3	Saúde	101
5.3.1	Pessoal de saúde	101
5.3.2	Hospitais militares	104
5.4	Assistência na doença aos militares das FA	109
5.4.1	Evolução do número de beneficiários	109
5.4.2	Encargos com a saúde por tipo de origem	109
5.4.3	Evolução dos encargos com a saúde	110
5.5	Justiça e disciplina	112
5.5.1	Condecorações atribuídas	112
5.5.2	Processos iniciados	112
5.5.3	Punições aplicadas	112
5.5.4	Processos instruídos por indícios de prática de crime	113
5.6	Desporto militar	114
5.6.1	Competições militares por ramo das FA	114

5.6.2	Pessoal militar que participou em campeonatos nacionais das FA	115
5.6.3	Pessoal militar que participou em provas internacionais militares	116
6	INFRA-ESTRUTURAS	117
6.1	Unidades imobiliárias afectas à defesa nacional	121
6.2	Servidões das unidades imobiliárias afectas à defesa nacional	122
6.3	Tipos de utilização das unidades imobiliárias	123
6.4	Verbas gastas com construções novas	124
6.5	Verbas gastas com grandes reparações de unidades imobiliárias	125
6.6	Classificação dos edifícios afectos à defesa nacional	126
6.7	Áreas atribuídas	126
6.8	Unidades imobiliárias adquiridas	127
6.9	Alienação de unidades imobiliárias afectas à defesa nacional	128
6.10	Alojamentos clássicos atribuídos	129
6.11	Capacidade dos quartéis e bases	129
6.12	Natureza das unidades imobiliárias	130
6.13	Sistemas e tecnologias da informação	133
6.14	Prémio defesa nacional e ambiente	144
7	ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS DE DEFESA	145
7.1	Exportações e importações de material de defesa	148
7.1.1	Exportações de bens e tecnologias militares – Valores globais	149
7.1.2	Exportações de bens e tecnologias militares – Valores globais por áreas do globo	149
7.1.3	Importações de bens e tecnologias militares – Valores globais por áreas do globo	150
7.1.4	Comparação entre os valores das importações e exportações de bens e tecnologias militares – Por áreas do globo	151
7.1.5	Comparação entre os valores das importações e exportações de bens e tecnologias militares – Por países agregados em organizações internacionais a que Portugal pertence	151
7.1.6	Empresas autorizadas a exercer legalmente a actividade de comércio de bens e tecnologias militares	152
7.2	Equipamentos de defesa e LPM	154
7.2.1	Missões e meios disponíveis – Marinha	154
7.2.2	Missões e meios disponíveis – Exército	155
7.2.3	Missões e meios disponíveis – Força Aérea	156
7.2.4	Lei de programação militar (LPM)	156
7.3	Logística	157
7.3.1	Despesas com manutenção de meios e sistemas operacionais	157
7.3.2	Despesas com equipamentos e material de saúde	157
7.3.3	Despesas com transportes – Aquisição de veículos	158
7.3.4	Despesas com transportes – Funcionamento	158
7.4	Investigação e desenvolvimento	159

7.4.1	Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas – MARINHA	159
7.4.2	Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas – EXÉRCITO	160
7.4.3	Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas – FORÇA AÉREA	162
7.4.4	Investigação e desenvolvimento com financiamento LPM e respectivas áreas tecnológicas – Âmbito nacional e internacional - Sob coordenação da DGAED	162
7.5	Indústrias de defesa	163
7.5.1	Indústrias nacionais do sector das indústrias de defesa – 2006 e 2007	163
7.5.2	Indústrias nacionais com actividades ligadas a áreas da defesa – 2006 e 2007	164
7.5.3	Empresas autorizadas a exercer legalmente a actividade de indústrias de armamento e tecnologias de defesa	165
7.5.4	Empordef (sgps), S.A. e associações do sector	166
7.6	Qualidade, normalização e catalogação	167
7.6.1	Qualidade	168
7.6.2	Normalização	168
7.6.3	Catalogação	169
8	SISTEMA DE FORÇAS	173
8.1	Exercícios conjuntos e combinados - EMGFA	181
8.1.1	Exercícios e treino – Exercícios conjuntos – Exercícios realizados	181
8.1.2	Exercícios e treino – Exercícios conjuntos – Meios	181
8.1.3	Exercícios e treino – Exercícios combinados – Exercícios realizados	181
8.1.4	Exercícios e treino – Exercícios combinados – Meios	181
8.2	Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica da Marinha	182
8.2.1	Exercícios sectoriais – Exercícios realizados	182
8.2.2	Exercícios sectoriais – Meios envolvidos	183
8.2.3	Exercícios combinados – Exercícios realizados	185
8.2.4	Exercícios combinados – Meios envolvidos	186
8.2.5	Participação em exercícios sectoriais de outros Ramos – Exercícios realizados	186
8.2.6	Participação em exercícios sectoriais de outros Ramos – Meios envolvidos	187
8.3	Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica do Exército	187
8.3.1	Exercícios sectoriais – Exercícios realizados	187
8.3.2	Exercícios sectoriais – Meios envolvidos	188
8.3.3	Exercícios combinados – Exercícios realizados	189
8.3.4	Exercícios e treino – Exercícios combinados – Meios envolvidos	190
8.4	Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica da força aérea	190
8.4.1	Participação em exercícios sectoriais de outros Ramos – Exercícios realizados	190
8.4.2	Participação em exercícios sectoriais de outros Ramos – Meios envolvidos	191
8.4.3	Exercícios combinados – Exercícios realizados	191
8.4.4	Exercícios combinados – Meios envolvidos	192

9	APOIO SOCIAL	193
9.1	Beneficiários do IASFA – Distribuição por Ramos das FA	197
9.2	Funções de protecção social – Invalidez – Subsídios	197
9.3	Função de protecção social – Velhice – Subsídios	197
9.4	Função de protecção social – Sobrevivência – Subsídios	197
9.5	Função de protecção social – Família – Subsídios	198
9.6	Total anual de subsídios e montantes despendidos por função	198
9.7	Outras funções de protecção social	199
10	ACTIVIDADE INSPECTIVA	201
10.1	Inspecções de administração dos meios humanos, materiais e financeiros executadas pela IGDN	204
10.2	Inspecções de análise de programas e sistemas executadas pela IGDN	205
10.3	Inspecções realizadas pela IGDN em 2007	205
10.4	Evolução do número de inspecções às estruturas	206
10.5	Número de inspecções realizadas nos últimos cinco anos	206
10.6	Inspecções de administração dos meios executadas pelos Ramos	207
SIGLAS		209

